

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

**CONSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM BENTO GONÇALVES/RS:
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DOS VINHEDOS (1955-1972)**

JÉSICA STORCHI FERREIRA

**CAXIAS DO SUL
2017**

JÉSICA STORCHI FERREIRA

**CONSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM BENTO GONÇALVES/RS:
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DOS VINHEDOS (1955-1972)**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.
Orientadora: Dr^a Terciane Ângela Luchese.
Coorientadora: Dr^a Eliana Rela.

CAXIAS DO SUL

2017

F383c Ferreira, Jéssica Storchi

CONSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM BENTO
GONÇALVES/RS: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DOS
VINHEDOS (1955-1972) / Jéssica Storchi Ferreira. – 2017.

215 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de
Pós-Graduação em Educação, 2017.

Orientação: Terciane Ângela Luchese.

Coorientação: Eliana Rela.

1. História do Ensino Superior. 2. História das Instituições. 3. Mediadores
Culturais. I. Luchese, Terciane Ângela, orient. II. Rela, Eliana, coorient. III.
Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UCS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

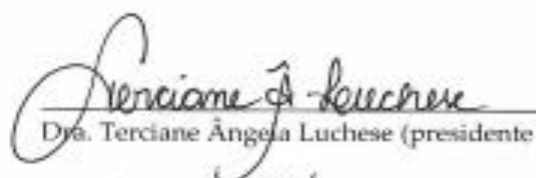
***“Constituição do Ensino Superior em Bento Gonçalves/RS:
Fundação Educacional da Região dos Vinhedos (1955-1972)”***

Jésica Storchi Ferreira

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.

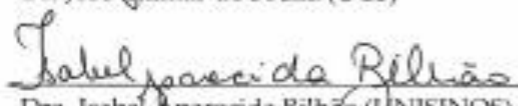
Caxias do Sul, 05 de dezembro de 2017.

Banca Examinadora:


Dra. Terciane Ângela Luchese (presidente – UCS)


Dra. Eliana Rela (coorientadora – UCS)


Dr. José Edimar de Souza (UCS)


Dra. Isabel Aparecida Bilhão (UNISINOS)

Parecer emitido à distância
Dra. Patrícia Weiduschadt (UFPEL)

Anjo Mais Velho¹

O dia mente a cor da noite
E o diamante a cor dos olhos
Os olhos mentem dia e noite a dor da gente

Enquanto houver você do outro lado
Aqui do outro eu consigo me orientar
A cena repete, a cena se inverte
Enchendo a minh'alma daquilo que outrora eu
Deixei de acreditar
Tua palavra, tua história
Tua verdade fazendo escola
E tua ausência fazendo silêncio em todo lugar

Metade de mim
Agora é assim
De um lado a poesia, o verbo, a saudade
Do outro a luta, a força e a coragem pra chegar no fim
E o fim é belo, incerto, depende de como você vê
O novo, o credo, a fé que você deposita em você e só

Só enquanto eu respirar
Vou me lembrar de você
Só enquanto eu respirar

Dedico este estudo aos meus pais, Francisco e Veronice, à minha irmã, Jocasta, ao meu filho, Heitor Victor (*in memoriam*), e à minha filha, Annie Cristine, pelo apoio, incentivo e leveza, pois “só enquanto eu respirar vou me lembrar de vocês”.

¹ Música: Anjo mais velho, Teatro Mágico. Composição: Fernando Anitelli. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/o-teatro-magico/361396/>> Acesso em: 27 dez. 2016.

AGRADECIMENTOS

Miradas²

*Hay miradas que sin dudas
Dicen más que mil palabras
Y que al verlas todas juntas
Son como espejos del alma*

*Hay miradas que cuando miran
Son hirientes y lastiman
En cambio hay otras tan serenas
Que consuelan y acarician*

*Hay miradas insistentes,
misteriosas, recurrentes
Y las hay indiferentes,
como las de tanta gente
Hay miradas que ocultan verdades
Que mucho dañan
Y las hay que en la diaria lucha
Fortalecen y acompañan*

*Y hay miradas que perdidas
Entre miles de miradas
Andan solas por la vida
En busca de otras miradas
Y hay miradas que cautivan
Por lo bellas y profundas
Como tu mirada azul
Que me atrapa día a día*

*Hay miradas que por tristes
Enlutan a quien las viste
Y hay esas miradas dulces
Que ennobleces a quien las luce*

*Hay miradas que derriten
Hasta el corazón más duro
E iluminan suavemente
El pensamiento más oscuro*

Através da letra dessa música quero agradecer pelas *miradas* que foram direcionadas a mim no decorrer desta etapa de minha formação.

Pelas *miradas* que sem dúvida dizem mais que mil palavras; os olhares da minha família. Agradeço, especialmente, ao meu pai, pelo orgulho que sempre demonstrou sentir por mim, e principalmente à minha mãe, meu grande exemplo de vida, que me mostrou o caminho do saber. Agradeço à minha irmã, por me ensinar que as diferenças sempre somam e nos fazem crescer.

² Música de Axel Fernando. Composição: Axel Witteveen, Mario Maselli, Oscar Chino Asencio. Disponível em: <<https://www.musica.com/letras.asp?letra=817330>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

Pelas *miradas* que são como espelhos da alma, que foram os olhares de meus filhos. Agradeço ao Heitor Víctor (*in memoriam*) e à Annie Cristine, que, mesmo de longe, se fizeram presentes pelo carinho, deixando a minha vida mais leve.

Pela *mirada* azul que está e esteve comigo dia a dia. Agradeço ao querido Renato, por ter compreendido as várias ausências, os momentos de *stress* e por ter ficado ao meu lado sempre, cuidando da Annie como o pai de coração que é, quase incansável, junto com sua família, que nos adotou e cuidou da Annie para mim.

Pela *mirada* que não vejo, mas creio que está comigo. Agradeço a Deus pelo dom da vida.

Pelas *miradas* dos(as) colegas e amigos(as) do Mestrado e Doutorado, que diariamente me fortaleceram e me acompanharam, por meio de boas vivências e trocas de conhecimento.

Pelas *miradas* das colegas da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Grendene, por entenderem minha ausência em alguns momentos.

Pelas *miradas* insistentes, misteriosas e recorrentes de meus alunos questionadores e que ao mesmo tempo me ensinaram tanto.

Pelas *miradas* de minha orientadora e coorientadora, que nos momentos de insegurança deram forças para que eu pudesse me empoderar no processo de constituição como pesquisadora.

Pelas *miradas* doces da minha coorientadora, Profa. Dra. Eliana Rela, que tanto me enobreceram por meio de seu carinho, paciência, comprometimento e competência.

Pelas *miradas* da minha orientadora, Profa. Dra. Terciane Ângela Luchese, que iluminaram suavemente até o meu pensamento mais escuro, pela generosidade, estímulo, firmeza nos momentos tão necessários, exemplo de simplicidade e humanidade, e ainda por acreditar em mim.

Pelas *miradas* instigantes, que muito contribuíram, de todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação.

Pelas *miradas* de incentivo e motivação para os novos desafios da vida acadêmica das professoras de minha graduação Ms. Bernardete Schiavo Caprara e Ms. Jane Lourdes Dal Pai Giugno;

Pelas *miradas* de disponibilidade e ajuda da Letícia, secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCS;

Pelas *miradas* de todos aqueles que se envolveram com a constituição e consolidação do Ensino Superior de Bento Gonçalves e ainda com a institucionalização da FERVI, agradeço à FERVI por ter me possibilitado aprender sobre essa instituição;

Pelas *miradas* atenciosas dos depoentes, que colaboraram para a obtenção dos resultados e possibilidades deste estudo;

Pelas *miradas* críticas, leitura atenciosa e contribuições oferecidas, por ocasião do Exame de Qualificação, das professoras Dra. Isabel Aparecida Bilhão e Dra. Patrícia Weiduschadt e do professor Dr. José Edimar de Souza. Agradeço por se disporem novamente para avaliar e contribuir com seus conhecimentos nesta dissertação;

Pelas *miradas* que tornaram possível a realização deste estudo, pela organização e estrutura que a CAPES representa e seu apoio financeiro.

Por fim, pelas *miradas* de todos que acreditaram na pesquisa e estiveram ao meu lado contribuindo de uma forma ou de outra na concretização desta dissertação.

Muito obrigada!

RESUMO

Esta dissertação investigou o processo de constituição do Ensino Superior no município de Bento Gonçalves/RS, com delimitação temporal entre os anos de 1955 e 1972, atentando para a criação da Fundação Educacional da Região dos Vinhedos. Este estudo foi desenvolvido na linha de pesquisa em História e Filosofia da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. O recorte temporal do estudo é de 1955, ano em que aconteceu a primeira articulação dos professores do Escritório Modelo Félix Faccenda, com o objetivo da instalação de um curso superior no município, até 1972, quando ocorreu a criação da Fundação Educacional da Região dos Vinhedos (FERVI). Este trabalho fundamentou-se na perspectiva da História Cultural relacionada com a História da Educação, baseando-se assim, em estudiosos como Chartier (1991, 2002), Certeau (2002, 2012), Burke (2008, 2011), dentre outros. A metodologia utilizada foi a análise documental e a história oral. Para efetivar a Análise Documental, o estudo apoiou-se em Le Goff (1996), Alberti (2004), Bacellar (2010), e na História Oral, em Le Goff (1996), Halbwachs (2006), Meihy (2005). Quanto às categorias de análise da pesquisa, a dissertação baseou-se em Gomes e Hansen (2016) para entender mediadores culturais, Sirinelli (2003) na compreensão das redes de sociabilidade e em Foucault (2017) para estabelecer as relações de poder existentes no processo de constituição do Ensino Superior de Bento Gonçalves. A referente dissertação possibilitou a compreensão do contexto histórico do município no período do recorte temporal, bem como a emergência e as articulações realizadas para a obtenção do 1º curso superior. Além disso, foi possível entender que o processo de consolidação do Ensino Superior com o surgimento da Instituição FERVI, efetivou-se com o envolvimento da comunidade bento-gonçalvese. A constituição do Ensino Superior só foi possível pela iniciativa e articulação de dois grupos de mediadores culturais: lideranças educacionais e lideranças políticas, e também pelos vínculos estabelecidos em suas redes de sociabilidade. As relações de poder permearam todo o processo de constituição do Ensino Superior no município. O ápice desse processo foi a instalação do “Campus” Universitário de Bento Gonçalves, como extensão da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e o curso de Ciências Econômicas, sediados na Escola de Viticultura e Enologia (EVE) do município. O ato de instalação representou uma aliança da UCS, da EVE e dos mediadores culturais do município. A partir daí, ampliaram-se os cursos, instalando-se Letras e Ciências, em 1970, com a preocupação de atender à demanda de formação de professores e ao público feminino. A formatura da primeira turma de economistas do primeiro curso, em 1971, contribuiu para que houvesse o reconhecimento do curso pelo Ministério de Educação e Cultura e, em 1972, criou-se a FERVI, como mantenedora dos cursos superiores, tornando-se uma Instituição de Ensino Superior Isolada. Ela foi constituída pelo esforço de comerciantes, servidores públicos, lideranças políticas, educacionais e principalmente da comunidade empresarial, que apoiou e participou do projeto dos mediadores culturais.

Palavras-chave: História do Ensino Superior. História das Instituições. Mediadores Culturais.

ABSTRACT

This dissertation investigated the process of constitution of High Education in the municipality of Bento Gonçalves/RS, in the decades of 1950 to 1970, directly observing the creation of Fundação Educacional da Região dos Vinhedos. This study was developed within the line of research History and Philosophy of Education, of the Program of Post-Graduation in Education of Universidade de Caxias do Sul. The temporal cut of the study is the year of 1955, when the first articulation of teachers of Model Office Félix Faccenda occurred, with the aim of installing a high education course in this municipality up to 1972, when Fundação Educacional da Região dos Vinhedos (Educational Foundation of Wineries' Region) (FERVI) was founded. This work was based on the Cultural History approach, related to History of Education, supported by authors as Chartier (1991, 2002), Certeau (2002, 2012), Burke (2008, 2011), among others. The methodology used was document analysis and oral history. To make Document Analysis effective, the study was supported on Le Goff (1996), Alberti (2004), Bacellar (2010), and on Oral History, on Le Goff (1996), Halbwachs (2006), Meihy (2005). Regarding categories for analysis for the research, the authors selected to base it on are Gomes and Hansen (2016) to understand culture mediators, Sirinelli (2003), for comprehension of sociability networks, and Foucault (2017) to establish existing power relationships in the process of constitution of High Education in Bento Gonçalves. The narrative referred made possible the comprehension of the historic context of the municipality in the period of the temporal cut mentioned, as well as the emergence and articulations made to obtain the first high education course. Besides, it was possible to understand the process of consolidation of high education, with the emergence of the High Education Institution, FERVI, was made effective with the involvement of Bento Gonçalves community. The constitution of High Education was possible to occur due to the initiative an articulation of two groups of culture mediators, (a) educational leaders, (b) political leaders, and also, due to the links established in its social networks. Power relations permeated all the process of constitution of High Education in the municipality. The peak of the process of constitution was the installation of the University "Campus", Bento Gonçalves, as an extension of Universidade de Caxias do Sul (UCS) and the course of Economic Sciences, located at the School of Viticulture and Oenology (Escola de Viticultura e Enologia) (EVE) of the municipality. The act of its installation represented an alliance among UCS, EVE, and culture mediators of the municipality. From that moment on, other courses were installed, as Modern Languages and Sciences, in 1970, concerned with meeting the demand by the female public and teacher education. The graduation of the first group of economists, from the first course, in 1971, contributed for the recognition of the course by the Ministry of Education and Culture, and in 1972, FERVI was created, as a keeper for high education courses, and it became an Isolated High Education Institution. It was constituted by the efforts of merchants, public servants, political leaders, educational and especially the business community, that supported and participated in the project of the cultural mediators.

Keywords: History of High Educacion. Culture Mediators. History of Institutions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema do movimento de produção desta pesquisa.....	29
Figura 2: Jornal Correio Riograndense - Bento Gonçalves (1945).....	68
Figura 3: Vista aérea do centro de Bento Gonçalves (1956).....	71
Figura 4: Nevasca em Bento Gonçalves (1965).....	73
Figura 5: Vista aérea de Bento Gonçalves (década de 1970).....	77
Figura 6: Vista da avenida central de Bento Gonçalves (década de 1970).....	77
Figura 7: Jornal do Povo - O SENAC colabora com o Escritório Modelo (1953).....	87
Figura 8: Jornal Correio Riograndense - A inauguração do EMPFF de Bento Gonçalves (1955).....	88
Figura 9: Relação das pessoas físicas e jurídicas que auxiliaram na instalação do EMPFF (1955).....	90
Figura 10: Parecer da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social (1966)	105
Figura 11: Jornal B.G. Notícias – O Povo já Escolheu: Faculdade de Agronomia (1967).....	111
Figura 12: Papel timbrado do MPFA.....	112
Figura 13: Estudantes em mobilização na frente da prefeitura (1967).....	112
Figura 14: Estudantes esperando a visita do Reitor (1967).....	113
Figura 15: Estudantes saúdam o Reitor (1967).....	114
Figura 16: Comunidade Educativa acolhe o Reitor Virvi Ramos (1967).....	115
Figura 17: Jornal B.G. Notícias - “A VISITA DO REITOR DA UCS” (1967).....	118
Figura 18: Convite para o Ato de Instalação do 1º Curso (1968).....	135
Figura 19: Discurso de Loreno José Dal Sasso no Ato de Instalação do “Campus” de Bento Gonçalves (1968).....	136
Figura 20: Discurso de Dom Benedito Zorzi no Ato de Instalação do “Campus” de Bento Gonçalves (1968).....	137
Figura 21: Público presente no Ato de Instalação do 1º Curso de Ensino Superior (1968).....	138
Figura 22: Público presente no Ato de Instalação do 1º Curso de Ensino Superior (1968).....	139
Figura 23: Representantes da FUCS e da EVE (1968).....	140
Figura 24: Missa de Formatura da primeira turma de economistas (1971).....	161
Figura 25: Formatura dos economistas (1971).....	162
Figura 26: Relação dos instituidores da FERVI.....	164
Figura 27: Organograma administrativo da FERVI.....	165
Figura 28: Relação da organização e 1ª equipe gestora da FERVI - 1972.....	167
Figura 29: Construção do primeiro prédio da FERVI (1982).....	173
Figura 30: Sede da FERVI (1984).....	174
Figura 31: Laboratório de Letras (1983).....	175
Figura 32: Laboratório de Química (1983).....	176

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População total, taxa de urbanização do Rio Grande do Sul	44
Tabela 2: Novos estabelecimentos comerciais, de serviços e outros (1960–1980) ..	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Entrevistados para a pesquisa	34
Quadro 2: Relação das escolas de Bento Gonçalves (1915-1979).....	81
Quadro 3: Entidades que assinaram o Memorial (1967)	109
Quadro 4: Relação de cursos e votos de pesquisa realizada para escolha do primeiro curso (1967)	123
Quadro 5: Aprovados na primeira chamada, “Campus” Bento Gonçalves (1968)...	132
Quadro 6: Aprovados na segunda chamada, “Campus” Bento Gonçalves (1968)..	133
Quadro 7: Perfil da 1ª turma – Faixa etária e naturalidade (1968)	145
Quadro 8: Instituições que emitiram o Certificado de Conclusão de Curso dos discentes da primeira turma (1968).....	146
Quadro 9: Relação de professores e disciplinas nos cursos de Ciências e Letras (1970).....	152
Quadro 10: Programa do III Curso de Integração Universitária (1970)	154
Quadro 11: Palestras no “Campus” Universitário de Bento Gonçalves (1970)	154
Quadro 12: Corpo docente (1971).....	156
Quadro 13: Palestras para os alunos (1971).....	157
Quadro 14: Palestras realizadas pelos professores (1971).....	159
Quadro 15: Relação dos cursos e matrículas por ano	163
Quadro 16: Relação dos Cursos de Férias (1974-1978).....	171
Quadro 17: Relação de cursos e matrículas (1968 - 1992).....	177

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa do Rio Grande do Sul – Bento Gonçalves/RS	15
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Relação de Matrículas da FERVI (1968-1992).....	178
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACMA	Arquivo do Colégio Marista Aparecida
CARVI	<i>Campus</i> Universitário da Região dos Vinhedos
CCNSA	Colégio Comercial Nossa Senhora Aparecida
CDL	Clube dos Diretores Lojistas
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CFE	Conselho Federal de Educação
CIC	Centro da Indústria, Comércio e Serviços
CIF	Centro de Indústria Fabril
CNSA	Colégio Nossa Senhora Aparecida
CTC	Curso Técnico de Contabilidade
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPPF	Escritório Modelo Professor Félix Faccenda
EVE	Escola de Viticultura e Enologia
ETC	Escola Técnica em Contabilidade
FCE	Faculdade de Ciências Econômicas
FENAVINHO	Festa Nacional do Vinho
FERVI	Fundação Educacional da Região dos Vinhedos
FUCS	Fundação da Universidade de Caxias do Sul
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IES	Instituição(ões) de Ensino Superior
IESC	Instituição(ões) de Ensino Superior Comunitária(s)
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
IMHC	Instituto de Memória Histórica e Cultural
IPURB	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MPFA	Movimento Pró-Faculdade de Agronomia

MPFBG	Movimento Pró-Faculdade de Bento Gonçalves
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RS	Rio Grande do Sul
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNE	União Nacional dos Estudantes
UPA	Universidade de Porto Alegre
URGS	Universidade do Rio Grande do Sul
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
2 CONTEXTUALIZANDO O ESPAÇO-TEMPO EM QUE SE INSERE A CONSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM BENTO GONÇALVES	38
2.1 QUADRO HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	45
2.1.1 A Reforma Universitária de 1968	57
2.2 CENÁRIO HISTÓRICO DE BENTO GONÇALVES/RS (1950-1970)	66
2.2.1 Panorama educacional de Bento Gonçalves/RS	80
3 GÊNESE DO ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO: DAS ARTICULAÇÕES À INSTALAÇÃO DO PRIMEIRO CURSO	86
3.1 FORÇAS DA INSTALAÇÃO E AS RELAÇÕES DE PODER	91
3.1.1 “Terás a sua faculdade dentro do nosso grupo” - Articulações de lideranças do município e a UCS	103
3.1.2 “Qual deve ser a nossa faculdade?” – A escolha do primeiro curso	119
3.2 INSTALAÇÃO DO PRIMEIRO CURSO	129
4 PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DOS VINHEDOS	144
4.1 PROCESSO DE OFERTA DOS CURSOS	150
4.2 FUNDAÇÃO DA FERVI	155
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS	196
APÊNDICE A - IES PÚBLICAS E PRIVADAS NO RIO GRANDE DO SUL	212
APÊNDICE B - RELAÇÃO DE PREFEITOS DO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES	214
APÊNDICE C - PRESIDENTES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE BENTO GONÇALVES	215

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A primeira Instituição de Ensino Superior (IES) de Bento Gonçalves foi a Fundação Educacional da Região dos Vinhedos (FERVI), que historicamente possuiu um processo de constituição relacionado aos esforços de lideranças da educação e lideranças políticas do município, para que o Ensino Superior pudesse ser instituído nele. No ano de 2017, a FERVI completou 45 anos, e, no ano de 2018, completar-se-á meio século da instalação do primeiro curso superior do município. Essas datas são marcos na história. Assim, um pesquisador não pode deixar de considerá-las importantes contribuições para a História da Educação do Ensino Superior do Rio Grande do Sul. Foram processos repletos de anseios, relações de força, tensionamentos, mediações e êxitos.

Em tratar de processos, o pesquisador também vai se constituindo em sua trajetória e ao longo do seu caminho. Inicialmente, para a elaboração do projeto de qualificação, pensei no recorte temporal de 1968 a 1992. O primeiro refere-se ao ano de criação do primeiro curso³ de Ensino Superior do município e de instalação da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE), dando a gênese ao *Campus* Bento Gonçalves, da Universidade de Caxias do Sul (UCS). O segundo diz respeito ao ano em que a FERVI, enquanto IES, realizou um comodato com a UCS, mantendo a estrutura física administrada pela FERVI, porém com as questões administrativas, pedagógicas e acadêmicas assumidas pela UCS. Assim sendo, compor-se-ia uma narrativa da história da FERVI.

Todavia, depois de ir às fontes documentais, acolher as sugestões da orientadora e da coorientadora, e após encontrar vestígios que indicavam que a busca pelo Ensino Superior, no município, era anterior a 1968, a pesquisa ficou delimitada ao ano 1963, devido a documentos encontrados do período que fazem alusões a articulações para a concretização do Ensino Superior, de iniciativa política que formaram o Movimento Pró-Faculdade de Agronomia (MPFA), e 1972, ano de fundação da FERVI. Por conseguinte, o objetivo da pesquisa se modificou, tratou-se de investigar o processo de articulação e constituição do Ensino Superior em Bento Gonçalves.

³ Curso de Ciências Econômicas.

Aos poucos, foi-se compreendendo a dimensão da pesquisa histórica e amadurecendo sobre a mesma. Além disso, ao se deparar com os relatos da História Oral, percebeu-se que seria mais coerente construir uma narrativa das articulações para o Ensino Superior, levando em consideração articulações realizadas em 1955, por educadores do Escritório Modelo Professor Félix Faccenda (EMPPF) do município com o reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

O município de Bento Gonçalves, em termos de limitação espacial, se situa na Região Nordeste do Rio Grande do Sul. Na década de 1950, possuía aproximadamente 29.450 habitantes em uma área de 478 Km². Tinha como limites os municípios de Veranópolis, Garibaldi, Farroupilha e Guaporé distando 109 km da Capital do Estado. O Mapa 1 localiza o município de Bento Gonçalves. Atualmente, o mesmo limita-se com os municípios de: Veranópolis, ao norte; Pinto Bandeira, leste; Farroupilha, sudeste; Garibaldi, sul; Santa Tereza, sudoeste; Monte Belo do Sul, oeste; e Cotiporã, noroeste.

A história é constituída por uma subjetividade que compõe aquele que a narra e analisa, o historiador. Sendo assim, me permito escrever este trecho em primeira pessoa do singular, para poder explicar o que me levou a constituir o objeto desta pesquisa. Pode-se dizer que o que me vincula ao objeto de pesquisa é minha trajetória de vida. Atualmente, sou professora do 3º ano do Ensino Fundamental e formada em Pedagogia na UCS pelo Campus Universitário da Região dos Vinhedos (CARVI), localizado em Bento Gonçalves, cidade em que resido. Moro no município há 8 anos e, ao frequentar por cinco anos o CARVI, observei uma palavra que aparecia destacada em diferentes locais, mas que para mim era estranha. A palavra era FERVI⁴. Eu a via nos ônibus que me levavam ao *Campus* e na entrada do mesmo, na entrada do bloco A. No hall de entrada desse prédio ainda tem um quadro enorme com o nome de pessoas físicas e jurídicas sob o título de instituidores da FERVI.

Mas o que é a FERVI? O que foi a FERVI? Por que ninguém falou dela por cinco anos em que cursei Pedagogia? E o que mais me intrigava era que, supondo que essa entidade não existisse mais, por que há tanta referência a ela no *Campus* Universitário da UCS?

Foram essas dúvidas, entre outras, que me levaram a constituir o objeto de pesquisa desta dissertação, o Ensino Superior em Bento Gonçalves, cuja história está relacionada à Fundação Educacional da Região dos Vinhedos (FERVI). Não há como falar da constituição do Ensino Superior e sua consolidação sem passar pela fundação da FERVI, visto que ela foi a primeira IES do município.

Esta dissertação constrói uma versão sobre o tempo, sobre a história, e uma interpretação a respeito da produção simbólica da memória. Deseja-se tornar compreensível à comunidade de Bento Gonçalves uma análise dos acontecimentos que fizeram parte das articulações para a constituição e consolidação do Ensino Superior. Esta pesquisa contribui para o aprofundamento do conhecimento, nas esferas regional e nacional, sobre a história da educação relacionada ao Ensino Superior, de acordo com as análises que, posteriormente, serão realizadas.

Nas últimas décadas, muitos pesquisadores têm intensificado suas pesquisas no campo da história da educação. Elas ajudam a compreender a emergência e consolidação da educação superior brasileira, nos mais variados tempos e contextos, colaborando para muitas reflexões e sentidos da historiografia das IES no Brasil. Na

⁴ Depois compreendi que FERVI é uma sigla.

construção da pesquisa, particularmente na revisão de literatura, verificou-se a presença de algumas dissertações e uma tese sobre instituições de Ensino Superior da região. Contribuíram com esta pesquisa a tese de doutorado *“Da Universidade da Serra à Universidade de Caxias do Sul/RS (1950-2002) O pensar e o construir da Universidade da Serra Gaúcha”*, de Xerri (2012), e dissertações como *“História da Escola de Enfermagem Madre Justina Inês: Uma Instituição de Ensino Superior formando enfermeiras em Caxias do Sul/RS (1957-1967)”*, de Almeida (2012), *“A Escola Municipal de Belas Artes de Caxias do Sul: Histórias e Memórias (1949-1967)”*, de Costa (2012), *“Faculdade de Direito de Caxias do Sul/RS: Índícios da História e da Cultura Acadêmica”*, de Santarem (2015), *“Faculdade de Filosofia de Caxias do Sul: Memórias, Representações e Narrativas (1960 – 1967)”*, de Rodrigues (2015). Esses estudos referem-se ao Ensino Superior do município de Caxias do Sul, que muito está relacionado aos processos educacionais do Ensino Superior de Bento Gonçalves.

Destaca-se, ainda, a obra de Wünsch⁵ (1992) *“Onde a FERVI entra na história: os fatores sociais e políticos do período de 1963-1972 que possibilitaram o surgimento da Fundação Educacional da Região dos Vinhedos”*, estudo que permite um olhar sobre o município de Bento Gonçalves e suas movimentações para alcançar a instalação do curso superior. O autor utilizou fontes documentais para a pesquisa que, em suas palavras, objetivou “desmitificar essa visão um tanto mítica de como as coisas acontecem aqui na nossa região [...], e verificar como esse espaço (a educação, enquanto espaço de disputa), aqui em Bento, era utilizado e por quem era utilizado” (WÜNSCH, 2016). Entretanto, eram ausentes trabalhos científicos com o objetivo de pesquisar a história do Ensino Superior de Bento Gonçalves. Assim, o objeto de estudo tornou-se possível e desafiante para a pesquisa proposta.

A partir das observações de Soares⁶ (2015), sobre as contribuições de uma pesquisa, em que a autora entende que o pesquisador deve caminhar por dois lugares, “o compreender e o agir”, inclui-se com esta pesquisa a importância de processos históricos em que uma comunidade educacional, política, empresarial e social se mobilizou para instituir o Ensino Superior em Bento Gonçalves. Percebe-se também a dificuldade de construir a memória coletiva a fim de que a comunidade

⁵ O professor Paulo Wünsch foi um dos entrevistados para a construção desta dissertação.

⁶ Palavras da laureada Magda Soares ao receber o Prêmio Almirante Álvaro Alberto para Ciência e Tecnologia 2015 – Área de Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/PalavrasdalaureadaMagdaSoares.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2017.

bento-gonçalvense não se esqueça dos esforços que foram feitos para que um projeto se tornasse realidade e que, segundo Köche (2017), que é um dos sujeitos implicados no processo, a constituição do Ensino Superior em Bento Gonçalves é um marco na história do município que nem todos percebem. Amadurece-se a compreensão relacionada aos jogos de poder que alicerçam esta história, bem como as estratégias e táticas (CERTEAU, 2002), utilizadas neste processo.

Entende-se com esta pesquisa que ela se dará em forma de uma narrativa da constituição da educação superior entre as décadas de 1950 e 1970, que foi construída com base nos documentos⁷ a que se teve acesso e nas representações de pessoas que estiveram envolvidas nessa caminhada. Sabe-se que a memória não é o fato, são percepções que as pessoas têm quando expostas a uma realidade, ou seja, são significados individuais ou coletivos da realidade e que, ao mesmo tempo que o sujeito pode expor algo, ele pode ocultar. Para tanto, analisam-se as entrevistas realizadas sob aporte da História Oral, que está fundamentado em autores como Prins (1992), Zago (2003), Alberti (2004), Meihy e Holanda (2007), Graziottin e Almeida (2012).

Ater-se a memórias orais de sujeitos conhecidos apenas localmente vai de encontro com as narrativas encontradas na história tradicional, onde os grandes nomes tinham lugar e importância, e quer-se entender a função de diversas pessoas na constituição da história do Ensino Superior de Bento Gonçalves. Com a metodologia da História Oral, buscou-se identificar, nos relatos de cada sujeito, nos espaços destinados a guardar as memórias, nos documentos que foram produzidos, sinais, marcas, indícios que revelassem tensões, contradições e disputas de poder ao longo do processo de constituição do Ensino Superior.

A pesquisa pode servir para nos darmos conta da importância das lembranças e da memória. Fischer e Souza (2012, p.2) afirmam que “somente porque armazenamos lembranças é que sobrevivemos e construímos nossas identidades. Uma comunidade sem memória é uma comunidade sem vida”. Somos compostos das histórias transmitidas de avós para pais, de pais para filhos. Compreender o passado do processo de constituição de uma instituição de Ensino Superior no interior do Rio Grande do Sul possibilita reconhecer e refletir sobre as mudanças e permanências que ocorreram ao longo do tempo.

⁷ Os documentos são fotografias, editais, estatuto, relatórios, correspondências, atas, ofícios, recorte de jornais, entrevistas, entre outros. Eles serão melhor explorados nos capítulos 2, 3 e 4.

O período da década de 1960 caracterizou-se por grandes mudanças. Consolidavam-se aspectos relacionados tanto ao desenvolvimento socioeconômico – mão de obra destinada à indústria, verticalização e urbanização das cidades – quanto educacionais – acesso, expansão e democratização do ensino público (CUNHA; GÓES, 1999). Nesse período, aconteceram reformas educacionais. Entre elas, pode-se destacar a Lei nº 4024 de 1961⁸ – compreendida como a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, e a Lei 5540/68⁹, designada à Reforma do Ensino Superior.

Não existem investigações acadêmicas referentes ao Ensino Superior do município de Bento Gonçalves da maneira proposta por este estudo, e pela importância e diferença que o Ensino Superior faz na sociedade em que está inserido, a ideia da pesquisa justificou-se com o início do recorte temporal, em 1955, ano que se tem registro das primeiras articulações que as lideranças educacionais desejavam: a instalação de um curso a nível superior no município. No ano de 1968, deu-se o primeiro vestibular para o Curso de Ciências Econômicas e, em 1972, fundou-se a FERVI. Considerando esse fato e também que, em 1972, ocorreu a institucionalização da FERVI, com a consolidação dos primeiros cursos superiores, o problema da pesquisa foi “*Quais foram os processos de articulação e constituição do Ensino Superior em Bento Gonçalves?*” Advindas desse problema, outras questões nortearam a pesquisa, como por exemplo: Quais eram os objetivos de ter, no município, uma IES entre as décadas de 1950 e meados de 1970? Quem foram os articuladores desse processo? Como aconteceram as primeiras articulações? Como o Movimento Pró-Faculdade de Agronomia (MPFA), posteriormente Movimento Pró-Faculdade de Bento Gonçalves (MPFBG), contribuiu para a constituição do Ensino Superior no município? Como foi escolhido o primeiro curso de Ensino Superior do município? Como eram as relações que aproximaram as lideranças articuladoras de Bento Gonçalves e a UCS? De que forma ocorreu a consolidação do Ensino Superior e em que termos a FERVI se constituiu?

Para responder a essas questões, o objetivo geral foi o de *compreender o processo de articulação e constituição do Ensino Superior em Bento Gonçalves – RS,*

⁸ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

⁹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

entre os anos de 1955 e 1972, atentando à gênese da FERVI, construindo uma narrativa do processo.

Soares (2015) relata que é preciso primeiro compreender para depois conseguir agir. A pesquisa nos “motiva, demanda, exige e orienta a ação para transformar” (SOARES, 2015, p.6). A fim de alcançar o objetivo geral, previram-se algumas ações como a construção de dados do *corpus* empírico, por meio da História Oral e pesquisa documental; a contextualização histórica do período em estudo, atentando para o município de Bento Gonçalves nas décadas de 1960 a 1970; a identificação das motivações que aproximaram a UCS e as instituições e lideranças de Bento Gonçalves, articuladores da implementação do Ensino Superior no município; a descrição do processo de movimentação inicial e instalação do primeiro curso superior e, por fim, mas não menos importante, a construção de uma narrativa da constituição da primeira IES do município, a FERVI.

Entende-se o desafio que é pesquisar. Além dos esforços do pesquisador-historiador, existe a função social da pesquisa e pensa-se que o desafio é tentar contribuir com a comunidade onde o objeto de estudo está inserido, contribuindo para a reflexão e o conhecimento não somente do meio acadêmico.

Para tanto, a base teórica desta pesquisa é auferida nos referenciais da História Cultural, buscando compreender os conceitos de Documento, Memória e História, História das Instituições, Instituições de Ensino Superior Comunitárias, Mediadores Culturais, Redes de Sociabilidade e Relações de Poder, uma vez que são pontuações teóricas importantes para esta dissertação.

A História Cultural é a base teórica que, juntamente com a história da educação, orientam a presente pesquisa. Para compreender a História Cultural e realizar análises sob esse viés, buscou-se fundamentar a pesquisa em obras de autores como Certeau (1975, 2002, 2012), Le Goff (1994, 1996), Chartier (1991, 2002) Burke (2000, 2008, 2011), Sirinelli (2003), Gomes e Hansen (2016), Foucault (2017) e outros estudiosos que contribuíram para o aprofundamento de aspectos e categorias que envolvem a História Cultural. A metodologia da pesquisa foi formada pela análise documental e História Oral, realizando o cotejamento das fontes documentais, enquanto toda e qualquer produção do homem¹⁰, dos pressupostos teóricos relacionados com a autoria.

¹⁰ Ver Luchese (2014).

Na perspectiva da História Cultural, atenta-se para o conceito de representação que reposiciona o comportamento do pesquisador da história. A representação é percebida, nesta dissertação, como uma construção de significados a partir da realidade. E através dela as pessoas vão se reconhecendo na sociedade, no mundo. Emergem dela os comportamentos pessoais e sociais, cheios de força, que integram, dão coesão e que aclaram a realidade e o jeito que os sujeitos e seus pares obtêm para dar sentido à sua vivência e ao que está ao seu redor, tornando presente o ausente (PESAVENTO, 2008). A representação é suscetível de mobilização e ainda fabricação de reconhecimento e legitimidade das/nas pessoas.

Hoje, compreende-se que aquilo que se passa na mente do ser humano não é espelho fiel do fato. Para Burke (2011),

[...] percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra. Nessa situação, nossa percepção dos conflitos é certamente mais realçada por uma apresentação de pontos de vista opostos do que por uma tentativa [...]. (BURKE, 2011, p.15-16).

Percebe-se, assim, que a sociedade e o que nela acontece podem ser entendidos somente partindo das representações. Baseado nestas, o historiador tem a possibilidade de construir uma narrativa sobre algo que ele não viveu, ajudando na produção histórica. Ao mesmo tempo em que as representações dão vida ao real, elas também formam o imaginário (PESAVENTO, 2008).

Nessa linha de pensamento, salienta-se que não se consegue narrar uma história completa, ou seja, em sua totalidade. Embora se faça por meio de análise de documentos ou História Oral, não é possível escrever o que aconteceu propriamente dito, visto que as pessoas elaboram o vivido e constroem uma representação sobre cada acontecimento, e o papel do historiador é, a partir disso, construir uma narrativa das muitas que poderá ter um mesmo objeto. Sendo assim, é possível que, em outro momento, outro pesquisador, utilizando as mesmas fontes desta investigação ou outras, diante de outras perguntas norteadoras, se construa uma narrativa diferente da elaborada nesta dissertação.

O conceito de documento foi aqui entendido com base em Le Goff (1996), Farge (2009), Alberti (2004), entre outros autores. Documentos são indícios do que aconteceu, e que tem significado diante das perguntas feitas pelo pesquisador para a construção de uma narrativa. Compreende-se, assim, que o passado não pode ser

reconstruído, porém é possível construir uma narrativa do acontecido partindo dos vestígios encontrados. É necessário entender que uma pesquisa histórica não visa a transpor um fato, todavia aceita-se que sobre a realidade estudada são realizados recortes, escolhas de elementos e deixados outros tantos de lado por não ajudar a responder o problema da investigação.

Entende-se que boa parte da seleção de documentos já foi feita ainda antes de o historiador encontrar-se com as fontes de sua pesquisa. É possível dizer que os responsáveis por essa pré-seleção foram os sujeitos que elaboraram o material, aqueles que o guardaram, organizaram e outros agentes. Le Goff (1996), direcionado ao estudo dos documentos, sugere que estes sejam tratados como se fossem monumentos, buscando descobrir quem o produziu, as relações de poder estabelecidas por esse sujeito em seu meio e a forma como o documento afirma, que, ao mesmo tempo, é afirmação de quem o fabricou. Nesse contexto, ao historiador cabe “a crítica do documento qualquer que ele seja - enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica no passado, é um produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de força que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1996, p. 545).

De acordo ainda com Le Goff (1996), todo documento é concomitantemente “mentira” e “verdade”. Ele explica que, quando se observa um monumento, a primeira coisa que aparece é uma roupagem, algo que pode enganar o observador, ou seja, uma montagem. E o mesmo acontece com o documento. É como se os antepassados deixassem aquilo que eles queriam que se pensasse que eram, é possível que até fossem como se mostram por meio do documento, mas existem mais coisas por trás. É por esse motivo que, para ele, o historiador precisa “desmontar, demolir essa montagem, desestruturar essa construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (LE GOFF, 1996, p.548).

Pode-se pensar que o documento é composto por traços que foram produzidos com base em uma versão do real, de um olhar sob o mundo, tendo a possibilidade de ser a representação da realidade. Por meio das perguntas feitas ao documento, é possível construir a análise do objeto de estudo do pesquisador, realizando uma crítica histórica que é fundamentada em teorias que buscam dar sentido ao processo histórico.

Nesse sentido, para construir uma narrativa do processo histórico de constituição e consolidação de uma instituição de Ensino Superior, considera-se

necessário procurar compreendê-la como particular e com suas peculiaridades, mas que, no entanto, os sujeitos que fazem parte desse processo também constroem relações com um contexto mais amplo, no caso, a sociedade em que a instituição está inserida, especificamente, o município de Bento Gonçalves e os acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais vividos no recorte temporal.

Diante de tudo o que foi tratado sobre documentos até aqui, permite-se fazer a reflexão sobre os documentos encontrados sobre a constituição e consolidação da Educação Superior em Bento Gonçalves. Além dos livros de atas, ofícios recebidos e enviados, entre outros, ditos documentos oficiais, foram encontrados abaixo-assinados e recados manuscritos referentes à opinião individual do curso superior que a população gostaria que se instalasse na cidade.

No decorrer da pesquisa, compreendeu-se que somente as fontes documentais não seriam suficientes para responder ao problema da investigação, e que era importante a História Oral. Entende-se que é no ato de analisar os documentos que emergem as relações anteriormente não vistas, é durante a análise que os sujeitos e suas práticas vão sendo delineados.

Como já sinalizado anteriormente, utilizou-se a História Oral como metodologia de pesquisa, uma vez que se faz necessário entender a conexão existente entre a memória e a história. Para compreender melhor essa relação, foram aprofundadas as leituras em Le Goff (1996), Halbwachs (2006), Meihy (2005) e outros autores.

Há um tripé relacional entre a lembrança espontânea, o silêncio e a recordação pedida, que faz com que a memória seja como uma passagem para se chegar ao passado. Para Le Goff (1996), a memória é uma ferramenta de poder. Pode-se utilizar a memória também por meio de esquecimentos e silêncios, e estes podem fazer notar as formas utilizadas para influenciar a memória coletiva. Nas memórias encontram-se não o fato como tal, mas a representação da realidade, ora avivados, ora silenciados de acordo com as intervenções estabelecidas ao passado, aí acontecem os processos de esquecimento da representação do que aconteceu.

A memória só consegue ter coesão e coerência porque as lembranças que ela evoca de alguma forma fazem sentido. Quando um sujeito narra parte da história, essa representação, além de ser individual, é também a forma de reforçar a representação coletiva relacionada ao mesmo fato que aconteceu com outros sujeitos.

Uma pessoa sozinha é incapaz de manter lembranças por um longo período de tempo, pois precisa do suporte de outras pessoas que também presenciaram o fato

para alentá-las e dar forma a elas. As memórias só são geradas por meio do outro que as reforça, enfraquece, completa e ao mesmo tempo legitima essas lembranças (HALBWACHS, 2006). Nesta dissertação, entende-se que o sujeito tem o papel de formar as lembranças, entretanto, sozinho, ele é uma ferramenta das memórias grupais. Pois, segundo Halbwachs (2006, p.69), “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, que se altera de acordo com o lugar ou função que o sujeito ocupa no grupo e, ainda, com as relações que se tem em outros grupos.

Pensa-se que, ao tratar da memória, considera-se evocação e fonte histórica. Por esse motivo, será analisada criticamente. Ademais, enquanto fenômeno histórico e, para tanto, entende-se que a memória é “seletiva, [e por isso] precisamos identificar os princípios de seleção e observar como eles variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro e como mudam com o passar do tempo” (BURKE, 2000, p.73). Quer-se, inclusive, aqui, procurar compreender a flexibilidade da memória e suas limitações, olhando com cuidado para o que é lembrado e o que é esquecido, buscando evocar no narrador o que ele prefere esquecer ou recusa-se a lembrar.

Foi possível, no processo de construção desta dissertação, evocar memórias que demonstraram diferentes pontos de vista sob um mesmo assunto. A memória, como ferramenta de pesquisa, foi utilizada na procura por informações que ajudassem a responder aos questionamentos propostos ao objetivo de pesquisa, sendo que, em outros momentos, tem-se a possibilidade de que ela seja o próprio objeto.

As análises realizadas neste estudo compreendem a história das instituições e baseiam-se nas pesquisas de Franco (1998), Magalhães (1999, 2004, 2007), Gatti Jr. (2002) e Nosella e Buffa (2005). Para entender a história do Ensino Superior em Bento Gonçalves, procurou-se averiguar o contexto em que as articulações e posteriormente a FERVI se encontravam na história da referida cidade ou região, buscando dar ao estudo um sentido histórico.

Compreende-se por instituição educativa uma composição de elementos materiais e humanos que se inter-relacionam, e relacionam com o externo, com a comunidade. Também compõe um espaço-tempo, reunindo aspectos pedagógicos, administrativos, organizacionais e acadêmicos, em que os sujeitos constituem funções e representações distintos, em que o presente e o futuro pessoal e institucional vão sendo construídos em conjunto. Além disso, a relação educativa é “uma relação instituinte entre a realidade envolvente, as estruturas, as tradições, as expectativas

socioculturais (o instituído), por meio da dialética contratual (instituição), por ação dos sujeitos individuais e grupais (instituinte)” (MAGALHÃES, 2004, p.60).

A história das instituições tem a finalidade de construir relatos com várias dimensões que demonstrem uma determinada movimentação pedagógica, identidade histórica particular, projeto pedagógico, entre outros. Por esse motivo, “[...] a instituição escolar [e aqui de Ensino Superior] não é vista a priori como a eterna reprodutora dos desequilíbrios sociais, nem como a redentora de todos os seus males: dialeticamente, a escola é um importante espaço de luta social pela hegemonia” (NOSELLA; BUFFA, 2005, p.364). A instituição escolar, bem como a de Ensino Superior, não é aquela que só reproduz aquilo que é vivido na sociedade, assim como não é a que só dá condições para que a sociedade se transforme. Por ser formada por sujeitos diversos que estão inseridos na sociedade, ao mesmo tempo que reproduz, é possível que transforme a sociedade, e vice-versa.

Ao pesquisar o que aconteceu dentro das Instituições de Ensino Superior, ponderando sobre as pessoas implicadas, não só no processo educativo, mas no próprio processo de constituição e de sua consolidação, é possível construir uma noção mais aprofundada dessas, uma vez que tem por objetivo alcançar os dados que lhe atribuem identidade ou, como expõe Gatti Jr (2002), aquilo que impõe especificidade no contexto social do qual participou ou participa, mesmo com as mudanças que puderam ocorrer ao longo do tempo.

Na relação da história e memória com a instituição escolar, Magalhães (2007) afirma que pela ação educativa, por meio da rememoração, experiência e significado, a história se torna atual e substantiva. Sabe-se que a instituição educativa da qual trata este projeto, a FERVI, não é uma escola, mas é entendida como instituição acadêmica e, a partir da instalação do primeiro curso, requer um olhar voltado ao pedagógico. Instituições acadêmicas, uma vez ligadas à Educação Superior, podem ser estudadas no seu interior, no cotidiano pelas culturas escolares e/ou acadêmicas. Tais culturas, aqui, são compreendidas como instituintes e instituidoras de modos de ser, pensar, fazer. Assim, as culturas escolares envolvem: espaços, sujeitos, saberes e tempos. Mesmo não tendo sido aprofundada essa análise, na direção das culturas acadêmicas, foi considerada na pesquisa.

Para Viñao Frago (1995), o tempo é uma das características das instituições educativas, entretanto, não é qualquer tempo. O autor (1995, p.72-73) afirma que podem existir vários tempos em um único espaço, dentro de uma instituição educativa

encontram-se várias “formas ou níveis”, tornando-se o tempo e o espaço categorias de análise. Além dessas categorias, ainda são analisadas, neste estudo, a organização para a constituição da IES e a sua vida, relacionada às práticas administrativas e educativas da instituição, cultura acadêmica. Existem subcategorias como a constituição, instalação, professores e outras que ajudam a tecer a narrativa da educação superior em Bento Gonçalves.

Além do tempo e do espaço, a instituição acadêmica pode ter outras categorias de análise, como organização e vida, nas dimensões econômica, cultural e política da cidade. É importante, também, entender como essas categorias se relacionam com as atitudes dos partícipes do processo, observando que a identidade da instituição é vinculada diretamente ao cenário histórico, político, econômico, social e cultural. Sendo assim, a instituição acadêmica constitui sua própria identidade, bem como sua própria cultura acadêmica.

O estudo foi organizado pensando no processo de constituição do Ensino Superior. Dessa forma, a partir da análise documental emergiram as seguintes categorias: mediadores culturais, redes de sociabilidade e jogos de poder que perpassam o processo estudado.

Na história da constituição do Ensino Superior em Bento Gonçalves, é possível destacar sujeitos ou grupos que ajudaram, intermediaram situações para que o primeiro curso superior fosse instalado no município. Para compreender essas relações, foi utilizada a categoria das redes de sociabilidade, que, neste estudo, são entendidas como estruturas constituídas por mediadores culturais que inicialmente formam um núcleo comum, um espaço-tempo em que se estabelecem relações de confiança, afinidade e é onde “os laços se atam” (SIRINELLI, 2003, p.249). Desses núcleos criam-se redes de sociabilidade que podem ser ligadas e relacionadas a outros núcleos, ou ainda podem ser afastadas ou excluídas deles. Para Sirinelli (2003), existem forças contrárias que definem as redes, as primeiras forças são as que agregam, são relações de amizade, confiança, pertencimento e influência exercidas; as segundas são forças relacionadas aos posicionamentos tomados, conflitos, diferenças e tensões acabam por excluir alguns sujeitos e unir outros.

Esses sujeitos são considerados aqui como mediadores culturais. Sobre eles, suas práticas culturais e ação política é possível encontrar no estudo de Gomes e Hansen (2016), apoio para a análise. Para elas, os sujeitos são produtores da história, que é composta por diversificadas práticas, modos de fazer, papéis, que, segundo

elas, são “sempre sociais e políticos” (2016, p.9). Nesta dissertação, alguns sujeitos são entendidos no papel de mediadores culturais e, no decorrer deste trabalho, poderão ser observadas práticas de mediação cultural que estão envolvidas na constituição do Ensino Superior de Bento Gonçalves.

Neste trabalho, será possível observar práticas de mediação cultural pensadas e realizadas por sujeitos que são considerados aqui como intelectuais, o que aproxima este estudo da categoria explorada por Gomes e Hansen (2016) de intelectuais mediadores ou mediadores culturais, pois os sujeitos envolvidos na constituição do Ensino Superior de Bento Gonçalves vivenciaram práticas de mediação cultural e essas atividades resultaram num projeto que foi a instalação do Ensino Superior no município, na década de 1960.

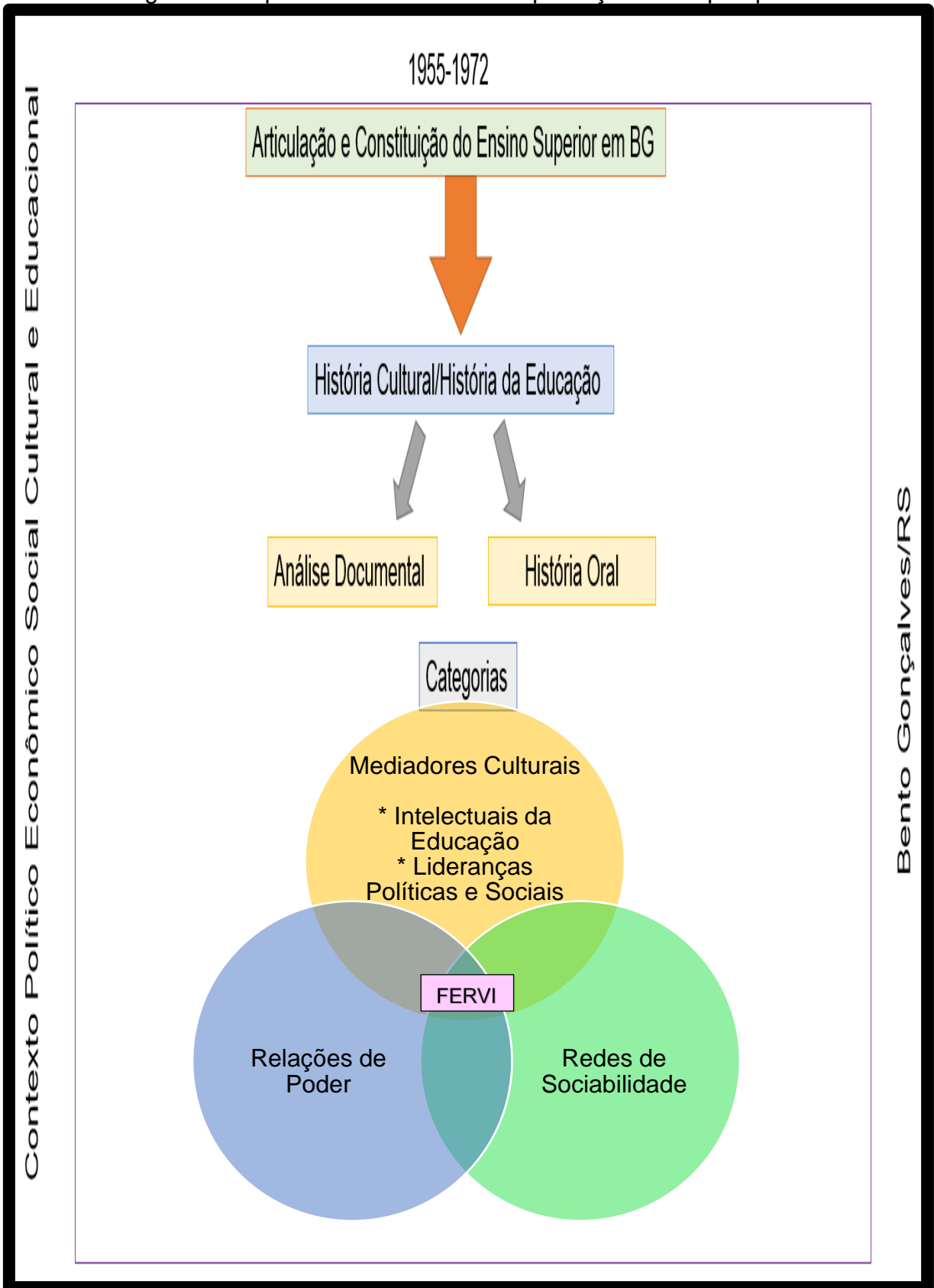
Gomes e Hansen (2016, p.9) reconhecem que “as práticas de mediação cultural podem ser exercidas por um conjunto diversificado de atores”, que fazem a diferença no desenvolvimento e cultura de uma sociedade, mas que às vezes não são lembrados. A pesquisa sobre a constituição do Ensino Superior, através das fontes orais e escritas, indicam que houve vários personagens envolvidos no processo, entretanto, existiram dois grupos que mais se destacaram, devido as suas iniciativas e articulações: um grupo de professores que fundaram e lecionavam inicialmente no Escritório Modelo, na década de 1950, e um grupo de vereadores que criaram o Movimento Pró-Faculdade de Agronomia, que quanto à dimensão política desenvolveram algumas práticas para a obtenção do Ensino Superior para o município, na década de 1960. Esta análise vai ao encontro do que afirmam as autoras: “homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 10).

Havia pouca articulação entre os dois grupos, entretanto, dentro do contexto que a eles competia, eles formaram duas frentes poderosas para a efetivação de um objetivo comum. Os sujeitos que faziam parte desses grupos são considerados neste estudo como “atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social” (GOMES; HANSEN, 2016, p.10). Diante das estratégias utilizadas, podem-se perceber nas práticas desses grupos as relações de força que perpassaram o processo de constituição do campo educacional de nível superior no município ao qual pertenciam.

Para melhor compreender a complexidade existente no poder, buscaram-se referências em Foucault (2017), que ajudaram a entender que existem diversas formas de exercer o poder, e que ele está, inclusive, no cotidiano dos sujeitos. Por esse motivo, é entendido como micropoder. O poder está atrelado aos gestos, discursos, atitudes, hábitos, comportamentos e às representações que cada sujeito tem de tudo isso. E, nessa perspectiva, foram analisadas as articulações e a constituição do Ensino Superior em Bento Gonçalves.

Graficamente, poder-se-ia representar o movimento de pesquisa a partir do esquema abaixo.

Figura 1: Esquema do movimento de produção desta pesquisa



Fonte: Esquema elaborado pela autora, 2017.

Esta pesquisa compreende os processos de articulação e constituição do Ensino Superior, no recorte temporal de 1955 a 1972. Esta investigação está inserida no contexto político, econômico, social, cultural e educacional brasileiro, de grande desenvolvimento industrial, urbanização e êxodo rural, e ainda, em termos de educação, atenta-se para os movimentos de expansão e interiorização do Ensino Superior. Compreende-se o período do início do Regime Militar e a Reforma Universitária de 1968. Esse contexto é refletido no Rio Grande do Sul e municípios interioranos, como Bento Gonçalves. A dissertação está alicerçada nos referenciais teóricos da História Cultural relacionados à História da Educação. As metodologias utilizadas foram a Análise Documental e a História Oral e delas emergiram as três categorias vinculadas neste estudo: a. Mediadores Culturais, b. Relações de Poder e c. Redes de Sociabilidade.

Os Mediadores Culturais foram definidos e divididos nesta pesquisa como dois grupos, um de lideranças educacionais, vinculados ao Escritório Modelo Professor Félix Faccenda (EMPPF)¹¹, e outro de lideranças políticas e sociais, vinculados à Câmara de Vereadores do município. Esses dois grupos de mediadores culturais foram os que, por meio de suas redes de sociabilidade, articularam processos de constituição do Ensino Superior em Bento Gonçalves, permeados de tensionamentos e relações de força.

Uma das características principais da FERVI, que está intrinsecamente relacionada à forma como aconteceu sua gênese, é que se forma como uma Instituição de Ensino Superior Comunitária (IESC). As IESC são desenvolvidas basicamente por fundações ou associações, diferenciam-se por unir as lideranças que atuam como articuladoras de setores com poder de decisão no município. Dentre elas, destacam-se a prefeitura municipal, o judiciário, a câmara de vereadores, as cooperativas, as igrejas, os colégios, os sindicatos patronais e de trabalhadores, as quais se reuniram como associações comunitárias responsáveis, geralmente, pela fundação mantenedora das universidades.

Essas instituições rio-grandenses se formaram como modelo de potencialidade e autonomia do município, e também da competência de criar colaboração entre as

¹¹ O Escritório Modelo foi um sistema de ensino diferenciado para a época, onde o estudante fazia o seu curso Técnico em Contabilidade de forma teórica ligada à prática. Nesse sistema foi criado uma empresa - escritório onde os estudantes colocavam em prática o que aprendiam nas aulas teóricas, experienciando no diariamente as funções de um Técnico em Contabilidade.

diferentes lideranças e setores com os poderes local e regional da sociedade civil. Conforme afirma Paviani (1985, p.17), a Universidade Comunitária:

É uma instituição de ensino superior, de pesquisa e extensão sob a responsabilidade jurídica de uma Fundação ou de uma Associação de fins filantrópicos. Confessional ou não, constituída e mantida por iniciativa e sob controle de uma comunidade especialmente definida, reconhecida idônea para a tarefa educacional dentro do pluralismo democrático, administrada, nos termos definidos em Lei, pela participação da comunidade a que presta serviço e da comunidade interna, tendo seus recursos aplicados exclusivamente para o alcance dos objetivos estatutários de serviço à comunidade, sob o controle do Ministério Público, de forma, sobretudo, a evitar a apropriação de qualquer espécie de resultados por parte de indivíduos ou grupos. (PAVIANI, 1985, p.17).

Comunitária, segundo o ponto de vista de Dalbosco (1998), é aquela instituição que está atrelada à comunidade em que está inserida, sob o viés de que a comunidade contribui na construção e administração da universidade, sendo que esta posteriormente retribuirá o movimento, articulando novos conhecimentos e desenvolvimento à comunidade local e regional. Pela sua história, percebe-se que a sua gênese se deu para ocupar um espaço em que as instituições públicas não estiveram presentes, pois os estudantes do interior, muitas vezes, não tinham condições de frequentar a universidade na capital.

A relação entre a instituição comunitária e a inserção local e regional deve-se pela sua responsabilidade manifestada dessas instituições com seu espaço-tempo; geograficamente expondo, a região é o espaço desenvolvido por grupos sociais que partilham a cultura e instâncias comuns.

A FERVI, em sua institucionalização, já iniciou com características de que seria uma instituição comunitária. Em 1955, algumas lideranças educacionais vinculadas às comunidades educacional e empresarial tentaram aproximação com a PUCRS. Em 1963, foi o legislativo que tomou a iniciativa. Foram forças das comunidades educacional, empresarial e política-legislativa que concretizaram a instalação do primeiro curso de Ensino Superior.

As fontes escritas consultadas se localizam no Arquivo Institucional da FERVI, no Instituto de Memória Histórica e Cultural (IMHC) da UCS e também no Arquivo Particular de Carlos José Perizzolo.

O documento histórico é diferente do ocorrido. Ele retrata uma visão do acontecido, é um olhar sobre a realidade que passou, isto é, ele é uma representação do vivido. Para compreender esse olhar e melhor analisar o documento, tentou-se

encontrar as repostas sobre quando e onde ele foi redigido. Quem o construiu, para quem, por que e como? Além de perguntar sobre o que muitas vezes não é percebido, que são os silêncios, os vazios, as ausências, que fazem parte do documento e que não são tão fáceis de encontrar (PAIVA, 2002).

Buscou-se estabelecer relações entre os dados trazidos por outros estudos, a metodologia e a teoria abordada. O arquivo foi lido, separado, de forma que fosse possível ter uma cópia em mãos sem precisar estar no local onde o arquivo original é conservado. Os documentos foram fichados, organizados, seriados, categorizados e assim se constituiu parte do *corpus* empírico desta pesquisa.

Depois de idas e vindas ao arquivo institucional, a maioria dos documentos encontrados no acervo da FERVI estão digitalizados ou fotografados, observando o recorte temporal desta pesquisa. Vale ressaltar que naquele acervo encontram-se fontes para outras investigações acadêmicas, inclusive as que demandam maior fôlego.

No processo historiográfico existe uma seleção de fontes feita pelo historiador, mas entende-se que antes dessa seleção ocorreram outras, com outros diversos motivos. Por isso, além das muitas perguntas feitas para o documento, é importante refletir o porquê do documento ter sido guardado, divulgado e por que se tem acesso a ele.

Com a análise documental, quer-se construir ou ressignificar conhecimentos e elaborar formas diferentes de entender os fenômenos, os acontecimentos. Nela é possível trazer os acontecimentos, para serem expostos, interpretados, resumidos, elencando as intenções encontradas de acordo com a possibilidade, realizando alguma dedução (CELLARD, 2008), e, ainda, relacionando com o aporte teórico para melhor ser compreendido.

Optou-se por explorar fotografias como fonte para a história construída. Nas palavras de Samara e Tupy (2010, p.119), as imagens são “representações do vivenciado e do visto, do sentido e do imaginado”. Por isso nesta pesquisa foram visualizadas criticamente, buscando observar, especialmente, seu contexto de produção e significação.

Para Vidal e Abdala (2005, p.191), “as fotos, assim, oferecem-nos um fragmento selecionado da realidade”. Sendo assim, relaciona-se ao que Le Goff (1996) aponta sobre o documento, sobre a necessidade de levar em consideração a intenção daquele que produziu o documento e que deve ser de fato compreensível,

pois, para ele, aquilo que é registrado é o que quem produziu quer que seja contado, lembrado, considerado, existindo aí uma relação de poder.

Acontece algo parecido com as narrativas de História Oral. O entrevistado fala aquilo que considera ser importante para a pesquisa. Ao entrevistar e analisar as entrevistas, pode-se entender o quanto a memória está vinculada ao passado e ao mesmo tempo ao presente e, ainda, às relações e compreensões, por vezes conflitantes, que existem entre os dois. A memória é transmitida e construída pelo sujeito, concomitantemente aos processos de constituição de sua identidade (POLLAK, 1989).

A História Oral é tida como fundamental em estudos como este, porque segundo Portelli (1997),

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa a aprofundá-los em essência por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que elas tiveram na vida de cada uma. (PORTELLI, 1997, p.15).

Através das entrevistas é possível encontrar relatos de História Oral que auxiliam na composição de uma narrativa da história do Ensino Superior de Bento Gonçalves. Assim, um dos objetivos foi conversar com sujeitos que de uma forma ou outra fizeram parte desse recorte histórico do Ensino Superior.

Após a qualificação do projeto de pesquisa, entrou-se em contato com os possíveis entrevistados. Depois de muitos telefonemas, e-mails, muitas idas e vindas, conseguiu-se partilhar a composição do objeto de estudo com os entrevistados a fim de que estivessem cientes do que iria ser tratado. As entrevistas foram autorizadas por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em que a identificação do entrevistado era opcional. No decorrer das entrevistas, todos os entrevistados escolheram ser identificados.

Entender o processo de constituição do Ensino Superior a partir do olhar dos sujeitos implicados pode ajudar a mostrar indícios do passado, trazidos através do diálogo problematizado. O quadro dos possíveis entrevistados produzido no projeto não reflete todo o quadro de entrevistados. Primeiramente pela dificuldade de encontrar a possível entrevistada Volida Dalla Colleta, e também porque a entrevista com os primeiros entrevistados ocasionou um fenômeno conhecido como “bola de

neve”, em que um entrevistado lembra de outro sujeito que também participou do processo e que poderia ter informações relevantes à pesquisa, que também lembra de outro e assim sucessivamente. Então, há entrevistados neste estudo que não estavam previstos no quadro do projeto que foi encaminhado para a qualificação.

Foram realizadas oito entrevistas que tiveram por objetivo compor o *corpus empírico* deste estudo. E foi utilizada uma entrevista realizada em 1989, por Heloísa Bergamaschi. Os relatos, que reconstituíram as experiências de vida e trouxeram indícios para uma primeira visão das relações de poder, práticas de mediações e redes de sociabilidade daquele período, são os dos entrevistados, como relacionados no Quadro 1, juntamente com a sua vinculação com este trabalho.

Quadro 1: Entrevistados para a pesquisa

Nome	Vínculo com a pesquisa	Data da(s) entrevista(s)
Paulo Roberto Wünsch	Estudou o processo de constituição da FERVI de 1963 a 1972.	26.12.2016
Omar Darci Samora Peres	Presidente da União dos Estudantes Secundaristas Bento-Gonçalveses.	26.12.2016
Carlos José Perizzolo	Vereador e articulador do Movimento Pró-Faculdade de Bento Gonçalves.	02.01.2017
Vercino Franzoloso	Professor da FERVI.	25.01.2017
Pedro Paulo Zanatta	Professor do Colégio Marista Aparecida; um dos fundadores e diretor da Faculdade de Ciências Econômicas de Caxias do Sul (1959); um dos articuladores da instalação do primeiro curso superior de Bento Gonçalves.	(a)27.01.2017 (b)29.06.2017
José Carlos Köche	Estudante da UCS, no período citado, e contribuiu, enquanto estudante e depois como professor da FERVI, para a constituição e consolidação da mesma instituição de ensino.	(a)21.02.2017 (b)30.07.2017
Ulysses De Gasperi ¹²	Professor da FERVI.	27.09.1989

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2017.

Utilizaram-se todos os recursos possíveis para entrar em contato¹³ com os entrevistados: internet, telefone, conversando com seus filhos. Sempre procurou-se agendar uma conversa para explicar o projeto e tirar dúvidas. Entretanto, como o assunto era previamente adiantado, no momento da conversa eles já estavam

¹² A entrevista como o professor Ulysses foi realizada por Heloísa Bergamaschi e encontra-se no Acervo do Instituto de Memória e História Cultural, no Fundo: UCS e número de registro 40 e 41.

¹³ Meu primeiro contato com o Wünsch e Köche foi utilizando a internet, o primeiro, via redes sociais e o segundo via e-mail. À Wünsch solicitei o e-mail para tornar a conversa um tanto formal, dada a seriedade da pesquisa. Falei com Peres e Perizzolo pelo telefone e agendei uma primeira conversa. E com Franzoloso e Zanatta consegui encontrá-los entrando em contato primeiramente com a filha de Franzoloso e o filho do Zanatta.

preparados para uma entrevista, e foram aproveitadas todas as oportunidades. O ambiente das entrevistas foi em sua maioria¹⁴ nas residências dos entrevistados. Procurou-se guiar o momento com cada entrevistado por meio de tópicos pré-estabelecidos, o que viabilizou maior liberdade para o depoente em narrar a história e também a esta pesquisadora para intervir quando considerava oportuno.

As entrevistas foram gravadas em áudio, posteriormente no seu tratamento foi duplicada a gravação para formar um acervo de segurança, foram transcritas, textualizadas e transcriadas de forma a deixá-las mais compreensivas e ao mesmo tempo procurou-se conservar nelas a emoção da narrativa, para então fazer a devolutiva a cada entrevistado e a conferência da transcrição.

Nas entrevistas, compreendeu-se a dificuldade de manter o controle da situação, devido ao aspecto da imprevisibilidade, o que exigiu disposição, flexibilidade e aptidão para a escuta. Entendeu-se, na prática, a conceituação de que a memória é seletiva, que os testemunhos se alteram, que os participantes da entrevista respondem o que acreditam que necessitam responder para o pesquisador.

É interessante levar em consideração o fator da subjetividade do historiador que ouve a história narrada. Na História Oral, o olhar deve se voltar aos silêncios, esquecimentos, e mais as reiteraões e a linguagem corporal. Esses e mais aspectos compuseram a documentação.

A História Oral compreende uma dimensão técnica e também teórica, entendê-la como teoria é compreender que a história tem a capacidade de autorrefletir. Ela forma um corpus teórico específico, relacionado intrinsecamente com suas práticas. A fonte oral após transcrita se transforma em documento e, a partir daí, segundo Alberti (2004), deve ser analisado com rigor de qualquer outro documento, tirando dele tudo o que poderá auxiliar para a resolução do problema de pesquisa.

Para a análise dos depoimentos, procurou-se decompô-los, categorizá-los e separá-los, para estabelecer relações e poder construir resultados da pesquisa. Mas não se pode generalizar os entrevistados e sua forma de pronunciar tendo categorias previamente estabelecidas. Este foi um trabalho que exigiu bastante cautela para que não ficasse nos extremos.

As narrativas são partes de memória, descontínuos decompostos do todo, que, depois de trabalhadas, sistematizadas, organizadas, vão ganhando forma. Alberti

¹⁴ Com duas exceções: entrevistados Wunsch e Perizzolo, em que a entrevista foi em seus respectivos locais de trabalho.

(2004) expõe que “um acontecimento ou uma situação vivida pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado. Isto significa que ele se constitui (no sentido de tornar-se algo) no momento mesmo da entrevista” (ALBERTI, 2004, p. 77).

As entrevistas se constituem como narrativas a partir de experiências, percepções, representações pessoais que, rigorosamente analisadas com base na História Oral e cotejadas com outros documentos e com a teoria, ajudam a tecer a trama do processo de gênese e consolidação do Ensino Superior em Bento Gonçalves.

Por fim, esta dissertação está organizada em cinco capítulos, sendo que no Capítulo 1 constam as Considerações Iniciais, que objetivam introduzir o tema, justificá-lo, apontar as questões norteadoras que conduziram a pesquisa, fundamentar o estudo com os referenciais teórico-metodológicos, bem como apresentar a forma como foi realizada a investigação.

O Capítulo 2, intitulado “Contextualizando o espaço-tempo em que se insere a constituição do Ensino Superior em Bento Gonçalves”, tem como objetivo apresentar o cenário histórico brasileiro, rio-grandense e de região que fomentaram as articulações para a vinda do Ensino Superior no município.

No Capítulo 3, com o título “Gênese do Ensino Superior no município: das articulações à instalação do primeiro curso”, buscou-se analisar as forças da instalação e as relações de poder existentes no processo, atentando para as articulações de lideranças educacionais, políticas e sociais do município com a UCS e o processo de escolha do primeiro curso, finalizando o capítulo com a representação do que foi o Ato de Instalação do primeiro curso para o município.

“Processo de consolidação: Fundação Educacional da Região dos Vinhedos” foi o título dado ao Capítulo 4, que, como o próprio nome já indica, trata da movimentação em torno da consolidação do Ensino Superior, através da constituição da primeira turma, a relação de e com os professores, o processo de oferta de novos cursos, a formatura da primeira turma de economistas que auxiliam ou demandam a fundação da entidade mantenedora dos cursos isolados, a FERVI.

Ao final, constam-se as Considerações Finais, que dizem respeito aos resultados e apontamentos de encerramento, além de indicar chaves de pesquisa que vislumbraram no decorrer deste estudo e que ficam em aberto para futuras investigações.

Afinal, pesquisar a história faz o ser humano distanciar-se de si mesmo e ir ao encontro do outro, do diferente, do distante enquanto tempo. Com a história, percebe-se que existem muitas mudanças e permanências ao longo da mesma. Para pesquisar, é preciso aproximação e afastamento para conseguir sentir e interpretar aquilo que, muitas vezes, parece tão distante e, concomitantemente, tão próximo daquele que executa a pesquisa.

“A pesquisa histórica pode ajudar a desnaturalizar o presente” (GALVÃO; LOPES, 2010, p.86), apontando possibilidades de se rever as condições do passado da sociedade. Possibilita, ainda, a compreensão da relação entre fatos históricos e a sociedade atual e do desenrolar de acontecimentos de cunho político, social, cultural e econômico e os efeitos que esses têm na vida contemporânea. Sendo assim, pode-se dizer que é através da pesquisa histórica que se torna possível dar novo significado ao passado, elaborando novos saberes que poderão orientar comportamentos e atitudes presentes, possibilitando uma melhor compreensão do passado. Convida-se para que possas se aventurar a conhecer esta narrativa do passado constituidor do Ensino Superior de Bento Gonçalves.

2 CONTEXTUALIZANDO O ESPAÇO-TEMPO EM QUE SE INSERE A CONSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM BENTO GONÇALVES

Este capítulo tem como intuito contextualizar o Ensino Superior no Brasil e no Rio Grande do Sul, atentando para o processo de expansão e interiorização, bem como narrar o processo histórico-educacional do município de Bento Gonçalves entre as décadas de 1950 e 1970.

A partir de 1930, o contexto brasileiro passa por transformações em diferentes setores, em especial com o crescimento das cidades e da população, pois, como afirmam Rossato e Magdalena (1995, p.21), o país “vive de 1940 até meados de 1970 a chamada fase de explosão demográfica, com um crescimento muito acelerado e taxas de fecundidade muito elevadas, fazendo com que nesse período o país tivesse um crescimento exponencial”. Essa população aumentou rapidamente, devido ao incentivo ao desenvolvimento industrial, à urbanização, e um processo de burocratização em que simultaneamente o Estado expandiu seu poder. Sustentando-se na industrialização, foram dados os passos iniciais para a construção de uma sociedade com viés mais urbano. Com o grande crescimento populacional, houve também um aumento nos fluxos de migração, especialmente em relação às pessoas que saíram do meio rural e que ocuparam os espaços urbanos. Essa atmosfera trouxe um sistema educacional voltado às massas, aumentando a demanda pelo ensino primário. Ao mesmo tempo, trouxe vários projetos educacionais voltados à elite brasileira, resultando num desejo de reorganização da educação secundária e de nível superior.

Durante o período do Estado Novo, o governo, paulatinamente, se corrompia por causa de disputas internas e outros motivos, que Cunha (2003, p.170) chama de “reflexos da guerra no país e a divisão do exército”. Os líderes das oposições atentaram para a absolvição dos políticos presos e intimaram para uma Assembleia Constituinte, antes das eleições para a presidência.

A destituição de Vargas do poder, que pôs fim ao Estado Novo, trouxe certa autonomia às universidades, o que anteriormente não acontecia devido ao forte controle do governo. Cunha (2003) acredita que os primeiros elementos fundamentais para as transformações na educação foram “a intensificação dos processos de industrialização e de monopolização, ao lado da emergência do populismo como

instrumento de dominação das massas incorporadas à política, mas que escapavam do controle das classes dominantes” (CUNHA, 2003, p.171).

O populismo começou a ter um papel predominante, enquanto modelo dentro da política, que trouxe Vargas novamente à frente do Brasil em 1950. Entretanto, com a crise do populismo, visto que havia fortes disputas de classe, Vargas acaba se suicidando (FAUSTO, 2012).

A década de 1950 foi marcada por algumas manifestações. Entre elas, no campo do trabalho, os movimentos de reivindicação vão se tornando mais politizados, com maiores negociações. Ilustrando isso, pode-se contar com a greve geral de 1953, em que pararam mais de 300 mil trabalhadores, que conseguiram, com isso, o direito à greve e à reforma do ministério, que colocaria João Goulart no Ministério do Trabalho (GOHN, 1995).

Esse período também foi notado por projetos significativos, que mostravam a atenção do governo de âmbito federal, a fim de criar meios para concretizar o plano de desenvolvimento da nação. Para Neves (2007), tanto nos discursos quanto nas políticas tiveram espaço a formação de trabalhadores e a pesquisa científica e tecnológica. Por esse motivo, entende-se que a educação superior teve um momento expressivo de desenvolvimento no Brasil. Esse foi um período em que se intensificaram os processos de federalização das universidades.

Juscelino Kubistchek, aliando-se com as camadas populares urbanas, como proletariado das indústrias e, contraditoriamente, com um pequeno grupo detentor de grandes áreas rurais, é eleito Presidente da República, e teve como seu vice-presidente João Goulart, que já havia trabalhado no governo de Vargas, como citado anteriormente. No tempo em que esteve no poder, Juscelino teve como lema “50 anos em 5”, o que significou que em seu mandato procurou modernizar o Brasil em pouco tempo, usando como estratégia a incitação para a industrialização. Nos anos 50, ainda, a classe média começa um processo de fortalecimento, apresentando ainda nesse período algumas de suas características próprias (ROSSATO; MAGDALENA, 1995).

O primeiro presidente eleito a tomar posse em Brasília foi Jânio Quadros, no dia 31 de janeiro de 1961. Foi um dos presidentes mais votados. Seu governo estava voltado a fortalecer a política externa de maneira a torná-la independente. Seu programa econômico desvalorizava a moeda e acabou por aumentar o valor do produto, causando grande insatisfação popular. Para tentar conter a inflação, recorreu

ao FMI e gerou o congelamento de salários e uma profunda restrição ao crédito. Em razão dessas medidas pouco populares, tinha uma base frágil de apoio ao seu governo. Decidiu renunciar, pois estava sem apoio político e acreditava estar sofrendo perseguição. Seu mandato durou somente sete meses (FAUSTO, 2012).

João Goulart (1961-1964), mesmo assumindo o poder, logo é derrubado por uma organização militar apoiada por parte da população que seguia os ideais das classes dirigentes, organizações e movimentos religiosos. Na década de 1960, a intenção política foi que a educação se expandisse alcançando o máximo de espaços no meio urbano, atentos à alfabetização das áreas mais distantes do centro da cidade, que, na maioria das vezes, eram habitadas por migrantes do meio rural, a fim de “modernizar” essa parcela da população. Segundo Rossato e Magdalena (1995, p. 25), entende-se que o objetivo da educação naquele momento era de “adaptar o migrante rural ao meio urbano conservador e desenvolver uma consciência de urbanização”, o que também ajudaria para que não se desenvolvesse uma consciência social, reduzindo algumas tensões que poderiam ocorrer, envolvendo as pessoas que habitavam esses novos espaços urbanos, excluídos, distantes do centro da cidade.

Já no contexto do Rio Grande do Sul, no período de 1959 a 1963, o estado foi governado por Leonel Brizola. Com viés populista, suas políticas públicas foram marcantes no campo da educação. As ações governamentais para a educação tinham por objetivo educar as pessoas para que as mesmas pudessem se integrar ao contexto urbano. O governador influenciava-se na sua própria história, um menino pobre que teve crescimento social e sucesso na vida, porque teve oportunidades escolares. Criou-se o projeto intitulado “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”, o que ocasionou um aumento na construção de escolas que ficaram conhecidas como “brizoletas”. As mesmas tinham um perfil estrutural peculiar: feitas em madeira, com espaço para a administração e um ou dois espaços para sala de aula, que poderiam conter até 35 estudantes. Isso se propagou em todo o Rio Grande do Sul, tanto na área urbana como na rural (LUCHESE; TEDESCO, 2011).

No contexto brasileiro, o êxodo rural já vinha acontecendo em anos anteriores, entretanto tornou-se forte característica da década de 1960, junto com aumento da população, industrialização e urbanização. No campo educacional, pode-se perceber que nessa década aconteceram e se encaminharam reformas que objetivavam a profissionalização das pessoas para o desenvolvimento do mercado de trabalho e,

conforme Luchese e Tedesco (2011, p.32), as questões das reformas educacionais envolviam “[...] a modernização de hábitos de consumo e a tentativa de controlar a vida política e social do país”. Os economistas eram chamados para orientar o planejamento educacional brasileiro e estes pretendiam maior força no campo ideológico da educação escolarizada.

Isso iniciou-se, ainda, em 1961, quando foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) com viés extremamente privatista, reforçando a formação tradicional de IES, conservando cátedras que duravam a vida toda, deixando de lado a pesquisa e dando atenção somente ao ensino. Mesmo sancionando essa lei, o governo de João Goulart não concordava com a mesma. Assim sendo, ele apoiou experiências que poderiam atender às necessidades¹⁵ daquele momento histórico. Foi com os acordos para a aprovação da LDB de 1961 que as forças políticas conservadoras obtiveram sucesso nessa aprovação pela promessa de apoiarem os políticos progressistas, do Congresso Nacional, no plebiscito que colocaria João Goulart no poder novamente (CUNHA, 1983).

A partir de 1964, implantado o regime militar, as políticas públicas foram direcionadas à finalidade de aumentar o desenvolvimento econômico do país. Os militares ficaram no poder, a partir de 1964, por duas décadas, numa relação entre autoritarismo e controle burocrático, que os mantiveram à frente da administração brasileira por todo esse tempo. Esse período se caracterizou, especialmente, por um regime autoritário que acabou por executar ações que feriram muitos brasileiros, tanto corporalmente como mentalmente, usurpando sua dignidade e liberdade.

O governo militar tinha como objetivo econômico conter a inflação com a crença de aumentar o desenvolvimento econômico do país. A forma utilizada, para tanto, foi a de realizar empréstimos com agências de crédito internacionais, ligando-se, em vista disso, à economia desses países. A política teve por base o desenvolvimento atrelado à segurança. Então, o Regime de Governo se comprometeu a afirmar consolidando o capitalismo no Brasil e utilizar a segurança sempre que algo tentasse fragilizar, ou mesmo que considerasse que algo poderia ameaçar o sistema. Para Rossato e Magdalena (1995), eles fizeram isso por meio de

¹⁵ Entre essas necessidades estavam a universidade, o ensino público e a diminuição do analfabetismo. Nesse sentido, os Ministros da Educação Paulo de Tarso e Júlio Sambaqui encorajaram a experiência educativa que o professor Paulo Freire desenvolveu no nordeste do país, para a alfabetização de adultos. Por esses motivos e outros que não vou me deter aqui, pode-se perceber o quanto esse período foi de abertura e realização de múltiplas práticas educacionais.

[...] forte concentração de rendas, do arrocho salarial e social (fechamento dos sindicatos, cassações, atos institucionais e as mais variadas formas de arbítrio, chegando ao execrável uso da tortura) e, dum modelo baseado nas exportações de bens primários e ampla importação de capital, atinge-se um certo crescimento econômico às custas do aumento da dívida externa e da própria autonomia e independência nacional. (ROSSATO; MAGDALENA, 1995, p. 26).

Houve, nesse momento, no Brasil, uma intensificação da industrialização com a instalação de multinacionais e, como consequência, um êxodo rural elevado. Obviamente, foi se desenhando um processo de urbanização que ganhou força com os migrantes que chegaram com pouca escolarização e qualificação profissional, tornando-se mão de obra barata para as indústrias. Os migrantes que não foram efetivados começaram, aos poucos, mudando o cenário urbano e deslocando-se para as periferias. Logo, organizaram-se em favelas, em que as condições básicas para a sobrevivência (saneamento básico, saúde, energia elétrica, moradia e transporte) eram escassas.

O campo educacional acentuou-se como ferramenta do Estado, que a utilizou para doutrinar ideologicamente, segundo aquilo que lhe era conveniente, visto que as experiências mais progressistas foram altamente refutadas. Foi assinado o acordo MEC-USAID¹⁶, em 1965, que acabou fundamentando as posteriores reformas, a do Ensino Superior de 1968 e a do 1º e 2º Grau em 1971. Ainda sobre a educação, a rede particular cresceu consideravelmente, e o MEC assumiu uma postura mais privatista.

No mundo, durante o ano de 1968, aconteceram movimentos significativos que influenciaram o Brasil. Nesse período, ocorreram rebeliões, conflitos, enfrentamentos, reivindicações de estudantes; sendo os universitários, nos Estados Unidos, na China, em Tóquio, na Alemanha, na França (Paris), no México e em outros países palco de manifestações contra e a favor do sistema de governo de cada país. Couto (1999) afirma que:

[...] A voz de comando é por ideias libertárias, a proposta é de construir uma utopia de liberdade. Tudo isso, claro, repercute e influencia notavelmente os acontecimentos no Brasil, porque colide frontalmente com valores básicos do

¹⁶ Acordo que, parafraseando Aquino [et. al.] (2005, p.695), feito pelo Ministério da Educação e Cultura e a USAID, uma agência americana, que financiou o Brasil entre 1964 e 1967, objetivando a reorganização do sistema educativo nacional –, foi aprovado em 1968, firmando a adesão a uma política voltada para a educação privatista, de tal forma que a verba deliberada ao ensino público passa a manter a esfera educacional privada.

próprio regime militar. [...]. O Brasil redescobre que a radicalização e o terrorismo, de esquerda ou de direita, não são exclusividade de outros países. (COUTO, 1999, p.90).

O sistema de ensino brasileiro, no período de ditadura, tinha como particularidades a privatização, a institucionalização da educação profissional, o desvínculo de professores, em termos de sindicato, devido a muitas e um tanto confusas leis, repressões e, ainda, uma pedagogia mais tecnicista. Tais peculiaridades, no montante final, serviram para excluir uma parcela considerável das classes populares que gostariam de chegar à universidade.

A crise educacional que o Brasil sofria naquela época estava relacionada à inserção da busca social pela educação, incluída a outros dois motivos: as práticas tradicionais de crescimento da classe média estavam decaindo, sendo elas os investimentos em poupança e em empresas, e a aceleração da industrialização.

O Estado optou por um novo padrão de desenvolvimento, mobilizando-se para oportunizar a ascensão econômica¹⁷. O resultado disso foi que a classe média, para desenvolver outros meios de ascensão, sentiu-se obrigada a qualificar o seu trabalho, respondendo, assim, às exigências do mercado. E, para tanto, foi na educação que ela encontrou um espaço de qualificação. Romanelli (1988), sobre esse contexto, destaca que:

[...] a educação passa a ser encarada como o único caminho disponível para as classes médias de conquistar postos, e, para as empresas, de preencher os seus quadros. Assim, há uma expansão do ensino, com uma defasagem muito grande devido à enorme demanda de candidatos ao ensino superior que, embora aprovados, não conseguiam acesso à Universidade, pois a oferta não comportava todos. (ROMANELLI, 1988, p.205).

Sistematizando o espírito do regime militar, em 1971, foi sancionada a Lei 5692 que sugere as terminalidades como forma de preparação do estudante para o mercado de trabalho, introduz obrigatoriamente a Educação Moral e Cívica e exclui do currículo, de 2º Grau, a Filosofia. Essa lei visou a formar mão de obra de baixo custo para a indústria, atendendo, assim, à demanda da classe média brasileira, unida à riqueza estrangeira (ROSSATO; MAGDALENA, 1995).

O desenvolvimento econômico do período ditatorial alcançou seu ponto mais elevado na década de 1970. Percebia-se isso, por exemplo, no crescimento da

¹⁷ Atribui-se à figura de “coletor de capital, renda e mercado”.

indústria, que, segundo Arruda e Damian (2006), variava em 10% e 20%. Com o desenvolvimento industrial aumentava a demanda de mão de obra, o que fazia elevar o número de pessoas empregadas e que estavam recebendo dividendos. Com isso, segundo os mesmos autores, aumentava o número de objetos a serem comprados, ganhando destaque os eletroeletrônicos. Foi um período em que a indústria moveleira iniciava seus projetos de produção em escala, simplificando a produção, o que diminuía o custo final para o consumidor.

Essas transformações que ocorriam no Brasil aconteciam também no estado do Rio Grande do Sul, talvez com maior ou menor intensidade, ou com alguma diferença no tempo, que ainda assim aconteciam.

A tabela a seguir permite compreender como o processo de urbanização e o crescimento demográfico foram significativos no Rio Grande do Sul entre os anos de 1950 e 1980. Houve, nesses anos, a inversão dos percentuais entre o urbano e o rural. Se em 1950 apenas 34,4% da população habitava áreas urbanas, em 1980 o percentual atingiu 67,51%, praticamente dobrou a porcentagem da área urbana. Reduziu pela metade o percentual de habitantes do meio rural, sendo que em 1950 a população rural tinha o índice de 65,86%, e, em 1980, o índice era de 32,49%. A Tabela 01 apresenta uma síntese relevante para a primeira contextualização:

Tabela 1: População total, taxa de urbanização do Rio Grande do Sul

POPULAÇÃO					
ANO	TOTAL	URBANA	%	RURAL	%
1950	4.164.821	1.421.980	34,14	2.742.841	65,86
1960	5.366.720	2.380.783	44,36	2.985.937	55,64
1970	6.664.891	3.553.006	53,31	3.111.885	46,69
1980	7.777.837	5.250.940	67,51	2.522.897	32,49

FONTE: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil 1989, Rio de Janeiro p.76-77.

Dessa forma, pode-se perceber, além do crescimento no número total da população, a mudança que ocorre nos espaços rural e urbano. Na década de 1950, claramente se evidencia o grande número de população na área rural. Nos anos 60, do século XX, a população urbana cresce em termos absolutos e encontra-se quase um equilíbrio entre área urbana e rural. Já na década de 70, do século XX, consegue-se visualizar uma mudança no cenário, em que a população urbana ultrapassa o número absoluto e percentual da população rural do estado. Um movimento, a partir de todo processo de industrialização, urbanização e desenvolvimento, vinha acontecendo, desde a década de 1950, e também se reproduziu no Rio Grande do

Sul. No decorrer da dissertação, poderá se entender o quanto esses processos interferiram para a constituição e consolidação do Ensino Superior no município de Bento Gonçalves.

Em síntese, o espaço-tempo para a constituição do Ensino Superior em Bento Gonçalves, a nível de Brasil e Estado do Rio Grande do Sul, foi sendo construído também por causa de decisões dos governos e necessidade da população, especialmente a mais abastada. Com o apoio para a industrialização, cresceu a oferta de emprego, ocasionando uma mudança no cenário urbano e rural. Conforme a indústria ia se desenvolvendo, foi surgindo a necessidade de mão de obra mais qualificada e, para tanto, seriam necessárias mais escolas e condições para a continuação dos estudos, mesmo que essa formação a nível superior não fosse destinada a todos.

Visto o cenário brasileiro numa dimensão mais geral, no próximo subtítulo, atenta-se para o histórico do ensino superior no Brasil, no estado e região da Serra do Rio Grande do Sul, a fim de compreender os processos que aconteceram por meio da escola privada e isolada e que dão sustentação para a forma como foi organizado e constituído o ensino superior no município de Bento Gonçalves.

2.1 QUADRO HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A emergência da Educação Superior está muito relacionada aos processos que almejam o crescimento das sociedades, como um meio que integra o desenvolvimento econômico, cultural e social, visto que, teoricamente, o ensino e a pesquisa devem estar relacionados às demandas da sociedade. Pensando sob ponto de vista da história geral, a universidade no Brasil emergiu, de fato, tardiamente. Anterior à década de 1930, o governo federal tinha pouco interesse na criação de universidades estaduais ou privadas. Visualiza-se só em 1931 a primeira diretriz geral para o Ensino Superior, com o decreto do Estatuto das Universidades Brasileiras, que tinha como objetivo nortear as universidades com o que se queria para a educação nesse nível de ensino no Brasil.

De 1930 a 1945 houve uma disputa entre os interesses laicos e religiosos, que alcançou a dimensão educativa, e, conseqüentemente, o Ensino Superior. Com a relação próxima entre a Igreja Católica e o governo de Vargas, e todo o contexto anteriormente apresentado, durante o Estado Novo, houve uma forte mobilização

governamental para dar apoio à instalação de uma universidade católica, sendo que esta teria a responsabilidade de formar como eles entendiam ser o modo mais correto, os intelectuais das camadas dominantes (CUNHA, 1989).

Getúlio Vargas, tentando aproximar o Estado da Igreja, utilizou a Reforma de Francisco Campos, em 1931, para começar uma colaboração de ambas as partes. Essa Reforma quis estabelecer o aparelhamento e funcionamento das universidades de nível federal, e possibilitou que fossem cunhados, se autorizados pelo governo, cursos superiores a nível privado (DURHAN; SAMPAIO, 1995). Nesse período, discutiam-se as funções da universidade. Entre elas, estava a de formar as classes altas para futuramente administrarem o país, aperfeiçoar os docentes de nível secundário e superior, desenvolver a nação por meio dos jovens. Esses elementos podem ser interpretados como algumas mudanças que aconteciam nas dimensões econômica, política e social.

Ainda na década de 1930, criam-se, por meio dos governos dos Estados, a Universidade de São Paulo, sob a direção de Fernando Azevedo, e a Universidade do Distrito Federal¹⁸, dirigida por Anísio Teixeira. Segundo Cunha (1989), a gênese dessas universidades foi motivada pela expectativa de uma administração política mais liberal-democrática, que aparentava ser criada a partir da Assembleia Nacional Constituinte de 1933. Havia uma percepção de que, em sua maioria, os professores eram ou liberais ou socialistas, porém o que acontecia realmente era que todos eram desfavoráveis ao governo de Vargas. No período do Estado Novo, o Ensino Médio estava estruturado sob duas linhas, uma que enviava o estudante diretamente para o Ensino Superior, e outra com viés mais profissional, sendo que aqueles que seguiam para este último eram impossibilitados de progredir para o Ensino Superior, a menos que os estudantes cumprissem algumas condições, e, ainda assim, só poderiam escolher cursos já pré-estabelecidos (CUNHA, 1989).

Essa política era profundamente discriminatória, isto é, ensino superior era destinado às elites dirigentes, e o ensino profissionalizante e técnico para as classes menos favorecidas. Além disso, o governo da União, além de fiscalizar as instituições de Ensino Superior em termos legais, conseguiu manipular alguns concursos para professores catedráticos, colocando nos cargos aqueles que tinham afinidade com o governo. Isso acabou por auxiliar no desmoronamento de um esperançoso

¹⁸ O Distrito Federal no período tratado estava situado no estado do Rio de Janeiro (1891-1960).

desenvolvimento da universidade, o que levou ao surgimento da primeira universidade privada (CUNHA, 1989).

Quando foi notória a organização de movimentos fascistas e antifascistas, o governo atentou para uma direção autoritária e desmobilizadora. A Universidade do Distrito Federal (UDF) passou a ser gerida por um reitor participante de movimento relacionado à Igreja Católica e que era contra as ideias escolanovistas. A UDF se desmembrou e algumas de suas faculdades se uniram e formaram a Universidade do Brasil, que era controlada pela ditadura que existia fora e dentro da mesma.

No Rio de Janeiro, em 1941, constituíram-se as Faculdades Católicas e, logo em 1946, estas, unindo-se, foram reconhecidas como Universidade, que se tornou a pioneira em termos de universidade privada no Brasil. As lideranças dessas instituições católicas tinham o propósito de aumentar sua influência através da formação da alta sociedade dirigente¹⁹.

A partir da metade da década de 1940, a política nacional desenvolvimentista impulsionou a dinâmica do ensino superior que se expandiu por meio de instituições de ensino superior isoladas, que em sua maioria eram instituições de cunho privatista. Além disso, os estabelecimentos educacionais privados consideraram a ajuda financeira do Estado, visto que estava sendo controlada a grande quantidade de dinheiro acumulada na educação, e estava sendo intimidada a existência das instituições de ensino que tinham por objetivo a indução ideológica. Politicamente, em todos os níveis de ensino, organizaram-se meios de auxiliar as instituições privadas. No ensino elementar, por exemplo, as empresas foram obrigadas a pagar o salário-educação, podendo converter o mesmo por bolsas de estudo para que os estudantes pudessem estudar em escolas privadas. No Ensino Superior, criou-se em nível federal um programa de crédito educativo.

Desse período (1945) até por volta do final da década de 1950, o governo federal fez movimentos de “federalização” de Instituições de Ensino Superior privadas, criando as universidades federais. Esse processo de federalização foi positivo para os professores dessas instituições privadas, que passaram a ser funcionários públicos, e ao grupo discente, que passou a ter o direito à gratuidade do ensino. Nesse sentido, no início dos anos 1960, houve várias manifestações envolvendo professores e estudantes de estabelecimentos privados para que seu ensino fosse “federalizado”.

¹⁹ Hoje, no Brasil, existem IES públicas, privadas e comunitárias.

Na década de 1950, estabeleceu-se um diálogo considerável sobre o Ensino Superior público e privado. Nessa década, houve um acréscimo de cursos isolados de nível superior organizados e mantidos por órgãos particulares ou religiosos, sendo, ainda, nessa mesma época, um número significativo de universidades criadas. Nesse contexto, vai tomando forma

[...] um sistema dual, no qual coexistem instituições públicas e privadas, laicas e confessionais. Esse sistema é, desde sua origem, bastante heterogêneo, pois implica também a coexistência de universidades e instituições isoladas. Além disso, o setor público compreende instituições federais e estaduais. (DURHAN; SAMPAIO, 1995, p.3).

Um fator para justificar essa expansão foi o aumento das oportunidades de ensino a nível secundário e, conforme afirma Cunha (2003, p.171), “a equivalência dos cursos médios (ao nível secundário) aumentaram a demanda pelos cursos superiores, que foi respondida principalmente pelo governo federal”, criando novas faculdades, tornando gratuitos os cursos de ensino superior das universidades federais e criando um processo de “federalização” de faculdades estaduais e privadas, transformando-as em universidades federais.

Como apresenta Cunha (1983), enquanto o número de universidades aumentou consideravelmente, quase sete vezes, de 05 em 1945 para 37 em 1964, o número de instituições isoladas nem dobrou, aumentou de 293 em 1945 para 564 em 1964, independentemente dos números absolutos. As universidades iam nascendo da congregação de escolas isoladas estaduais ou particulares que se federalizaram. Nesse aumento de demanda é possível encontrar um motivo para o surgimento da questão emblemática sobre os excedentes, que depois iriam ser discutidos na Reforma Universitária de 1968. Houve um crescimento na procura de vagas, sendo que o autor supõe ser, entre outros motivos, pela ampliação da educação de nível médio público, e, também, pelo processo que resultou em que os cursos técnicos passaram a valer como curso secundário, processo que começou na década de 1950 e teve seu ápice com a LDB de 1961.

Depois do período de federalização, houve, a partir de 1962, uma forte característica política de privatização educacional. Esse processo aconteceu, conforme demonstra Cunha (1989), em duas vias: com auxílio do Estado para conservar os estabelecimentos privados e trazendo para o setor privado o ensino superior público.

Como analisa Cunha (1989, p.24), “o golpe de Estado de abril de 1964 revelou a vulnerabilidade da universidade em uma extensão desconhecida até mesmo na época da ditadura de Vargas²⁰”. Pode-se perceber que, com a nova capital do país, havia sido fundada também a Universidade de Brasília. Nela, além de acontecer a invasão por tropas militares, aprisionaram docentes e estudantes, e apoderaram-se de livros. O governo militar demitiu o reitor Anísio Teixeira, criador da Universidade do Distrito Federal, e foi desempossado o conselho diretor. Substituíram o reitor por outro que acatava a todas as ordens militares, especialmente, referentes à deposição de professores. Cada forma de resistência usada por estudantes e professores levava à expulsão e demissão dos mesmos, que, aos poucos, iam recebendo apoio de acadêmicos e docentes de outras Instituições de Ensino Superior (CUNHA, 1989).

A Universidade de Brasília foi um exemplo, mas houve outras universidades que sofreram com a ditadura militar. Foram demitidos muitos professores que estavam ocupando cargos de gestão, professores foram obrigatoriamente aposentados e discentes banidos. A situação estava tão agravada ao ponto que, em 1969, por meio de um decreto-lei, aqueles que haviam sido expulsos ou demitidos, não poderiam mais estudar ou trabalhar em qualquer Instituição de Ensino Superior no Brasil.

Muitos docentes e pesquisadores foram aposentados de forma obrigatória, professores mais novos foram proibidos de introduzir-se ou mesmo de avançar na carreira do magistério de ensino superior, foram mandados interventores substituírem os reitores que foram demitidos, reduziram ainda mais a autonomia administrativa e financeira, o policiamento, sob forma de controle, inseriu-se nos currículos, nos programas das disciplinas, e bibliografias. As organizações dos estudantes foram rigorosamente controladas, o que, segundo Cunha (2003, p.179), “contribuiu para que centenas de jovens fossem atraídos para a luta armada”.

Quanto às universidades federais, o governo do período tentou modernizá-las, induzindo-as por meio de legislações a reformularem seus regulamentos, exigindo que se obtivessem mudanças em suas estruturas, baseadas nos princípios organizacionais tayloristas (CUNHA, 1989). As universidades federais brasileiras

²⁰ O autor indica, nessa citação, três obras que podem ajudar a entender a afirmação que ele fez: RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. **O livro negro da USP – o controle ideológico na universidade**. São Paulo: Associação de Docentes da Universidade de São Paulo, 1978. PIMENTA, Aluísio. **Universidade: a destruição de uma experiência democrática**. Petrópolis: Vozes, 1984.

tinham a obrigação de criar, de acordo com Cunha (2003, p.179), “uma unidade voltada para a formação de professores para o ensino secundário e de especialistas em questões pedagógicas – a Faculdade (ou centro ou departamento) de Educação”.

A expansão do Ensino Superior que houve após o golpe de 1964 acarretou mudanças nesse ensino, culminando na afirmação da Reforma Universitária de 1968. Houve, também, uma alteração na formação social dos professores e estudantes da educação superior. Houve um crescimento significativo no número de estudantes com idade mais elevada e trabalhadores em tempo tanto parcial quanto integral. E, quanto aos professores, aumentou o número de jovens (CUNHA, 2003).

Após a efetivação da Reforma Universitária de 1968, o Conselho Federal de Educação pede que as extensões após dois anos se desvinculem das universidades, passando o dever de manter os cursos à esfera local. Sendo assim, as extensões precisavam pedir o reconhecimento, por meio de mantenedoras, caso contrário, deveriam ser fechadas. Muitos optaram por sustentar-se e, segundo Neves (2007, p. 347), “em diferentes localidades esse se transformou em importante projeto comunitário. O apoio político do deputado e ministro Tarso Dutra foi decisivo à concretização de muitos desses projetos na forma de IES privadas”. Foi a partir dessas instituições que mais tarde surgiu o conceito de universidades comunitárias.

Com a crise de 1973 e 1974, os trabalhadores e os estudantes de classe média sofreram muito. Os salários foram sendo reduzidos, o que gerou muito desemprego e conseqüentemente evasão dos estudantes do Ensino Superior, além da diminuição no número de matrículas. Diante disso, o governo instituiu um programa em que se poderia fazer um empréstimo nos sistemas bancários e o estudante pagaria após a conclusão do seu curso, em uma forma de financiamento. Sendo assim, tanto os bancos como as instituições privadas foram beneficiadas. Os primeiros recebiam parte do dinheiro que antes ficava sob poder do Estado, e as instituições poderiam voltar a se desenvolver em meio à crise.

No estado do Rio Grande do Sul, por causa das mudanças de conjuntura interna e externa, aconteceram, praticamente, os mesmos efeitos da tendência de expansão do Ensino Superior. Nesse estado, isso ocorreu, especialmente, no período tratado, via interiorização, geralmente delimitado a municípios política e economicamente mais desenvolvidos e com crescente número populacional. Neves (2007) aponta três aspectos importantes para a constituição do Ensino Superior: “a emergência da ideia de universidade e a centralização da oferta de ensino na capital

do estado, [...] a intensificação do processo de interiorização da educação superior a partir da década de 50 [...] e o impacto da Reforma Universitária de 1968” (NEVES, 2007, p.335-336). O primeiro acontecendo a partir da concepção da Universidade de Porto Alegre (UPA), a precursora no Rio Grande do Sul. O segundo devido a uma busca de integração das unidades interioranas na Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), tentativa que não foi bem-sucedida e que resultou na ampliação do Ensino Superior com o nascimento de estabelecimentos responsáveis pela Educação Superior no estado. E o impacto da Reforma Universitária que favoreceu a política de extensão de cursos de Universidades, a outros municípios, porém, a partir da formatura da primeira turma, a comunidade deveria se organizar, criar uma Mantenedora e continuar como Faculdade Isolada.

No Rio Grande do Sul, especialmente nos municípios do interior do Estado, havia a necessidade de estudantes buscarem conhecimento, sem, necessariamente, deslocarem-se à capital. Posta tal realidade, alguns municípios interioranos organizaram e buscaram uma forma de instalação de cursos superiores em seus espaços.

Ao observar o quadro que se encontra no Apêndice A, não esquecendo dos cursos superiores já existentes em Pelotas, consta-se que, até os anos de 1950, Porto Alegre (POA) era, praticamente, o centro do Ensino Superior no estado, onde existia a PUCRS e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No processo de expansão, a capital do Rio Grande do Sul obteve destaque a nível de Brasil, visto que tinha a primeira Universidade do estado, que foi constituída em 1934, e a terceira a nível nacional. Já na década de 1950, encontram-se as primeiras articulações efetivas de interiorização do Ensino Superior, com a expansão do ensino para os municípios de São Leopoldo, Caxias do Sul e Ijuí.

Na década de 1960, o processo de interiorização foi se consolidando, justamente porque criaram-se IES públicas e privadas com propostas diferentes para a educação superior, havendo uma preocupação com uma integração regional. Diferentes grupos, leigos e profissionais, uniram forças objetivando a criação de IES em diversos municípios interioranos, por estarem vivendo um período de desenvolvimento econômico, abertura e necessidade de estudo em novas áreas no mercado de trabalho, o que fazia com que uma parcela da população desejasse uma maior ascensão social e entendiam que só a conseguiriam por meio da continuação da sua formação.

De acordo com Neves (2007), houve também outras motivações, entre elas estão a necessidade de se tornar autônomo culturalmente em relação aos centros mais desenvolvidos, dar atenção ao público docente, o crescimento a nível de matrículas do ensino fundamental e médio, propensões políticas de dirigentes dos municípios, e ainda “a preocupação com a criação de centros de formação e trabalho acadêmico que, interagindo com a realidade local, servissem de estímulo ao seu desenvolvimento” (NEVES, 2007, p.343). Para que houvesse essa independência cultural em relação à capital do estado, o progresso como forma de modernização era indispensável aos municípios do interior. Paviani (2013) reflete sobre a expressão *no interior*, ao falar do processo de início do Ensino Superior em Caxias do Sul/RS. O autor explica que, durante algum tempo, havia um tipo de mentalidade que estava presente nas práticas vinculadas à educação e a determinações relacionadas à política. Era uma visão dualista entre a capital e o interior, que, segundo o autor, espelhavam ideias pré-estabelecidas pelos dois lados e que atrapalhou um crescimento, na mesma proporção, da capital e dos municípios do interior. Paviani (2013) considera ainda que

A capital sempre foi privilegiada, nelas projetam-se as escolas-modelos, casas de cultura, orquestra, bibliotecas e outras iniciativas. Assim o termo *interior* indica o que está na periferia e aponta um conteúdo e uma prática ideológica que retrata, ainda hoje, como as autoridades educacionais em assuntos de política educacional veem o mundo e a época. (PAVIANI, 2013, p.138).

Há uma relação de reciprocidade, em que a capital tem uma atitude de cuidado, controle, iniciativas e novidades, e o interior desempenha uma função mais passiva, copiando ou adequando as atividades adotadas pelo centro. “Por isso, a imitação em assuntos didático-pedagógicos foi uma prática comum e trouxe uma conseqüente dependência cultural das cidades interioranas” (PAVIANI, 2013, p.138). Para o autor, isso aconteceu no caso de Caxias do Sul e da Região Nordeste do estado gaúcho, o ensino foi baseado teórico e metodologicamente nas experiências da capital, acontecendo de forma processual. O pensamento que perpassava os movimentos de instalação de cursos de Ensino Superior no interior era que a universidade renovada com novas propostas poderia entregar ao mercado de trabalho profissionais qualificados e com formação técnica condizente com a demanda regional, dando suporte ao desenvolvimento do mesmo.

O golpe de 1964 e a ditadura militar trouxeram para o Estado a concentração da administração pública, mudanças no perfil político e novo modelo econômico, que necessitava muito de recursos financeiros, tecnologia e profissionais mais qualificados. Nesse período, iniciou-se uma procura por conjunturas favoráveis à pesquisa e pela afirmação de um sistema de pós-graduação.

Causado pelo aumento populacional no estado, o ensino superior, nas décadas de 1965 e 1975, teve um crescimento na demanda de criação de cursos superiores, que pôde ser observado no aumento das matrículas e no surgimento de novos cursos e instituições.

Tentando fazer uma comparação e estabelecer relações sobre as faculdades privadas, as públicas e o número de matrículas, observa-se que até 1955 os estabelecimentos privados ofereciam menos matrículas do que as IES públicas. Na década de 1960, houve um grande e contínuo aumento no número de matrículas, que vai atingindo também as décadas seguintes. Entretanto, foi na década de 1970 que houve a maior guinada na multiplicação do número de matrículas, especialmente para as instituições privadas. Grande parte disso também foi resultado da proposta da Reforma Universitária de 1968, e o grande apelo técnico do mercado de trabalho.

No processo de constituição do Ensino Superior, as iniciativas eram do poder público, em alguns municípios. Em outros, foram criados movimentos ou associações que mantinham o ensino (NEVES, 1992). Alguns cursos ou mesmo extensões, nesses municípios em que a educação superior se efetivou, eram ministrados por um corpo docente local e, em algumas situações, recebiam professores dos grandes centros de ensino do estado.

Enquanto esses projetos iam sendo desenvolvidos em outras comunidades urbanas, a mobilização vinha da classe média. Implantava-se um curso de Ensino Superior por meio de uma extensão de alguma IES que estava na fase de emancipação, tendo posteriormente que organizar e criar uma mantenedora. Há registro que poderia acontecer o contrário, iniciando com a criação da mantenedora e depois ocorria a instalação do curso. Dessa forma, geralmente, foram se constituindo as universidades comunitárias (NEVES, 2007).

As universidades comunitárias foram instituídas a partir da década de 1950, quando, no Rio Grande do Sul, começou-se um esforço de lideranças de municípios do interior, no sentido de procurar adotar em suas regiões estabelecimentos de Educação Superior.

A forma como a Universidade Comunitária vai se configurando denota que a ação do poder público estatal é ausente, e, como as universidades são localizadas na maioria das vezes em cidades do interior, elas exercem um papel muito importante no contexto regional, conseguindo estabelecer uma conexão muito forte entre ensino, pesquisa e extensão.

O governo do estado resistiu em assumir a reponsabilidade de manter instituições próprias a nível superior. Segundo Neves (2007, p.352), “as tentativas de constituição de entidades universitárias estaduais resultaram em instituições com enormes problemas financeiros”, o que acaba deixando como proeminência o processo de constituição do ensino superior na forma de universidades comunitárias, desenvolvidas como públicas, porém desvinculadas do estado.

As universidades proporcionaram às pessoas que moram na região em que estão inseridas uma oportunidade de encontrar ensino de qualidade, sentindo-se, desse modo, parte do universo das discussões e da construção do conhecimento. Sobre essa especificidade do Rio Grande do Sul, Frantz (2002) aponta que:

[...] certamente mais que em outros Estados brasileiros, enraizadas em tradições históricas, nasceram e se desenvolveram universidades comunitárias e regionais. A sua organização e funcionamento acontecem no espaço *da ampliação da esfera pública*. Trata-se de experiências novas e diferentes, no cenário acadêmico brasileiro e por isso mesmo desafiadoras [...]. (FRANTZ, 2002, p.17).

Essa formação comunitária tem um jeito novo de compreender a função da universidade. Ela não é do Estado e não tem interesse específico em gerar lucro. Na verdade, ela é pública por natureza e dá conta de aspectos que a universidade estatal não alcançou.

A vivência e o conceito de comunitário, no Rio Grande do Sul, agregados aos projetos das universidades, têm suas raízes na história de como aconteceu a colonização nesse Estado. A experiência de comunidade – os processos de colocar o que tinham em comum unidade, numa forma de esforço mútuo –, há muito tempo, foi presenciada e deixada pelos imigrantes, que, quando chegaram ao Rio Grande do Sul, buscaram se auto-organizar para proporcionar os serviços essenciais, como a Educação Primária e a religião. Assim sendo, muito antes de ser responsabilidade do Estado, a educação em si, no interior do Rio Grande do Sul, foi sendo oferecida e organizada pelos próprios imigrantes. Logo, as instituições comunitárias de Ensino

Superior se tornaram uma opção de educação comprometida com a realidade local e regional.

Faz-se necessário destacar algumas características das IES Comunitárias para melhor compreender o seu funcionamento. Nessa perspectiva, com Franco (1998) é possível perceber que a mantenedora das instituições de Educação Superior tem a opção de ser uma fundação de direito privado, assembleia ou sociedade civil. A mantenedora é caracterizada por ser estrutura e dinâmica de representação, que apreende e administra os bens da instituição, trabalhando, inclusive, com Gestão de Pessoas e articulando os contratos de trabalho. E, assim, através da Assembleia Geral, consegue-se perceber a noção de comunidade. Já a mantida tem autonomia sobre as especificidades acadêmicas (NEVES, 2003).

Como universidade comunitária, foi pensada e constituída a Universidade de Caxias do Sul. Paviani (2013), ao expor os primórdios do Ensino Superior em Caxias do Sul e na região, ressalta que sua origem teve relação com a cultura e economia do Nordeste do estado e que o mesmo ensino possibilitou maior progresso da região.

As primeiras articulações foram do setor privado, o governo não teve movimento significativo “ora por falta de iniciativa dos homens públicos, ora por opção expressa de alguns líderes que sempre preferiram a iniciativa particular” (PAVIANI, 2013, p.141). Conforme as mudanças no campo político e de demografia iam acontecendo, a sociedade percebeu que o Ensino Superior era de fundamental importância para que a região crescesse em termos econômicos e sociais. Alguns representantes da comunidade reivindicaram o Ensino Superior para Caxias do Sul. Foram realizados estudos prévios, reuniões com lideranças representantes do clero e políticas para tratar da demanda de formação para professores e demais profissionais que atuavam na região.

Algumas autoridades com audácia e visão de futuro deram os primeiros passos para atender ao desejo que ia ao encontro daquilo que a força representante da comunidade do município pediu. A instalação do primeiro curso de ensino superior no município de Caxias do Sul foi um processo que durou tempo.

Durante as décadas de 1950 e 1970, implantou-se o ensino superior e consolidou-se a Universidade de Caxias do Sul. Porém, no início, não foram suficientes as condições do ensino. No interior, a remuneração dos professores não era condizente com a função, responsabilidade e horas trabalhadas, havia

dificuldades materiais e financeiras, o que exigia que os estudantes pagassem mensalidades.

Mesmo com essas dificuldades, o município de Caxias do Sul teve ações pedagógicas favoráveis no Ensino Superior da região. Por exemplo, no final da década de 1960, nasceu um grupo de estudos, debates, formado por professores que tinham interesse em aprofundar seus conhecimentos acerca do conceito de universidade. Esse grupo, com novas ideias, auxiliou na organização dos currículos e novos cursos de graduação, mesmo havendo certa resistência de grupos da sociedade que esperavam da Universidade mão de obra especializada, característica esta que se percebia desde o início dos anos 70.

Desse modo, a partir de 1931, o governo brasileiro começou a mostrar maior interesse na educação superior, e esta servia para atender às necessidades da alta classe da sociedade. Os cursos e faculdades privados iniciam sua afirmação por uma estratégia de Getúlio Vargas para tentar conciliar os interesses do Estado e da Igreja Católica. Atendendo às necessidades da camada abastada brasileira, no período do Estado Novo, o próprio Ensino Médio era utilizado para elitizar o Ensino Superior, visto que no Ensino Médio se podia escolher um viés de currículo mais voltado à educação superior ou ao ensino mais técnico. Na maioria das vezes, quem tinha menos condições financeiras optava pelo ensino técnico para, depois de concluí-lo, ingressar no mercado de trabalho. A política de desenvolvimento do final da década de 1940 contribuiu, inclusive financeiramente, para a expansão do ensino superior na forma de instituições privadas isoladas, e também começou um favorecimento aos processos de “federalização” das instituições de ensino superior privadas, constituindo as universidades federais.

Na década de 1950, começou um aumento de escolas públicas e matrículas de nível médio nos municípios. Ainda no mesmo período, isso ocasionou uma demanda intensa ao ensino superior, com superação de inscritos ao número de vagas disponíveis, mesmo com o aumento do número de inscritos, o ensino superior era uma possibilidade para aqueles que podiam pagar. Na década de 1960, consolida-se o movimento de privatização da educação.

As relações que os militares, durante a ditadura, estabeleceram com as universidades foi de muito controle e punição para todos os que eles consideravam que não estavam a favor do método que eles utilizavam para governar o país. Muito se perdeu, houve muito conflito, expulsão de estudantes e demissão de docentes que,

em algumas ocasiões, precisaram sair do país para não sofrerem violência maior. Enquanto obrigavam as instituições a seguir o que estipulavam, os militares sancionaram em 1968 a Reforma Universitária, que trouxe mudanças à educação superior, e será melhor esclarecida no próximo subtítulo.

A década de 1960 foi um período de grande expansão do ensino superior, havendo um movimento de interiorização, que é percebido também no Rio Grande do Sul. O governo brasileiro apoiava a privatização do ensino e criou mecanismos de forçar os municípios a assumirem o ensino. Possivelmente aí se firma a ideia de universidade comunitária, em que as pessoas do município precisam tomar a iniciativa para viabilizar e manter o ensino superior. Esses cursos eram garantidos especialmente por aqueles estudantes que tinham condições de pagar, visto que mesmo que a instituição se caracterize comunitária pela forma como foi criada e gestada, não necessariamente a mesma instituição era gratuita.

A instituição de ensino superior comunitária é criada por causa das demandas existentes na comunidade, especialmente de classe média alta, que não deseja enviar seus filhos à capital para a continuação de seus estudos, e de um espaço vazio deixado pelo governo que não assume o ensino superior nos municípios do interior do estado. Houve movimentos de mobilização, articulação, tensionamentos, conflitos, jogos de forças, em que muitas vezes as lideranças que estavam à frente acabavam cedendo em algum momento para a concretização do objetivo de ter no município ou região uma instituição de ensino superior.

Na região, próximo à cidade de Bento Gonçalves, o município de Caxias do Sul passou por situações e motivações já citadas que fizeram com que tivessem as primeiras instalações de cursos superiores efetivadas.

A região não sentiu fortemente a pressão exercida pelos militares com relação à academia, talvez pelo conservadorismo de muitos, entretanto, a Reforma Universitária tem aspectos importantes para a compreensão da forma como se organizaram os primeiros cursos superiores e como foi formada a FERVI.

2.1.1 A Reforma Universitária de 1968

Esse subtítulo trata da Reforma Universitária de 1968, e pretende ajudar a entender como se constituíram e organizaram o ensino superior, nos anos de 1968 a 1972, em Bento Gonçalves. Para tanto, quer responder a questões como: De que

forma e por que se iniciou um processo de mobilização para uma reforma universitária? Quando foi promulgada a lei e quais foram as suas repercussões? Que mudanças ocorreram na graduação? E que interferência teve na formação dos professores?

Segundo Mendonça (2000), com a fundação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em 1947, começa um processo que almejava conciliar a educação e o desenvolvimento social e econômico. Esse instituto baseava-se na organização e ensino norte-americano. O ápice do movimento que se iniciou com a criação do ITA aconteceu com a criação da Universidade de Brasília, já citada no subtítulo anterior.

No final da década de 1950, acadêmicos brasileiros passaram a ter maior participação em eventos internacionais. Conhecendo o movimento pela reforma universitária da América Latina, envolveram-se com a proposta a tal ponto que, em 1960, a União Nacional dos Estudantes (UNE) proporcionou meios para que acontecesse um Seminário Latino-Americano e três seminários nacionais, nos anos seguintes, a fim de discutir a reforma do Ensino Superior. Mesmo com muito esforço e articulação, poucas de suas reivindicações foram sanadas. Como estabelece Cunha (2003, p.176),

A reforma universitária era definida como necessária para neutralizar o poder das “cúpulas dirigentes da universidade”, pois elas estariam comprometidas com a “estrutura colonial e alienada em fase de superação”. O primeiro passo da reforma seria, então, a conquista da autonomia da universidade diante do governo.

Os estudantes afirmavam que a autonomia que se desejava só aconteceria se houvesse uma alteração de poder interno. Entretanto, a mobilização pela reforma ia aumentando, o Estado foi abraçando a causa com ideias cada vez mais diferentes das propostas dos estudantes. E, a partir do início da década de 1960, a Reforma Universitária começou a ser discutida na Câmara dos Deputados. Depois do golpe militar em 1964, o Estado retomou e assumiu a Reforma como a única forma de modernizar a educação superior, ocorrendo a culminância de tal debate no período de 1967 a 1968. No processo de gênese da Reforma de 1968, muitos grupos participaram da discussão e se posicionaram de formas diferentes. Dentro do Estado, dois grupos específicos se posicionaram contrariamente: a comunidade científica e o movimento estudantil. Consta-se que, em 1967, houve um aumento na repressão ao

movimento dos estudantes, sendo que o posicionamento desses, contrário ao governo, foi um dos motivos para a repressão.

Um dos documentos mais importantes sobre a reforma é o Relatório do Grupo de Trabalho, o qual tinha como presidente o Ministro da Educação e Cultura, Luís Antônio da Gama e Silva. Depois de criado o referido Grupo de Trabalho (GT), foi estabelecido um mês para ele apresentar os seus estudos e propostas, tendo como itens a serem explorados: a institucionalização da Educação Superior e o gerenciamento da universidade; a sistematização didático-científica, do corpo docente, da tática para introdução da pós-graduação no ensino brasileiro, dos bens para o ensino e ampliação da Educação Superior; e ainda a forma de representação dos estudantes.

O GT ocupou-se de recomendações advindas de docentes e organizações, tendo como base os pedidos feitos às universidades. Resumidamente, a reforma foi construída dentro de portas fechadas, uma vez que o presidente só iniciou os trabalhos depois dos relatórios da comissão MEC-USAID, visto que o apoio no campo da educação, entre Brasil e Estados Unidos, acontecia desde a metade da década de 1950.

Os acordos MEC-USAID consideravam o papel da educação como ensino profissionalizante, qualificando, assim, para as indústrias e obrigando a educação a ter um caráter utilitarista. Acerca desse procedimento, Fazenda (1985) explica que:

[...] esses acordos, embora de forma implícita, constituíram-se em modelos para a remodelação do Ensino. Entretanto, esses modelos, por utilizarem a tecnologia pela tecnologia, acabaram por isolar a educação do contexto global da sociedade, embotando todo o sistema educacional, já que ele estava amarrado e financeiramente dilapidado pelos gastos advindos do cumprimento dos acordos. (FAZENDA, 1985, p.63).

Com esses acordos, o sistema educacional brasileiro começou a ficar dependente da política norte-americana. Sobre essa aliança com os EUA embasada na Guerra Fria, é possível perceber que o governo de Castelo Branco tomava medidas que aos poucos foram organizando e dando estrutura a um novo regime. Pode-se dizer que, a partir desse panorama, a universidade passou ser a base da oposição ao regime.

A Reforma não foi discutida abertamente e os meios de comunicação só divulgaram resultados. De fato, na prática, ninguém participou de discussões, nem o

corpo docente, muito menos o discente. Os norte-americanos foram os que decidiram se a reforma podia ou não ser posta em prática e, também, escolheram quem ajudaria nesse processo de reestruturação. Já os professores e alunos das universidades públicas, sendo, de fato, os principais afetados, foram os que mais resistiram e tentaram manifestar-se contra as propostas.

Ela foi analisada por uma comissão formada por representantes do Senado e da Câmara, e foi embasada no AI-5, quinto Ato Institucional estabelecido pela ditadura militar em 1968, ato este que, segundo alguns autores, acabava com qualquer intento de retorno à democracia.

Fundamentados nesse decreto, foram construídos dois relatórios: o Relatório do general de brigada Carlos Meira Mattos, que visava a melhorias na Educação Superior, resultando, assim, algumas mudanças nesse ensino; e o Relatório do professor norte-americano Rudolph Atcon, que, quanto às instituições educacionais, tendia prioritariamente para o aspecto quantitativo ao qualitativo. Ambos os relatórios citavam as manifestações dos estudantes, articulavam que a Educação Superior do Brasil era bastante atrasada e, por isso, sugeriam a modernização (CUNHA, 1983).

A Reforma Universitária de 1968, sob a Lei n.º 5540, de 28 de novembro de 1968, assinada pelo presidente Arthur da Costa e Silva, no segundo governo militar, trazendo ao Brasil capital internacional, a educação estava toda com vistas ao modelo das grandes universidades americanas, o qual, ainda hoje, conduz o andamento das universidades do Brasil.

Tal Reforma Universitária tinha como objetivo aumentar a quantidade de população com formação em Educação Superior, especialmente de cunho técnico e tecnológico, para, assim, fornecer 'capital humano' suficiente para impulsionar o desenvolvimento econômico. Além disso, visava a acalmar a pressão da classe média, que pleiteava por acesso à Educação Superior. Simultaneamente, os educadores e estudantes queriam mudanças no sistema de vestibular e ajuste do Ensino Superior para a procura por trabalho qualificado. Nessa época, os universitários reivindicavam por mais verbas e mais vagas nas universidades, sendo, em 1968, expedida pelos militares a lei que modernizaria tal educação no Brasil (CUNHA, 1983).

Houve uma série de mudanças que a Reforma Universitária propôs, dentre elas, as mais expressivas foram o fim do sistema de cátedras e organização baseada em departamentos, que se tornaram a menor parte da estrutura universitária,

enquanto organização administrativa, didático-científica e de ordenamento de corpo docente e técnico administrativo; setor de patrimônio e administração; estabelecimento da pós-graduação *stricto sensu*; implantação do vestibular unificado e classificatório. Os departamentos se tornaram uma tática para apaziguar a pressão em relação ao governo por parte da Universidade, porque as reuniões precisavam ser por áreas de conhecimento e não por filiações teóricas.

A referida Reforma previa a decomposição da graduação em duas partes: o ciclo básico e o ciclo profissional; as fundações de cunho privado foram aceitas como entidades a serem amparadas pelo Estado e as verbas orçamentárias que estavam associadas foram excluídas drasticamente. Os cursos básicos eram cursos de um a dois anos, que tinham por objetivo preparar os estudantes para o curso profissional e se lecionavam aí as mais diversas disciplinas para que no final do curso se fizesse a prova que daria conta de preencher todas as vagas, inclusive as ociosas, aquelas dos cursos que eram pouco procurados. A curto e longo prazo as salas de aulas ficaram cheias de estudantes bem diversificados e com interesses distintos, o que acabou por dificultar o processo de ensino-aprendizagem. Nas áreas da saúde e engenharia o mercado de trabalho evitou aqueles que fizeram os cursos de curta duração, e no campo educacional gerou uma baixa qualidade na educação básica (CUNHA, 1989).

Houve a dissolução das associações estudantis de cunho nacional e estadual, mantendo-as somente no espaço da sua respectiva instituição universitária. Segundo Aquino et al. (2005, p.696), “divulgou-se ainda que seriam cobradas taxas e anuidades nas universidades públicas”.

No currículo, a mudança mais importante foi a matrícula semestral e a instauração do sistema de créditos. Antes, um aluno iniciava e terminava seu curso com praticamente a mesma turma. Posterior à lei n.º 5.540, as disciplinas podiam ser matriculadas por estudantes de outros cursos, desde que estes fossem da mesma área da disciplina, mesclando alunos de distintos cursos e períodos. Assim sendo, os movimentos juvenis tiveram maior dificuldade de se organizar, e o Estado foi estrategicamente precavido para não haver nenhum inconveniente ao governo.

Determinando que as ações de ensino, pesquisa e extensão, trabalho em tempo integral e dedicação exclusiva dos docentes, a importância dada à titulação e produção científica deveriam ser inseparáveis, a reforma foi preparando o terreno para o progresso da pós-graduação e da pesquisa. Pela lei, era importante que as aulas

de Educação Superior se dessem em universidades e, extraordinariamente, em espaços isolados, sendo essas instituições tanto públicas como privadas.

A Reforma Universitária deu diretrizes e normas para as universidades de cunho federal, estadual, privado e instituições isoladas e ainda definia que a universidade fosse a primeira e melhor forma de se organizar o ensino superior brasileiro, e o estabelecimento isolado existiria, mas de forma transitória até o momento que passasse a ser uma universidade. Contudo, os que estavam à frente da ditadura conseguiram colocar no Conselho Federal de Educação (CFE) pessoas de confiança e que eram, assim como toda a estrutura desse regime, apoiadores da privatização. Enquanto a Reforma Universitária estava mostrando que a universidade tinha a preferência legal, enquanto instituição de ensino superior, o CFE já tentava ajudar no desenvolvimento das instituições privadas (CUNHA, 1983).

A reforma universitária também tinha como objetivo diminuir o custo da matrícula complementar. A união de estabelecimentos de ensino superior isolados, tornando-se instituições que favorecessem grandes ganhos e a transformação da estrutura dentro das universidades, possibilitava que esse objetivo fosse alcançado. Para que o discente custasse menos, precisaria aumentar a produtividade dos recursos materiais²¹ e recursos humanos, tentou-se acabar com as vagas que não eram ocupadas, admitiram-se os cursos básicos e os candidatos que não eram chamados para o curso escolhido. Por exemplo, no curso de medicina, eram encaminhados a um curso que tivessem vagas disponíveis, como o curso de enfermagem. Também se extinguíram as cátedras, organizando-se os departamentos; criação dos cursos de ensino superior num curto espaço de tempo; o currículo seriado passa a ser pelo sistema de créditos entre outras medidas que foram tomadas para que se pudesse aumentar a produtividade e o ensino superior gerar mais lucro, numa lógica capitalista.

Além disso, as universidades públicas obrigaram-se a inserir em seus colegiados pessoas da comunidade que eram responsáveis pelo setor produtivo da mesma, ou seja, pessoas que representassem os meios de produção da sociedade, no caso, não seriam os operários, mas os dirigentes desses setores. Segundo Cunha (1989, p.46-47), foi essa nova relação com o capital que proporcionou o surgimento das fundações das universidades autônomas. O autor usa a expressão “universidades

²¹ Entendem-se aqui salas de aula, laboratórios, biblioteca, ginásios de esportes etc.

paralelas” para falar sobre elas. Eram estabelecimentos de ensino superior privados que davam trabalho a funcionários e professores, usavam laboratórios e “campos de cultivo” para fornecer seus serviços ao município, a fim de obter, também, dessa forma, maior lucro. O autor critica essas universidades porque entende que elas criaram padrões diferentes de salários, indo contra a igualdade, perante a lei, que se pretendia no período; as empresas privadas, num discurso de clientes ou benfeitoras, geriam os departamentos e, devido a contratos de curto prazo, acabavam por engessar e quase paralisar o ensino e a pesquisa (CUNHA, 1989).

Em termos de lei, a Educação Superior teria por finalidade a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, das letras e artes, bem como a formação de profissionais de nível universitário. O ensino e a pesquisa deveriam andar juntos, e suas aulas eram lecionadas em universidades, em instituições isoladas organizadas nas dimensões pública ou privada. Conforme se previa, essas universidades deveriam ser autônomas enquanto aspectos didático-científico, disciplinar, administrativo e financeiro. As universidades e instituições de Educação Superior deveriam ser fundadas a partir de autarquias de regime especial, fundações ou associações.

Por essa Reforma, a Universidade seria a instituição própria para o ensino a nível superior, faculdades isoladas existiriam somente por exceção. Porém, ocorreu o oposto, as universidades se tornaram exceções e os estabelecimentos isolados aumentaram. O que contribuiu para isso foi que, além dos governos dos estados e municípios se mobilizarem para a instalação do ensino superior, houve o estímulo à privatização do ensino superior, visto anteriormente.

Ainda essa mesma lei não acabou com outro problema para os candidatos, que eram os tidos como excedentes²². Sobre esse aspecto, Ghiraldelli Jr. (1990) anuncia: “Este problema dos excedentes, na verdade, ficou longe de ser resolvido, uma vez que a nova lei apenas usurpou o direito de matrícula dos estudantes já aprovados no vestibular” (GHIRALDELLI JR, 1990, p.175). Excluiu-se, então, a figura do excedente, com o método classificatório. Entretanto, tal situação continuou, pois se a instituição tinha, por exemplo, 50 vagas, ela chamava os 50 primeiros colocados, e os outros nem ficavam sabendo em que classificação haviam ficado.

²² Aqueles candidatos que passaram na prova do vestibular, mas ficaram em uma colocação além das vagas disponibilizadas pela instituição de ensino.

Em se tratando de pós-graduação, Cunha (1989, p.53) chama a atenção para esse nível, afirmando que

É especialmente relevante a resistência que departamentos opuseram à institucionalização da pós-graduação, o que levou ao artifício de se organizarem programas de ensino e pesquisa supradepartamentais, assim como de centros ou núcleos à parte, como forma de contornar os efeitos frenadores que a mediocridade técnico-científica e o clientelismo acadêmico interpunham à pesquisa. (CUNHA, 1989, p.53).

Compreende-se que ocorreu uma união entre os pesquisadores e os professores mais experientes, o que fez com que as organizações, que eram responsáveis por estimular o desenvolvimento do país, aumentassem a verba reservada à pós-graduação. Sendo assim, houve a construção de novos prédios e foram adquiridos melhores equipamentos para os laboratórios, assim como o magistério foi institucionalizado como regime integral e sob dedicação exclusiva, e as IES aumentaram o número de matriculados. Esse incentivo à pós-graduação não compensou, nem justificou, mas amenizou as consequências negativas vindas da interferência policial nas universidades.

Quanto à faculdade de educação, pode-se dizer que ela era gerada, nesse momento, a partir da divisão obrigatória das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, que aconteceu com um decreto em 1966, para que se pudesse atender e formar professores de 2º grau e pessoas especializadas no campo da educação. Ainda assim, Cunha (1989) critica essa separação, pois, segundo o mesmo, ela criou um afastamento entre estudantes que acreditaram não precisar dos outros campos. Academicamente, resultou em baixa qualidade de ensino e pesquisa na área da educação.

Por um lado, essa lei dava certa autonomia às universidades, mas, por outro, utilizava estratégias para delimitar até onde ia essa autonomia. Um exemplo disso foi a escolha de administradores. Desde o Estatuto de 1931, eram escolhidos três nomes pelo Conselho Universitário e desses nomes o Presidente da República escolhia um. Com a Reforma de 1968, a elaboração da lista passou a ser também de outros conselhos da universidade, e em um deles haveria um membro do Ministério da Educação. A lista de três passou a ser de seis nomes, o que daria uma chance maior da admissão de pessoas de confiança dos militares. O regime de cátedras foi abolido,

sendo substituído pelo regime por meio de departamentos, o que facilitaria a admissão e demissão de docentes. (CUNHA, 1989).

Esse novo regime resultou num aumento da quantidade de professores, o que foi importante para o acréscimo das matrículas nas instituições de ensino superior. Ele tentava responder aos pleitos educacionais da classe média. O movimento estudantil foi perdendo sua ousadia e muitos professores foram se posicionando de forma diferente. Os estudantes reduziram suas forças, segundo Cunha (1989, p. 27), porque houve

mudança na composição sociocultural do alunado, à cooptação e à repressão policial. Mas muitos dos novos professores tinham experiência de organização política, e levaram à sua nova categoria social as plataformas e as práticas organizativas dos estudantes do início da década de 60. (CUNHA, 1989, p.27).

Compreende-se, assim, por que que na década de 1970 existiu uma diminuição considerável da concentração do movimento estudantil, mas houve o surgimento do movimento docente, com associações de professores de cada instituição de ensino superior, consolidados, especialmente, em universidades públicas e lentamente se articulando nas universidades privadas. Vale ressaltar que raramente chegou às faculdades isoladas.

Concluindo, quando se olha, individualmente, para a atuação dos atores políticos e sociais no processo de Reforma Universitária, pode-se verificar a discrepância de poder para a influência nos rumos da Educação Superior. A aliança do MEC-USAID demonstrou, efetivamente, quem conduziu o processo. Mesmo não estando nos artigos da Lei da Reforma Universitária de 1968, pode-se dizer que a segregação, a privatização e a fragmentação formaram algumas providências características da linha de organização e administração do ensino superior da Ditadura Militar. O regime optou por apoiar, até mesmo em termos financeiros, o setor privado. Muitas escolas particulares transformaram-se em faculdades. Foi mais viável tentar separar em diferentes direções os estudantes, apoiando a criação de faculdades nas cidades interioranas, onde as famílias que podiam pagar a manutenção do ensino superior enviavam seus filhos para continuarem seus estudos. A maioria das vagas dessas instituições de ensino estavam garantidas para um público de classe média alta residente na região. Esse apoio do regime militar foi ao encontro das necessidades de municípios do interior, de reter o jovem no interior para

a manutenção das empresas, que na maioria das vezes eram empresas familiares, e também porque era preferível que os estudantes estivessem perto, submetidos a uma influência dos políticos locais que eram favoráveis ao regime, do que irem de encontro às intervenções desconhecidas dos espaços universitários das capitais ou maiores cidades, na maioria das vezes resultando na reprodução da elite local.

2.2 CENÁRIO HISTÓRICO DE BENTO GONÇALVES/RS (1950-1970)

Para compreender o que levou lideranças da educação e lideranças políticas e sociais de Bento Gonçalves a almejarem e constituírem o Ensino Superior para seu município é importante tentar olhar para elementos do contexto da região e da cidade. Com as fontes encontradas, buscou-se construir um cenário histórico de Bento Gonçalves, no período de 1950 e 1970, numa tentativa de estabelecer relações entre a história oral, bibliografias e documentos, a fim de procurar responder qual era o contexto histórico de Bento que proporcionou a necessidade de ter o Ensino Superior no município. Para isso, também se compôs um breve panorama do seu campo educacional. Atenta-se para a necessidade de compor um cenário anterior a 1950, com o intuito de melhor compreender o que estava vivendo o município, em termos de desenvolvimento, para que se chegasse a ter as primeiras movimentações acerca do ensino superior.

O município de Bento Gonçalves²³ foi colonizado, majoritariamente, por italianos, sendo, em 1870, denominado Colônia Dona Isabel, terreno em que a religiosidade e o trabalho foram se tornando fundamentais para o crescimento da cidade. Zanatta (2017), em entrevista, falou dos primórdios da região, contando o que outros já lhe contaram sobre a vinda dos imigrantes italianos, e relaciona a chegada e permanência deles à economia de Bento Gonçalves, que, por muito tempo, foi a agricultura. Ele afirma que “a predominância econômica aqui nessa nossa região e particularmente aqui, sempre foi o vinho e a uva, ou seja, as cantinas. Ainda (hoje) está na região do vinho, na região da uva, mas naquela época era mais marcante ainda [...]” (ZANATTA, 2017). A uva e o vinho são características do município. Porém, com o tempo, como se poderá ver nas próximas páginas, outros ramos e setores entrarão no mercado, ativando e renovando a economia da cidade e região.

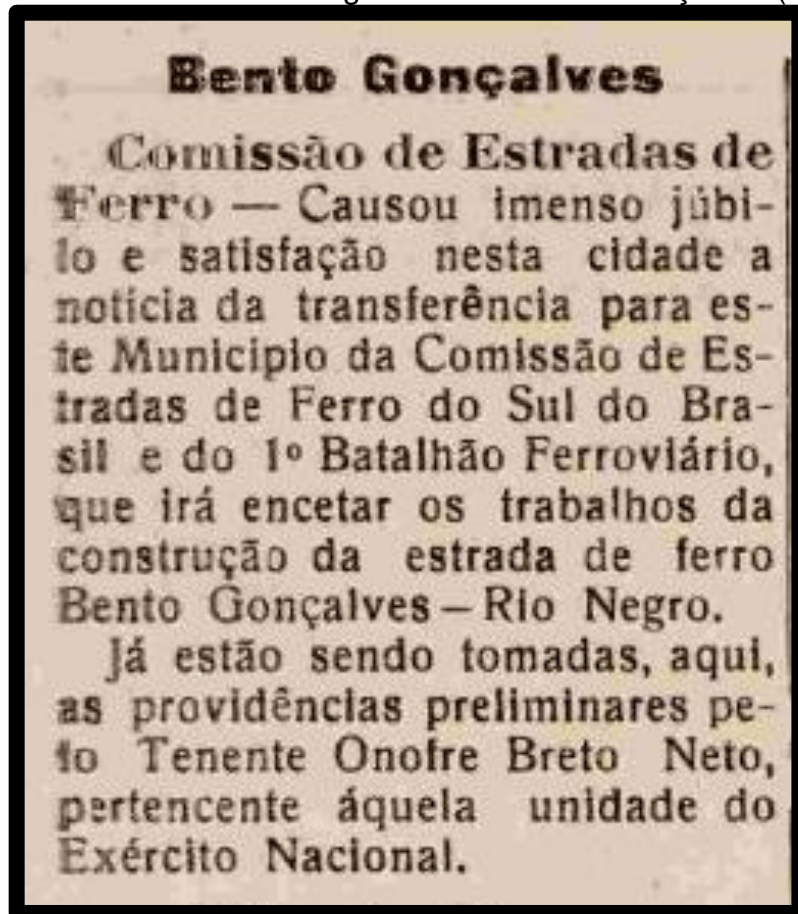
²³ Ver Caprara e Luchese (2005).

No início do século XX, período da criação do município de Bento Gonçalves, houve um rápido processo de urbanização e industrialização. Por exemplo, as estradas foram melhoradas e outras foram abertas nos ambientes rurais, o perímetro urbano começou a se delinear através de normas, houve a preocupação com o abastecimento da água potável, e recolhimento de lixo. Segundo Luchese e Tedesco (2011, p.21), “assuntos como higiene e salubridade local, educação, segurança, iluminação pública e desenvolvimento econômico passaram a ser discutidos e projetos encaminhados”. A cidade recebeu o serviço telefônico (1910), o tráfego ferroviário (1919), com um ramal entre Bento Gonçalves e Garibaldi, trazendo a esperança do desenvolvimento, progresso, ligando o município aos grandes centros consumidores, que simbolizou também a modernização da economia, e ainda recebeu energia elétrica (1923). Em 1927, inaugurou-se o Hospital Dr. Bartholomeu Tacchini. O município se desenvolvia e, conseqüentemente, o ramo da vitivinicultura também.

A ferrovia foi muito importante para que houvesse a integração entre as economias municipal, regional e estadual. O Jornal Correio Riograndense²⁴ trouxe a notícia de que seria construída a estrada de ferro que ligaria Bento Gonçalves – Rio Negro, além de sinalizar que chegaria à cidade a Comissão de Estradas de Ferro e do 1º Batalhão Ferroviário para começar os trabalhos.

²⁴ Publicado em agosto de 1945, página 4.

Figura 2: Jornal Correio Riograndense - Bento Gonçalves (1945)



Fonte: Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul, 2017.

As cidades servidas pela estrada de ferro foram as que mais se beneficiaram com a relação de compra e venda, e se desenvolveram mais rapidamente. Com a estrada de ferro, o município já não estava mais isolado. Aos poucos acontecia o desenvolvimento da vitivinicultura e da indústria, que gerou simultaneamente uma transformação do aspecto físico/material de Bento Gonçalves. Zanatta (2017) testemunha que o transporte ferroviário trouxe progresso para a região.

[...]. Eu nasci em Carlos Barbosa. Nasci onde passa o trem. O trem era um progresso maluco. O trem que vinha de Porto Alegre e ia para Caxias. Não vinha à Bento. Então saía de Porto Alegre, Montenegro, Barão, Carlos Barbosa, Farroupilha e Caxias. Depois voltava pelo mesmo caminho. E Bento tinha um trenzinho aqui de Bento, passava Garibaldi e ia a Carlos Barbosa levar e trazer como ramal secundário. Então ficou essa região de Garibaldi e Bento ficou dependendo de Barbosa, porque Barbosa ia a Caxias. Isso é uma fantasia, digamos, mas a realidade foi essa. Então, tanto Bento quanto Caxias, dizem que crescem as pontas. Tanto aqui como Caxias eram as pontas onde terminou, na época, a ferrovia, locais que se desenvolveram [...]. (ZANATTA, 2017).

Mesmo dizendo ser uma “fantasia” o município de Bento Gonçalves precisar do seu município vizinho Carlos Barbosa para chegar em Caxias do Sul ou à Capital, o entrevistado Zanatta (2017) afirma que as duas cidades interioranas, em que a estrada de ferro, que sai de Porto Alegre, tem seus terminais em Caxias do Sul²⁵ e Bento Gonçalves, municípios que mais cresceram e que conseguiram uma posição privilegiada comparados aos outros municípios da região.

Já se viu que no Brasil inteiro, a partir de 1930, foram aparecendo evidências da necessidade de maior desenvolvimento e de abertura para a industrialização. Nesse período, o setor agrícola foi o mais forte em Bento Gonçalves.

Na década seguinte, começa-se, aos poucos, a serem identificadas características próprias do meio rural e do meio urbano, entendendo que no espaço urbano surgiram novas e diversas atividades, a princípio, artesanais, mas que devagar vão se industrializando e se transformando em empresas mecanizadas. A ferrovia auxiliou no início das novas atividades de cunho comercial, atraiu um fluxo de migração de pessoas advindas do interior do Rio Grande do Sul e até de outros estados, como Santa Catarina. Esse aumento na população acabou exigindo melhorias na estrutura urbana, na educação, e outros.

Sendo assim, nesse período, construiu-se o primeiro calçamento na rua principal. Expandiu-se a rede elétrica para os demais bairros e comunidades do interior, e a indústria, construindo seu próprio espaço e crescendo junto com a vitivinicultura. Na agricultura ocorreu a substituição da mão de obra para os maquinários. Em virtude desse processo de industrialização ocorrido no meio urbano e rural, acabou se gerando mais empregos, ocorreram fluxos migratórios por todo o Brasil, inclusive para Bento e região, na busca de trabalho e melhores condições de vida. O desenvolvimento da cidade foi acontecendo de acordo com a relação de consumo daqueles que ali viviam.

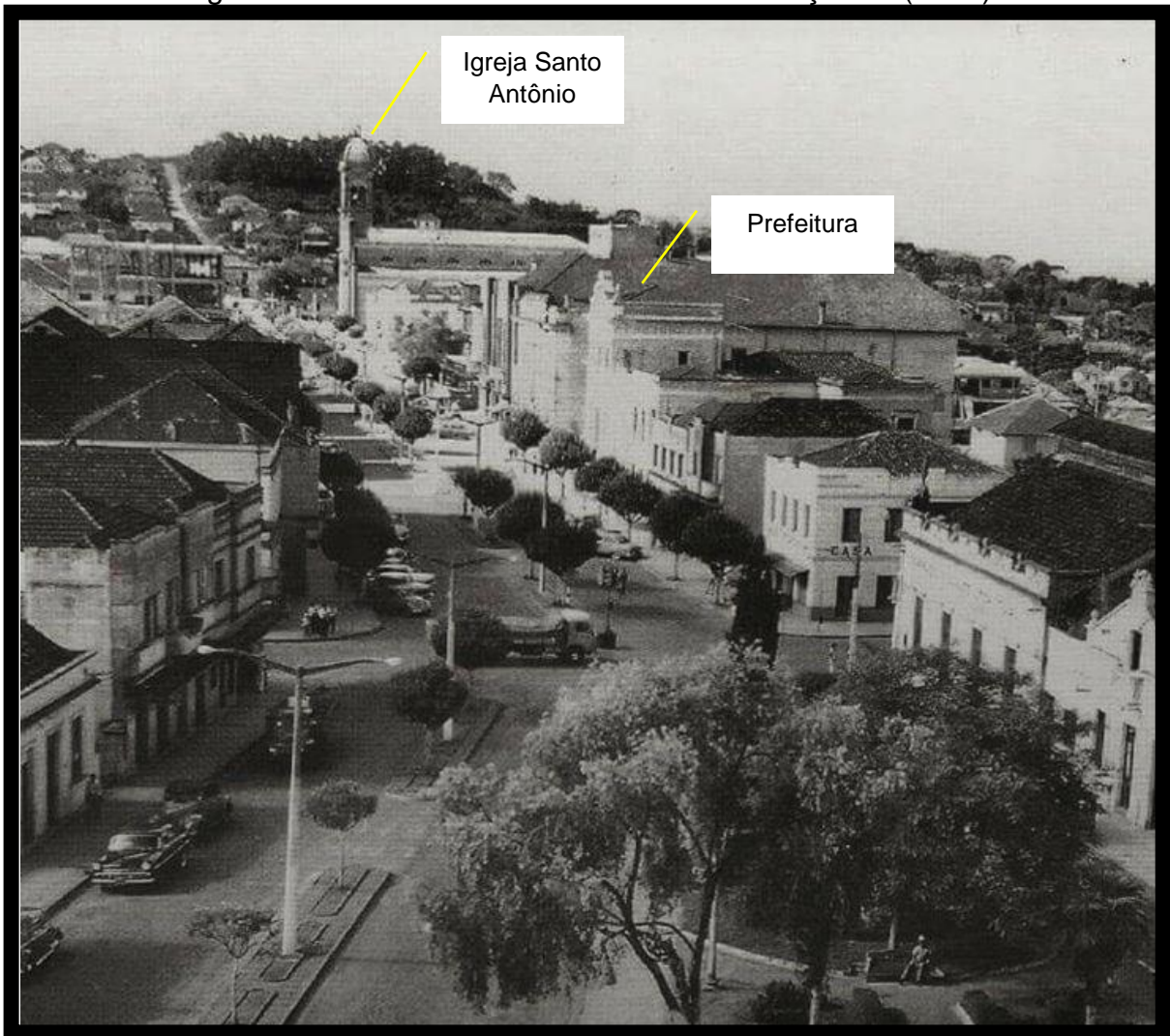
Em meados da década de 1940, instalou-se em Bento Gonçalves as primeiras turmas do 1º Batalhão Ferroviário, com o objetivo de construir ferrovias na região. A vinda deles é vista como algo que também ajudou no progresso para a região. Com a chegada do 1º Batalhão, criaram-se departamentos de Saúde, Alimentação, Financeiro, Educação, Transporte, Recreativo, Desportivo e Material. Até então, Bento

²⁵ Pode se encontrar aspectos referentes à estrada de ferro de Caxias do Sul em ALMEIDA (2012, p.39-40). E sobre as transformações ocorridas depois da instalação da estrada de ferro encontra-se em LUCHESE (2007, p.80).

Gonçalves tratava-se de uma cidade pequena, com pouca população e não precisava de um transporte coletivo. Mesmo assim, havia uma linha de ônibus que fazia o trajeto Centro-Estação Ferroviária. Mas, segundo Missagia (1980, s/p), “com a chegada do 1º Batalhão Ferroviário que se instalou no distrito de São Roque, foi preciso implantar mais uma linha”. Bento Gonçalves ia crescendo na área urbana e na área rural, sendo reconhecido no final dessa década como o município com “uma das maiores áreas de cultivo de videiras do país, com uma produção anual de 25.900 toneladas de uva, industrializada nas cantinas do município, gerando cerca de 21.600 litros de vinho” (DE PARIS; ZARDO, 1997, p.147). Na década de 1940, foram sendo construídas condições para o desenvolvimento de Bento Gonçalves das próximas décadas.

Durante a década de 1950, o desenvolvimento do município iniciou significativamente. A imagem a seguir retrata a avenida Marechal Floriano, no centro da cidade, em 1956. Reconhece-se a Igreja Matriz Santo Antônio, a prefeitura, casas residenciais e casas de comércio de no máximo dois andares. A igreja, a prefeitura e o banco eram os espaços que tinham maior estrutura na cidade. Todavia, observa-se, na frente da igreja, à esquerda da imagem, que há uma construção, que já alcança dois andares, mesmo não concluída, tendo base para mais pisos. Além disso, a existência de postes de iluminação pública ao longo da avenida e aproximadamente dez veículos. Havia bastante vegetação no espaço que foi tirada a fotografia, árvores no decorrer da avenida, olhando ao lado direito, nas quadras de trás da prefeitura, bem como acima da Igreja, havia a presença de vegetação densa e construções de estruturas simples. Por esta imagem, pode-se dizer que o centro da cidade começava a se desenvolver, e era envolvido pela vegetação, o que caracteriza o período de transição dos elementos rurais e urbanos numa mesma imagem. Bento Gonçalves era um município que dava sinais de desenvolvimento, conciliando a agricultura, a industrialização e a urbanização.

Figura 3: Vista aérea do centro de Bento Gonçalves (1956)



Fonte: Disponível em
<https://www.facebook.com/MemoriaBG/photos/a.191948674302233.1073741828.191944400969327/695894420574320/?type=3&theater>²⁶

Houve nesse período uma configuração diferente no estado, com o êxodo rural e migração de habitantes de diversas regiões, principalmente Planalto e Noroeste, deslocando-se para outras áreas do estado. Bento Gonçalves recebeu muitos desses migrantes oriundos de outras regiões do estado, em busca de trabalho e melhores condições de vida. Como argumenta Neves (2007, p.343), “as profundas transformações econômicas, o movimento migratório e a urbanização provocaram profunda alteração na distribuição espacial da população e na estrutura de emprego do interior do estado”.

²⁶ De acordo com a página da rede social, a fotografia foi uma contribuição de Antonio Paulo LdCosta (nome que consta no perfil da rede social). Acesso em: 27 jun. 2017.

Conforme foi acontecendo a urbanização do município, ao lado das casas que inicialmente eram casas de negócio, apareceu um comércio que trabalha com determinado tipo de produto, mais especialista num produto e seus derivados ou em outros, por exemplo, comércio de couro, roupas, automóveis, vinho, madeira. Os meios de comunicação, até então, eram os jornais. A partir de 1950, é fundada por Luiz Neves a Rádio Difusora que está em funcionamento até os dias atuais.

Nessa década, o aspecto religioso foi percebido pela realização de eventos de grande teor, como, por exemplo, a inauguração da Igreja Matriz Cristo Rei, entre outros. Quanto ao lazer e ao esporte, tem-se os registros de início da construção do alambrado do Clube Esportivo, em 1953, e dois anos depois a inauguração do parque desportivo do Clube Aliança. Na metade da mesma década, há registros de manifestações de desejo da construção de um hotel modelo. Em 1957, nasceu o primeiro animal que foi reproduzido por inseminação artificial em Bento Gonçalves, evidenciando a escala evolutiva em ascensão do referido município (SOUTO, 2001).

Na metade da década de 1950, estavam em Bento Gonçalves 29.450 habitantes, e o município era composto por uma área de mais de 470 quilômetros quadrados, sua principal economia era a agricultura, principalmente a vitivinicultura (DE PARIS; ZARDO, 1997). A apicultura e a avicultura eram utilizadas para consumo próprio. A pecuária ia se desenvolvendo a partir das demandas dos agricultores, era utilizada, especialmente para o corte e trabalho nas plantações.

Devido ao crescimento vitivinicultor no município, criou-se a Escola de Viticultura e Enologia, em 1959, onde, na década seguinte, instalou-se o primeiro curso de Ensino Superior do município, a Escola tinha a finalidade de formar a nível técnico enólogos, agricultores e agropecuários que poderiam atuar como técnicos em todo o Brasil, nas áreas de Viticultura e Agropecuária.

O estímulo ao empreendedorismo é observado com a inauguração do Escritório Modelo, com princípio de ensino voltado à prática dos estudantes, que seriam técnicos em contabilidade, em maio de 1955. Nesse acontecimento, tem-se a chance de perceber as relações cultivadas de cunho religioso e político, além de educacional, pela presença, na sua inauguração, de autoridades importantes na época, como o vigário da Paróquia Santo Antônio, o Pe. Luiz Mascarello, o governador do Estado, o Sr. Ildo Meneghetti, e dos professores Noely Clemente de Rossi, Emyr Farina, Ulysses De Gasperi e Pedro Paulo Zanatta. Nos anos 1950, o município deu passos no seu desenvolvimento que se consolidou na década seguinte.

A seguir, apresenta-se uma imagem da década de 1960. A imagem data o ano de 1965, período em que ocorreu uma forte nevasca no município. A fotografia foi feita de outro ângulo, contudo pode-se notar a torre da Igreja, que também se visualizou na Figura 04. Bento Gonçalves cresceu na década de 60. Pela imagem percebem-se dois a três prédios construídos, considerável quantidade de casas e vegetação reduzida se comparada com a imagem da década de 1950. Aqui deu-se continuidade no processo de urbanização e iniciou-se a verticalização do município.

Figura 4: Nevasca em Bento Gonçalves (1965)



Fonte: SÉCULO XX: memórias de Bento Gonçalves (2013, p.207).

Köche (2017), que voltou para o município na metade da década de 1960, comentou:

Bento Gonçalves naquela época devia ter 20 mil habitantes, 25 mil. Praticamente o centro de hoje era chamado de Cidade Baixa, e o centrinho aqui²⁷ era chamado de Cidade Alta. E vivia praticamente das cantinas de vinho, Salton, Mônaco, Dreher. A economia baseava-se nisso, na agricultura.

No início da década, havia acontecido a 1ª Exposição de Uvas, produtos coloniais e industriais, contando com a participação de, aproximadamente, 5.000

²⁷ Referindo-se ao bairro que mora atualmente.

peças. No ano seguinte, foi instalada, de forma experimental, uma linha telefônica automática. A população infantil, até 6 anos, foi vacinada contra poliomielite em 1962, e, nesse mesmo ano, teve a inauguração do Canal 7, estação repetidora da TV Piratini (SOUTO, 2001). Os serviços de imprensa, saúde e educação eram utilizados também pelos municípios vizinhos. Bento Gonçalves deu sinais de desenvolvimento.

Conforme chamam a atenção De Paris e Zardo (1997, p.66), “a década de 60 exigiu a substituição dos velhos padrões, que não resistiam aos anseios pelo novo. A cidade vai ficando semelhante aos grandes centros urbanos. O comércio vai padronizando costumes, uniformizando gostos [...]”. Antes disso, segundo Köche (2017), o comércio era “insipiente”, havia algumas lojas de eletrodomésticos²⁸, comércio de carros. Contudo, a economia local se movimentava no período mensal do pagamento das pessoas que trabalhavam no 1º Batalhão Ferroviário.

Com a movimentação da economia, no decorrer dos anos, o meio urbano cresceu muito na região, como consequência do incentivo à indústria. Mesmo com todo o incentivo ao desenvolvimento do município, quem quisesse continuar seus estudos precisaria se deslocar às outras cidades. Em entrevista, Köche (2017) afirmou que “Bento era uma cidade um pouco isolada, porque Bento até Farroupilha tinha aquela estrada velha que hoje passa por São Pedro, sem asfalto, sem nada”. Para o deslocamento das pessoas para as outras cidades da Serra, como por exemplo Caxias do Sul, onde havia a UCS, as estradas eram cheias de curvas e não pavimentadas, tornando-se um desafio ir diariamente trabalhar ou estudar nos municípios da região.

Além dos fatores característicos da região já citados, há, nessa década, os setores vitivinícola e industrial que começaram a se expandir, tornando-se responsáveis pela proeminência do município. O ramo vitivinicultor vinha crescendo cada vez mais nas décadas anteriores, tanto que em 1967 aconteceu a Festa Nacional do Vinho, a I FENAVINHO. Ela nasceu da necessidade de os produtores de uva e vinho divulgarem, comercializarem seus produtos e mostrarem Bento Gonçalves como o produtor de vinho de melhor qualidade, diante da crise que passou o setor que foi até os anos de 1960. Posteriormente, com o objetivo de celebrar o aniversário do município, 25 anos do Colégio Nossa Senhora Aparecida (CNSA) e 50 anos do Colégio Nossa Senhora Medianeira, quis-se no ano de 1965 realizar uma festa do

²⁸ Segundo Köche (2017), no período vendiam-se muitos eletrodomésticos na linha dos refrigeradores e fogões a gás.

vinho, pensada e organizada por ex-alunos do CNSA. Inicialmente seria uma festa municipal, e que por alguns motivos não pode se concretizar naquele ano. Entretanto, nos anos seguintes, os desejos aumentaram, e de nível municipal ela foi pensada a nível Estadual e, por fim, em 1967, ela aconteceu de fato como a I FENAVINHO, e teve a presença do Presidente da República, Mal. Humberto Alencar Castelo Branco. Essa visita tornou-se um marco histórico para o município. Para De Paris (2006), foi a FENAVINHO a primeira amostra de união, força e organização da comunidade empresarial de Bento Gonçalves, a qual, inclusive, veio a ser um marco na história do município, trazendo o reconhecimento como a Capital Brasileira do Vinho. “Nos deu prestígio, nos deu projeção, nos mostrou para o Brasil inteiro e sobretudo para nós mesmos” (DE PARIS, 2006, p.249).

Em termos de indústria, o ramo moveleiro foi o que mais se destacou e desenvolveu, e aos poucos a configuração fortemente rural foi mudando para industrial e urbana. Já na área da saúde, o Hospital Tacchini começou a se modernizar a administração hospitalar, e também se ampliou a estrutura principal do Hospital. Nesse período, foi projetada e construída a praça Vico Barbieri e é fundado o Country Club, em dezembro de 1964.

Wünsch (2016) justifica o desenvolvimento econômico como resultado do início do “milagre” do crescimento econômico que o país estava vivendo. Segundo esse sociólogo,

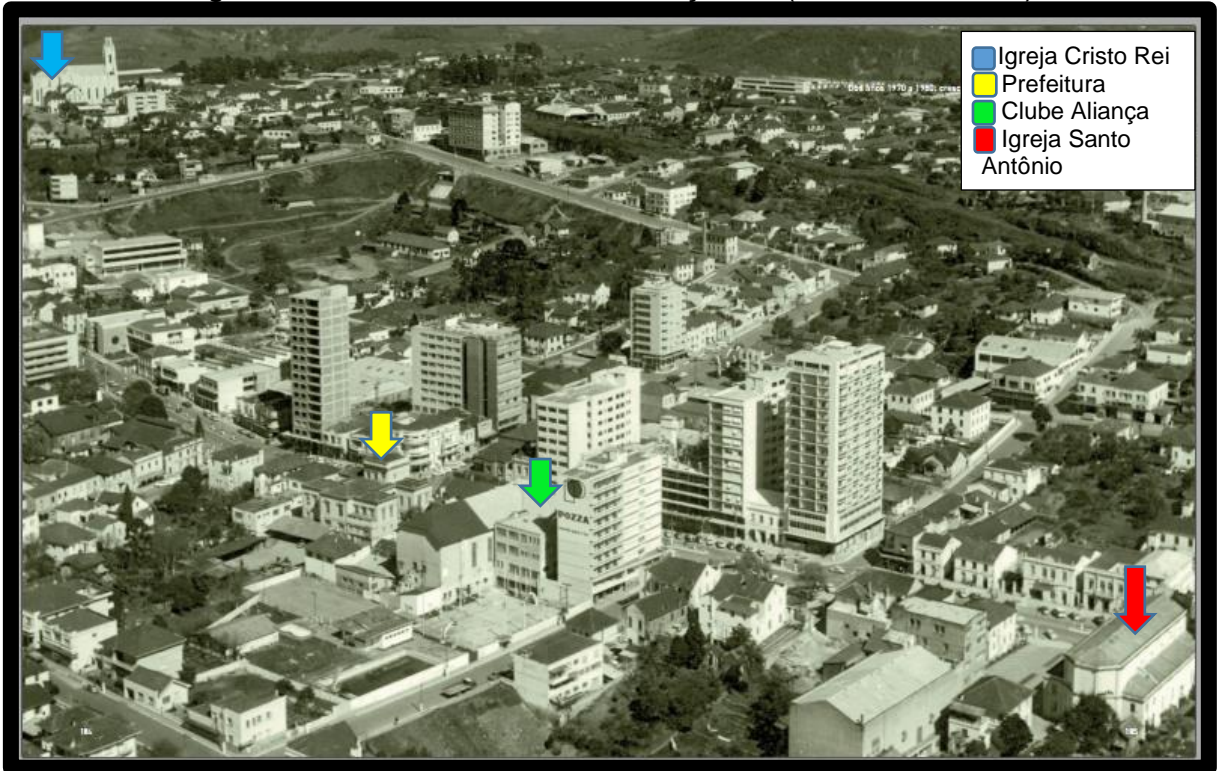
O país começava a crescer a taxas importantes, é bom que se diga, o crescimento foi grande, mas o modelo de crescimento era concentrador de renda. [...]. Claro, não estou aqui entrando na questão da concentração de renda, do endividamento que isso causou, enfim outros aspectos. Mas naquele momento houve uma expansão, essa expansão ela se deu inclusive num setor extremamente importante para nós também, que é o setor moveleiro. Quando também cresceu a indústria moveleira, houve um crescimento da economia, e com o crescimento da economia, profissionais vinculados à área de gestão, de economia, de contabilidade passaram a ser uma demanda importante para o mercado local de trabalho. (WÜNSCH, 2016).

Percebe-se que os aspectos se relacionam, sejam eles de cunho local, estadual ou nacional, e que a educação está atrelada a esse movimento. Essa foi uma década de novidades para o município, a indústria moveleira foi se desenvolvendo e sendo reconhecida no país. A vitivinicultura deu um salto, especialmente, depois da I FENAVINHO. A cidade foi se tornando mais urbana, industrializada, as pessoas foram se tornando mais exigentes e a sociedade pedindo mais. Para trabalhar na indústria,

era preciso estar melhor preparado, melhor formado. Houve uma maior exigência cultural, o que aos poucos foi abrindo espaço para a concretização do intuito de ter o Ensino Superior no município.

Se no período da década de 1960 o município consolidou o seu desenvolvimento, na década de 1970 assume o crescimento e o reconhecimento nacional para se desenvolver ainda mais, foi um tempo de empreender e projetar o futuro. Nas figuras 05 e 06, referentes a esse período, percebe-se, especialmente, o processo consolidado de verticalização do município. A figura 05 é uma vista aérea, tendo como foco o centro da cidade, e quem a capturou estava atrás da Igreja Matriz Santo Antônio. Essa mesma imagem tem a característica de visualizar-se, além do centro, os outros bairros, inclusive a Igreja Matriz Cristo Rei, no bairro Cidade Alta, localizada no canto superior esquerdo. É interessante perceber o quanto o município cresceu, o que é decorrência dos fluxos migratórios acontecidos nos anos anteriores. A Figura 06 é uma imagem colorida em que o posicionamento de quem a captou é muito parecido com a Figura 03. Nela percebe-se nitidamente que a estrutura das casas e dos comércios foi mudando ao longo dos anos. Em ambas as imagens pode-se afirmar que o município aderiu ao processo não só de crescimento da cidade, com o aumento de habitantes, mas que seu desenvolvimento se concretiza na verticalização dos seus prédios, denotando cada vez mais quantidade e altura.

Figura 5: Vista aérea de Bento Gonçalves (década de 1970)



Fonte: SÉCULO XX: memórias de Bento Gonçalves (2013, p. 185)

Figura 6: Vista da avenida central de Bento Gonçalves (década de 1970)



Fonte: SÉCULO XX: memórias de Bento Gonçalves (2013, p. 219).

O número de habitantes foi aumentando e, em consequência disso, as necessidades da população também. Na tabela abaixo, há o apontamento do número de novos estabelecimentos comerciais, de serviços e outros, registrados anualmente quando começaram suas atividades, entre as décadas de 1960 e 1980.

Tabela 2: Novos estabelecimentos comerciais, de serviços e outros (1960–1980)

Ano	Total	Atividade
1960	1	Comércio Varejista
1961	2	Comércio Varejista
1962	2	Comércio Varejista
	1	Comércio Atacadista
1963	3	Comércio Varejista
1964	3	Comércio Varejista
1965	3	Comércio Varejista
1966	2	Comércio Varejista
1967	5	Comércio Varejista
	1	Comércio Atacadista
1968	5	Comércio Varejista
1969	4	Comércio Varejista
	1	Comércio Atacadista
1970	7	Comércio Varejista
	1	Comércio Atacadista
1971	8	Comércio Varejista
1972	7	Comércio Varejista
1973	10	Comércio Varejista
1974	6	Comércio Varejista
	2	Comércio Atacadista
1975	10	Comércio Varejista
	1	Comércio Atacadista
1976	9	Comércio Varejista
	2	Serviços e Outros
1977	14	Comércio Varejista
	1	Serviços e Outros
1978	19	Comércio Varejista
	2	Serviços e Outros
1979	23	Comércio Varejista
	5	Comércio Atacadista
	3	Serviços e Outros
1980	22	Comércio Varejista
	2	Comércio Atacadista
	1	Serviços e Outros

Fonte: Recorte temporal retirado de Tabela²⁹ s/t de De Paris e Zardo (1997, p.154), 2017.

Na década de 1960, foram criados 30 estabelecimentos de comércio de varejo, enquanto surgiam três no ramo do atacado. Um grupo de pessoas, com o objetivo de

²⁹ A tabela foi construída pelas autoras a partir de levantamento realizado nos arquivos da Secretaria Estadual da Fazenda, por meio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPURB), em listagem de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Os novos estabelecimentos contidos na tabela eram os que permaneceram pagando ICMS até o período de publicação do referido estudo.

fortalecer o comércio do município e melhorar a sua organização, fundou em 1969, sob a coordenação do professor e comerciante Ulisses De Gasperi, o Clube dos Diretores Lojistas (CDL), atualmente intitulado Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL). Segundo De Paris e Zardo (1997, p.66), “comprar, acompanhar a moda e a modernidade era essencial. Inicia a massificação e a padronização dos costumes”. De acordo com esse viés modernizador da sociedade, na década de 1970, foram criados aproximadamente 130 estabelecimentos de comércio varejista no município e nove comércios atacadistas. Além disso, na década de 1970, tem-se registro de criação de estabelecimentos com serviços e atividades, chegando na década de 1980 com oito desses estabelecimentos. Por meio dessa tabela, consegue-se compreender a ampliação do desenvolvimento e as consequências da industrialização e urbanização da cidade, aumentou-se o número de estabelecimentos de comércio, e a década de 1970 trouxe a expansão dos serviços, a partir da demanda das pessoas com maior poder de consumo na comunidade. Enquanto o número de habitantes do município aumentava, cresciam também as necessidades do comércio, se fazendo importante a qualificação e modernização dos estabelecimentos.

Em meados da década de 1970, Bento Gonçalves recebe a instalação da Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com a finalidade de desenvolver um programa de pesquisa que procura auxiliar a vitivinicultura por meio de novas tecnologias, que, relacionadas à produção, possam resolver as dificuldades e problemas da área.

Na década de 1970, a agricultura continuava sendo a base econômica do município, entretanto, com o desenvolvimento crescente da década de 1960, a indústria também foi se tornando destaque. Devido ao acelerado ritmo de crescimento, foi inaugurada a RS 470, asfaltada, que ligava Porto Alegre ao Alto Uruguai, trazendo novas expectativas de relações comerciais em todo o estado.

Em conclusão, o crescimento industrial e urbano que ocorreu em todo Brasil também teve seus efeitos localmente. Com a fundação e desenvolvimento de indústrias, especialmente moveleiras, aos poucos, o município deixou de ter uma economia somente advinda da agricultura, e a indústria com o auxílio do comércio passou a movimentar o mercado. É curioso porque aparentemente os setores vitivinicultor e moveleiro conviveram em consonância e só cresceram no período. Muitas pessoas chegaram no município entre 1950 e 1980, e o município foi acolhendo os muitos trabalhadores que vinham de outras cidades, adaptando-se às

novas necessidades. É importante perceber que provavelmente uma dessas necessidades foi a educação. Para compreender-se a relação entre o crescimento urbano bento-gonçalvense e o campo educacional no município é que foi construído o próximo subtítulo.

2.2.1 Panorama educacional de Bento Gonçalves/RS

Em se tratando da Serra Gaúcha, pode-se dizer que se caracteriza como uma região de forte escolarização. Segundo Köche (2017), chama a atenção que, desde a colonização, a região era um centro educacional do interior do Estado. As escolas dos municípios dessa região atendiam estudantes de todo o Estado, especialmente no Ginásial.

Na década de 1940, especialmente em Caxias do Sul, por ser município de referência e com características parecidas ao município de Bento Gonçalves, compreende-se que viviam realidades aproximadas. No período já mencionado, havia um número limitado de escolas secundárias, o que não atendia às necessidades de formação profissional e educacional dos jovens da região, particularmente aqueles que eram da classe média, pois os pais não ganhavam o suficiente para manter os estudos de seus filhos em colégios da Capital. Os mais pobres, antes dos estudos, atentavam ao trabalho. Como reforça Paviani (2013, p.143), “os menos favorecidos financeiramente somente tinham acesso ao estudo em seminários e internatos das congregações religiosas”. Por esses motivos, querendo evitar o deslocamento de seus filhos a outros municípios, uma parte da população de Caxias do Sul solicitou a abertura de novas escolas no município.

Para melhor analisar o contexto educacional do município, elaborou-se uma tabela referente às escolas do município que foram criadas ou já estavam em funcionamento no período de 1950 a 1980. Os dados foram encontrados em pastas com o nome de cada educandário, a partir de documentos fornecidos pela 16ª Coordenadoria Regional de Educação.

Quadro 2: Relação das escolas de Bento Gonçalves (1915-1979)

Nome	Data	Documento
Colégio Nossa Senhora Medianeira	1915	Ato de autorização de funcionamento, com a denominação de Colégio São Carlos.
Escola Estadual de Ensino Fundamental General Bento Gonçalves	31 de agosto de 1936	Dá denominação ao Colégio Elementar de Bento Gonçalves. Criado em 1911.
Escola Estadual de Ensino Fundamental Pedro Vicente da Rosa	27 de junho de 1937	Criação da Escola.
Escola Estadual de Ensino Fundamental Ângelo Chiamolera	03 de julho de 1941	Cria Grupo Escolar.
Colégio Marista Aparecida	-1940 -21 de julho de 1949	-Ano de fundação do Colégio -Reconhecimento do Curso Ginásial.
Escola Estadual de Ensino Fundamental General Amaro Bitencourt	27 de novembro de 1952	Transforma escola isolada em Grupo escolar.
Instituto Estadual de Educação Cecília Meireles	11 de dezembro de 1952	Cria Grupos Escolares e Escolas Isoladas.
Colégio Estadual Visconde de Bom Retiro	22 de fevereiro de 1954	Cria Grupos Escolares e escolas isoladas.
Escola Estadual de Ensino Médio Mestre Santa Barbara	27 de dezembro de 1956	Cria o Ginásio de Bento Gonçalves.
Colégio Sagrado Coração de Jesus ³⁰	04 de fevereiro de 1957	Registro da Escola na Superintendência de Ensino Primário.
Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria Goretti	11 de fevereiro de 1958	Cria Grupo Escolar.
Escola Estadual de Ensino Fundamental São Valentin	18 de julho de 1958	Denomina Grupo Escolar.
Colégio Cenequista São Roque	09 de março de 1961	Autorização de funcionamento.
Escola Estadual de Ensino Fundamental São Pedro	26 de setembro de 1961	Criação do Grupo Escolar de São Pedro.
Escola Estadual de Ensino Médio Imaculada Conceição	28 de setembro de 1961	Criação de Escola.
Escola Estadual de Ensino Fundamental Irmão Egídio Fabris	25 de abril de 1962.	Cria estabelecimento de ensino.
Escola Estadual de Ensino Fundamental Ângelo Salton	25 de abril de 1962	Cria a Escola.
Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora da Salette	04 de outubro de 1962	Cria Grupo Escolar.
Colégio Estadual Dona Isabel	08 de novembro de 1968	Criação do Ginásio Estadual de 1ª Entrância em Bento Gonçalves
Escola Estadual de Ensino Fundamental Carlos Dreher Neto	14 de abril de 1969	Criação do Grupo Escola a Zona da Antena.
Colégio Estadual Landell de Moura	18 de julho de 1975	Criação de escolas que ministrarão o ensino de 1º grau, a partir da 5ª série, cujos prédios foram construídos em virtude de convênio.
CTEC – UCS	10 de agosto de 1979	Para funcionar em 1980.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de documentos pesquisados na 16ª Coordenadoria Regional de Educação, 2017.

³⁰ Ver dissertação de Poletto (2014).

Nos anos de 1930 existiam somente duas escolas no município. Na década seguinte, a partir de pedidos do clero, constituíram-se escolas religiosas que atendiam especificamente meninos ou meninas. Segundo Zanatta (2017), na metade da década de 1940, ele frequentou o Colégio Aparecida, onde cursou três anos de Técnico em Contabilidade, encaminhando-se posteriormente ao curso de Ciências Econômicas³¹ da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Nas décadas de 1950 e 1960, as demandas de ensino aumentaram e muitas escolas foram criadas, com a denominação de grupos escolares³². O Álbum do Centenário da Imigração Italiana apresenta, em 1975, a informação de que Bento Gonçalves possuía um índice de apenas 1% de analfabetismo, o que era, naquele momento, motivo de orgulho para os munícipes. O número de escolas criadas no município foi reduzido em 1970, visto que a partir da década de 1960 a demanda de ensino no município começou a se voltar para o ensino superior.

Na década de 1960, compondo as mudanças que ocorreram em Bento Gonçalves, estavam os processos de urbanização e a motivação do governador do Estado, Brizola, a instalar escolas por todo o Estado. Os Colégios Aparecida e Medianeira representavam o ensino forte das escolas particulares de ensino Primário e Médio. Das escolas estaduais se sobressaíam o Colégio Mestre Santa Bárbara e o Colégio Cecília Meireles, que tinha o Curso Normal. Posteriormente, surgiram outras escolas.

Dentro das escolas havia ações que eram consequência da ditadura militar. O professor precisava cuidar sobre o que falava em sala de aula, especialmente se fosse a respeito de política. Köche (2017) explica como sentiu a interferência do Regime Militar quando foi nomeado para trabalhar no Colégio Estadual entre 1968 e 1969:

(Houve uma interferência) vamos dizer assim, mais na sombra. A gente sabia que os militares, nem tanto os militares, mas havia todo um sistema de controle, de ficar observando, principalmente se havia algum, que se chamava, subversivo no meio, principalmente, trabalhando na educação. Eles interferiram muito no Ensino Médio, principalmente na nomeação dos

³¹ Na entrevista com Zanatta (2017), sua esposa, Lucila, trouxe um recorte de jornal sem identificação, que, segundo às informações contidas nele, pode-se supor que foram divulgadas no ano passado (2016). A notícia era que em 1952, três rapazes, um deles era Zanatta, de Carlos Barbosa, foram os primeiros, daquele município, a se formarem no Ensino Superior. Chama a atenção a estratégia utilizada para contornarem as dificuldades, de distância, de hábito, econômicas e físicas, em relação a Porto Alegre. Eles revezavam-se indo uma semana cada um à Capital e trocavam anotações quando se encontravam. Compreende-se que naquele período havia convenções (não se exigia frequência mínima) que possibilitavam o estudo da forma já citada.

³² Ver dissertação de Fernandes (2015).

professores. Em 1968, 1969, saiu minha nomeação para o Estadual e me cassaram. Não deixaram porque tinham me classificado como subversivo. Um ano depois foi que me liberaram. Eu fui atrás, aí foram políticos daqui, da antiga ARENA que me denunciaram. Eu tinha um programa semanal na rádio e uma coluna no Jornal Semanário. E tinha um grupo político que usaram aquilo. E não tinha nada, nós estávamos pleiteando a Estrada nova Bento-Farroupilha que depois acabou saindo. [...] Mas, os caras usaram isso aí, para na realidade colocar no lugar uma outra pessoa que eles queriam beneficiar. E depois deu rolo, eu pedi inquérito e deu processo quase durante o ano, aí veio à tona tudo, e me reconduziram. (KÖCHE, 2017).

Pode-se pensar a partir dessa parte da entrevista que se usava a política e o poder concedido àqueles que estavam de acordo com o Regime Militar para ajudar sujeitos que mais convinham a eles, naquele momento. É interessante compreender que nem todos os militares aceitavam a forma de governo desenvolvida com o Regime Militar. Mesmo Bento Gonçalves sendo sede do 1º Batalhão Ferroviário, a intervenção dos militares não foi tão forte no município, quanto em outras partes do país, uma hipótese é o caráter mais tradicional da maioria das famílias que ali residiam. Em uma exemplificação sobre isso, Köche (2017) testemunha que

O 1º Batalhão Ferroviário, os militares, não interferiram em nada. Tanto assim que o Comandante da época, que era o Gen. Galileu, me disse: “Olha, rapaz, nós, os militares, não concordamos com essas sujeiras que estão fazendo, vai sair o inquérito para verificar”. E, de fato, roubos políticos, corrupção política já existia, para beneficiar, apadrinhar um que outro, eles faziam isso aí. E na época o Estado exigia Atestado de Idoneidade Moral do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), para comprovar os antecedentes. A gente tinha que ir retirar. Depois desse meu inquérito eles foram lá, pegaram meus arquivos e viram o que estava acontecendo e passaram a não exigir mais, porque viram para que aquilo estava sendo usado. (KÖCHE, 2017).

Nesse período, os que pretendiam continuar seus estudos precisavam sair para a região de Porto Alegre. Segundo Perizzolo (2017),

[...] em termos de ensino superior praticamente nós não tínhamos absolutamente nada. O pessoal se deslocava daqui para Caxias do Sul com muita dificuldade, porque não havia a rodovia com asfalto, a rodovia pavimentada, e era uma rodovia sinuosa, cheia de curvas.

Isso dificultou para que se tivesse possibilidades de continuar os estudos, ocasionando o baixo número de estudantes que ia estudar fora. Conforme comenta Perizzolo (2017), a partir de um levantamento feito na época, pode-se constatar “um

número bastante grande, de 12 a 13 mil estudantes, em Bento Gonçalves com pouca possibilidade de buscar um aperfeiçoamento como o Ensino Superior”.

Por um lado, estavam as dificuldades, por outro as necessidades. Além da indispensabilidade de formar sujeitos preparados para o trabalho e administração das indústrias, havia a necessidade da formação de professores com graduação. Muitos professores daquele período começaram a dar aula sem terem se formado. Köche (2017) conta que isso aconteceu com ele, e explica que “o MEC fazia o chamado Exame de Proficiência para os professores, davam cursos e Exames de Proficiência. Os que estivessem “ok” recebiam a autorização para lecionar, no Ensino [...] Primário e Ginásial”. O entrevistado, nesse caso, era formado em Filosofia, ainda assim dava aula de Português, no Colégio São Roque, por ter obtido a autorização do MEC.

Quando as exigências do ensino secundário foram resolvidas, os municípios da região da serra do Rio Grande do Sul começam a perceber as dificuldades que os jovens, que queriam estudar nas faculdades da Capital, passavam. Buscam, assim, a conquista de um novo empreendimento, a criação de um curso superior, visto que outros municípios interioranos já tinham sido atendidos em sua solicitação pelo mesmo objetivo. Isso já havia acontecido em Passo Fundo e Santa Maria, por exemplo.

Finalmente, contextualizando o Ensino Superior brasileiro e rio-grandense, consegue-se perceber que a partir da primeira metade do século XX o cenário brasileiro foi mudando, por meio de pequenos avanços voltados à modernização da sociedade, a industrialização trouxe mais emprego às cidades e transformações, também na agricultura, pois trocou-se a mão de obra pelos maquinários, ocasionando a saída das pessoas do campo para trabalhar nas cidades. Quanto ao processo vivido pelas universidades e cursos de ensino superior, pode-se tratar sobre a grande expansão e interiorização desse ensino. Enquanto o panorama brasileiro ia se desenvolvendo em termos de industrialização, Bento Gonçalves também vivia essa ebulição de mudanças, a vitivinicultura e a indústria moveleira foram crescendo, o município entrou num processo de verticalização, acolheu muitos migrantes vindos de outros lugares do estado e mesmo de Santa Catarina. Com a chegada das pessoas, aumentou-se o número de estudantes nas escolas. Ao se formarem, encontravam-se com os obstáculos físicos, que, num panorama geral, dificultavam o deslocamento dos estudantes aos outros municípios para continuar seus estudos, e muitos não tinham condições de deixar suas famílias para mudar de cidade. As necessidades, seja de

dar condições para que os estudantes pudessem continuar sua formação, seja de contribuir para a melhor qualificação das empresas, setor que estava crescendo rapidamente no município, ou ainda a formação de professores para atuarem nas escolas do município, foram as principais motivações para que se iniciasse o processo de gênese do Ensino Superior no município.

3 GÊNESE DO ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO: DAS ARTICULAÇÕES À INSTALAÇÃO DO PRIMEIRO CURSO

O propósito deste capítulo é construir uma narrativa do processo de constituição do ensino superior no município de Bento Gonçalves, tratando especificamente das suas articulações, com o recorte temporal de 1955 a 1968. Pretende-se estabelecer relações entre as faculdades existentes no município de Caxias do Sul, na década de 1950, a criação e atividades referentes ao Escritório Modelo Professor Félix Faccenda³³, no CNSA, e a instalação do primeiro curso de Ciências Econômicas em Caxias do Sul; compreender o processo e as iniciativas do Movimento Pró-Faculdade de Agronomia; entender as articulações feitas pelos professores e estudantes da UCS, moradores de Bento Gonçalves e compreender a instalação, bem como aspectos relacionados aos primeiros anos do curso precursor do ensino superior em Bento Gonçalves.

A história do Ensino Superior em Bento Gonçalves está, de certa forma, atrelada à história do ensino superior do município de Caxias do Sul. Na década de 1950, o município de Caxias do Sul também se desenvolve, cresce exponencialmente e concretiza o desejo de ter um curso de nível superior, sendo viável por meio de iniciativas de muitos representantes de setores da comunidade. A Escola Municipal de Belas Artes passa a ser Escola Superior de Belas Artes³⁴. Pode-se dizer que esse é o primeiro sinal de que a região estava passando por mudanças e que tinha outras necessidades no campo da educação.

Enquanto Caxias do Sul organizava sua Escola Superior, economistas, professores e Irmãos Maristas do CNSA planejavam um novo conceito³⁵ de ensino técnico para a época. Esses sujeitos, por suas práticas e posicionamentos, são considerados neste estudo como mediadores culturais, que para Gomes e Hansen (2016), tiveram, no conjunto das experiências de suas vidas, oportunidades de acesso e recepção de bens culturais, seja por vínculos familiares, educacionais, profissionais e que com isso tiveram práticas de mediação cultural, sendo o projeto do EMPFF uma delas. Esses mediadores culturais formaram um primeiro núcleo de redes de

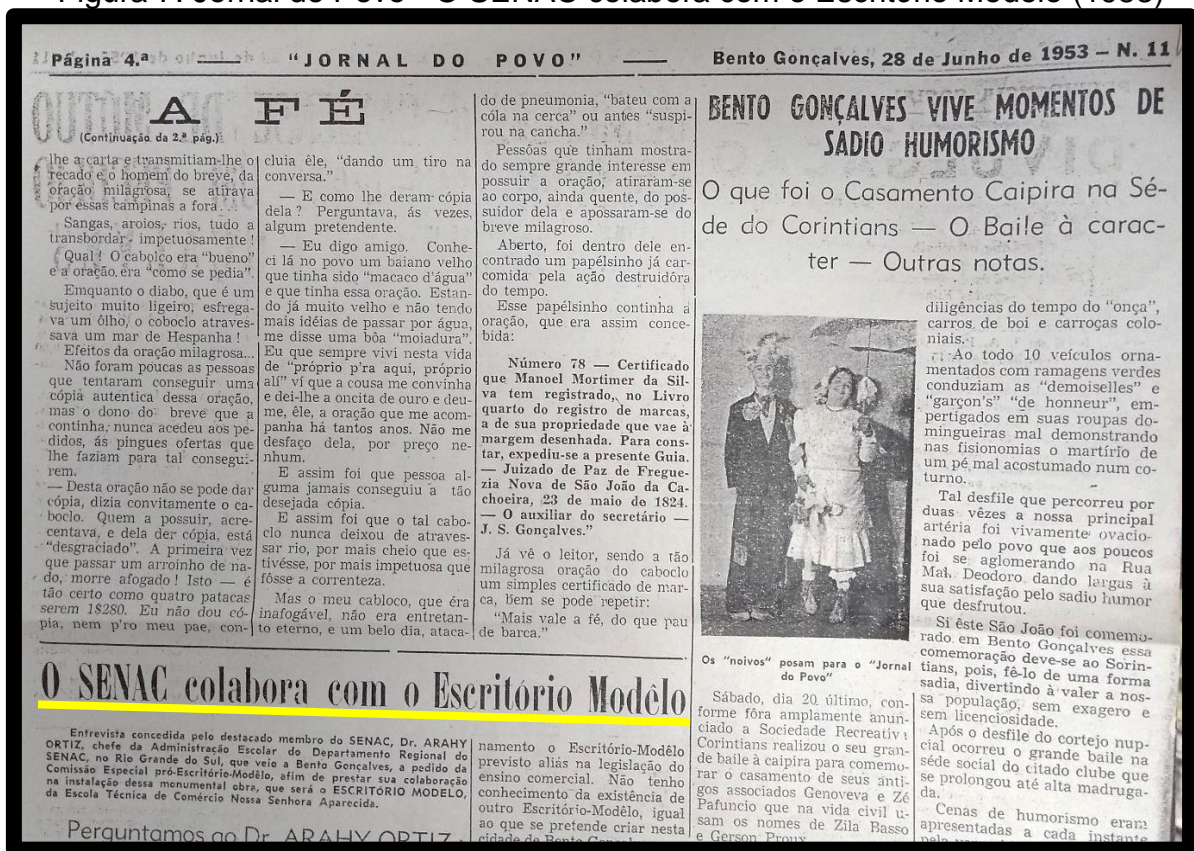
³³ A história do Colégio Marista Aparecida, bem como dos anos relativos ao Escritório Modelo, poderá ser objeto de estudo de pesquisadores, visto que ainda não há investigação acadêmica referente a eles.

³⁴ Sobre a Escola Superior de Belas Artes, ver Costa (2012).

³⁵ Este novo conceito de ensino técnico será melhor analisado no decorrer deste capítulo.

sociabilidade, que Sirinelli (2003) acredita serem formadas devido a relações de afeto, e um mesmo objetivo. Conforme chama a atenção Zanatta (2017), “o Escritório Modelo foi uma das coisas que se uniu todo mundo”. Pensa-se que, para além dessas relações, há, nesses grupos de mediadores culturais, uma relação, sentimento de pertencimento que, aliado a projetos comuns, fortalece as redes de sociabilidade. Eles sonharam o EMPFF e buscaram recursos para concretizá-lo. Na imagem a seguir, há um recorte do O Jornal do Povo³⁶, de Bento Gonçalves, que pode elucidar um pouco do apoio que esses sujeitos conseguiram.

Figura 7: Jornal do Povo - O SENAC colabora com o Escritório Modelo (1953)



Fonte: Acervo Institucional do Colégio Nossa Senhora Aparecida, 2017.

O recorte diz respeito a uma entrevista realizada com o Dr. Arahy Ortiz, chefe da Administração Escolar do Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que estava em visita ao município, a pedido da Comissão Especial Pró-Escritório Modelo, em que ele explicava o interesse que o SENAC tinha em colaborar com a construção do EMPFF. E, nessa ocasião, aproveitou o espaço para afirmar que o Escritório Modelo só se concretizaria se as

³⁶ Publicado em 26 de junho de 1953, página 4.

peças da comunidade e o poder público do município apoiassem significativamente esse projeto.

Divulgava-se nos jornais do município, em maio do ano seguinte, que em breve teriam em Bento um escritório especializado dedicado à área fiscal e econômica. O Jornal Correio Riograndense³⁷ divulgou a inauguração do EMPFF, e atentou para todas as autoridades reconhecidas e importantes que se fariam presentes.

Figura 8: Jornal Correio Riograndense - A inauguração do EMPFF de Bento Gonçalves (1955)

CORREIO RIO-GRANDENSE
Caxias do Sul, 27-4-1955 — N. 17

**A inauguração do Escritório-Modelo
Prof. Félix Facenda de B. Gonçalves**
**Virá especialmente a Bento Gonçalves,
para assistir a inauguração do Escritório-
Modelo, o Diretor do Ensino Comercial do
Ministério de Educação e Cultura, Dr.
Lafayette Belfort Garcia.**

Como é do conhecimento público, realizar-se-á, no próximo dia 8 de maio, a inauguração solene do imponente Escritório-Modelo Professor Félix Facenda, da Escola Técnica N. Sra. Aparecida de Bento Gonçalves, que como sabemos, trata-se de um empreendimento levado a efeito sob os auspícios da Associação dos Ex-Alunos Maristas de Bento Gonçalves idealizado e executado por uma Comissão Especial.

Ao ato inaugural comparecerá o sr. Governador do Estado, Dr. Ildo Meneghetti, que se fará acompanhar do seu secretariado, além de outras altas autoridades, entre as quais podemos citar: S. Excia. Revma. Sr. Bispo Diocesano, Dom Benedito Zerza, que procederá à bênção das instalações; Revma. Irmão Dr. Dionísio Félix, provincial dos Irmãos Maristas; Revmo. Irmão Dr. José Otão, Rector Magnífico da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Dr. Alvaro de Figueiredo Paz, presidente da Comissão Coordenadora das Escolas de Comércio do RGS; Dr. Zilmar Baserque de Vasconcelos, presidente do Conselho Regional de Contabili-

dade do RGSul; Sr. Alberto Alice, presidente do Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre; arr. Prefeitos Municipais da região; arr. Diretores das Escolas de Comércio do Estado RGSul, Associações de Ex-Alunos Maristas; entidades de classe, comércio e indústria da região.

Dada a relevância da solenidade, que marcará época no ensino da Contabilidade e ciências correlatas no Brasil, a ponto de constituir o primeiro Escritório-Modelo no gênero no país, o fato despertou humano interesse da parte do sr. Diretor do Ensino Comercial, no Rio de Janeiro, Dr. Lafayette Belfort Garcia, que tem-se como certa a presença desta alta autoridade em Bento Gonçalves, no dia 8 de maio próximo, afim de assistir a inauguração daquele verdadeiro laboratório de Contabilidade.

A Comissão Especial pró Escritório-Modelo, que está elaborando o programa festivo, no desejo de homenagear o Professor Brasileiro, o fez na pessoa do insigne Mestre da Contabilidade, Professor Francisco Mauria, cuja presença é esperada no dia inaugural.

Fonte: Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul, 2017.

³⁷ Publicado em abril de 1955, página 6.

A inauguração do intitulado Escritório Modelo se deu em 1955. O Irmão Nadir Bonini Rodrigues (1999) cita que, naquele ano, o CNSA contava com mais de 400 estudantes, distribuídos em 172 no nível Primário, 136 no Ginásial, 17 no Ginásial Noturno e 76 cursavam o Técnico em Contabilidade.

O CNSA, hoje Colégio Marista Aparecida, pertence à Congregação dos Irmãos Maristas³⁸. O educandário foi fundado em 3 de março de 1940. Os irmãos vieram ao município a pedido do vigário local para atender à demanda educacional dos meninos, visto que as Irmãs de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas –, naquele período, na área educacional, atendiam o público feminino.

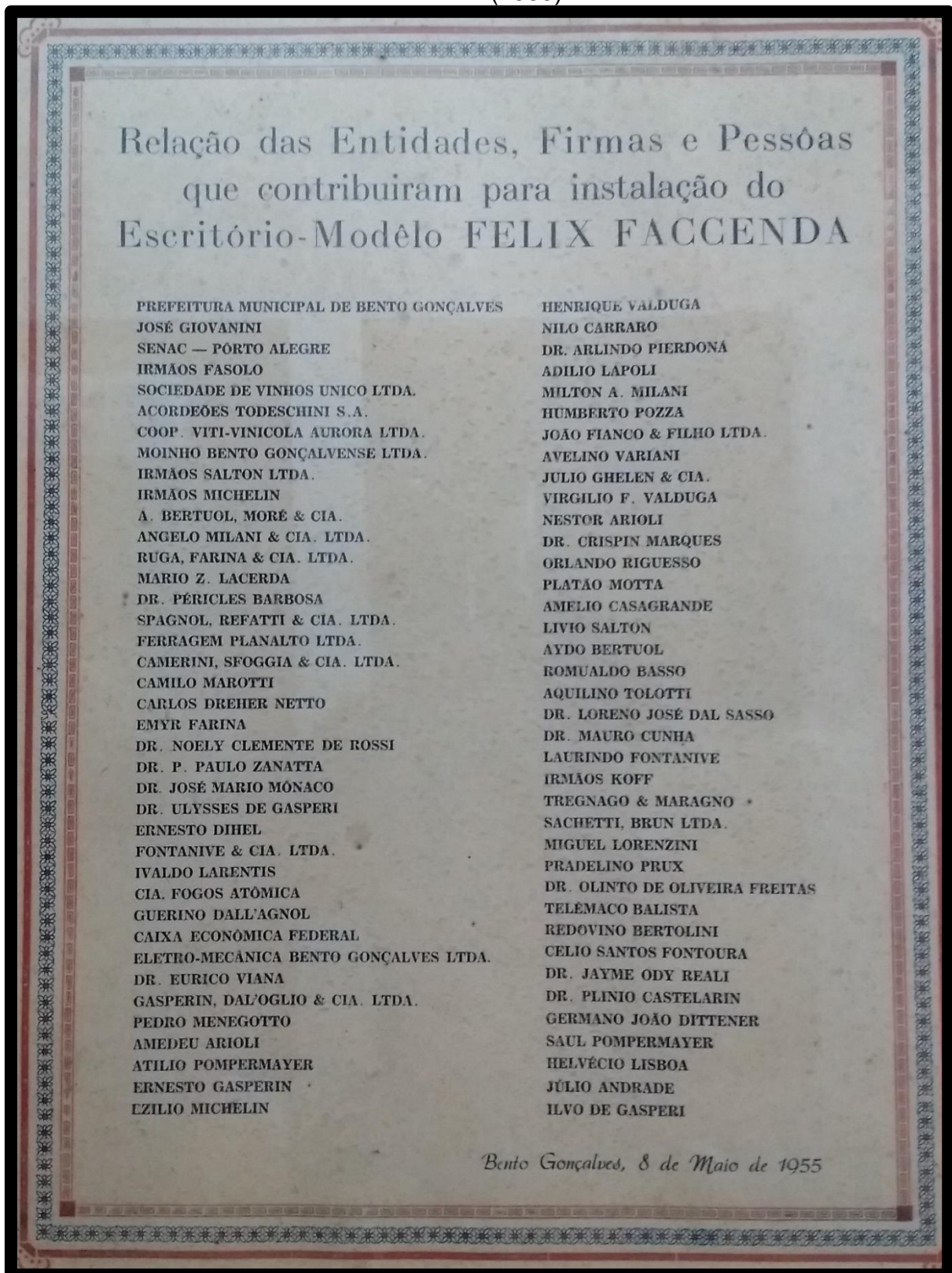
Todo o projeto referente ao Escritório Modelo, segundo o Ir. Rodrigues (1999), aconteceu devido aos esforços de economistas³⁹, que tomaram a frente, no desejo de concretização dele. Foram Emyr Farina, Pedro Paulo Zanatta, Noely Clemente De Rossi e Ulysses De Gasperi que, com iniciativa, elaboraram e assumiram a proposta. Além desses sujeitos, outros podem ser considerados mediadores, pois, mesmo não estando à frente do plano, o apoiaram e deram suporte para que ele se realizasse. Gomes e Hansen (2016) discutem sobre a importância de nos questionarmos sobre o público dos mediadores culturais. Afirmam que não há uma dicotomia clara sobre a existência daqueles que mediam culturalmente e os que “recebem” a mediação cultural. A relação que há é muito mais complexa e a linha que os separa é tênue, pois “o público passa a ser considerado, ele mesmo, uma criação dos processos de produção e circulação de bens culturais” (GOMES; HANSEN, 2016, p.14). A Figura 9 é de um quadro encontrado na parede da sala onde se instalou o Escritório Modelo⁴⁰. Nele estão elencados os nomes daqueles que colaboraram para a efetivação do projeto:

³⁸ Congregação que foi fundada em Lyon, na França, em 1817, por São Marcelino Champagnat, com a missão de educar jovens e crianças para torná-las “bons cristãos e virtuosos cidadãos” (CHAMPAGNAT).

³⁹ Eles foram ex-alunos do Curso Técnico em Contabilidade do Colégio Aparecida e se tornaram economistas que atuavam como professores no próprio Colégio Aparecida e em outros estabelecimentos de ensino.

⁴⁰ Hoje esse espaço é um corredor, utilizado também como uma espécie de museu, visto que tem escrivaninhas, documentos, quadros de formandos, máquinas de datilografia antigas, e dá acesso aos laboratórios de informática e ao “Arquivo Morto”.

Figura 9: Relação das pessoas físicas e jurídicas que auxiliaram na instalação do EMPFF (1955)



Fonte: Fotografia produzida pela autora a partir de quadro localizado no Colégio Marista Aparecida, 2017.

O que chama a atenção dessa figura é que muitos dos que auxiliaram para a instalação do EMPFF, como será visto posteriormente, foram os mesmos que contribuíram na constituição do ensino superior no município. Em um local com pouco mais de 25 mil habitantes, era possível que essas pessoas tivessem se dedicado mais, ou que tiveram maiores oportunidades, pudessem construir um ferramental para ajudar e ter clareza da importância da educação para o desenvolvimento do município e da região. Sujeitos que tiveram envolvimento e se constituíram, apropriando-se de bens culturais, e nesse processo tiveram práticas de mediação cultural, podem ser reconhecidos como intelectuais que foram a vida toda ou parte dela mediadores culturais.

Em conclusão, na metade do século XX, a região da Serra Gaúcha começa suas atividades efetivamente relacionadas ao Ensino Superior. Lideranças políticas, eclesiásticas e empresariais do município de Caxias do Sul se organizam e fundam cursos superiores, ao mesmo tempo que, em Bento Gonçalves, um grupo de professores junto com gestores do CNSA inovam inaugurando o Escritório Modelo. Esses professores tiveram práticas de mediação cultural, contudo elas podem ser realizadas por vários sujeitos além deles. O que se pode afirmar é que mesmo que essas práticas exercidas por mediadores culturais se tornem fundamentais para um município ou região, geralmente não são valorizadas. Essas mediações culturais são permeadas por relações de forças, visto que se entende que todos os sujeitos são constituídos histórico e socialmente por relações de poder. Por tudo isso, o subtítulo seguinte tratará das forças de instalação do ensino superior e as relações de poder, entre mediadores culturais e outros sujeitos, que aconteceram no período.

3.1 FORÇAS DA INSTALAÇÃO E AS RELAÇÕES DE PODER

Os sujeitos dentro de um tempo e espaço exercem poder ou são compelidos por ele. De acordo com Machado⁴¹ (2017, p.12), “o poder [...] é uma prática social e, como tal, constituída historicamente”. Por esse motivo, o objetivo deste subtítulo é entender e explicitar algumas relações de poder, remetendo às forças de instalação que foram possíveis de se perceber no decorrer deste estudo. Este subtítulo ainda é dividido em narrativas que contam a visita do Reitor da UCS em Bento Gonçalves,

⁴¹ Roberto Machado foi o organizador, introdutor e responsável pela revisão técnica da obra **Microfísica do Poder**, de Michel Foucault, publicada em 2017.

tratando das articulações entre as lideranças educacionais e políticas do município com a UCS, e o processo de escolha do primeiro curso de Ensino Superior do município.

Foucault (2017) argumenta que as relações de poder acontecem em escalas diferentes das redes de sociabilidade que são estabelecidas entre os sujeitos, e em diversos níveis. Pode-se perceber isso através do que aconteceu com o clero, Congregação dos Irmãos Maristas e Diocese (bispado) de Caxias do Sul, naquele processo. Enquanto o projeto do Escritório Modelo estava em andamento, os professores Pedro Paulo, Ullysses e Noely compuseram uma comissão, que foi para Porto Alegre, juntamente com o Irmão Martiniano (Avelino Parizzoto), convidar o Irmão Provincial⁴² e o Irmão José Otão, então Reitor da PUCRS, para a inauguração do EMPFF. Um de seus assuntos, nas palavras de Rodrigues (1999, p.132), foi “uma possível instalação duma faculdade de Ciências Econômicas junto ao Escritório Modelo, num futuro promissor. É o que vários professores esperavam que o Irmão José Otão declarasse por ocasião da instalação do Escritório Modelo”.

Zanatta (2017) reconhece que o setor industrial do município estava começando a se desenvolver e sinalizou o desejo do grupo de professores dizendo: “nós pensávamos nisso no nosso ramo que éramos todos economistas que caberia um curso de ciências econômicas também por aqui, por que não?” (ZANATTA, 2017).

O Escritório Modelo utilizava um Sistema de Ensino Funcional ou Classes Empresas. Köche (2017) corrobora com a informação do Ir. Rodrigues afirmando que o EMPFF

[...] era uma coisa tão moderna para a época, avançada, em termos de projeto pedagógico, que os professores daquela época que trabalhavam lá, os fundadores, criadores, saíram divulgar esse modelo para o Brasil, para a América do Sul toda. Foi realmente um sucesso muito grande [...]. Foi com o Escritório Modelo que começou a surgir a ideia da Faculdade de Economia... (KÖCHE, 2017).

O processo de efetivar o ensino superior em Bento Gonçalves aconteceu entremeio a muitos jogos de poder. Foucault (2017, p.41), ao tratar da relação entre a história e a relação de poder, afirma que “a história [...] é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas”. Assim, refletindo que a vida, o passado, os processos

⁴² Irmão responsável pela administração da Província.

históricos têm uma finalidade, pode-se relacionar que o que se pretendia em cada ação, o grupo que tinha sucesso ou não em suas empreitadas, era vinculado ao poder. As relações de poder estão intrínsecas às relações dos seres humanos. A palavra poder está relacionada ao ato que expressa força, controle, manipulação, influência, persuasão, entre outros. O poder pode estar ora com um grupo, ou sujeito, ora com um grupo ou sujeito contrário ao primeiro (FOUCAULT, 2017), por isso que ao analisar o exercício de poder desses grupos é sugestivo tratar de relações de poder, pois irá se perceber que no processo de constituição do ensino superior em Bento Gonçalves o poder sempre existirá, por vezes com um determinado grupo, por vezes com outro. Por exemplo, ao perguntar a Zanatta (2017) sobre a intenção de instalarem um curso de ensino superior em Bento, ele assim afirma: “Nós tínhamos muito entusiasmo por isso (ensino superior), e afinal de contas acabou acontecendo isso, mas não para Bento, e sim para Caxias” (ZANATTA, 2017). Köche (2017) relata que os Irmãos Maristas tinham interesse em instalar um curso da PUCRS, em Bento Gonçalves, visto que já teriam o espaço do CNSA para isso. Contudo, “quando Caxias soube, principalmente o Bispo Dom Benedito Zorzi, começou a interferir e puxou esse curso para Caxias, negociou lá com a PUC e saiu em Caxias, não saiu mais aqui” (KÖCHE, 2017). Ao explicar sobre essa mudança de localidade onde o curso de Ciências Econômicas foi instalado, Köche relatou que quem teria mais informações sobre esse assunto era o professor Ulysses De Gasperi (*in memoriam*) ou o professor Loreno Dal Sasso⁴³. A partir do excerto de Köche (2017), entende-se que houve uma relação visível de poder na dimensão eclesial, havendo conflito de opiniões sobre o lugar em que deveria se instalar um curso superior na região. A Congregação dos Irmãos Maristas, atentando para Bento Gonçalves e a região na qual tinha residência, e o bispado da Diocese de Caxias do Sul, que diz respeito também a Bento Gonçalves, estavam preocupados com seu município e a região que o comporta.

Quanto ao Escritório Modelo, é interessante observar dois aspectos. O primeiro diz respeito à forma como é citado, referenciado e representado. Os documentos orais e escritos tratam de uma realidade que é construída e imaginada (CHARTIER, 2002). Cada indivíduo dá o significado ao mundo e experiências vividas. Para os sujeitos entrevistados, o Colégio Aparecida foi o embrião do Ensino Superior no município, foi a instituição educativa que fez com que o município fosse reconhecido pelo país, uma

⁴³ Entrou-se em contato com a família e explicaram que ele está impossibilitado de conversar sobre esse assunto e dar entrevistas.

década antes da I FENAVINHO. No acervo do IMHC da UCS, encontrei uma entrevista realizada com o professor Ulysses De Gasperi, em 27 de setembro de 1989, cedida à Heloísa Bergamaschi. No início da década de 1950, ele começa a lecionar no CNSA. Sobre o Escritório Modelo ele conta que, “além das 400 mesas com máquinas “Torpedo” embutidas, importadas da Alemanha, o escritório funcionava como uma empresa modelo, com todo material utilizado pelas mesmas, como dinheiro, duplicatas, promissórias” (DE GASPERI, 1989). Muito foi investido para que se organizasse o EMPFF. Os docentes criaram uma empresa, a PUNE, nome fictício formado pelas iniciais dos quatro primeiros professores (Paulo, Ulysses, Noely e Emyr), para que os alunos pudessem viver na prática as teorias da contabilidade. O segundo aspecto é que aos poucos poderá se reconhecer os mediadores culturais e suas práticas, neste momento compreendidos como o grupo de professores. Conforme Gomes e Hansen (2016), os intelectuais mediadores ou mediadores culturais são pessoas envolvidas, de uma forma ou outra, com a produção e a divulgação de conhecimentos relacionados ao desenvolvimento da sociedade ou político. Nesse caso, esses professores, nesse momento e posteriormente, acabaram sendo sujeitos-chave na área educacional, podendo ou não ter um lugar de valorização na sua vida social.

Conforme expõe De Gasperi (1989) e a Figura 09, apresentada anteriormente, na inauguração do EMPFF, muitas lideranças eclesiais, políticas, empresariais e educacionais estavam presentes, dentre elas o Ir. José Otão, Reitor da PUCRS e Evaldo Lodi, Secretário geral do Ministério da Educação e Cultura (MEC). “Na ocasião o reitor da PUC⁴⁴ prometeu que logo abriria uma Extensão da PUC para o aproveitamento do Escritório Modelo.” (DE GASPERI, 1989). O Ir. não cumpriu a promessa, a mudança de posicionamento deixou o grupo pensativo, tentando compreender o porquê da mudança. Mesmo assim, como analisa o Franzolosso (2017), “o Escritório Modelo Félix Faccenda realmente foi o pivô da constituição do Ensino Superior”.

Devido à magnitude educacional que o EMPFF se tornou, muitos professores do Brasil inteiro vinham a Bento Gonçalves conhecer e fazer estágios naquela instituição. E também, como chama a atenção De Gasperi (1989), o grupo de professores que ajudou a constituir-lo mais ativamente foi convocado por Dom

⁴⁴ De Gasperi (1989) refere-se à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Benedito Zorzi, Bispo da Diocese de Caxias do Sul, para uma reunião, em que ele e o Padre Ernesto Mânica relataram os esforços que fizeram para criar uma Faculdade de Economia em Caxias do Sul, mas que não obtiveram sucesso porque não tinham professores habilitados para lecionar naquele município. Zanatta (2017) diverge sua opinião da ideia de De Gasperi, comentando que Caxias do Sul até teria professores habilitados, mas o MEC não autorizava por outros motivos e que foram autoridades do MEC que sugeriram ao bispo que convidasse os professores de Bento Gonçalves para lecionar em Caxias, visto que já conheciam o trabalho deles por meio do Escritório Modelo.

Segundo considera Zanatta (2017), foi concomitante a isso que nesse município surgiram maiores interesses pelo ensino superior. Dado o interesse de Dom Benedito Zorzi pelo curso de Economia, para De Gasperi (1989) “ficou claro porque o Ir. Otão tinha desistido do Campus em Bento Gonçalves”. Nas entrelinhas, houve um acordo de que o grupo ajudaria na instalação da Faculdade em Caxias do Sul, se em pouco tempo o bispo auxiliasse na constituição do Ensino Superior de Bento Gonçalves. Nessas práticas que envolveram o bispado e a Congregação dos Irmãos Maristas, na pessoa o Reitor da PUC – Porto Alegre, pode-se concluir que o poder se configura como uma rede de forças que ninguém escapa e que a apreensão dele é muito relativa, ora um grupo detém o poder e consegue articular mais rapidamente seus projetos, ora outro grupo. É uma relação cheia de negociações, em que, se olharmos por esse primeiro viés que é apresentado, Bento Gonçalves perdeu a chance de ter um *Campus* da PUCRS, mas, posteriormente, obteve a chance de instalar e consolidar uma Instituição de Ensino Superior Comunitária.

Conforme a representação de Zanatta (2017), os professores e lideranças políticas e empresariais da região percebiam que o movimento de interiorização do ensino superior estava acontecendo, e, em termos de municípios, ele defende o ponto de vista de que a organização para isso aconteceu em Caxias do Sul “talvez mais do que aqui, por ser uma cidade maior. O Bispo tomou a dianteira, e tratou de providenciar isso e nos convidou imediatamente para participar da fundação em Caxias do ramo nosso que era economia” (ZANATTA, 2017). Houve o convite porque segundo o relato havia escassez de professores para o curso, e por mérito conquistado com o EMPFF. A representação que o economista tem sobre o trabalho do grupo no EMPFF apresenta-se no relato a seguir:

Sem falsa modéstia, nós já tínhamos aqui com o Escritório Modelo alcançado um nível de magistério comercial, um ensino comercial, econômico, muito invejável, com qualidade, com o Escritório Modelo funcionando de forma tal. De modo que muita gente se perguntava, mas por quê? Por que não saiu em Bento, invés de Caxias? [...] Afinal de contas o bispado tomou a iniciativa, feliz dele que conseguiu. (ZANATTA, 2017).

Os professores saíam de Bento Gonçalves para dar aula em Caxias. Zanatta foi nomeado Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas⁴⁵ de Caxias do Sul, instalada no ano de 1959, e os outros economistas do grupo foram durante muitos anos professores da Faculdade. Cada professor se deslocava até Caxias de acordo com os horários das aulas que precisavam dar. Iam para Caxias com alunos que também faziam aula lá, “no começo indo de carro, eu ia com um carro e dava carona para duas ou três pessoas. No dia seguinte, ia o De Gasperi, fazia a mesma coisa levando dois, três alunos, pois eles tinham que ir todas as noites” (ZANATTA, 2017). Com o passar do tempo, aumentou o número de estudantes e estes se organizaram com o transporte, através de um micro-ônibus e depois com ônibus, de acordo com a demanda de cada ano.

Há uma tensão entre moradores de Bento Gonçalves e Caxias do Sul que também foi sentida pelos professores que moravam em Bento Gonçalves e davam aula em Caxias. Segundo De Gasperi (1989), “foram considerados traidores pela comunidade de Bento por terem ido trabalhar em Caxias. [e] O Campus de Bento foi instalado 10 anos depois do prometido pelo Bispo” (DE GASPERI, 1989). Essa tensão e ideia de pessoas que “traem” um município pode ser compreendida pelo conceito de representação, pela forma como especialmente pessoas de cidades pequenas e interioranas materializam em gestos e discursos o forte sentimento de pertencimento ao que o município em que vivem representa para cada sujeito. Chartier (2002, p.17) defende a ideia de que

As percepções do social [...] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros [...], a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

⁴⁵ A história da Faculdade de Ciências Econômicas de Caxias do Sul poderá ser objeto de estudo de pesquisadores, visto que ainda não há investigação acadêmica referente a ela.

Por esse motivo, talvez possa se entender os conflitos existentes entre os dois municípios e o desconforto da sociedade com alguns fatos, como o deslocamento de professores para dar aula em outra localidade.

O Escritório Modelo ficou conhecido. O MEC contratou o grupo para dar cursos, a fim de instalar no Brasil escritórios iguais aos de Bento Gonçalves. Iniciaram no Amazonas, Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e outros.

Em Caxias do Sul, além da Faculdade de Ciências Econômicas, no final da década de 1950, a Sociedade Caritativo-Literária São José é reconhecida como Escola de Enfermagem Madre Justina Inês⁴⁶. E, no início de 1960, também por iniciativa de Dom Benedito Zorzi, instala-se a Faculdade de Filosofia⁴⁷. Com a liderança do médico Virvi Ramos, instala-se a Faculdade de Direito⁴⁸ (PAVIANI, 2013).

Com o campo educacional de Caxias do Sul crescendo rapidamente, o número de estudantes de Bento Gonçalves ia se ampliando a cada ano, muitos deles passaram a continuar seus estudos em Caxias do Sul. Mesmo com as dificuldades da viagem, pela estrada ser sinuosa e, como afirmaram alguns entrevistados⁴⁹, ser muito difícil viajar por aquela estrada quando chovia ou tinha nevoeiro, muitos se deslocavam diariamente para cursar o ensino superior.

Ao ser questionado sobre esse trajeto, Zanatta (2017) deu um sorriso, passou a mão pelo ar como que o cortando na horizontal e solicitou que eu “esquecesse” o asfalto. “Era comum a gente chegar de volta para as aulas em Caxias que eram noturnas. Na volta, nunca se chegava antes das 2h da madrugada em Bento. E, se fosse inverno, e eles existiam, com chuva e com frio, na estrada, era comum isso acontecer”. Ao final, repetiu duas vezes a expressão “era difícil”, dando a impressão de que eles passavam por muitos obstáculos, mas que o enfrentavam por gostar do que faziam.

Perizzolo (2017) afirmou que eram mais de 10 mil estudantes que tinham poucas possibilidades de continuarem seus estudos, entre outros motivos por precisarem se deslocar a outros municípios. Köche (2017) também lembrou da sua experiência enquanto estudante:

⁴⁶ Com relação à Escola de Enfermagem, ver dissertação de Almeida (2012).

⁴⁷ A respeito da Faculdade de Filosofia, ver em Rodrigues (2015).

⁴⁸ Sobre a Faculdade de Direito, consultar a dissertação de Santarem (2015).

⁴⁹ Zanatta (2017) e Perizzolo (2017).

Comecei a estudar em Caxias em 1965, sei que daqui, durante o dia, eram dois ônibus de estudantes que iam para lá, todos os dias. Eu às vezes ia de ônibus e na maioria das vezes a gente ia de condução. Tinha o professor Pedro Gasperin, ele tinha um fusquinha e a gente ia em cinco: eu, ele e mais três professores. Depois então ele comprou uma Kombi e a gente ia de Kombi. Ia e voltava. (KÖCHE, 2017).

Professores e estudantes saíam de Bento para lecionarem ou terem aulas em Caxias do Sul. Nesse universo de discurso de idas e vindas, chama-se a atenção para a história oral, em que nenhum entrevistado relatou qualquer acidente de trajeto, mas a forte dificuldade do deslocamento.

Era emergente no município de Bento Gonçalves que se implantasse um curso superior. Para Foucault (2017, p.67), “a emergência é, portanto, a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua juventude”. Consoante com essas ideias pode-se estabelecer que existiram muitos jogos de forças nesse processo e, por ser um jogo, ou uma relação, o poder não fica ligado somente a um lugar na estrutura social. Em Bento Gonçalves, de acordo com Köche (2017), naquele período os estudantes iniciaram um movimento que reivindicava a abertura de um curso em Bento Gonçalves. Segundo o sujeito da entrevista, eles faziam movimentos e pressões ainda enquanto existiam somente Faculdades Isoladas em Caxias do Sul, de modo que se percebe uma forma de exercício de poder quando os estudantes começam a se organizar, bem como o movimento criado pelos vereadores que veio em seguida.

Aparecem aqui novos atores, novos sujeitos, que desempenharam papéis distintos utilizando práticas ou relações de poder para conseguir o ensino superior do município. No início da década de 1960, é criado o Centro da Indústria Fabril (CIF). Entre os integrantes da diretoria estavam ex-alunos do CNSA e um dos quatro professores fundadores do EMPFF, Emyr Farina. O que chama a atenção é que duas das principais ideias registradas na constituição e escolha da diretoria, em 1962, foi

l) Existindo em nossa região, como existe em Caxias do Sul, uma Faculdade de Ciências Econômicas, que pela natureza de seus cursos pode prestar grande colaboração à nossa indústria, será de sumo interesse desse Centro manter frequentes contatos com aquela escola superior, promovendo, quem sabe, alguma programação em conjunto para Bento Gonçalves.

m) E, finalmente, proceder estudos num esforço de proporcionar aos nossos estudantes o acesso fácil às faculdades de ciências econômicas, direito, filosofia, escola de belas-artes e de enfermagem existentes em Caxias do Sul, bem como, incentivando os nossos jovens a cursarem aqueles estabelecimentos de Ensino Superior. (MESTURINI, 2014, p. 82).

Percebe-se que o CIF já estava olhando para a educação como algo que traria benefícios às empresas de Bento Gonçalves. Mesmo que essas premissas estejam relacionadas a Caxias do Sul, nota-se que o desejo maior é que os jovens estudem e que se possível seja o Curso de Ciências Econômicas. Isso quer dizer que, se surgisse a oportunidade de ter o Ensino Superior no município, esse Centro daria o maior apoio e ainda incitaria para que fosse instalada a Faculdade de Ciências Econômicas.

Também, como já afirmado, simultaneamente ao que acontecia com os professores e estudantes, o poder legislativo articulou-se em prol da instalação de um curso superior de agronomia, o MPFA representa o poder do Estado se inserindo em favor desse processo. Wünsch (2016) faz menção de que o grupo de vereadores que ficou à frente desse movimento foram os sujeitos que, por meio do poder legislativo, conduziram esse processo, articulado ao executivo e setor educativo municipal.

O MPFA se constituiu com o propósito de trazer o curso de Agronomia para o município. Conforme define Perizzolo (2017), “ele foi instituído com a aprovação da Câmara Municipal, aí nós passamos a ter nosso livro próprio de atas de todas as reuniões que fazíamos a respeito”. E, a partir disso, começaram os encaminhamentos de correspondências e articulações.

Para Wünsch (2016), o MPFA usou as “estruturas institucionais para ganhar o apoio social e, ao mesmo tempo, ter essa característica de não ser algo que vá ao confronto com o Regime, ao contrário, foi algo consentido”. Muitas lideranças das instituições educacionais públicas e privadas participaram do Movimento, inclusive a União dos Estudantes Secundaristas. Esse entrevistado explica que esse Movimento uniu os munícipes “bem diferente do que estava ocorrendo nos grandes centros urbanos, que eram Movimentos Estudantis contestando a Reforma no Ensino, contestando a Ditadura” (WÜNSCH, 2016). Em Bento Gonçalves, reivindicava-se o ensino superior também pela força que era colaborar e apoiar o Regime Militar. E exemplificou:

[...] um exemplo evidente disso é o deputado Darci Pozza. O Darci Pozza, não só isso, evidentemente tem outros aspectos, mas certamente a sua liderança local e mesmo regional também tem a ver com essa questão da obtenção da vinda do ensino superior para cá. Ou seja, o papel que o grupo político que ele integra, e que ele empenhou, certamente contribui para a eleição dele como deputado. (WÜNSCH, 2016).

Compreende-se que, para Wünsch (2016), o MPFA e outros representantes de organizações sociais e empresariais ligadas diretamente ao movimento, ao mesmo tempo que buscavam meios sólidos para trazer o ensino superior para o município, atendendo às necessidades dessa parte da comunidade, de classe social média alta, com forte poder aquisitivo, se faziam ver por todos as suas ações para se elegerem e reelegeram, o que compunha segundo Wünsch (2016) “uma base de sustentação do Regime Militar, ao qual ele [deputado Darci Pozza] foi fiel, a ponto de que ele sempre votou nos candidatos oficiais do partido, foi contra a emenda Dante de Oliveira para eleições diretas, sendo bastante coerente” àquilo que defendia o grupo a que ele estava ligado.

Para tanto, chama a atenção o grupo já estar posicionado em favor do curso de Agronomia. Perizzolo (2017) fundamenta que a escolha por Agronomia foi porque existia a Escola de Viticultura e Enologia, administrada pelo Ministério da Agricultura e pelo MEC, e a estrutura predial dessa escola era considerada apropriada para a instalação de um curso superior. Em Memorial enviado para o Deputado e Ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra, em 26 de julho de 1967, encontra-se registrado que ela possuía quatro pavilhões, dois alojamentos com refeitório, Centro Social, e o pavilhão onde se encontram as salas de aula e os laboratórios. Os documentos encontrados justificam o pedido com a localização geográfica (ser centro de vários municípios) e a presença da Escola de Viticultura e Enologia de posse do Governo Federal, indicando ser um espaço para sediar ou abrigar a Faculdade e também que o processo de instalação do curso não teria efeito negativo no saldo do País.

Para Wünsch (2016), a escolha por esse curso foi devido às raízes culturais da região, especificamente o local produtor de uva e vinho. Mas alerta que quem fez a escolha para que se escolhesse Agronomia “foi um movimento dos setores urbanos, ou seja, quem articulou esse movimento foi a cidade, [...] (lideranças ligadas aos) centros urbanos” (WÜNSCH, 2016). Para Machado (2017, p. 17-18), “o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E funciona como uma maquinaria [...] que se dissemina por toda a estrutura social”. E, de acordo com Wünsch (2016), naquele momento em suas relações de força, o poder que se sobrepôs foi o de lideranças urbanas (entre elas políticas e empresariais), abrindo a discussão para talvez nos perguntarmos o porquê não foi aberto um diálogo com o meio rural, o que esses setores da cidade, que influenciaram nessa primeira decisão, poderiam ganhar, entre

outros questionamentos que poderiam ser feitos, porém não é objetivo deste trabalho, mas poderá ser tema de estudos futuros.

Novos atores entraram em cena, e podem ser pensados aqui como mediadores culturais que voltaram seus esforços para concretizar um curso de ensino superior para aqueles jovens que não teriam condições de sair do município para continuar seus estudos, que, olhando por outro viés, pode ser entendido como um conjunto de “práticas culturais de difusão e transmissão” (GOMES; HANSEN, 2016, p.26). Um movimento foi formado na Câmara Municipal de Vereadores, foram três os vereadores que fizeram as articulações, o entrevistado, Carlos José Perizzolo, Lucindo João Andreola (*in memórium*) e Volida Dalla Coletta. O poder legislativo aprovou o Movimento e começaram as reuniões, envio de “[...] correspondências para o Governo Federal, para a Universidade de Caxias do Sul sobre essa faculdade de Agronomia” (PERIZZOLO, 2017), solicitando as devidas interferências para a concretização do projeto.

Os estudos de Wünsch (1992) asseveram para uma primeira manifestação de interesse durante a administração do presidente João Goulart. “A comprovação deste desejo é o telegrama enviado pela Câmara de Vereadores para João Goulart, em 16 de dezembro de 1963” (WÜNSCH, 1992, p.15). Além de pedir intervenção do presidente da nação, naquele mesmo ano, solicitaram auxílio do governador do estado rio-grandense, Sr. Ildo Meneghetti.

E aqui é possível perceber o exercício de poder que é realizado pelo Estado, quando entende ou convence de que não é preciso, ou não se quer um curso de Agronomia em Bento Gonçalves. Não se pode deixar de observar que o poder se exerce numa variedade de relações de força (FOUCAULT, 2017), e que no processo de constituição do Ensino Superior de Bento Gonçalves ele acontece em diversos momentos, se não por todos. Sabe-se que em 1964 os militares assumiram o poder do Brasil. Imagina-se que esse novo momento do cenário brasileiro tenha baixado os ânimos dos participantes do MPFA. Perizzolo (2017) afirma que “naturalmente [o curso de Agronomia] se tornou difícil em função de que era uma faculdade que exigia muita tecnologia, exigia muita preparação em termos de aulas práticas”. A partir de um documento encontrado no Acervo Particular de Perizzolo, pode-se melhor compreender que essa expressão “naturalmente” tornou-se difícil, porque, em julho de 1964, o presidente da Câmara de Vereadores do município recebeu um ofício do subchefe da Casa Civil, que enviou em anexo o posicionamento do Secretário da

Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, Adolfo Antônio Fetter, quanto à criação do curso de Agronomia em Bento Gonçalves. O parecer foi contrário à criação do curso, argumentando que “não há mais necessidade destes Estabelecimentos em nosso estado” (OF. SCC – 734/64). A conclusão de um levantamento realizado em 1959 foi de que em média as Faculdades de Agronomia e Veterinária trabalhavam com ociosidade maior de 30%. As escolas existentes no estado tinham como maior problema o “aparelhamento humano e material” (OF. SCC – 734/64). No ofício, defendeu-se a necessidade de aumentar a qualidade do ensino, que ainda era muito acadêmico, teórico, baseado apenas nos livros, deixando a desejar quanto à prática. O último argumento utilizado foi que já existia em Bento Gonçalves a Escola de Enologia, de nível médio, e em Veranópolis, município vizinho, também estavam organizando uma Escola Técnica de Agronomia. Talvez os argumentos do Secretário da Agricultura tenham convencido os integrantes do Movimento de que Agronomia de que esse curso não era o caminho pelo qual se constituiria o ensino superior no município.

Em resumo, na região, especialmente em Caxias do Sul, encontravam-se os primeiros cursos de ensino superior dessa região interiorana. Pode-se afirmar que, em Bento Gonçalves, a visualização de que o ensino superior também era possível aconteceu com a constituição do Escritório Modelo. A divulgação daquela nova proposta trouxe diversos olhares para a educação do município. O Escritório Modelo e aqueles que nele trabalhavam ficaram conhecidos pelo MEC e por todo Brasil. Logo lideranças eclesiais de Caxias do Sul convidaram o grupo de professores para organizar e fundar a Faculdade de Ciências Econômicas naquele município. Outro grupo de liderança política de Bento Gonçalves se mobilizou para aproveitar a oportunidade de desejo do MEC, no início da década de 1960, de autorizar a Faculdade de Agronomia, em Farroupilha, através da UCS, para tentar trazer a Faculdade para o município. O MPFA argumentou que se a Faculdade se instalasse em Bento Gonçalves atingiria mais municípios, porque está no centro da região. Agronomia não foi o curso que veio para este município. Porém, o que fica desse primeiro processo é que a comunidade bento-gonçalvese estava preparada e buscou diversos meios para que o plano, que beneficiou, especialmente a comunidade de classe média, se concretizasse.

Percebem-se as relações de poder que ocorreram nesse processo, a sinalização de que o ensino superior pudesse se concretizar através de uma extensão

da PUC e que não se efetivou, o interesse do clero de Caxias do Sul, demonstrando que, talvez, se tenha feito uma certa negociação entre a Congregação dos Irmãos Maristas e representantes do clero de Caxias do Sul. Mesmo que se tenha feito uma escolha de enfatizar algumas relações de poder neste subtítulo, toma-se a liberdade de a partir daqui continuar refletindo sobre o poder de acordo com a narrativa que está sendo construída neste estudo. Por fim, é possível observar que, mesmo os grupos sendo diferentes (lideranças políticas e lideranças educacionais), houve um esforço para um objetivo comum. Bento Gonçalves queria muito o ensino superior e logo realizaria o projeto.

No próximo subtítulo, será possível perceber os movimentos e relações entre as lideranças políticas e educacionais do município e a Universidade de Caxias do Sul.

3.1.1 “Terás a sua faculdade dentro do nosso grupo” - Articulações de lideranças do município e a UCS

Este subtítulo tem como intuito narrar a implantação do primeiro curso de Ensino Superior em Bento Gonçalves, atentando para as relações que surgiram a partir da fundação da Universidade de Caxias do Sul, articulações do renovado Movimento Pró-Faculdade de Bento, organização e articulação do grupo de professores do Escritório Modelo e como se organizaram os primeiros anos de instalação do curso. Cada grupo possui redes de sociabilidade, que são atribuídas pelas experiências e relações sociais de cada sujeito em espaço e tempo específicos. De acordo com Sirinelli (2003, p.38), as redes de sociabilidade são “relações estruturadas em rede que falam de lugares mais ou menos formais de aprendizagem e de troca, de laços que se atam, de contatos e articulações fundamentais [...]”, e, nesta história da gênese do ensino superior, as redes de sociabilidade se fazem presentes e são visíveis para ser possível entender como elas foram importantes na sua constituição.

Com a criação dos primeiros cursos de ensino superior e as dificuldades financeiras do início da década de 1960, que eram obstáculos para a subsistência das Faculdades de forma isolada, criou-se a Universidade de Caxias do Sul. Ela foi criada a partir de uma Comissão Pró-Criação da Universidade de Caxias do Sul, que posteriormente passa a ser uma associação que tinha um caráter comunitário. Depois

de muita discussão e conflito de interesse, solicitam ao MEC, em 1965, autorização para criarem a Universidade de Caxias do Sul.

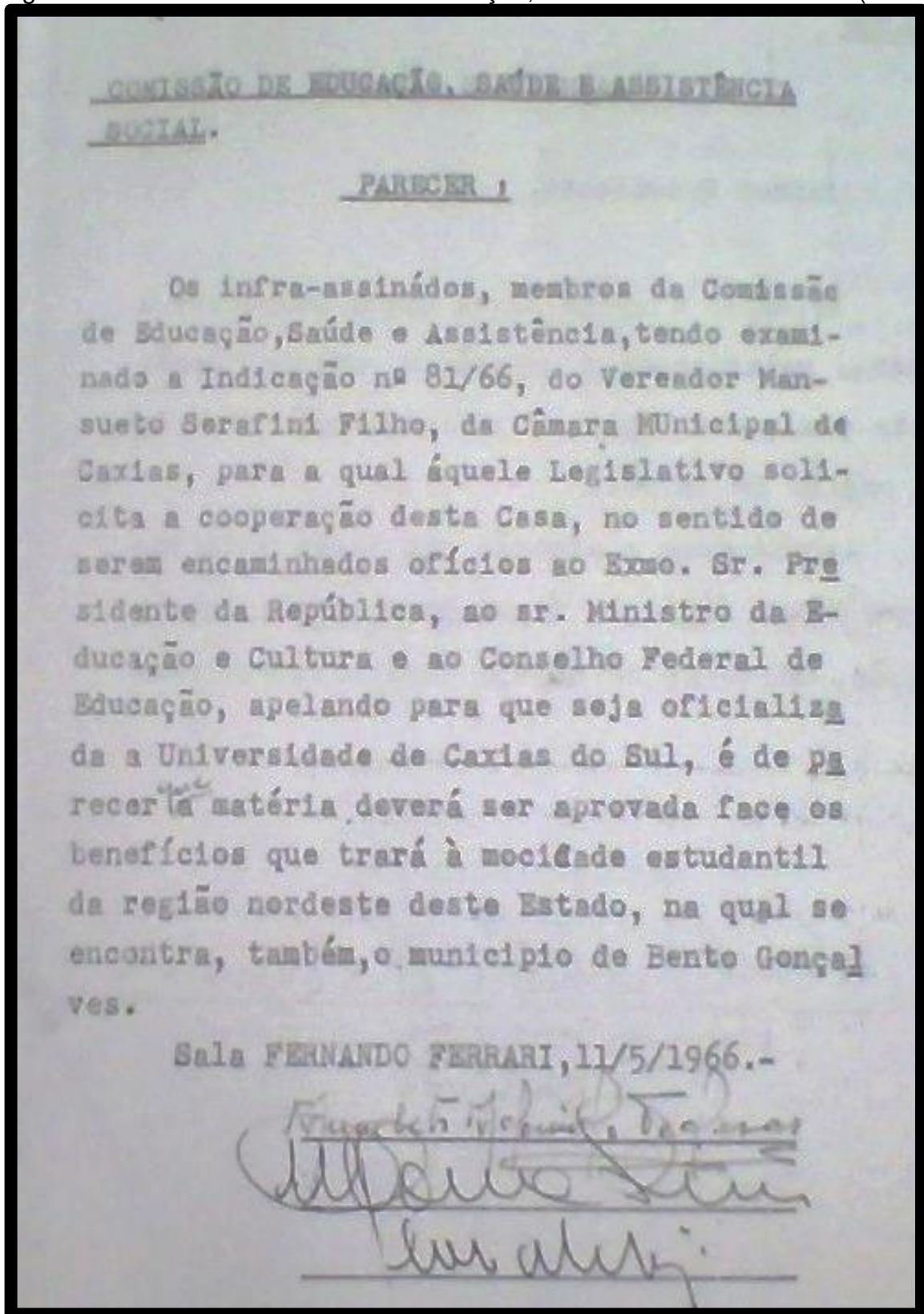
Wünsch (2016) argumenta que o processo de constituição do ensino superior, tanto de Caxias do Sul quanto de Bento Gonçalves, é atravessado por relações com o clero. A sua representação sobre a UCS é de uma instituição com

forte presença religiosa [...]. Porque, pelo processo nosso de colonização, historicamente há uma grande presença da Igreja Católica na nossa região, [...]. Ela é responsável por várias instituições de ensino e nela possivelmente há também a presença da maçonaria, talvez uma evidência disso seja o símbolo na Igreja Matriz de Bento, a Igreja Santo Antônio. (WÜNSCH, 2016).

Ele chama a atenção sobre as diversas instituições e organizações que almejavam um mesmo projeto e que se unem para concretizá-lo. Wünsch (2016) afirma que o professor Lorenzo José Dal Sasso, que posteriormente se tornou o primeiro diretor da Faculdade de Bento Gonçalves, estava vinculado com as instituições religiosas de ensino ao mesmo tempo que era professor na UCS, e isso promoveu a relação entre as lideranças educacionais com a Universidade de Caxias do Sul. O professor Lorenzo participou e constituiu grupos e redes de sociabilidade que defendiam o ensino superior para a região e que viveram muitas experiências juntos. Como caracteriza Gomes e Hansen (2016), nesses grupos a representação que cada indivíduo tem sobre o mundo é “cada vez mais pensada em articulações com seus pares e com a sociedade mais ampla” (GOMES; HANSEN, 2016, p.12).

Em abril de 1966, a Câmara de Vereadores de Caxias do Sul solicitou apoio da Câmara Municipal de Vereadores de Bento Gonçalves para a criação e oficialização da sua Universidade. O apoio se deu ao enviar ofícios ao Presidente da República, Ministro do MEC e ao CFE, pedindo para que fosse oficializada a Universidade de Caxias do Sul. A seguir encontra-se a figura de uma cópia do parecer da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social de Bento Gonçalves.

Figura 10: Parecer da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social (1966)



Fonte: Acervo⁵⁰ Pessoal de Carlos José Perizzolo.

⁵⁰ O Documento encontra-se junto à correspondência Nº 107-A/66.

Esse é um exemplo da relação de reciprocidade dos poderes legislativos da região. O apoio da Casa de Bento Gonçalves não viria sem a solicitação de apoio futuro quando se encaminhasssem para instalar o primeiro curso de ensino superior do município. Em 1967, a autorização para criação da Universidade de Caxias do Sul foi concedida. Como primeiro reitor tomou posse o Dr. Virvi Ramos, que, segundo Paviani (2013, p.146), “[...] em 9 de fevereiro (1967), [...] declarou à imprensa que a nova universidade tinha, como meta fundamental, a integração com a região, dentro da cultura e dos serviços a serem prestados ao País e à humanidade”. Esse interesse de construir a UCS como uma universidade regional favoreceu a instalação do primeiro curso superior em Bento Gonçalves.

Os professores de Bento Gonçalves seguiram lecionando em Caxias do Sul, agora na UCS. Zanatta (2017) frisou sobre as dificuldades que esses professores passavam para lecionarem naquele município, “além da estrada ser curva, se tu falares com pessoas de certa idade, especialmente entre Farroupilha e Caxias, era horrível. [...]. Então, se saía de uma curva, entrava em outra e se não se cuidava caía na valeta. Dia de chuva era um trabalho”. Mesmo assim, seguiam firmes. Podem-se refletir as motivações que existiam nos professores para seguirem trabalhando em Caxias, mesmo com tantas adversidades. Uma hipótese é que, depois que a UCS foi fundada, os professores sentiam que o objetivo de constituir o ensino superior ficava cada vez mais perto de ser concretizado.

Com a criação da UCS, a comunidade educacional, empresarial e legislativa também percebeu que poderia estar aí uma oportunidade para reivindicar o seu curso de Ensino Superior desejado por mais de 10 anos. Köche (2017) relacionou o MPFA com a finalidade de que o curso de Agronomia que tanto almejavam fosse Federal, pois se instalaria na Escola de Viticultura e Enologia, que já era de responsabilidade do governo federal. Essa afirmação não se relaciona com as dos demais entrevistados, sendo esta uma das divergências encontradas neste estudo.

O MPFA se renovou, registrou suas reuniões em um livro de atas com o nome de Movimento Pró Faculdade de Bento Gonçalves (MPFBG), entretanto, em suas atas, a secretária continuou, mesmo em 1967, registrando o movimento como Movimento Pró Faculdade de Agronomia, ainda reivindicando o Curso de Agronomia.

Após levantamento feito pelo Movimento, constatou-se que, no ano de 1967, o município tinha cerca de 8214 matrículas no curso Primário, 2328 no Ginásial, 249 matrículas no curso Comercial, 52 no curso de Administração, 347 no curso Científico,

50 matrículas no curso Clássico, 61 no curso de Enologia, 336 matrículas no curso Normal, totalizando 11 637 matrículas. Os estudantes representavam cerca de 28% da população, o que queria demonstrar a chance em números de que o curso de Educação Superior daria certo. Em relatório enviado pelo MPFBG, afirmou-se que naquele ano “concluem o curso de 2º ciclo 285 estudantes que demandariam para o Curso Superior, no caso ingressando na Faculdade que a Universidade pretende instalar” (MPFBG, 1967, p.3).

A Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves recebeu da Reitoria da UCS um ofício, respondendo a um primeiro ofício encaminhado pela Câmara, em que, pelo que se pode compreender, pediu a criação da Faculdade de Ciências Contábeis em Bento Gonçalves. Perizzolo (2017) relatou que

surgiu a ideia de nós trazermos a Bento Gonçalves o reitor da Universidade de Caxias do Sul, que era o Dr. Virvi Ramos, e ele era muito amigo na época do Ministro da Educação, o senador Tarso Dutra. Eles eram amicíssimos, tanto é que esse senador Tarso Dutra havia bem antes auxiliado [...] para que Caxias do Sul tivesse a Faculdade de Direito.

Aparentemente o MPFA utilizou o ofício como uma de suas estratégias por saberem previamente das redes de sociabilidade do Reitor Virvi Ramos. A Reitoria afirmou que apoiava a instalação do curso e que encaminharia a solicitação ao MEC para “as providências que o caso merece” (OF. 47/67). Para Foucault (2017), o poder são relações de força em que se utiliza da estratégia para conseguir o que se quer, não sendo algo que se obtém, porém, que se exerce. Para Machado (2017), nessas relações existiram perdedores e ganhadores, mesmo que as circunstâncias e estratégias façam com que o sujeito ou organização possa ocupar esses dois papéis, ora um, ora outro. A Câmara de Vereadores exerceu poder diante do restante da comunidade bento-gonçalvese, mostrando a força de suas articulações, todavia o ofício da Reitoria da UCS sugere que a mesma tem mais chance que seus pedidos sejam aceitos pelo MEC, demonstrando que sob esse outro viés quem consegue exercer maior poder é a Reitoria.

Simultaneamente a esse movimento que aconteceu em Bento Gonçalves, houve uma articulação do grupo de professores que trabalhavam na UCS para com o reitor. Segundo Köche (2017), as pressões para levar um curso de Ensino Superior para Bento Gonçalves só cresceram depois da fundação da UCS.

É meio folclórico isso, mas tem um fundo de verdade, principalmente quem pegou ele, envolveu ele foi o Dal Sasso. No corredor, o Dal Sasso na época já estava dando aula na Economia lá. Ele se formou e depois foi professor, ele pegou o Virvi, e o Virvi disse “Não, não, eu vou abrir um curso lá em Bento, vou abrir Economia”. [...] E o primeiro Reitor, Virvi Ramos, se viu envolvido em promessas. (KÖCHE, 2017).

A insistência junto ao Reitor resultou que, em 1968, os bento-gonçalvenses tiveram em seu município seu primeiro curso de Ensino Superior. Esses professores intelectuais mediadores que pensaram e atuaram para que o curso fosse instalado, e, como já tratado, podem ser entendidos como intelectuais mediadores. Para Gomes e Hansen (2016, p. 12), “os intelectuais têm um processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com outros atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político”. O envolvimento e a insistência desse grupo de professores contribuíram para que Bento Gonçalves tivesse um curso de ensino superior, e as redes de sociabilidade desse grupo de professores também ajudou.

Sirinelli (2003) defende o ponto de vista que os intelectuais se relacionam e estabelecem redes política e socialmente. Por estarem buscando algo que se tornaria, no melhor discurso, comum a todos no município, visualiza-se melhor o intelectual como ator social, e ainda, mesmo que sem intenção, esses professores exerceram nesse contexto uma função política, especialmente quando se engajaram a uma causa utilizando de estratégias, de relações profissionais e de poder para produzirem conhecimentos e atenderem seus projetos. Ao tratar de poder e saber, Foucault (2017) demonstra a existência de um ciclo, em que as relações de poder geram um saber, do mesmo modo que o conhecimento gera novas relações de poder. O grupo de professores estava ciente de que ainda na década de 1950 almejavam o ensino superior em Bento, no entanto, por uma relação de poder, no período acabaram por contribuir com a instalação da Faculdade de Ciências Econômicas em Caxias do Sul, entendia que a fundação de uma Universidade denotaria um novo contexto e que a promessa feita pelo bispado, que também foi um dos que se uniram para fundar da UCS, deveria ser cumprida. Köche (2017) considera ser possível que “todos eles⁵¹ [...] apoiaram a decisão do Reitor para abrir aqui. [...]”. O ciclo das relações de força estava mudando.

⁵¹ Todos eles são considerados aqui o bispado, Virvi Ramos e a prefeitura.

Enquanto a UCS se articulava com o Ministério da Educação, os vereadores de Bento Gonçalves também se reuniram e enviaram uma petição ao MEC, solicitando ao ministro Tarso Dutra que acolhesse a reivindicação de autorizar o Curso de Agronomia para o município. O documento foi assinado por diversas lideranças políticas, sociais, educacionais, comerciais, industriais, empresariais e estudantis que são apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 3: Entidades que assinaram o Memorial (1967)

Nome/entidade	Função
Milton Rosa	Prefeito Municipal
Aristides Bertuol	Dep. Estadual
Lucindo Andreola	Presidente da Câmara
⁵²	Juiz de Direito
Polícia	Delegado
Ensino da 16ª Delegacia Reg. SEC	Delegada
Centro de Indústria Fabril	Presidente
Associação Comercial	Presidente
⁵³	Delegado Regional Agrícola do Estado
Merenda Escolar	Chefe SRCNAE (Merenda Escolar)
Lyons Clube BG	Presidente
Rotary Clube BG – Centro	Presidente
Rotary Clube BG – Planalto	Presidente
Conselho Comunitário	Presidente
Câmara Junior de BG	Presidente
Centro Bento Gonçalvesense de Cultura	Presidente
Rádio Difusora Bento Gonçalves	Diretor
B.G Notícias	Diretor
Escola Normal Nossa Senhora Medianeira	Diretora
Colégio Estadual Mestre Santa Bárbara	Diretor
Escola Normal Estadual Cecília Meireles	Diretora
Colégio Nossa Senhora Aparecida	Diretor
Ginásio Sagrado Coração de Jesus	Diretora
Ginásio São Roque do CNEC	Diretor
Movimento Democrático Brasileiro	Presidente
Aliança Renovadora Nacional	Presidente
União dos Estudantes Secundaristas Bento Gonçalves	Presidente
Associação dos Ex-Alunos da Escola de Viticultura e Enologia	Presidente

Fonte: Quadro elaborado a partir de Acervo Pessoal de Carlos José Perizzolo

Conforme Sirinelli (1998), ao tratar dos intelectuais e de suas redes de sociabilidade, é necessário compreender o que produziram, com quem se relacionavam social e profissionalmente e mesmo em que lugares trabalhavam, para tentar mapear e assimilar o porquê de algumas ideias e representações, produzidas

⁵² Não consta o nome, somente a função.

⁵³ Não consta o nome, somente a função.

por determinados setores da sociedade, especialmente a elite cultural, se legitimarem e outras não. No quadro acima, observam-se as relações e aproximações que precisaram ser feitas no processo de constituição do ensino superior. O que mais chama a atenção é que havia divergências e conflitos entre essas lideranças, e a produção desse memorial apostou na representação de força que cada um desses sujeitos tinha na sociedade, o que dava sentido ao pleito pelo curso superior. As motivações e a certeza de que conseguiriam concretizar o projeto com a instalação da faculdade de Agronomia foi divulgada nos jornais da cidade. Na divulgação o discurso utilizado foi no sentido de que todos os que assinaram o Memorial se uniram pelo bem da comunidade, entretanto pode-se problematizar este discurso com a hipótese de que fosse um retrato particular que “representa” o geral.

Na Figura 11, pode-se ver a imagem de um recorte⁵⁴ do Jornal B.G. Notícias, de agosto e setembro de 1967, com o título da matéria “O Povo já Escolheu: Faculdade de Agronomia” (1967, p.7), e no jornal O Semanário, de agosto do mesmo ano, “Faculdade de Agronomia para BG” (1967, p. 3). Este último retratou um pouco dos esforços do MPFA realizados até aquele momento, inclusive atentando para o fato de que a Escola de Viticultura e Enologia do município possuía “além de magníficas instalações, [...] ótimo equipamento com a área de 100 ha.” (1967, p.3).

⁵⁴ Junto aos documentos e recortes de jornais encontrados no Acervo Pessoal de Carlos José Perizzolo, foram encontradas também folhas timbradas com o logo da Câmara de Vereadores que continham textos presentes nos recortes de jornais. Atenta-se para a possibilidade de o próprio Carlos José Perizzolo ou as pessoas que estavam à frente do MPFA serem os autores dos textos de divulgação dos esforços do Movimento para obtenção do curso superior no município.

Figura 11: Jornal B.G. Notícias – O Povo já Escolheu: Faculdade de Agronomia (1967)



Fonte: Acervo Pessoal de Carlos José Perizzolo, 2017.

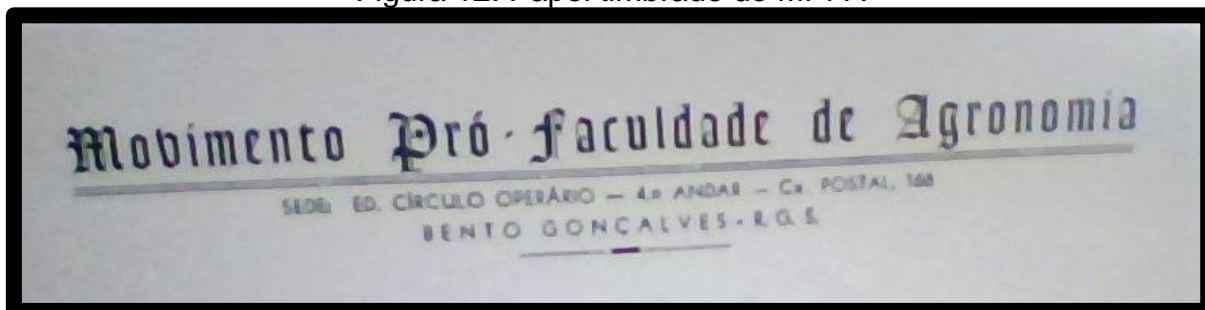
O mesmo Memorial enviado para o ministro Tarso Dutra foi enviado para o reitor da UCS e a deputados estaduais. Carlos Perizzolo (2017) afirma que a ideia de convidar o reitor da UCS estava também relacionada ao fato de que sabiam que ele tinha uma relação de amizade muito forte com o Ministro da Educação, Tarso Dutra. Segundo o ex-vereador, esses laços eram tão estreitos a ponto de que o Ministro ajudou para tornar possível o curso de Direito em Caxias do Sul.

A relação dos dois foi muito importante. E essas relações de poder eram importantes, porque na época as Universidades não podiam criar nenhum curso. Tudo tinha que ser autorizado pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Federal de Educação. E aí tendo o Ministro a favor isso ajudou um monte, até mesmo para a aprovação junto ao Conselho. Então, achei que foi fundamental essa amizade que o reitor Virvi Ramos tinha com o Ministro Tarso Dutra, nos ajudou muito isso aí. (PERIZZOLO, 2017).

Em contrapartida, nos registros documentais, encontra-se que a iniciativa de visitar o município foi tomada pelo reitor, como resposta ao Memorial enviado. A visita oficial teria como finalidade conhecer a Escola de Viticultura e Enologia, onde poderia ser implantado o primeiro curso superior, mobilização de todos os estudantes e de representantes de diversos órgãos sociais, empresariais e políticos do município. Para

essa visita também se organizou uma Comissão que imprimiria papéis e envelopes com o timbre mostrado na figura a seguir, e o lema “Unidos Venceremos”.

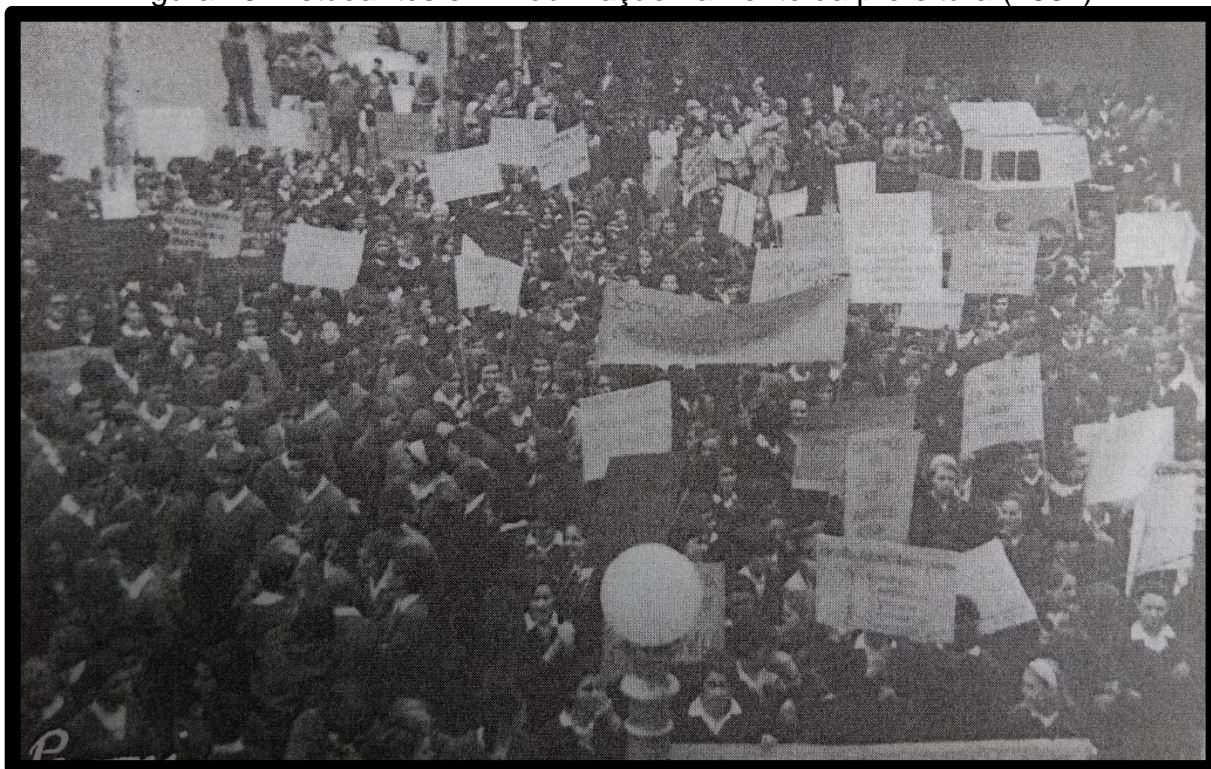
Figura 12: Papel timbrado do MPFA



Fonte: Acervo Pessoal de Carlos José Perizzolo, 2017.

Para a visita do Reitor, foi enviado aos diretores das instituições educativas um ofício para que liberassem naquele dia seus estudantes, para estarem na frente da prefeitura às 14h, a fim de dar as boas-vindas ao Reitor e reivindicar o curso de Agronomia ao município. No ofício constava que “Devemos dar uma prova cabal de nosso poderio educacional para mostrar que fazemos jus a um Curso Superior” (ATA nº 4, 1967, p.3). Eis que lá estavam, como pode-se ver na figura a seguir.

Figura 13: Estudantes em mobilização na frente da prefeitura (1967)



Fonte: Fotografia Pavoni. Acervo Pessoal de Carlos José Perizzolo, 2017.

Na sexta-feira, 11 de agosto, aconteceu a tão esperada visita do reitor. E com ele vieram sua esposa e o vice-reitor. Na recepção, muitas autoridades estavam presentes, no início da tarde, “em sinal de regozijo” (ATA, nº 5, 1967, p.4), soltaram-se fogos de artifício. Os estudantes em frente da prefeitura carregavam cartazes com dizeres de saudações ao reitor e outras com os desejos do curso de Agronomia para a cidade. Observa-se, ainda, no canto inferior esquerdo, os meninos com um modelo de uniforme, no canto inferior direito meninas com seus uniformes⁵⁵. Além disso, é possível perceber que o fotógrafo se posicionou para produzir a fotografia, num ângulo que enquadrasse na imagem somente os estudantes, dando a impressão de que o espaço estava realmente repleto de estudantes reivindicando o ensino superior.

Na figura a seguir, é possível identificar um cartaz com o nome de um dos colégios particulares, o Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Figura 14: Estudantes esperando a visita do Reitor (1967)



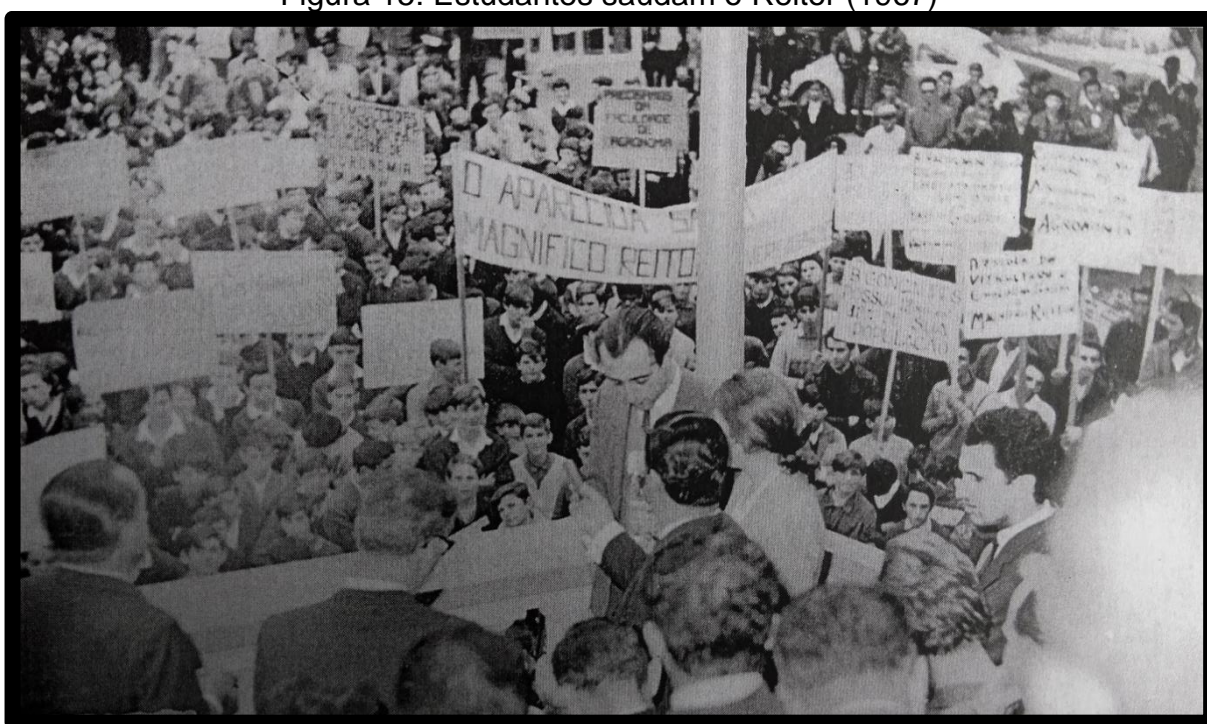
Fonte: Fotografia Pavoni. Acervo Pessoal de Carlos José Perizzolo, 2017.

⁵⁵ Pode-se pensar futuramente em pesquisar a história do Ensino Básico no município, o que representava o uniforme, qual era a intenção nas práticas escolares e relacioná-lo ao contexto brasileiro referente aquele período.

O fotógrafo utilizou a mesma técnica da fotografia anterior, usando o ângulo para demonstrar maior quantidade de participantes, nessa imagem querendo representar as diversas placas de reivindicação.

Na Figura 15, podem-se perceber algumas escolas que estavam presentes através do que estava escrito nas faixas, como “O Aparecida saúda o Magnífico Reitor”, “A Escola de Viticultura e Enologia saúda o Magnífico Reitor”, e também faixas com pedidos de cursos e faculdades, pelo menos quatro cartazes, relacionados ao curso de Agronomia, como “Precisamos da Faculdade de Agronomia”.

Figura 15: Estudantes saúdam o Reitor (1967)



Fonte: Fotografia Pavoni. Acervo Pessoal de Carlos José Perizzolo, 2017.

O poder em Foucault é relacional, pode, por vezes, estar de um lado e outras vezes do outro, como as disputas Caxias do Sul e Bento Gonçalves, instituições educativas e políticas. As faixas com dizeres foram feitas anteriormente para dar visibilidade às reivindicações, nesse momento o poder estava com a comunidade educativa, professores, estudantes e familiares.

Na figura a seguir, chamam a atenção as escritas nas faixas: muitas dizendo “Somos um município centro de região”, “Confiamos na decisão do Magnífico Reitor”, “Temos todas as condições para a sede da Faculdade de Agronomia” e, ainda, referindo-se aos cursos de nível médio que existiam no município, “Bento Gonçalves:

5 Ginásios, 2 Científicos, 1 Clássico, 1 Comercial e 2 Normais”. A fotografia apresenta além dos estudantes, as autoridades ali presentes.

Figura 16: Comunidade Educativa acolhe o Reitor Virvi Ramos (1967)



Fonte: Fotografia Pavoni. Acervo Pessoal de Carlos José Perizzolo, 2017.

Nas escadarias da prefeitura, o reitor foi saudado pelo Presidente do MPFA, Vereador Carlos José Perizzolo, o Presidente da Câmara de Vereadores, Dr. Lucindo Andreola, o estudante Omar Peres, Presidente da União dos Estudantes Secundaristas Bento-Gonçalvenses e depois o prefeito municipal, Milton Rosa.

Na compreensão de Köche, a mobilização na frente da prefeitura foi realizada pelos estudantes que iam de ônibus para Caxias do Sul. “Foram os que mais batalharam para a vinda de uma Faculdade em Bento” (KÖCHE, 2017).

O conceito da representação pode ajudar a compreender a narrativa até o momento. Chartier (2002, p.20) em sua obra retrata dois sentidos para a representação, “a representação como dando a ver uma coisa ausente [...]; a representação como exibição de uma presença como apresentação pública de algo ou alguém”. No recorte que dizia que o povo tinha escolhido a Faculdade de

Agronomia, a representação pode ser entendida nos dois sentidos: primeiramente é a representação de um pequeno grupo de que o “povo” quer Agronomia, e utiliza-se a mídia para convencer o povo de que ele realmente quer o curso de Agronomia, uma vez que no decorrer do artigo se explicitam todos os motivos para Bento Gonçalves querer ter Agronomia; depois atenta-se para o fato de que, nesse primeiro processo do MPFA, os cidadãos bento-gonçalvenses não escolheram, não foram consultados e está se forçando a formação de uma imagem que não existe, que é a imagem da democracia, da acolhida das opiniões da maioria, bem como que o MPFA sabia o que era melhor para o povo.

Conforme Chartier (2002, p.17), “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. Sendo assim, compreendem-se as divergências existentes nos relatos de Köche (2017) e de Perizzolo (2017), quanto à iniciativa e reponsabilidade da passeata de estudantes pela chegada do reitor Virvi Ramos. E por isso também é importante perceber de onde esses sujeitos falam, qual o seu contexto e a que pensamentos se filiam. Köche, participante do movimento e organização dos estudantes que estudavam na UCS, delibera que a iniciativa e articulação foi dos estudantes universitários. Já Perizzolo, que era integrante do MPFA, discorda afirmando que a iniciativa foi do MPFA. Ambos apresentaram suas representações do acontecido e, como historiadora, não tenho o papel de julgar, mas de trazer as semelhanças e divergências.

Omar Peres (2017) relatou como ele percebeu aquela tarde. Por ser no período da Ditadura Militar, afirmou que “as forças armadas mandavam. E eu era muito amigo do [...] Coronel Ferreira, eu trabalhava, na época, no Batalhão. [...] Tinham prometido me prender se eu fizesse algum discurso ofensivo às forças, ao país” (PERES, 2017). Ele respondeu que prezava pelo governo do país, porém, como presidente da União dos Estudantes, precisava fazer o discurso. O Coronel Ferreira, mesmo Peres (2017) tendo insistido, não mudou de ideia.

Eu discurssei e me mandei, saí pela parte de trás da prefeitura, tinha um portão que era na porta do Clube Aliança, por trás. Passei a piscina do Clube Aliança, fugindo porque disseram que os milicos andaram me procurando, e eu saí lá no muro da CORSAN. E vim para cá onde nós tínhamos uma casa e depois foi construído esse edifício, não é? No outro dia, o major estava lá no Batalhão me esperando, mas não chegou a me prender. (PERES, 2017).

Após o discurso de Peres e de outros representantes da comunidade, foi a vez do reitor da UCS. O discurso do reitor afirmou que a UCS também diz respeito ao povo de Bento Gonçalves, pois “é por excelência uma Universidade Comunitária” (RAMOS, 1967, p.4). Ele reconheceu a colaboração dos professores de Bento Gonçalves, que, antes de fundar a UCS, já trabalhavam nas faculdades de Caxias do Sul, especialmente a pessoa do professor Loreno Dal Sasso, chamando-o de “companheiro” que sempre está presente, especialmente nos momentos difíceis. Ele tentou tranquilizar as pessoas assegurando que o Ministro da Educação e Cultura, Deputado Tarso Dutra, tinha afirmado há poucos dias que “Bento Gonçalves seria incorporada dentro da UCS” (DUTRA apud RAMOS, 1967, p.5). E finaliza agradecendo e afirmando: “Aos estudantes, ao povo, eu digo mais uma vez, terá a sua Faculdade dentro de nosso grupo” (RAMOS, 1967, p.5).

No mesmo dia, visitaram a Escola de Viticultura e Enologia, e foram recepcionados na boate do Clube Ipiranga. No momento, parabenizaram a esposa do reitor, que estava aniversariando naquela data, ofereceram lembranças ao reitor. Antes de irem embora, o Reitor avisou a Comissão que seriam convidados para uma futura reunião na Reitoria “e que o professor Loreno Dal Sasso ficava encarregado de estudar qual seria a Faculdade mais condizente com as necessidades de Bento Gonçalves” (ATA nº 5, 1967, p.5).

Os representantes da mídia do município também se fizeram presentes, o que no mesmo mês era refletido nos jornais da cidade. Antes da visita, o jornal O Semanário tinha como chamada na capa “Faculdade de Agronomia poderá ser uma realidade. Leia na 3ª página” (5 de agosto de 1967, capa) e, após quinze dias, o Reitor da UCS visitou BG (19 de agosto de 1967, p.3), tratando resumidamente da visita do reitor. Ao final, a matéria trata da escolha do curso e finaliza fazendo um apelo aos munícipes. “Espera-se a colaboração de todos os bento-gonçalvenses, para uma escolha acertada da mesma” (p.3). E com meia página do Jornal B.G. Notícias com o título “A VISITA DO REITOR DA UCS” (ago. e set. de 1967, p.7), que se pode visualizar abaixo. Além disso, o colunista de Variedades desse mesmo jornal, Itacyr Giacomello, em seu último parágrafo, parabeniza Bento Gonçalves pelas conquistas, entre elas o documentário⁵⁶ da 1ª FENAVINHO, finaliza afirmando:

⁵⁶ Esta produção está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9zI8yhqLMD4&t=28s>>, porém nesta dissertação não foi analisada. Acesso em: 2 jan. 2017.

Indiscutivelmente temos tudo para que a Faculdade de AGRONOMIA passe a funcionar imediatamente [...]. O negócio é lutar lado a lado com os vereadores Perizzolo e Andreola, coordenadores do Movimento pró Faculdade de Agronomia em Bento. (GIACOMELLO, 1967, s/p).

Figura 17: Jornal B.G. Notícias - “A VISITA DO REITOR DA UCS” (1967)



Fonte: Acervo Pessoal de Carlos José Perizzolo, 2017.

O recorte desse jornal trata da visita do Reitor, entre outros jornais do mesmo período que trouxeram esse assunto. Cabe observar o grifo de caneta no nome do vereador Perizzolo. Através desse recorte de jornal, e das narrativas de Köche, Peres e Perizzolo sobre a acolhida ao Reitor Virvi Ramos pode-se também pensar sobre as práticas, discursos e representações que refletem como cada sujeito lembra de si e como se projeta para ser lembrado no futuro. De acordo como Thomson (1997, p.57), “o processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história”. Quando isso acontece, contata-se uma representação de quem éramos, somos e desejamos ser. A narrativa não é uma representação fiel do passado, contudo traz elementos dele e, como estabelece Thomson (1997, p.57), “os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais”. Ambos, Köche e Perizzolo, a partir de suas narrativas, podem ser vistos como participantes efetivos do processo de constituição do ensino superior em Bento Gonçalves. Do mesmo modo que Peres, não obstante, este pode ser lembrado nesse processo como um sujeito que tinha um papel de liderança de jovens no período do Regime Militar, ao mesmo tempo que era amigo e tinha relações com os militares.

Finalmente, as articulações entre as lideranças, professores, estudantes e MPFA e a UCS aconteceram por diversos caminhos. Nesses trilhos, foram importantes as redes de sociabilidade para que os projetos fossem aceitos e apoiados, e fizeram a diferença as representações existentes e as relações de poder exercidas no decorrer do processo. Com a visita do reitor, o próximo passo foi escolher o curso, e é sobre esse assunto que será a narrativa do próximo subtítulo.

3.1.2 “Qual deve ser a nossa faculdade?” – A escolha do primeiro curso

Este subcapítulo tem a finalidade de discutir e narrar o processo histórico da escolha do primeiro curso, observando quem teve o poder de optar num primeiro momento, o que levou a se tornar uma escolha popular e, posteriormente, voltado aos estudantes. Além de entender que fatores influenciaram para que o curso votado, pela comunidade, não tenha sido o instalado efetivamente.

A Comissão do MPFA entendeu que o Reitor tinha sugerido que eles escolhessem a Faculdade de acordo com o que o município precisava e por isso resolveu fazer um levantamento de apreciações para a escolha do curso, por meio da Rádio Difusora Bento Gonçalves. Em texto encontrado, em folha timbrada com logo da Câmara de Vereadores e assinado com as siglas C.J.P, podendo se tratar de Carlos José Perizzolo, na data de 15 de agosto de 1967, encontra-se o pedido de colaboração de todos para a escolha da faculdade. No texto, o autor C.J.P. ressalta que “há necessidade de saber a opinião de todas as classes sociais de nossa comunidade, para que se solicite uma Faculdade que realmente venha preencher os anseios de todos aqueles que amanhã pretendem cursar o ensino superior” (C.J.P., 1967) e o texto se prolonga, divulgando o que o MPFA realizou naquele mês.

A Rádio recebeu diversas opiniões, como Engenharia Eletrônica (1), Ciências Contábeis (7), Agronomia (2), Engenharia (7), Química Industrial (1). Ao solicitar a instalação das Faculdades de Ciências Econômicas e Filosofia, o ouvinte Pedro Lembi, em seu argumento, tenta traduzir o que o município precisava, afirmando que “Bento Gonçalves com isso crescerá que é o desejo de todos nós bento-gonçalvenses” (LEMBI, 17 de agosto de 1967).

É possível perceber que, no subtítulo anterior, o reitor pede ao professor Dal Sasso que estude qual a Faculdade que o município mais precisa, mas a CPFA entende que ela ficaria responsável por essa escolha. E opta por uma consulta popular

através de uma emissora de rádio. No texto que vai ao ar, chama a atenção o desejo da CPFA de que todas as classes sociais se manifestem, porém, isso não se concretiza, porque poucos ouvintes manifestaram opinião. Outro aspecto que vale ser considerado é o do discurso “salvador”, que dá a entender, explicitamente, que somente com uma Universidade ou curso de ensino superior é que Bento Gonçalves irá progredir. É um discurso carregado de significados e representações, que evoca o poder daquele que tem uma formação superior, poder esse de ver e sentir as necessidades de uma região que talvez os outros não tenham. Não tem como negar que o ensino superior muito contribui para a sociedade, todavia existem outras práticas que precisam ser levadas em consideração para que um município ou região se desenvolva.

Além dessas opiniões, os estudantes do Colégio Marista Aparecida enviam à Rádio Difusora Bento Gonçalves uma correspondência tratando da escolha do curso para o município, visto que esta havia solicitado a opinião dos ouvintes sobre qual faculdade deveria ser instalada na cidade. A escolha dos alunos do Curso Técnico de Contabilidade, de 1967, do CNSA, argumentando que escolheriam algo relacionado ao curso que estavam estudando no momento, foi desejo unânime: Administração de Empresas ou Organização de Firms, que, segundo o documento, “nada mais é que um dos ramos das Ciências Econômicas” (CORRESPONDÊNCIA DO COLÉGIO APARECIDA PARA A RÁDIO DIFUSORA, 1967, p.2), porém na correspondência afirmam que não queriam entrar em conflito com aqueles que ensejavam a Faculdade de Enologia “[...] e que há alguns dias passados fizeram um grande movimento no centro da cidade [...]” (CORRESPONDÊNCIA DO COLÉGIO APARECIDA PARA A RÁDIO DIFUSORA, 1967, p.2), contam que os elogiaram e participaram prestando apoio à movimentação.

Sugeriram no documento que, para se decidir sobre qual faculdade funcionaria em Bento Gonçalves, fosse realizado um “[...] estudo das possibilidades de um corpo, tanto docente como discente, à altura de tão grandioso empreendimento” (CORRESPONDÊNCIA DO COLÉGIO APARECIDA PARA A RÁDIO DIFUSORA, 1967, p.2), realizando uma pesquisa com os estudantes, para que se entendesse o que os estudantes bento-gonçalvenses desejavam que se tornasse realidade.

Mesmo indicando o método de pesquisa, afirmaram que “o ideal, queremos deixar bem claro, seria que fossem instaladas, tanto a de Enologia, como a de Administração, pelo halo de importância que cada uma traz em seu seio e pelo que

proporciona de bom e de útil à comunidade [...]” (CORRESPONDÊNCIA DO COLÉGIO APARECIDA PARA A RÁDIO DIFUSORA, 1967, p.2). Ainda assim, solicitaram que, se aqueles que tinham que fazer a escolha pudessem escolher apenas uma, que usassem de “NEUTRALIDADE⁵⁷” na decisão. Mesmo tendo enviado um abaixo-assinado, com quase 300 assinaturas, argumentaram que “não é uma campanha, mas somente um pequeno movimento de estudantes para estudantes. [...] Esperamos que nossa voz seja ouvida e caia em terreno fértil proporcionando bons frutos” (CORRESPONDÊNCIA DO COLÉGIO APARECIDA PARA A RÁDIO DIFUSORA, 18 ago.1967, p.3).

Encontram-se tensionamentos entre o Movimento dos que queriam o curso de Agronomia, especialmente estudantes e professores da Escola de Viticultura e Enologia, que inclusive fizeram uma passeata pelas ruas de Bento Gonçalves e os estudantes do curso Técnico em Contabilidade do CNSA, que utilizaram o rádio para se manifestar. Chamo a atenção para o pedido de neutralidade quanto à escolha do curso, por aqueles que tinham esse poder. A questão da neutralidade é um viés que daria muitas possibilidades de estudos, e que não é este o caso, contudo, enquanto sujeitos constituídos, histórico e socialmente, é impossível perceber-nos sem posicionamento. Talvez os posicionamentos desses dois grupos possam ser explicados diante das redes de sociabilidade do que Sirinelli (2003) acredita serem forças que atraem, e também que podem excluir. As forças que agregam são aquelas que trazem os sujeitos para perto, fortalecendo os vínculos, como a amizade e a semelhança nas escolhas, de um grupo com a Agronomia e de outro com Administração de Empresas ou outro curso afim. As forças que afastam sujeitos de suas redes de sociabilidade podem ser entendidas como as que mostram conflitos e contrariedades nos posicionamentos e decisões, mesmo que tenha havido respeito de um grupo para outro, ambos queriam que fosse acatado o seu pedido.

A sugestão feita pelos estudantes do CNSA foi acatada, em parte, pelo MPFA, já que enviou material para abaixo-assinado às escolas de ensino secundário para que os estudantes opinassem sobre o curso, respondendo à pergunta: “Qual deve ser nossa Faculdade?” (ATA nº 7, 1967, p.6), de outro modo não fizeram um levantamento sobre o corpo docente, existente no município, para atuar no Ensino Superior. Diante do que consta nos documentos, fica a dúvida do motivo pelo qual os docentes não

⁵⁷ A questão da neutralidade não existe. Essa pretensa neutralidade do período que se estava vivendo seria uma brecha de pesquisa interessante para futuras investigações.

foram ouvidos. E com esse questionamento afirma-se que não se tem evidências para explicá-la. Uma hipótese é que os professores não foram ouvidos porque não eram consumidores do ensino que viria para o município e região, porém outros poderão ser os motivos. De outro modo, permanece a dúvida, pois fazer uma pesquisa das probabilidades de conseguir constituir um corpo discente e docente envolveria uma aproximação desses últimos.

Quanto aos discentes, o MPFA conseguiu mobilizar praticamente toda a comunidade, especialmente a educativa, para a escolha do curso, sendo por meio da rádio, ou envolvendo as instituições de ensino, como os estudantes do Curso Técnico de Contabilidade do Colégio Aparecida, professores do Colégio Nossa Senhora Aparecida, Escola Normal Nossa Senhora Medianeira, Ginásio Escolar de Aplicação “Prof. Angelo Roman Ros”, Escola Normal Estadual, Ginásio São Roque, Ginásio Sagrado Coração de Jesus, professores do Colégio de Viticultura e Enologia, Colégio Estadual Mestra Santa Bárbara. Perizzolo (2017) considera esse processo como uma “ação vitoriosa” da comunidade, e, para os estudantes, uma “conquista sem precedentes”. Em suas palavras,

Isso aí foi uma conquista que não tem preço, é de um valor extremo para a comunidade, para os estudantes e para todos. E a partir daí é que todos os estudantes tiveram a possibilidade de ter um estudo aqui, ao lado de casa, sem ter que se deslocar para fora de Bento Gonçalves. (PERIZZOLO, 2017).

Ao que parece, mesmo solicitando à comunidade o que a mesma desejava para a continuação da formação acadêmica, a CPFA não abria mão de trazer o curso de Agronomia para o município. O que corrobora com essa afirmação é que se constou em ata que, concomitante ao movimento nas escolas do município, foram enviados ofícios aos reitores da URGs, UFSM, PUCRS, UFPEL e Universidade Federal de São Paulo (UFSP) solicitando a relação dos cursos das referentes instituições; e aos diretores da Faculdade de Agronomia de Curitiba, Passo Fundo, Santa Maria, Porto Alegre e Pelotas solicitando a cópia do Regimento Interno e Currículo.

Em meados de setembro do mesmo ano, a Comissão organizou o levantamento da escolha dos cursos. Eis que assim se compôs, na Ata nº 10 de 1967, o quadro dos cursos e seus votos:

Quadro 4: Relação de cursos e votos de pesquisa realizada para escolha do primeiro curso⁵⁸ (1967)

Curso	Votos
Filosofia	577
Administração	469
Agronomia	238
Engenharia	234
Ciências Contábeis	86
Medicina	76
Química	15
Belas Artes	24
Letras	83
Direito	55
Engenharia Civil	55
Ciências	44
Engenharia Química	3
Bioquímica	11
Química Industrial	9
Geologia	8
Odontologia	26
Veterinária	5
Politécnica	1
Aviação	1
Economia	19
Ciências Econômicas	9
Filosofia pura	1
História Natural	165
Matemática	15
Pedagogia	12
Português	5
Farmácia	3
Educação Física	17
Ciências Sociais	6
Jornalismo	6
Desenho	2
Música	1
Física	3
Psicologia	12
Ciências Naturais	25
Geografia	8
Pintura	4
Engenharia Eletrônica	18
Engenharia Mecânica	7
Arqueologia	1
Línguas	1
Psiquiatria	1
Ciências Políticas e Econômicas	1
Total	2500

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir de informações contidas na Ata nº 10, de 13 de setembro de 1967, p.7).

Observa-se uma variedade de cursos escolhidos pelos estudantes, que variam de Agronomia, Filosofia (atendendo à formação de professores), Administração,

⁵⁸ Essa contagem dos votos foi realizada pelos membros do MPFA.

Bioquímica, Letras, Belas Artes, Medicina, entre outros. Considera-se que quem obteve o maior número de votos foi Filosofia, seguida de Administração, Agronomia e Engenharia. O Curso de História Natural também obteve um resultado interessante, com mais de cem votos, os outros trinta e nove cursos ficaram com votos com variação entre 1 e 86. O resultado do Quadro 4 foi apresentado ao reitor da UCS, para que atendesse, concedendo o curso e Faculdade escolhida pelos bento-gonçalveses.

Durante o movimento de escolha do curso, o MPFA recebeu uma correspondência do Deputado José Mandelli Filho⁵⁹, que contava ter conversado com o Ministro Tarso Dutra, sobre trocar o lugar de escolha da instalação do curso de Agronomia de Farroupilha para Bento Gonçalves. O Ministro afirmou ser impossível, pois tinha dado sua palavra ao município de Farroupilha e mesmo o Dep. Mandelli Filho, tendo argumentado que Bento Gonçalves tinha mais condições de receber o curso, o Ministro Dutra “retrucou-me dizendo que como político deveria saber como proceder não exigindo dele quebra de compromissos” (MANDELLI FILHO, 1967, s/p.). O Deputado pediu quais seriam os ressarcimentos que Bento Gonçalves teria e aquele respondeu, escrevendo em um rascunho o nome das faculdades que se agregariam à UCS: Filosofia e Ciências Contábeis. No documento o Deputado afirma que enviou junto o esboço⁶⁰ com a letra de fôrma do Ministro. Embora com as afirmações e pedido negado pelo Ministro, o Deputado José Mandelli Filho se despede afirmando que ainda não iria descansar a respeito de ajudar a conquistar a faculdade de Agronomia para o município.

Em documento destinado ao Gabinete de Imprensa, escrito possivelmente por integrante da Câmara de Vereadores, datado em 20 de outubro de 1967, se relatou a correspondência recebida do Deputado Federal José Mandelli Filho. O que chama a atenção é que, quando se refere aos dois cursos escritos pelo Ministro Tarso Dutra, Ciências Contábeis e Filosofia, o autor afirmou:

⁵⁹ José Mandelli Filho nasceu em Bento Gonçalves (RS) no ano de 1915. Formou-se contador pelo Instituto Santo Antônio, de Garibaldi (RS), em 1933. Iniciou sua carreira política como prefeito municipal de Erechim (RS), passando por diversos cargos políticos, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Concluindo seu mandato de prefeito de Erechim (novo mandato) em 1963, assumiu uma cadeira na Câmara Federal em abril de 1964. A partir desse ano, tornou-se membro efetivo da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados. Filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar instaurado no país em abril de 1964, e elegendando-se nessa legenda, no pleito de novembro de 1966, deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-mandelli-filho>>. Acesso em: 9 ago. 2017.

⁶⁰ Este rascunho não foi encontrado no Acervo Pessoal de Perizzolo. Ainda assim, é possível encontrá-lo, como imagem, no livro “Onde a Fervi entra na História” (WÜNSCH, 1992, p.22).

Como podemos verificar é uma grande notícia para os bento-gonçalvenses, pois com estes dois cursos superiores teremos a oportunidade de aproveitar os rapazes em Ciências Contábeis e as moças em Filosofia. Naturalmente na Filosofia teremos um curso que ainda não funcione em Caxias do Sul. (DOCUMENTO EMITIDO PELA CÂMARA DE VEREADORES, 1967).

Por um lado, observa-se o cuidado e a importância em poder atender o público feminino e masculino, por outro, nota-se certa representação de qual era a função do homem e da mulher na sociedade. Eles à frente das empresas, em locais mais administrativos, elas à frente de crianças e jovens, atendendo à educação do município. Para além das questões de gênero, que poderão ser abordadas em estudos futuros, nota-se no Deputado Mandelli Filho um sujeito político, nascido em Bento Gonçalves, com, supostamente, maior poder do que dos articuladores políticos do município, no entanto, como seu alcance era a Comissão de Agricultura e Política Rural. Sua rede de sociabilidade vinculava-se ao campo da Agronomia, isso explicaria a luta incansável para que o curso de Agronomia fosse instalado em Bento Gonçalves. Não obstante, encontrava-se limitado em exercer o seu poder no campo educacional, no MEC. Outro aspecto que se sobressai nesses jogos de força são as negociações entre eles, visivelmente obtidas, na constatação dos cursos de Ciências Contábeis e Filosofia que abririam em Bento Gonçalves, a fim de possibilitar uma resposta imediata aos anseios dos bento-gonçalvenses.

Observa-se um grande esforço feito por lideranças, tanto políticas, quanto educacionais, em relação ao MEC para que acolhesse o pedido. Na fala de Köche (2017), ficam aparentes as redes de sociabilidade existentes entre a UCS e o MEC. Ele afirma que a articulação efetiva foi realizada pela UCS. “Aí a UCS encaminhou um projeto para o MEC para abrir aqui [o curso que seria escolhido], tanto assim que, naquele mesmo ano e no ano seguinte, a UCS abriu em Vacaria Letras e outro curso e em Lajeado” (KÖCHE, 2017). A UCS naquele período abriu três *campi*, nas respectivas cidades: Bento Gonçalves, Vacaria e Lajeado. Para Sirinelli, na sociabilidade “também se interpenetram o afetivo e o ideológico” (SIRINELLI, 2003, p. 252). Perizzolo (2017) corrobora com Köche quando diz considerar de suma importância a relação de amizade que existia entre o Reitor da UCS e o Ministro da Educação. Os traços afetivos podem ser considerados pela amizade entre os dois sujeitos, talvez em algum momento dentro de um mesmo núcleo de sociabilidade, e

sinais ideológicos quando entende-se que compartilham de uma mesma visão de educação e sociedade que favorece à UCS a expansão naquele período histórico.

Por ocasião dos diversos cursos que os estudantes desejavam, e talvez por avaliarem que o curso de Agronomia, realmente, não seria possível para aquele momento, ao que explica Perizzolo (2017), que o curso de Agronomia “se tornou difícil em função de que era uma faculdade que exigia muita tecnologia, exigia muita preparação em termos de aulas práticas”, o MPFA modificou sua nomenclatura do Movimento, passou a ser denominada como Movimento Pró-Faculdade de Bento Gonçalves (MPFBG).

Simultaneamente a essas mudanças pelas quais o MPFA ou MPFBG estavam passando, muitas organizações do município foram consultadas sobre qual deveria ser o curso instalado em Bento Gonçalves. Dentre essas organizações é possível perceber certos tensionamentos, que podem ser alusivos às relações de poder.

Foucault (2017) analisa o poder vinculado ao saber. O saber é pleno de poder. Essas relações, até certo ponto conflitantes, podem ser compreendidas por correspondência enviada pela Frente Agrária Gaúcha e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bento Gonçalves, em setembro de 1967, para a Câmara de Vereadores e ao MPFBG, mesmo que esta, estando inclinada a desejar Agronomia, tenha argumentado sobre a possibilidade de existir a Faculdade de Medicina, visto que alertou saber que seria instalada em Farroupilha uma Faculdade de Agronomia, por meio da UCS. Então, por compreender a saúde como algo importante, optou pela faculdade de Medicina. Ainda assim, se essa não for possível, alega: “Na pior das hipóteses, talvez por ser mais fácil, poder-se-ia, cremos, pleitear, mesmo uma Faculdade de Ciências Contábeis” (VALDUGA; GAVA, 1967, p.1). O Rotary Club, também por meio de correspondência, afirmou que “o progresso de Bento Gonçalves está há muito tempo a exigir para seus filhos uma educação superior que os capacite dar o máximo pelo desenvolvimento do país” (ARIOLI, 1967). E que a maioria dos integrantes optou pelo curso de Administração de Empresas. O mesmo ganhou votos do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico e da Câmara Júnior.

Diante da narrativa construída no parágrafo anterior, pode-se considerar que cada grupo ou organização estabeleceu que a faculdade que era de seu conhecimento, ou de sua linha de formação e profissão, era a mais adequada ao município, a ponto de argumentar que, em últimos casos, aceitaria a alternativa

sugerida pelo outro grupo. É visto que, como aponta Foucault (2017), aqueles que tivessem votado na faculdade escolhida para ser implantada, poderiam ser representados em maior número, pensando a longo prazo, tem maior concentração de forças no que se refere as decisões tomadas na comunidade e região, concretizando a ideia que o saber é poder.

Perizzolo (2017) registra também a participação do Bispo de Caxias do Sul: “Dom Benedito Zorzi nos deu um apoio muito forte, porque ele tinha assim uma força muito grande dentro da Universidade de Caxias do Sul, ele nos proporcionou um apoio muito grande para concretizar o nosso objetivo”. A soma de todas essas participações é considerada, por aqueles vinculados ao movimento, como apoio e sinais de que o MPFBG estava no caminho certo.

Ao apresentar o levantamento ao reitor, ele o analisou e, ainda que Filosofia e Administração tenham recebido maior número de votos, concluiu que a Faculdade que seria mais viável instalar no município “só poderia ser a de Ciências Contábeis” (ATA nº 11, 1967, p.7). Solicitou o histórico do Escritório Modelo e as informações necessárias para que o processo fosse enviado ao MEC. As solicitações foram atendidas e encaminhadas posteriormente pelo MPFBG.

Percebe-se que as solicitações da comunidade, naquele momento, não foram atendidas, se for levado em consideração que o curso mais votado foi filosofia, seguido de administração e agronomia. O reitor estabeleceu o Curso de Ciências Contábeis relacionado à Faculdade de Ciências Econômicas. Wünsch (2016) tenta explicar essa escolha de curso relacionando-a ao período vivido.

Nós estávamos começando a vivenciar o chamado “milagre econômico” de expansão econômica do país. O país começava a crescer a taxas importantes, é bom que se diga, o crescimento foi grande, mas o modelo de crescimento era concentrador de renda. Mas nós chegamos à década de 1970 com crescimento do PIB em 10% ao ano, isso são números espetaculares. Claro, não estou aqui entrando na questão da concentração de renda, do endividamento que isso causou, enfim outros aspectos. Mas naquele momento há uma expansão, essa expansão ela se dá inclusive num setor extremamente importante para nós também, que é o setor moveleiro. Quando também cresce a indústria moveleira, há um crescimento da economia, e com o crescimento da economia, profissionais vinculados à área de gestão, de economia, de contabilidade passam a ser uma demanda importante para o mercado local de trabalho. (WÜNSCH, 2016).

Wünsch (2016) acredita que a escolha do curso seguiu essa linha de apreciação, desconsiderando o levantamento realizado com a participação da

comunidade. Para ele, “é uma visão, do ponto de vista teórico, que a gente chama de elitista, ou seja, algumas pessoas que se consideram sabedoras das necessidades e desejos do conjunto” (WÜNSCH, 2016).

Já Köche (2017) elucida a decisão sobre o curso de acordo com as condições existentes em Bento Gonçalves, “os quatro professores que iniciaram o curso de Economia em Caxias eram aqui de Bento Gonçalves. Os motivos foram: nós temos espaço, temos professores e temos alunos” (Köche, 2017).

É evidente que o ápice do exercício do poder aconteceu quando o Reitor da UCS, ao ter em mãos o levantamento realizado pelo MPFBG, escolhe por outro que não estava nem entre os primeiros colocados. Chega-se a um momento crucial e importante da narrativa histórica, levando-nos a refletir sobre a história que Foucault (2017, p.41) entende ter “relações de poder [...] (e ser) inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias e táticas”. Por todo o processo de constituição do ensino superior de Bento Gonçalves, entende-se que houve diversas relações de poder, forças de grupos diferentes, mas com um mesmo objetivo, que ora avançavam, ora estagnavam. Seus menores detalhes que puderam ser observados diante dos vestígios relacionados com a história oral que se cotejou foram articulações de cunho político realizadas pelo MPFBG e articulações pessoais do grupo de professores, especialmente do professor Lorenzo José Dal Sasso, que era Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas de Caxias do Sul. As redes de sociabilidade dos professores de Economia beneficiaram as relações de poder que estabeleceram ao articularem-se com a UCS, criando estratégias e táticas para que seus objetivos fossem alcançados. Esses mediadores culturais, tanto vinculados ao MPFBG, quanto ao grupo de professores, foram sujeitos que, de alguma forma, intermearam, negociaram, trocaram e tencionaram processos para a instalação do primeiro curso de ensino superior no município.

Não se tem a pretensão de julgar esses processos, quer-se, antes de tudo, apresentá-los e pensar sobre eles. Em nota oficial para o Rádio Jornal Ford e Rádio Difusora, no dia 07 de dezembro de 1967, o MPFBG alegou ser

[...] com grande satisfação que levamos ao conhecimento das autoridades e povo de Bento Gonçalves que foi confirmada oficialmente a instalação de nossa primeira Faculdade. Será a de Ciências Contábeis, que já em março de 1968 estará em funcionamento. O local onde deverá funcionar está em estudos pelos membros do Movimento. Tão logo tenhamos mais detalhes daremos conhecimento através desta emissora. (MPFBG, 1967).

Enfim, num mesmo ano, além dos processos ocorridos nos anos anteriores, muitas forças foram concentradas para que o Ensino Superior fosse alcançado. Quanto à escolha do curso, pode-se compreender que, num primeiro momento, alguns se firmaram na ideia de que Agronomia era o melhor curso, outros discordavam e houve tensionamentos na decisão. O grupo de professores da Faculdade de Economia já se articulava com o reitor na UCS. O pedido para que a comunidade escolhesse informalmente, através da rádio, gerou um movimento de certa forma democrático, quando os estudantes sugeriram aos organizadores do MPFA que fizessem um levantamento nas escolas do município, para ouvir o que os jovens gostariam de estudar. Eram grupos solicitando qualificação na área da administração de empresas, outros mais voltados ao rural, como a agronomia e outros, pensando na importância da formação de professores. Mesmo com toda essa mobilização, fica a impressão de que o grupo de professores que ia para Caxias já sabia, ainda quando conversavam com o reitor, que Ciências Contábeis⁶¹ seria o curso mais adequado, ou que melhor convinha ao município, e principalmente àqueles grupos que estavam envolvidos no processo, naquele momento.

Concluindo, a força do grupo de professores articulando-se na UCS, a mobilização realizada pelo MPFBG, juntamente com outros grupos e representações da comunidade, bem como sinais de que seria fácil encontrar espaço, docentes e discentes para o curso mostraram ao reitor e conseqüentemente ao MEC que Bento Gonçalves estava preparado e teria o Ensino Superior em 1968.

3.2 INSTALAÇÃO DO PRIMEIRO CURSO

O objetivo deste subtítulo é narrar a instalação do primeiro curso, bem como a escolha do local, aspectos relativos aos vestibulares e celebrações oficiais, estes dois últimos entendidos como ritos de uma determinada cultura acadêmica. Ao pensar que cada sujeito dá sentido ao mundo em que vive, pode-se concluir que suas ações são repletas de significados e possibilidades de serem interpretadas. Essas atitudes/atividades realizadas pelos sujeitos são chamadas de “práticas de

⁶¹ Nesse primeiro momento estabeleceu-se o Curso de Ciências Contábeis, entretanto no ano seguinte houve a modificação para Ciências Econômicas, uma hipótese é que esses eram cursos mais baratos para serem implantados, que não exigiam tanta infraestrutura, também essa área estava proliferando no 2º grau, sendo assim deliberou-se um curso que melhor convinha.

significação” (HALL, 1997, p.16). Assim sendo, pode-se compreender que o espaço-tempo formal para o ensino superior, como o ato de instalação do curso e o vestibular são carregados de significados que podem ser entendidos através/por meio do conceito as representações.

Escolano Benito (2015) classifica a escola, e pode ajudar a pensar sobre a Faculdade, a Universidade ou a Instituição de Ensino Superior, como *“un sintetizador que nace del entrecruzamiento de la memoria en que se objetiva su cultura material con los rituales que transmiten, perpetúan y gobiernan los procesos de la educación formal”* (2015, p.45). Para ele, a cultura escolar se faz perceber nas práticas, discursos e normas. Com a concretização do plano da obtenção do ensino superior acontecendo, em meados de dezembro, a CPFBG se reuniu para discutir sobre o local onde a faculdade poderia ser instalada. Cogitaram a possibilidade de instalá-la nas dependências do Colégio Aparecida e foram conversar com o diretor do mesmo. O Irmão Diretor gostou da ideia, porém afirmou que precisava recorrer a seus superiores, e, assim que tivesse resposta, comunicaria à comissão. Esse foi o conteúdo da última Ata realizada pelo CPFBG.

Ao mesmo tempo que o MPFBG se articulava para organizar um lugar para sediar a faculdade, o grupo de professores, sob incentivo e organização Loreno José Dal Sasso, também se organizava.

Os professores Dal Sasso e Zanatta trabalhavam na Escola de Viticultura e Enologia (EVE), juntamente com outros professores que posteriormente também deram aula no “Campus” Bento Gonçalves, a escola que recebeu a visita do Reitor da UCS. A EVE, como já mencionado, tinha um grande espaço físico, sua estrutura era pública e o primeiro curso tinha sido pensado para acontecer no turno da noite, mesmo período do dia em que não havia aulas na EVE. Para Köche (2017), ela foi escolhida para sediar o primeiro curso de Ensino Superior no município porque “era onde havia mais condições, [...] Então disponibilizaram, houve uns acertos com o pessoal. Aí entraram uns políticos no meio, para conseguir liberação para usar o espaço” (KÖCHE, 2017). Entre essas práticas para encontrarem ou escolherem um espaço para a Faculdade, vê-se com clareza novamente a influência e importância das redes de sociabilidade. Por estarem os professores envolvidos no processo da constituição do Ensino Superior, próximos ao Diretor da EVE, Amyntas de Assis Lage, e conhecerem o funcionamento e o espaço da escola, houve maior possibilidade para o acordo de liberação acontecer. Mas pode-se especular que o curso não foi sediado

no CNSA porque a PUCRS na década anterior precisou abrir mão do seu desejo de constituir ali uma extensão universitária.

Escolano Benito (2015), ao tratar sobre a arqueologia e os rituais da escola, afirma que os “rituais são imateriais” (2015, p.45), pois se baseiam na sociabilidade dos sujeitos que se relacionam por meio de gestos e práticas já envoltas a uma representação. O vestibular, nesse caso, pode ser entendido como um ritual da cultura acadêmica. Junto com a escolha do local para se realizarem as aulas, do curso definido, bem como o quadro de professores, realizou-se o 1º Concurso Vestibular. Segundo relatórios encontrados no Acervo Institucional da FERVI, em dezembro de 1967 saiu o edital para o Concurso de Habilitação à primeira série do Ciclo Básico da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da UCS. O que chama a atenção é que na primeira chamada não é citado o nome do “Campus Universitário de Bento Gonçalves”, o que acontece no edital de segunda chamada, com a finalidade de preenchimento de quatro vagas para o município e doze para Caxias do Sul. As provas ocorriam em dois dias ao que parece, de acordo com o calendário da UCS. As de primeira chamada aconteceram na metade de fevereiro e as de segunda chamada nos dias 29 de fevereiro e 01 de março de 1968.

A banca examinadora do concurso foi formada pelos professores Noely Clemente de Rossi, José Alcido Kolling⁶² e Loreno José Dal Sasso para as disciplinas em que o vestibular se dividia: Matemática, História do Brasil, Português e Geografia Econômica. Na segunda chamada aliou-se a eles o professor Pedro Baumgartner.

A prova de português e geografia foram integradas em uma só, e a prova oferecida na UCS era oferecida também no Campus de Bento Gonçalves. Essas provas⁶³ eram divididas em análise sintática, gramática, atividade de correção de frases e composição, em que o candidato escolhia um dos três temas para escrever uma espécie de redação sobre ele. O que chama a atenção são os temas dessas provas, tanto na primeira quanto na segunda chamada, sendo eles: 1º a. O problema da Amazônia; b. Importância da pecuária no povoamento brasileiro; c. Problemas do crescimento populacional brasileiro; 2º a. Importância da SUDENE para o desenvolvimento da região Nordeste; b. Importância do Café para a agricultura e o

⁶² O professor Kolling era professor na área de linguagens da Escola de Viticultura e Enologia, sendo assim, era colega do professor Dal Sasso.

⁶³ As provas de vestibular e especialmente os seus temas muito se relacionam com o contexto da época, principalmente o porquê de alguns temas e outros não, entretanto essa questão poderá ser melhor analisada em estudos futuros.

comércio externo do Brasil e c. Influência dos rios no povoamento brasileiro. Muito provavelmente estas questões dissertativas correspondiam aos conteúdos de geografia.

Nas provas de Matemática e História do Brasil, acontecia algo diferente na área da matemática, que era composta de cinco questões. Mas semelhante quanto à História, em que o vestibulando precisava escrever sobre um dos temas escolhidos por ele. Na primeira chamada, os assuntos sobre a História do Brasil que poderiam ser escolhidos foram: a. O Ciclo do Pau-Brasil; b. Consequências econômicas e políticas da abolição; c. A crise de 1929/1930. Na segunda chamada foram: a. A cana de açúcar; b. O tráfico de escravos; c. A evolução social trabalhista.

Ao pensar sobre os conteúdos, observa-se que em meio ao contexto que se estava vivendo no país, enquanto Ditadura Militar, discussões sobre a reforma Universitária, Atos Inconstitucionais, repressão, aspectos fortes do cenário brasileiro foram desconsiderados. Pode-se pensar no mínimo em duas hipóteses para que isso tenha acontecido. A primeira é que talvez por medo de olheiros e de possível repressão, a recém-formada Universidade assumiu uma postura resguardada em seus vestibulares. A segunda é que a região não tenha sentido tão fortemente as consequências negativas do Regime Militar, porque, por ser de alguma forma mais conservadora, tenha concordado com as formas de ações do governo e até se beneficiado delas, então realmente não teria motivo para problematizar uma situação que era favorável para a região.

Na primeira chamada se inscreveram 59 candidatos para 50 vagas, desses 59 apenas uma era mulher. Da primeira chamada foram classificados 44 candidatos. Na lista de classificação dos concursados aprovados tem-se uma surpresa, a pessoa que ficou em primeiro lugar tanto entre os candidatos de Caxias do Sul, quanto de Bento Gonçalves, havia se inscrito para cursar em Bento Gonçalves e era a única mulher do concurso.

Quadro 5: Aprovados na primeira chamada, “Campus” Bento Gonçalves (1968)

continua

Candidatos por ordem de classificação da 1ª Chamada	
Marlene Chies	Flavio Kaefer
Valdir Milani	Danilo A. Ravanello
Sadi Monteiro Junior	Nelson Bavaresco
Nereu Canal	Erlei David Bonotto

Alcides Perini	Luiz Alberto Majola
Alceu Salvi Couto	Pedro E. Biasus
Claimar Francio	Vitor Hugo De Gasperi
José A. Pompermayer	Paulo Francisco Tiethbol
Regis José Caron	Rene Tesser
Onírio Martins Cavalli	Thiago Guerra
Luiz Meneghetti	Alcides De Gasperi
Lauro Luiz Dorigon	Nelson Paese
Idalo A. Scotton	Osiris Menin
Sérgio Giacomello	Paulo Guerra
Ivo Dalla Colletta	Ademar De Gasperi
Olir Antonio Cristófolli	Antonio João De Paris
José Guerra	Armando Piletti
Dorvalino A. Mocellin	Milton Poletto
Sirlésio C. Carboni	Helenor Milani
Fernande Cagol	Dionildo Salvador
Mário Mazzochatto	Archimino C. Zanella
José Arami N. dos Santos	Arnaldo Bortoli
Lênio Zanesco	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de Relatório do Acervo Institucional da FERVI.

Para a segunda chamada, referente a quatro vagas, houve doze inscritos, todos do sexo masculino. Conforme a lista abaixo, desses doze, dez foram classificados.

Quadro 6: Aprovados na segunda chamada, “Campus” Bento Gonçalves (1968)

Candidatos por ordem de classificação da 2ª Chamada	
Henrique Zanolla	Henri Angelo Dalla Coletta
Dalcir Fontanella	Renato Gabriel
Guy José Martins	Ulisses da Silva Valério
Enor Vilson Neis	Danilo Missiaggia
Remi Palo Sarter	Vadis Domingos Pitt

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de Relatório Vestibular 1968, do Acervo Institucional da FERVI.

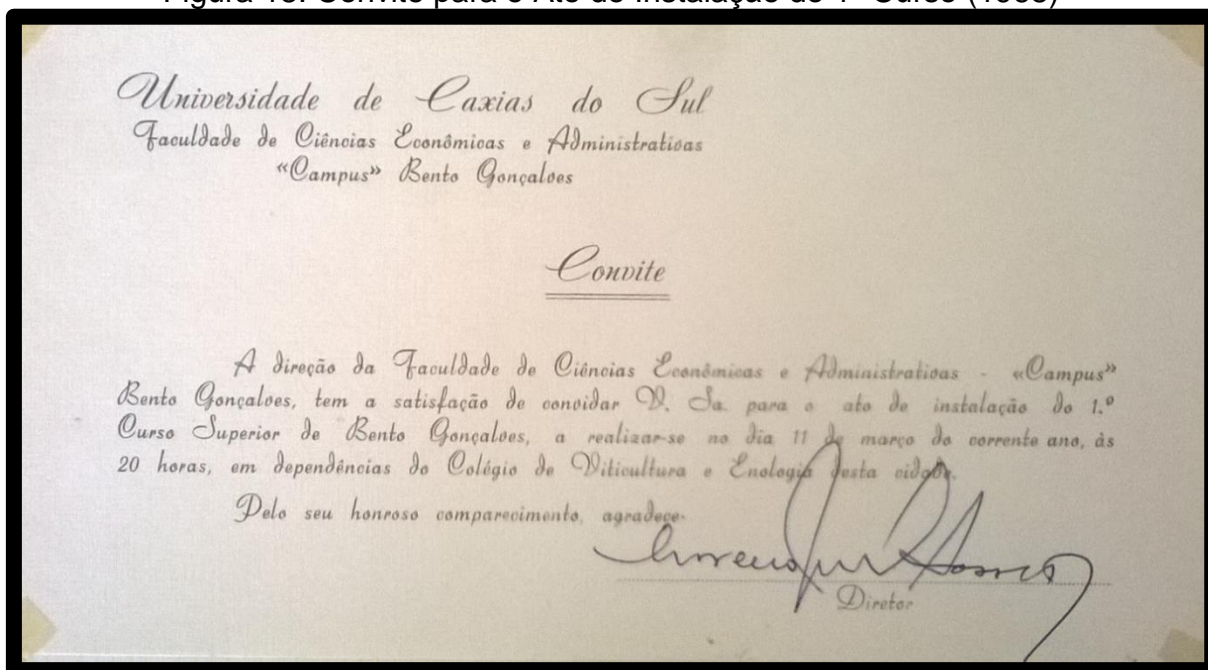
Um dos aspectos que chamam a atenção é que alguns sobrenomes existentes nestas listas são os mesmos encontrados no quadro das entidades que na década anterior ajudaram a tornar possível o Escritório Modelo Felix Faccenda, também daquelas lideranças que estiveram à frente das articulações e, ainda, os que não tiveram relação nem com um ou outro, hoje são sobrenomes conhecidos a nível de trabalho e empreendedorismo em Bento Gonçalves. Pode-se observar, por exemplo, que o sobrenome Dalla Coletta está no nome da senhora Volida, vereadora secretária do MPFBG, e de seu filho, Henri Angelo, classificado para a segunda turma do curso superior de Bento Gonçalves. Pode-se fazer relação de que o objetivo que aparentemente era para o bem da maioria dos munícipes foi aproveitado, também, para benefício próprio.

Outro aspecto que é possível perceber é a presença da mulher, Marlene Chies, que, segundo os documentos, era de Caxias do Sul, terminou seu ensino técnico em contabilidade no Colégio São Carlos, daquele município. Fez a inscrição para estudar em Bento Gonçalves, ficou em 1º lugar na classificação de todos os alunos, tanto de Bento Gonçalves, quanto de Caxias do Sul, matriculou-se no curso em Bento Gonçalves, mas não o frequentou. É válida a reflexão sobre o papel da mulher naquele período, que é recorrente a representação dela nos documentos. Nessa reflexão especificamente ela ter se inscrito e passado em 1º lugar foi contra o que muitos homens e mulheres acreditavam, entretanto vive-se também na região um processo de amadurecimento e avanços quanto até onde a mulher poderia chegar, ao matricular-se com uma turma inteira de homens. O pensamento gira em torno do ano de matricular-se e depois não cursar o Ensino junto com a primeira turma. Pode-se tentar simbolizar como algo ainda não alcançado de forma subjetiva pelas mulheres, ou mesmo porque ela desistiu devido a interesses próprios. Contudo, é uma abordagem que muito me instiga e que poderá ser fruto de novos estudos, inclusive o que representa a mulher ser e estar nos ritos da cultura acadêmica.

Outra forma de pensar sobre os ritos é observar em estudos de Escolano Benito (2015, p.45), que, ao refletir sobre a cultura escolar, afirma que existem “materialidades com memória”, e mesmo que os rituais sejam imateriais sempre que eles acontecem deixam vestígios físicos, que são objetos que podem ser observados e manipulados e que sob o olhar do pesquisador pode fazê-lo encontrar aspectos do passado da escola. Podem ser cadernos, carteiras, um quadro-negro entre outros. Se tentarmos fazer um comparativo, na cultura acadêmica de um ensino superior que está começando também é possível encontrar materiais plenos de memória.

Depois da realização do vestibular com a primeira turma já formada, Bento Gonçalves oficializou a instalação do primeiro curso de Ensino Superior do município. Muitas pessoas foram convidadas, autoridades estiveram presentes. A seguir pode-se ver a figura do Convite para o Ato de instalação do 1º Curso Superior de Bento Gonçalves, que aconteceu em 11 de março de 1968.

Figura 18: Convite para o Ato de Instalação do 1º Curso (1968)



Fonte: Álbum do Acervo Institucional da FERVI.

O que se pode saber de acordo com esse material é que quem assinou o convite foi o professor Lorenzo José Dal Sasso, que se tornou o primeiro diretor do Campus Bento Gonçalves. Quem convidou para o ato de instalação não foi a UCS de Caxias do Sul ou o Reitor, e sim com nomenclatura própria, foi a direção do “Campus de Bento Gonçalves”. É possível imaginar que uma cópia desse convite provavelmente foi enviada a representantes dos diversos setores dos municípios de Bento Gonçalves e Caxias do Sul, que estiveram envolvidos na implementação do nível de ensino, e o Local escolhido para que o Ato de instalação acontecesse foi o próprio Colégio de Viticultura e Enologia, onde logo seria dada a abertura das aulas.

Uma solenidade como esta certamente foi registrada através especialmente de fotografias. “A fotografia é o ícone do ritual” (ESCOLANO BENITO, 2015, p.48), pois segundo o autor representa uma passagem, uma mudança na vida de determinados sujeitos, e ainda afirma que a fotografia, após passado o ritual, a qualquer momento do tempo, pode proporcionar “*otro ejercicio de ritualidade*” ao evocar a memória. Bento Gonçalves estava firmando, celebrando e, mais do que isso, vivendo uma passagem que traria benefícios a toda comunidade. Na solenidade de instalação do 1º Curso de Ensino Superior estavam presentes, em pé, o repórter Luiz Matheus Bassotto e Lorenzo Dal Sasso, que estava falando. Sentados, da esquerda para a direita, Valdemar L. Freitas Filho, juiz de Direito, um comandante da Brigada Militar, e Ezílio (Ítalo) Michelin, presidente da Câmara de Vereadores, como demonstram as

imagens abaixo. Esta imagem representa um momento do discurso do professor Lorenzo José Dal Sasso, ele assumiu a Direção do “Campus” de Bento Gonçalves e, por mais de 20 anos, a Direção da FERVI.

Figura 19: Discurso de Lorenzo José Dal Sasso no Ato de Instalação do “Campus” de Bento Gonçalves (1968)



Fonte: Fotografia Pavoni. Álbum do Acervo Institucional da FERVI.

Essa fotografia representa um momento histórico para os grupos que articularam a constituição do ensino superior Bento Gonçalves, especialmente o grupo de lideranças educativas, porque é um momento do início da concretização do projeto estabelecido há mais de uma década. Esse momento pode ser compreendido como de vitória para ambos os grupos (lideranças educativas e lideranças políticas e sociais), mas a implantação do curso de Ciências Econômicas supõe uma vitória para as lideranças educativas e empresariais e uma derrota para as lideranças políticas e sociais que pleiteavam inicialmente o curso de Agronomia.

Na imagem é possível perceber uma mesa para as autoridades, supondo que houvesse outro público assistindo a essa cerimônia. Também chama a atenção o uso do microfone, que pode ter sido utilizado por ter várias pessoas assistindo, ou porque, talvez, esse Ato tenha sido radiado, o que já explicaria ter uma pessoa segurando o

microfone para aquele que discursa, ou ainda terem sido utilizados mesa e microfone, seguindo-se as normas cerimoniais.

Além disso, pode-se observar que todos que compunham a mesa estão engravatados, sugerindo a importância do Ato e a autoridade que representam. Pode-se fazer um esforço de, a partir da narrativa que já foi feita neste trabalho, imaginar que o professor Loreno tenha falado da conquista de Bento Gonçalves, os esforços que foram feitos, e, talvez, as pretensões para o futuro.

Na Figura 20, quem tem a palavra é Dom Benedito Zorzi, e pode-se visualizar a gama de autoridades que se fizeram presentes e foram convidadas a compor a mesa para a cerimônia: Senhor Amyntas de Assis Lage, diretor da Escola de Enologia, Alfredo Koff, Virvi Ramos, Reitor da UCS, Valdemar L. Freitas Filho, juiz de Direito, Comandante da Brigada Militar, Loreno Dal Sasso, Ezílio Michelin e Carlos José Perizzolo, Presidente do MPFBG.

Figura 20: Discurso de Dom Benedito Zorzi no Ato de Instalação do “Campus” de Bento Gonçalves (1968)

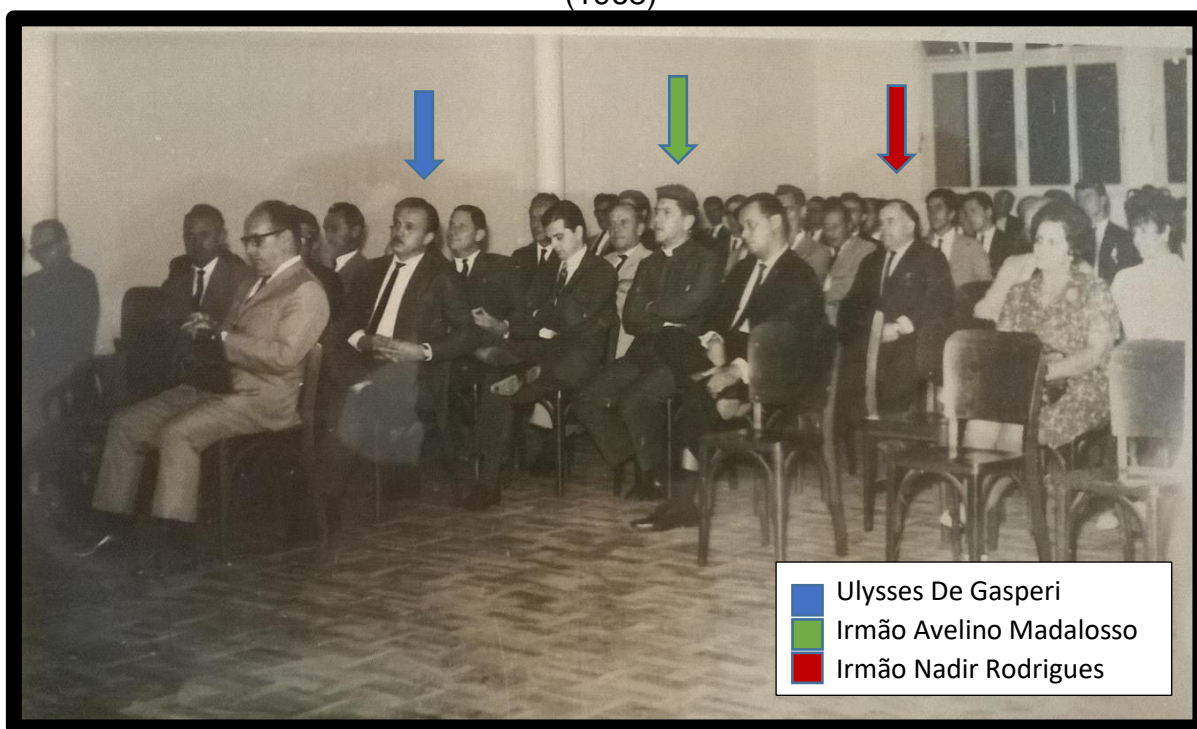


Fonte: Fotografia Pavoni. Álbum do Acervo Institucional da FERVI.

Observa-se a presença e o discurso de um representante do clero nesse rito. Entende-se que a UCS foi formada por três poderes e que o clero era um deles. Mas aqui para Bento Gonçalves representa o quanto o clero ainda estava presente na vida

das pessoas, e exerceu seu poder, inclusive e especialmente, nos processos educacionais do município e região. Nota-se a presença do senhor Perizzolo, representando os esforços feitos pelo Movimento Pró-Faculdade de Bento Gonçalves.

Figura 21: Público presente no Ato de Instalação do 1º Curso de Ensino Superior (1968)



Fonte: Fotografia Pavoni. Álbum do Acervo Institucional da FERVI.

O primeiro aspecto que chama a atenção é que aparentemente existem algumas mulheres, mas que estão dispostas no lado oposto da sala, ou do lugar onde estão os homens engravatados. Com relação às pessoas que o professor Köche conseguiu identificar em relatos, temos o professor Ulysses De Gasperi, representando os professores e todo o movimento realizado por eles, e ainda Irmãos do CNSA que se pode dizer inicialmente que deram apoio e sustentação a este projeto ainda na constituição do Escritório Modelo.

Na próxima figura, a fotografia foi tirada voltando seu ângulo mais para a direita de quem olhava da mesa das autoridades, representando uma imagem do público feminino e de outros senhores que lá estavam.

Figura 22: Público presente no Ato de Instalação do 1º Curso de Ensino Superior (1968)



Fonte: Fotografia Pavoni. Álbum do Acervo Institucional da FERVI.

A senhora Mafalda Maria Michelin Neis ocupava cargo no legislativo e/ou era diretora em uma escola no bairro Maria Goretti. A Irmã Arnalda era diretora do Colégio Nossa Senhora Medianeira, junto dela havia outra irmã que utilizava hábito que não se conseguiu identificar. Pode-se observar a postura, traje e inclusive penteado e especialmente essa fila de cadeiras que ficaram visivelmente vazias na frente das mulheres. Acredito que pela presença das Irmãs, dos Irmãos e de Mafalda é possível que todos os gestores das escolas do município tenham sido convidados. Nessa imagem, representam uma postura séria, de atenção e utilizavam roupas de uma cerimônia especial.

A Figura 23 é de, da esquerda para a direita, Amyntas, diretor da Escola de Viticultura e Enologia, Hermes João Webber, prefeito de Caxias do Sul, Virvi Ramos, um radialista, e Dom Benedito Zorzi, dentro de um dos laboratórios da Escola de Viticultura e Enologia, onde foi o primeiro local em que se instalou o primeiro curso de Ensino superior de Bento Gonçalves.

Figura 23: Representantes da FUCS e da EVE (1968)



Fonte: Fotografia Pavoni. Álbum do Acervo Institucional da FERVI.

No decorrer da pesquisa ainda foi possível encontrar registros de que tiveram a palavra Amyntas, como representante do lugar escolhido para sediar o primeiro curso de Ensino Superior do município, e o prefeito de Caxias do Sul. Sendo assim, os três representantes da FUCS, que fundaram a UCS, tiveram espaço para o discurso. Em passeio pela Escola de Enologia os três, juntamente com o diretor da escola, e o radialista atrás deles tiraram a fotografia a seguir.

Mais do que uma imagem que demonstra que um levava os outros conhecer as dependências de onde seria sediado o “Campus” Bento Gonçalves, essa imagem representa uma aliança. A aliança que a UCS fazia com a Escola de Viticultura e Enologia. Entende-se que, assim como os demais documentos, as fotografias são uma representação, de um fato, do passado, sob o olhar e intenção daquele que tira a fotografia. E que diversos agentes chegam até os documentos. Importa, o que as imagens que aí estão podem representar. Como por exemplo, uma união entre duas comunidades que, por diversos motivos, tinham seus atritos; o início do pagamento, para uns, ou o próprio pagamento, para outros, da dívida feita pelo Bispo há mais de

dez anos; vitória de lideranças que através de processos de articulação, disputas, tensionamentos e diferenças conseguiram dar andamento ao projeto de constituição e consolidação do ensino superior que trouxe, no discurso desses representantes, o progresso para o município e região.

Observa-se que o MPFBG anunciou que se instalaria o curso de Ciências Contábeis e oficialmente se instalou a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas. A instalação do curso foi uma representação de que havia a possibilidade de instalarem-se no município outras faculdades e outros cursos.

Finalmente, o campo educacional foi se modificando e desenvolvendo, na região, a partir da década de 1950. O município de Caxias do Sul foi se mobilizando e articulando para ter suas faculdades de ensino superior. Em Bento Gonçalves, o Escritório Modelo representa o primeiro ensaio de que o município estaria pronto para novas propostas, inclusive a vinda de cursos superiores.

Os professores do Escritório Modelo são intelectuais mediadores, que fornecem “novos e distintos valores e significados culturais” (GOMES; HANSEN, 2016, p.16). Ao buscar ajudar na construção de novas representações culturais, as suas práticas são cheias dessa “coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda parte, que se chama poder” (FOUCAULT, 2017, p.137-138) e das relações que as envolvem. O Escritório Modelo, por exemplo, foi conhecido por todo o Brasil e fora dele, o que fez aumentar a rede de sociabilidade existente no grupo de professores pioneiros no Ensino Técnico de Contabilidade.

Os mediadores culturais, aqui referidos, trataram com a PUC de Porto Alegre o interesse de que a mesma estendesse o curso de Ciências Econômicas para Bento Gonçalves. Concomitante a isso, o clero de Caxias do Sul também estava interessado em instalar uma Faculdade de Ciências Econômicas e convidaram os quatro professores para ajudar. Por meio da empiria, foi possível perceber as relações de poder que se instalaram nesse processo, devido às negociações e acordos que possivelmente foram feitos entre o bispado de Caxias do Sul e o reitor da PUCRS. Para Foucault (2017, p.138), “onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros de outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui”. Nesse caso, quem aparentemente não o possuiu foi a Congregação dos Irmãos Maristas, o que não quer dizer que recuar em alguns

momentos também não tenha exercido poder. Essa é outra abordagem referente ao poder que pode ser discutida em estudos futuros. Esses professores foram convidados pelo bispo para fundar a Faculdade de Economia de Caxias do Sul, e aceitaram a proposta. Professores e estudantes iam e vinham fazendo o trajeto Bento-Caxias, Caxias-Bento diariamente, muitos deles cursavam Economia, o mesmo curso que os professores lecionavam.

Outros atores de mediação cultural dão sinais de mobilização nesse processo, foram pessoas do legislativo que fazem articulações por meio da política, buscando a autorização para a instalação da Faculdade de Agronomia, foram mediadores culturais que objetivam o ensino superior. Esse grupo convida o Reitor da UCS para conhecer a cidade e especialmente o Colégio de Viticultura e Enologia. Este aceita o convite, houve uma forte mobilização do meio estudantil para se fazerem presentes naquele dia. Eis que a UCS atenderia aos anseios educacionais da comunidade bento-gonçalvese.

O processo de escolha do curso foi repleto de tensionamentos, motivação e jogos de força, ora dos que pretendiam o curso de agronomia (devido a EVE), ora dos que preferiam a área mais administrativa e econômica (CNSA). Isso pode ser entendido pelo que acontecia em Bento Gonçalves, naquele período. Os dois cursos estavam em alta, pois naquele ano ocorreu a I FENAVINHO, que movimentou a cidade e a região para produção, compra e venda de uva e vinho, o que sustentaria a escolha do curso de agronomia, que auxiliaria numa melhor produção e desenvolvimento da viticultura; e outros cursos relacionados à empresa estavam em alta, pois a indústria moveleira crescia e se ampliava cada vez mais, necessitando de profissionais capacitados para o trabalho. A nível médio esses dois setores tinham como referência de instituições escolares no município e região o Colégio de Viticultura e Enologia e Escritório Modelo do Colégio Nossa Senhora Aparecida. Não se pode esquecer de que, além de agronomia e um curso voltado às empresas, nesse processo de escolha, houve um número significativo de pedidos de cursos relacionados à formação de professores.

Enquanto o MPFA se organizava e fazia abaixo-assinados nas escolas, referentes à escolha do curso, o grupo de professores se articulava diretamente com o Reitor da UCS e o auxiliaram no projeto que instalou a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas no município.

Após a emissão do documento que afirmava que a UCS estenderia o curso para Bento Gonçalves, iniciaram os preparativos para rituais. O primeiro que aconteceu foi o ritual de passagem dos estudantes do nível médio que ingressariam no ensino superior: o vestibular. O segundo foi um ritual de passagem e expectativa de toda comunidade bento-gonçalvese: o Ato de Instalação do curso de ES.

Nota-se a presença das redes de sociabilidade no vestibular, especialmente se levar em consideração o sobrenome dos estudantes e onde fizeram seu ensino médio. A grande parte vinha do CNSA e seus sobrenomes indicavam que estavam relacionados às famílias que apoiaram a construção do Escritório Modelo, ou que estavam diretamente vinculados aos grupos de mediadores culturais que articularam esse processo, a maioria filhos da elite. Vale lembrar a presença feminina de apenas uma mulher no vestibular e a proposta dos conteúdos que iam na linha contrária ao que estava acontecendo no Brasil naquele período.

Quanto ao rito de instalação do primeiro curso, pode-se dizer que, como o próprio nome 'rito' já indica, representou muito mais do que a instalação do curso. Representou um momento novo na história de Bento Gonçalves. Como disse o professor Ugo Nicoletto, há mudanças na cidade para se comparar o antes e o depois do ensino superior (KÖCHE, 2017). Pode-se refletir que foi o ápice do processo, que uniu a UCS, o Colégio de Viticultura e Enologia e os mediadores culturais, representando toda comunidade bento-gonçalvese.

A partir desse momento, ficou de responsabilidade da UCS os serviços administrativos, departamento pessoal, financeiro e pedagógicos do "Campus", todo ano era enviado um relatório para a UCS e para o MEC, contando as atividades que foram desenvolvidas naquele ano. Sobre o que perpassava no "Campus", e que auxiliou para a consolidação do ES, será tratado no próximo capítulo.

4 PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DOS VINHEDOS

O processo de consolidação do Ensino Superior em Bento Gonçalves também aconteceu por meio de práticas de mediações culturais. De acordo com Gomes e Hansen (2016), os projetos de “intelectuais autores/mediadores” podem ser executados, transmitidos e consolidados em memórias coletivas⁶⁴ e por isso encontram relações entre ações de mediação cultural e “construção de memórias de grupos sociais e comunidades [...] incidindo fortemente em processos de construção de identidades” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 28). Pode estar aí a motivação de muitos mediadores culturais em planejar “produtos culturais” que cheguem, especialmente, às juventudes, “por via da instituição escolar ou não, e que reforcem narrativas identitárias, as quais contribuem para a formação de culturas políticas que defendam valores por eles acreditados” (GOMES; HANSEN, 2016, p.28).

O ensino superior, sua consolidação e a criação de uma Instituição de Ensino Superior, que é o caso de Bento Gonçalves e da narrativa deste capítulo, com a FERVI, pode corroborar com as intenções de mediadores culturais estarem próximos aos jovens. Entretanto, o Ensino Superior, a FERVI e seus processos de constituição e consolidação são mais do que produtos culturais, eles foram e são projetados e pensados por mediadores culturais, eles têm vida e continuam se constituindo e se transformando no espaço tempo, possivelmente apoiando a construção de narrativas identitárias, que auxiliam no desenvolvimento de culturas políticas apoiadas pelos próprios mediadores culturais.

Neste capítulo, pretende-se tratar do processo de consolidação do Ensino Superior de Bento Gonçalves, visando a analisar o perfil da primeira turma de economistas do “Campus” Universitário do município, o papel dos professores e o fazer em sala de aula. Também objetiva-se entender o processo de oferta dos cursos, o porquê da escolha de Letras e Ciências, e finalizar com a fundação da FERVI, meio ano após a formatura da 1ª turma de economistas, além de sugerir aspectos para futuras pesquisas sobre os processos que se deram após a fundação da mantenedora dos cursos superiores.

Segundo divulgação do Jornal Correio Riograndense (1978), que tratava dos 10 anos de história da instalação do primeiro curso superior em Bento Gonçalves,

⁶⁴ Utilizam o sentido de “processos de enquadramento da memória” de Pollak (1989).

matricularam-se no curso de economia 54 estudantes. Foi possível compor o perfil da primeira turma, a partir de elementos como faixa etária, naturalidade e instituição que emitiu o Certificado de Conclusão de Curso. No quadro a seguir, é possível perceber esses aspectos da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas do “Campus” Universitário de Bento Gonçalves, da Universidade de Caxias do Sul.

Quadro 7: Perfil da 1ª turma – Faixa etária e naturalidade (1968)

Faixa Etária	Quantidade	Naturalidade	Quantidade
1934 (34 anos)	1	Bento Gonçalves	29
1936 (32 anos)	2	Carlos Barbosa	5
1937 (31 anos)	1	Caxias do Sul	2
1938 (30 anos)	1	Guaporé	2
1939 (29 anos)	1	Veranópolis	2
1940 (28 anos)	2	Antônio Prado	1
1941 (27 anos)	4	Bom Jesus	1
1942 (26 anos)	4	Concórdia/SC	1
1943 (25 anos)	1	Criciúma/SC	1
1944 (24 anos)	7	Estado da Guanabara/GB	1
1945 (23 anos)	10	Farroupilha	1
1946 (22 anos)	9	Garibaldi	1
1947 (21 anos)	7	Getúlio Vargas	1
1948 (20 anos)	3	Muçum	1
1949 (19 anos)	2	Orleães/SC	1
		Porto Alegre	1
		Salvador do Sul	1
		Santo Ângelo	1
		Soledade	1
		Udine/Itália	1

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de Relatório Vestibular 1968, do Acervo Institucional da FERVI.

Ao observar o quadro acima, verificou-se que a turma foi composta em grande parte por jovens de 21 a 24 anos, mas houve uma diferença de 15 anos entre os dois estudantes mais jovens de 19 anos, e o com mais idade, de 34 anos. Isso significa que, mesmo havendo essa porcentagem de jovens que recém haviam saído do Ensino Secundário, a turma era heterogênea, a considerar pelos anseios, modo de vida e significados de mundo diferentes que a discrepância na idade fazia com que tivessem.

Ainda foi possível apurar que a maioria dos estudantes eram bento-gonçalvenses, porém, a minoria era natural dos diversos municípios da região e mesmo mais distantes, como é o caso do estudante natural de Udine-Itália. Segundo Köche (2017), o perfil dos estudantes era misto, muitos vinham de Veranópolis, Nova Prata, Garibaldi, Carlos Barbosa e Caxias do Sul; nesses municípios, havia escolas particulares e estaduais, bem como em Bento Gonçalves. Zanatta (2017) tratou das

dificuldades dos estudantes, recordando que, mesmo os que moravam aqui, moravam longe de onde o curso havia sido instalado, moravam “no fundo do Batalhão, ou lá na Garibaldina”, lugares sem pavimentação, e após as aulas uns davam carona aos outros. Além disso, foi possível perceber a diversidade, o que se supõe que, mesmo que residissem em Bento Gonçalves, compunham uma turma única e de igual ou maior importância para a consolidação do Ensino Superior no município.

Outro aspecto que se observou da turma, através dos documentos, foi a procedência estudantil referente ao Ensino Secundário. O Quadro 8 refere-se à instituição que emitiu o Certificado de Conclusão de Curso para cada ingressante e a relação de estudantes da primeira turma da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do “Campus” Universitário de Bento Gonçalves, em números.

Quadro 8: Instituições que emitiram o Certificado de Conclusão de Curso dos discentes da primeira turma (1968)

Instituição que emitiu o Certificado de Conclusão de Curso	Quantidade de estudantes vindos da instituição
Curso Técnico em Contabilidade (CTC) – Colégio Comercial Nossa Senhora Aparecida (CCNSA) – Bento Gonçalves	27
CTC – Escola Técnica em Contabilidade (ETC) de Bento Gonçalves	11
CTC – E.T.C. Santo Antônio – Garibaldi	4
Curso Colegial Orientação Científica (CCOC) – Colégio Estadual Mestre Santa Bárbara (CEMSB) – Bento Gonçalves	2
CTC – E.T.C. Professor Pedro Paulo Zanatta – Carlos Barbosa	2
Curso Técnico em Viticultura e Enologia (CTVE) – EVE de Bento Gonçalves	2
CTC – E.T.C. de Veranópolis	2
Curso Colegial – Colégio Militar do Rio de Janeiro	1
CTC – Colégio Comercial São Luiz Gonzaga – Veranópolis	1
CTC – E.T.C. de Garibaldi	1
CTC – E.T.C. de Getúlio Vargas	1
CTC – E.T.C. Nossa Senhora Medianeira – Erechim	1
CTC – E.T.C. São Carlos – Caxias do Sul	1

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir de Relatório Vestibular 1968, do Acervo Institucional da FERVI, 2017.

Sendo a maioria de Bento Gonçalves, os estudantes da primeira turma vieram dos Ensinos Secundários de quatro instituições de ensino do município, a Escola de Viticultura e Enologia, Colégio Estadual Mestre Santa Bárbara, Escola Técnica em Contabilidade e Colégio Comercial Nossa Senhora Aparecida. Este último é conhecido como o Escritório Modelo Félix Faccenda, de onde advém metade da turma. Isso se relaciona com a Portaria nº 07-A, de 15 de janeiro de 1968, emitida

pelo Reitor Virvi Ramos, que estendeu o Curso de Economia da Faculdade de Economia e Administração da UCS ao município, pois pretendia atender

às necessidades do município e municípios vizinhos, [...] as necessidades de completar os estudos em nível superior dos alunos egressos do 2º ciclo e especialmente os alunos da Escola Escritório Modelo Prof. FELIX FACCENDA [...] a política do Ministério da Ed. e Cultura de ampliar o número de vagas nos estabelecimentos de Nível Superior (PORTARIA Nº 07-A, 15/01/68).

A princípio já se queria atender os alunos do CNSA, fazer com que tivessem como continuar seus estudos no município. E essa portaria deixou mais evidente ainda as forças que estavam por trás de cada jogo e cada relação. Referente a essas relações, ou seja, sobre o poder, Foucault (2017, p. 274) afirma que ele “não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, [...] o poder [...] é [...] acima de tudo uma relação de força”. Nesse caso, as forças estavam sendo exercidas por aqueles que almejavam um curso mais voltado para a Economia e Administração.

Nessas relações de força também estavam aqueles jovens ou aquelas famílias que não queriam o curso oferecido em Bento Gonçalves. Nem todos os estudantes dos municípios da região, especialmente os de Bento Gonçalves, quiseram permanecer e cursar o curso instalado. Nesse sentido, Köche (2017) afirma que

havia estudantes que queriam cursos diferentes, principalmente os daquelas famílias mais abastadas de Bento, eles não estudavam aqui. [...]. Eles iam para Porto Alegre, mesmo que fossem cursos que tivesse aqui, eles iam fazer lá. Isso aí ainda hoje tem um pouquinho disso. Dizem ‘Não, meu filho vai estudar na PUCRS, vai estudar fora, ou mesmo na UFRGS’, [...]. (KÖCHE, 2017).

Contudo, a maioria dos estudantes eram filhos de trabalhadores, classe média, a maioria tinha afazeres, “tanto assim, que se tinha dificuldade para encontrar alguém para trabalhar junto com a gente. [...]” (KÖCHE, 2017). Aqueles que tinham magistério eram procurados, devido à falta de professores, “no segundo ano de faculdade já estavam dando aula” (KÖCHE, 2017).

Na direção do Campus estava o professor Loreno Dal Sasso⁶⁵, que segundo Wunsch (1992) também era membro do Conselho Universitário da UCS. Os primeiros docentes, segundo ele, foram o próprio Loreno, Ulysses De Gasperi, Pedro Paulo

⁶⁵ Dal Sasso ocupou a presidência da FERVI por mais de vinte anos.

Zanatta, Noely Clemente de Rossi, José Alcido Kolling⁶⁶, Geraldo Majola Alves Silveira, Ir. Nadir Bonini Rodrigues e Ugo Nicoletto.

E, por tratar dos docentes e de seu ofício, eles também foram considerados mediadores culturais, e uma das características fortes destes foi a presença e o pertencimento a um grupo que tinha os mesmos objetivos, geralmente relacionado à transmissão da cultura, conhecimento e educação. Zanatta (2017) recorda que compunham um “timezinho”, entendido como um grupo de professores e “estávamos sempre juntos”. Eram o Ulysses de Gasperi, Noely Clemente de Rossi, Loreno Dal Sasso, juntamente com Emyr Farina e o próprio Pedro Paulo Zanatta. Ambos tinham a mesma graduação, Economia, e davam aulas de matérias que se relacionavam. Ele lembrou que “depois das aulas, antes de irmos embora, falávamos: ‘Temos tais, e tais problemas’” (ZANATTA, 2017). E iam se ajudando, uns dando ideias aos outros, contribuindo para o enriquecimento do ofício de lecionar. Sendo assim, eram um grupo de trocas, apoio e mesmo de desejos educacionais, e isso acontecia desde que trabalhavam no CNSA.

Gomes e Hansen (2016) discorrem sobre o poder da mediação cultural, afirmando que é o poder “de criar algo novo, ‘intercultural’; quer dizer, algo que se comunica com mais de um espaço ou grupo sociocultural, sendo um ‘terceiro elemento’” (GOMES; HANSEN, 2016, p.32), o que se vincula com a forma com que se criava o novo no grupo de professores. Para Zanatta (2017), esse grupo⁶⁷ tinha “os mesmos problemas, as mesmas condições. Era um consolo recíproco ou uma queixa. Mas a gente não se queixava, a gente sabia, e mais, sobrava tempo também para gente sonhar, idealizar coisas novas”, partilhavam estratégias didáticas, auxiliavam-se, compartilhavam suas experiências, criavam trabalhos para os estudantes que precisavam da matéria que o outro lecionava para conseguir realizar suas práticas. Dentro ou fora do espaço a função da docência era uma prática mediadora e com esse poder, referenciado pelas autoras, de construir algo novo.

Escolano Benito (2015, p.56) afirma que dentro de uma instituição educativa muitos elementos se unem e compõem nossa memória pessoal e social. Em suas palavras, esses elementos são:

⁶⁶ Este professor também era docente da Escola de Viticultura e Enologia.

⁶⁷ Zanatta (2017), neste trecho do relato, ainda se refere ao grupo de cinco professores: Pedro Paulo Zanatta, Noely Clemente de Rossi, Emyr Farina, Ulysses De Gasperi e Loreno José Dal Sasso.

Los esquemas de las estructuras institucionales, las imágenes de los comportamientos de los actores que participan em la convivencia escolar, los contenidos de los currícula, el ajuar de las mediaciones com que se instrumenta la acción educativa, los modos y métodos de gestionar las relaciones y los procesos de enseñanza y aprendizaje, todos estos elementos, y los símbolos que los acompañan [...] (ESCOLANO BENITO, 2015, p.56).

Köche (2017) em seu relato exemplifica o que Escolano Benito (2015) trata como os “marcos estructurados da memória”, recordando-se de que não havia tanta tecnologia naquela época, sendo assim, eles tinham que trabalhar com polígrafos datilografados ou livros, pois a biblioteca havia sido inaugurada fazia pouco tempo e não era extenso seu acervo de livros.

Enquanto aluno de Filosofia da UCS, auxiliou na organização da matéria de sociologia, e posteriormente quem assumiu a docência foi o professor Ugo Nicoletto. Juntos montaram a disciplina para o semestre, em 1968. Ele recorda que trabalhavam com “a matriz à tinta, tinha a álcool e à tinta, esta última era um pouquinho melhor do que a álcool. Eu acho que era um polígrafo de quase duzentas páginas, não tinha material quase, livros era muito difícil. Então se trabalhava muito com material de polígrafos” (KÖCHE, 2017).

Inicialmente, as condições de ensino, com relação a materiais didáticos, eram escassas. Köche (2017) lembra que as aulas acabavam sendo expositivas e, para sair dessa metodologia, utilizavam polígrafos, realizavam trabalhos, produziam textos e resolviam questões. Além disso, recordou que os alunos se envolviam com as atividades. Ele chamou atenção para a avaliação, explicando que eles, professores, eram muito exigentes, afirmou: “Se nós tínhamos que reprovar, nós reprovávamos” (KÖCHE, 2017), e os alunos, por saberem disso, faziam as avaliações com maior responsabilidade. A turma geralmente iniciava e terminava os estudos juntamente, estudando todas as noites. “Se o curso era de quatro anos, em quatro anos terminavam” (KÖCHE, 2017).

Em conclusão, a consolidação pedagógica do Ensino Superior de Bento Gonçalves aconteceu através de dois grupos de sujeitos, os docentes e os discentes. Num primeiro momento dessa fase de instalação do curso, o papel dos docentes foi de simplificação do conhecimento, e por meio dos relatos foi possível perceber que, por vezes, a aula foi ministrada de forma mais expositiva, como um repasse de conteúdo. Contudo, os professores criavam o ‘novo’ da forma que podiam e isso

trouxe uma mudança no fazer pedagógico, porém essa é uma abordagem que pode ser investigada em estudos futuros.

Segundo Gomes e Hansen (2016, p.33), “os mediadores, sejam indivíduos ou grupos, estão integrados em redes que se constituem em espaços propícios ao surgimento de novas maneiras de pensar e sentir”. Mesmo que este estudo apresente dois grupos claros de mediadores culturais, que intermediaram a constituição do Ensino Superior em Bento Gonçalves, os professores que ali trabalharam depois da instalação e os estudantes, mesmo que não fizessem parte daquele primeiro grupo, foram se integrando à rede de sociabilidade dos primeiros quatro docentes. Além disso, pode-se afirmar que o “Campus” Universitário foi um lugar que favoreceu uma “nova maneira de pensar”, que nesse caso foi o pensar em ampliar os cursos, sentindo que no futuro poderiam se constituir como uma instituição independente da UCS.

Foi significativo o perfil e construção da primeira turma, pois esse foi o grupo que, consolidado depois de quatro anos, permitiu que Bento Gonçalves constituísse sua autonomia diante de Caxias do Sul, como será visto nos próximos subcapítulos.

4.1 PROCESSO DE OFERTA DOS CURSOS

O objetivo deste subcapítulo é entender e compor uma história do processo ocorrido na oferta dos cursos superiores em Bento Gonçalves, após a instalação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, buscando identificar quais outros cursos foram instalados e que motivos tiveram para a instalação, bem como compreender o processo de reconhecimento dos cursos pelo MEC para compor o processo de consolidação do Ensino Superior no município com a criação da FERVI.

Para que um curso fosse reconhecido pelo MEC, semestralmente, precisavam ser enviados relatórios de cada curso. O Conselho Federal de Educação tinha o papel de fiscalizar as IES, de forma rigorosa, com relação a seus cursos. Os trâmites da legislação exigiam relatórios em que precisavam estar minuciosamente explicados a justificativa da criação do curso, o alcance que tinham geográfica e economicamente, demanda e número de matrículas, estrutura física de onde estavam instalados, e nessa estrutura era importante informar se existia biblioteca, laboratórios entre outros, de acordo com o estipulado pelo MEC, além de balanço financeiro, formação e atividades dos professores e outros aspectos administrativos.

A representação de Köche (2017) sobre a estrutura do curso, referente ao que era pedido pelo MEC, foi que os laboratórios da EVE atendiam ao pedido solicitado. A biblioteca era pequena, livros eram adquiridos em empréstimos, doações, entre outros. Os nomes dos professores eram enviados para o MEC, alguns eram aceitos e outros não, demonstrando o trabalho e estudo delicado dos professores que estavam à frente do “Campus” Universitário de Bento Gonçalves. Essas práticas relacionadas ao MEC também são consideradas mediadoras, pois elas derivam de “objetivos políticos”, com o intuito de tornar o curso e todo o trabalho reconhecidos pelo MEC e, posteriormente, tornar o “Campus” autônomo.

No Relatório do 1º semestre de 1970 encontrou-se o Edital nº10/69, referente à abertura das inscrições para o vestibular para os cursos de Licenciatura em Letras, com habilitação em Português e Inglês e em Ciências, com abertura de 50 vagas para cada curso, que sinalizou os cursos que seriam oferecidos naquele ano.

Naquele período, o Brasil estava tomando novos posicionamentos frente à educação; a Reforma do Ensino atentava para a formação dos professores de Ensino Primário e Ginásial, sugerindo a escolha dos novos cursos. Entende-se também que para esse curso de licenciatura havia professores habilitados que poderiam dar aulas, sendo alguns de Bento Gonçalves e outros de Caxias do Sul que já estavam dando aula na UCS, além de ser um curso que não exigia infraestrutura, o que facilitava para a sua implantação.

Além desse motivo, o Relatório Anual de Atividades dos cursos de Letras e Ciências de 1970 trouxe outras motivações, indicando reivindicações existentes por parte dos estudantes de Bento Gonçalves e municípios vizinhos, que efetivamente se matriculavam e tinham interesse, “especialmente o elemento feminino”. Além disso, outra evidência foi encontrada anexada a uma carta dirigida ao Inspetor Federal, que está junto ao relatório das atividades de 1971, e essa evidência corrobora com a apresentada acima e a que segue: “E, a fim de melhor atender os alunos do sexo feminino, em 1969, foram instalados os Cursos Superiores de Letras – 1º e 2º Ciclos e Ciências – 1º Ciclo (RELATÓRIO DAS ATIVIDADES, 1971).

A representação que se tem do feminino, durante o processo de constituição do ensino superior, ficou nítido na consolidação com a abertura do curso de Letras. A representação do que, por vezes, é visível, dá sentido a um grupo e outro, neste caso, o feminino e o masculino. A representação é uma “máquina de fabrico de respeito e submissão” (CHARTIER, 2002, p. 22), e nas práticas dos sujeitos ou de um grupo é

possível perceber o posicionamento que se tem diante da sociedade. Ao que parece, nessa representação, aos homens compete as Ciências Econômicas e às mulheres a formação enquanto professoras, o que atendia a uma necessidade da comunidade em termos de qualificação do quadro docente.

Com relação à Faculdade de Ciências e Letras, o seu primeiro Diretor foi o professor Raymundo Luiz Marinho Carvalho, o qual pediu demissão⁶⁸ em julho de 1970, e foi substituído pelo professor José Alcido Kolling. Além disso, ressalta-se que o quadro de professores aumentou em 1970. A seguir percebe-se a relação entre as disciplinas ofertadas e os professores que eram responsáveis por elas.

Quadro 9: Relação de professores e disciplinas nos cursos de Ciências e Letras (1970)

Curso de Ciências	
Disciplinas	Professores
Matemática	Loreno José Dal Sasso Francisco Alexandre Faggion
Física	Raymundo Luiz Marinho Carvalho Igino Santo Damo
Química	Waldomiro Domingos Caon Fernando Fasolo
Ciências Físicas e Biológicas	João Carlos Selbach Maria Lourdes Pasquali
Elementos de Geologia	João Carlos Selbach
Filosofia	Luiz Carlos Sturtz
Sociologia	Jeanete Holst Antunes
Curso de Letras	
Língua Portuguesa	José Alcido Kolling
Literatura Portuguesa	José Clemente Pozenato Adis Vitoria Toffoli
Teoria da Literatura	José Clemente Pozenato
Língua Inglesa	Edmundo Silvino Müller Carmen Tasca
Língua Latina	Avelino Madalozzo
Linguística	Régis Ivan Berthi Waldyr Luiz Prévidi
Literatura Brasileira	José Clemente Pozenato Adis Vitoria Toffoli

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do Relatório Anual das Atividades dos Cursos Superiores de Letras e Ciências de 1970, 2017.

Através do Quadro 9 é possível perceber que alguns professores lecionavam apenas uma disciplina, provavelmente devido às especificidades de cada uma, como exemplo, o professor Avelino Madalozzo, que administrava a disciplina de Língua Latina; outros professores, como como José Clemente Pozenato, lecionavam com

⁶⁸ Nos documentos a que tive acesso, não há indícios das motivações que o professor Raymundo teve para pedir demissão e nem atividades dele enquanto esteve à frente da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do “Campus” BG.

mais disciplinas, como Literatura Portuguesa, Teoria da Literatura e Literatura Brasileira.

Uma das exigências do MEC era quanto à formação de professores. O Relatório Anual das Atividades de 1970 apresentou algumas formações dos professores naquele ano. O professor Loreno Dal Sasso fez estágio de observação na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e Rio de Janeiro, e já tinha previsto para o ano seguinte um curso de aperfeiçoamento em Matemática Pura e Aplicada no Rio de Janeiro. O professor Fernando Fasolo fez uma viagem de estudos e observação a indústrias químicas de diversos países europeus. O professor Iginio Santo Damo participou de um Curso de Eletrônica na Espanha e de um Curso de Treinamento de manejo de aparelhos e instrumentos usados no Ensino de Física. Já o professor Regis Berthi fez estágio de Linguística nos Estados Unidos da América (EUA). A professora Jeanete Antunes fez um curso pedagógico em POA. E o professor Avelino Madalozzo participou de um Curso de Administradores Escolares de Ensino Médio e outro no Centro de Psicologia Aplicada da PUCRS (RELATÓRIO DA ATIVIDADES, 1970).

As representações implicadas nesse relatório podem ser analisadas sob o ponto de vista das condições econômicas de alguns professores, e também de suas redes de sociabilidade, visto que a formação de alguns docentes ocorreu fora do Rio Grande do Sul e, até mesmo, fora do país, como é o caso, por exemplo, do professor Fernando Fasolo. Também foram observadas as redes de sociabilidade, como, por exemplo, o professor Avelino Madalozzo, que foi Irmão Marista e sua formação foi na PUCRS, ou ainda, o professor Regis Berthi, que fez estágio nos EUA “a convite do Professor Chomsky, uma das maiores autoridades de Linguística” (RELATÓRIO DA ATIVIDADES, 1970, s/p.).

As redes de sociabilidade vinculadas à formação também aconteciam para os discentes. A Universidade de Caxias do Sul proporcionava aos estudantes palestras e conferências, em que os estudantes do “Campus” Universitário de Bento Gonçalves também participavam das palestras relacionadas a seu curso, especialmente no início do ano com o III Curso de Integração Universitária, como apresentado no quadro a seguir.

Quadro 10: Programa do III Curso de Integração Universitária (1970)

Data	Conferencista	Assunto
2 de março	Dr. Renan Falcão de Azevedo Diretor da Faculdade de Direito da UCS e professor da disciplina de Direito Civil.	A Universidade e o Meio Social
3 de março	Dr. Telmo R. Blauth Professor da UFRGS e da PUCRS, “Master Degree” em Administração de empresas pela Universidade do Estado de Michigan.	O Ensino de Administração de Empresas
4 de março	Dr. Bruno Kiefer Professor da UFRGS e da UFSM, autor consagrado e compositor.	Música Brasileira – O primeiro romantismo
5 de março	Dr. Jeferson Barros Jornalista do “Folha da Manhã” da Companhia Jornalística Caldas Junior	A Importância Social dos Meios de Comunicação
6 de março	Dr. Ladislau Fernando Rohnelt Professor da Faculdade de Direito da UCS, da disciplina de Direito Penal. Membro do Ministério Público Riograndense.	Transplante de Órgãos em Face do Direito
7 de março	Dr. Eliseu Paglioli Ex-reitor da UFRGS. Professor emérito da Faculdade de Medicina da UFRGS.	A Formação do Sistema Nervoso

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de Relatório Anual das Atividades dos Cursos Superiores de Letras e Ciências de 1970, p.121. 2017.

Percebeu-se, através dos assuntos do Quadro 10, que a UCS procurou proporcionar palestras relacionadas aos cursos que compunham a Sede em Caxias do Sul, e que para os cursos de Ciências Econômicas, Letras e Ciências poderiam ser interessantes as palestras dos três primeiros dias. Além dessas palestras, o “Campus” Universitário de Bento Gonçalves proporcionou em seu próprio espaço as seguintes conferências:

Quadro 11: Palestras no “Campus” Universitário de Bento Gonçalves (1970)

Data	Conferencista	Assunto
17 de abril	Prof. Leopoldo Hofmann	Relações Humanas no Trabalho
25 de maio	Procópio Ferreira	O Teatro Brasileiro
5 de outubro	Prof. Mário Gardelin	Histórico sobre a cidade de Bento Gonçalves
10 de outubro	Prof. Dr. Tales José Zardo	Formação de Líderes

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de Relatório Anual das Atividades dos Cursos Superiores de Letras e Ciências de 1970, p.122. 2017.

O documento acima apresenta um registro escrito à mão, sendo difícil a sua compreensão, mas, além das palestras citadas, pode-se afirmar que houve um Seminário de Artes em que os responsáveis seriam o professor Pozenatto, o professor Jayme Paviani e o Pe. Oscar Bertholdo ⁶⁹.

⁶⁹ O Pe. Oscar Bertholdo foi um reconhecido poeta do estado do Rio Grande do Sul e especialmente da região.

Em relação à dinâmica das práticas acadêmicas, que estavam vinculadas à consolidação do Ensino Superior em Bento Gonçalves, faziam parte algumas regras de aprovação; por exemplo, o aluno deveria alcançar a média cinco para conquistá-la. Os estudantes que não tivessem obtido a aprovação, mas que cumprissem as exigências previstas dentro de um sistema de promoção, teriam direito a fazer uma Prova de Recuperação, para tentar a aprovação nas disciplinas em que haviam ficado em dependência. Além disso, eles possuíam alunos que se matriculavam em disciplinas isoladas (RELATÓRIO DA ATIVIDADES, 1970).

Ao passo que as turmas e as aulas iam tendo seu encaminhamento, outros serviços precisavam de maior cuidado e atenção, como é o exemplo dos serviços da Biblioteca do “Campus” Universitário Bento Gonçalves, os quais começaram a funcionar no segundo semestre de 1970, pois, em julho daquele ano, iniciaram o trabalho de catalogação dos livros, com a ajuda dos alunos da Faculdade, “dentro de um clima de cooperação” (RELATÓRIO DA ATIVIDADES, 1970, p.78). Esse ambiente de auxílio poderia estar relacionado a uma representação de instituição comunitária, em que todos ajudam-se, inclusive alunos e professores.

A biblioteca funcionou nos turnos tarde e noite, e ainda ficou aberta no período de férias. Naquele ano, foram 181 alunos associados na biblioteca. Foi estabelecida uma multa pelos atrasos, e o valor recebido foi convertido em novos livros. Foram catalogados 88 livros, atendidos 722 leitores através de empréstimos de livros e 689 registros de pesquisas (RELATÓRIO DA ATIVIDADES, 1970, p.79).

Constata-se, através desse documento, que os cursos estavam demonstrando resultados satisfatórios, inclusive a biblioteca estava funcionando. Sobretudo, pode-se perceber o esforço dos mediadores culturais, professores e alunos, os quais dedicavam-se para conquistarem e constituírem um ensino que seria só seu.

No próximo subcapítulo, chega-se ao processo de consolidação do Ensino Superior em Bento Gonçalves, com a gênese da Fundação Educacional da Região dos Vinhedos.

4.2 FUNDAÇÃO DA FERVI

A consolidação do Ensino Superior é compreendida neste estudo com a fundação da FERVI. Neste subcapítulo, o objetivo é entender de que maneira isso aconteceu, atentando para o que representou a formatura da primeira turma de

economistas do “Campus” de Bento Gonçalves, que se realizou em dezembro de 1971, e a partir daí objetiva entender o que é a FERVI, como aconteceu sua gênese e como a comunidade envolveu-se na sua criação, em 1972, e posterior a ela.

Aparentemente, o ano de 1971 foi um ano de vigor na consolidação do Ensino Superior e talvez de preparação para o que aconteceria no ano seguinte: a fundação de uma mantenedora para os cursos superiores. No Relatório das Atividades (1971), percebe-se que a relação do corpo docente aumentou, bem como houve modificação no currículo, com novas disciplinas, como é possível visualizar no quadro a seguir.

Quadro 12: Corpo docente (1971)

continua

Professor	Disciplina
Abrelino Vicente Vazatta	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Grau
Adis Vitoria Toffoli	Literatura Portuguesa e Brasileira
Avelino Madalozzo	Língua Latina
Benigno Barossi	Contabilidade de Custos e Contabilidade Nacional
Dorval D'Agostini	Finanças Públicas
Edmundo Silvino Müller	Língua Inglesa e Literatura Americana
Fernando Fasolo	Química Orgânica e Biológica
Francisco Alexandre Faggion	Álgebra e Complementos de Matemática
Gelson de Azevedo	Didática Geral e Psicologia da Educação e Teoria da Educação
Geraldo Majella Alves Silveira	Metodologia e Pesquisa
Igino Santo Damo	Complementos de Física
Jayme Paviani	Estética
Jeanete Holst Antunes	Sociologia
João Carlos Selbach	Geologia, Zoologia, Biologia Geral
João Luiz Borsoi	Administração Financeira e Orçamento
José Alcido Kolling	Língua Portuguesa
José Carlos Köche	Filosofia e Metodologia Científica
José Clemente Pozenato	Teoria da Literatura e Literatura Brasileira e Portuguesa
Juan Jose Mouriño Mosqueira	Psicologia da Educação e Teoria da Educação
La Hira Martins Azevedo	Projetos
Lênio Tregnago	Contabilidade
Loraine Slomp Giron	História do Pensamento Econômico
Loreno José Dal Sasso	Estatística e Matemática
Luiz Carlos Sturtz	Filosofia
Maria Lourdes Pasquali	Zoologia, Biologia Geral e Botânica
Mário Christino Cardoso Ramos	Política e Programação Econômica e Economia Internacional
Nadir Bonini Rodrigues	História Econômica do Brasil e Geografia Econômica
Nelson Gularte Ramos	Economia Monetária e Análise Macroeconômica
Nilo Cini	Economia Brasileira
Noely Clemente de Rossi	Instituições de Direito e Legislação
Odir Décio Variani	Estatística e Contabilidade de Custos
Paulo Casara	Introdução à Administração
Pedro Paulo Zanatta	Contabilidade
Ugo Nicoletto	Psicologia
Ulysses De Gasperi	Introdução à Economia

conclusão

Valter Romau Casara	Administração Mercadológica e Introdução à Administração
Waldyr Luiz Prévizi	Linguística
Waldemiro Domingos Caon	Complementos de Química
Waldevino Antonio Novello	Análise Microeconomia

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de Relatório Anual das Atividades dos Cursos Superiores de Ciências Econômicas, Letras e Ciências de 1971, 2017.

Os professores relacionados no Quadro 12 eram incentivados a realizar publicações científicas e participar de congressos, seminários ou conferências. Esse “incentivo” também acontecia porque era um dos requisitos para que os cursos fossem aceitos e reconhecidos pelo MEC. No ano de 1971, o professor Noely Clemente de Rossi fez três publicações, e os demais professores construíram apostilas, resumos e esquemas como material didático. Xavier (2016, p.469), em sua análise, mostra a importância da subjetividade individual dos mediadores culturais, enquanto educadores e produtores de conhecimento. É importante reconhecer a riqueza de um estudo da coletividade desses educadores, como colaboradores na configuração educacional de um município e região, o que pode ser uma brecha de pesquisa para futuras investigações.

Quanto às palestras para os alunos do “Campus” Universitário Bento Gonçalves, os assuntos eram os mais diversos, para atender o público do curso de Ciências Econômicas, Letras e Ciências, como pode-se observar no quadro a seguir.

Quadro 13: Palestras para os alunos (1971)

continua

Assunto	Palestrante
Objetivos da cadeira de Estudos Brasileiros no Ensino Superior	Dr. Wilmar José da Costa Porto
O homem, suas aspirações e sua integração na Sociedade Brasileira	Dr. Wilmar José da Costa Porto
O Exército de Ontem e Hoje	Sr. Cel. Mário Rogério Gama Filho
O desenvolvimento brasileiro em confronto com o europeu	Dr. Ulysses De Gasperi
O real problema da vitivinicultura no Rio Grande do Sul e no Brasil	Dr. Ormuz de Freitas Rivaldo
Relações econômicas internacionais e desenvolvimento	Prof. Mário Cristino Cardoso Ramos
A importância do turismo no desenvolvimento nacional	Profa. Lourdes Fellini
Música – Mensagem para todos os jovens	Prof. Pedro Paganin
As duzentas milhas brasileiras: aspectos e significados	Prof. Nilo Cini
Frigorificação e conservas de frutas – uma perspectiva brasileira	Prof. Loreno Grazia
O Brasil visto pelos europeus	Prof. Ugo Nicoletto e Acadêmico Dalcir Fontanella

conclusão

Educação para o desenvolvimento	Prof. Dione York Bado
Direitos e Deveres do cidadão	Dr. Waldemar Luiz de Freitas Filho
O direito da família	Prof. Nilo Cini
A estrutura da Universidade e a futura Fundação Educacional de Bento Gonçalves	Prof. Loreno José Dal Sasso
O Brasil e a América Latina	Prof. Nadir Bonini Rodrigues
Aspectos de Saúde Pública	Dr. Sábado Pedro Di Marco
Brasil um País que Cresce	Prof. Pedro Paganin
A Reforma Educacional no Brasil	Profa. Mafalda Maria M. Neis
O Júri no Brasil e Promotoria	Promotor Dr. Elias Manoel Teixeira
Comemoração Cívica	O “Campus” Universitário participou no Desfile Cívico Comemorativo ao Aniversário da Independência do Brasil

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de Relatório Anual das Atividades dos Cursos Superiores de Ciências Econômicas, Letras e Ciências de 1971, 2017.

Chama a atenção alguns assuntos abordados nas palestras em 1971, como o exército, por exemplo, e questiona-se a intenção de um Coronel dar palestras sobre o exército para estudantes de cursos superiores. Isso poderia estar relacionado ao fato de o “Campus” ter participado do Desfile Cívico. Também eram tratados assuntos relacionados ao Brasil, como: Estudos Brasileiros, Sociedade Brasileira, desenvolvimento brasileiro, Brasil – um país que cresce; temas relacionados ao comportamento das pessoas como: Direitos e Deveres do Cidadão e Direito da família; tópicos voltados à vitivinicultura, provavelmente por estarem tendo aula no espaço da Escola de Viticultura e Enologia.

Além disso, um assunto que ainda é abordado na atualidade é o turismo no desenvolvimento nacional, que pode estar relacionado ao fato de Bento Gonçalves ser uma cidade que atrai muitos turistas. Por fim, observam-se três assuntos vinculados à educação: a Educação para o desenvolvimento, a Reforma Educacional no Brasil e sobre a futura FERVI. Os mediadores culturais já estavam incutindo na comunidade, por meio dos estudantes, um novo projeto, a Fundação Educacional da Região dos Vinhedos.

No Relatório Anual das Atividades (1971), também constam as palestras que os professores realizaram dentro e fora da Instituição, conforme é apresentado no quadro a seguir.

Quadro 14: Palestras realizadas pelos professores (1971)

Professor	Título	Local
João Carlos Selbach	Reprodução e Embriologia Humana Petróleo	Salão de Atos da EVE e Salão Nobre do Colégio Sagrado Coração de Jesus
Avelino Madalozzo	O Discurso Moderno Reforma de Ensino	Colégio Santa Rosa – Carlos Barbosa Programa Radiofônico durante 1971, todas as sextas-feiras, na Rádio Difusora de Bento Gonçalves
Jeanete Hostt Antunes	Planejamento	Guaporé Bento Gonçalves Nova Prata
Ulysses De Gasperi	As causas fundamentais que determinam a localização da capital econômica da região em Caxias do Sul A Hierarquia Econômica dos Principais Municípios Gaúchos	Caxias do Sul e Bento Gonçalves Rotary Club Bento Gonçalves
Loreno José Dal Sasso	Fundação Educacional Banco Nacional da Educação	“Campus” Universitário de Bento Gonçalves UCS e “Campus” Universitário de Bento Gonçalves
Noely Clemente de Rossi	Legislação Trabalhista INPS	“Campus” Universitário de Bento Gonçalves

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de Relatório Anual das Atividades dos Cursos Superiores de Ciências Econômicas, Letras e Ciências de 1971, 2017.

De fato, havia a necessidade, novamente, de que os bento-gonçalvenses apoiassem a proposta. No Quadro 14, consta mais um registro do professor Loreno tratando sobre a futura FERVI, agora para a comunidade local. O próximo passo seria a formatura da primeira turma de economistas, que aconteceu no final de 1971.

O rito de Formatura aconteceu no Cine Aliança, e foi realizada uma transmissão pela Rádio Difusora de Bento Gonçalves. Realizou-se no dia 18 de dezembro de 1971. Segundo Souto⁷⁰ (2001), o Clube Aliança estava cheio, havia muitas autoridades e convidados, dentre elas, os Diretores do Campus Universitário, padre Oscar Bertholdo como vigário da Paróquia Santo Antônio e, ao mesmo tempo, representante de Dom Benedito Zorzi e Azir Nehme Simon, diretor da Faculdade de Economia e Administração da UCS.

Os formandos da primeira turma de economistas do município, como já se viu, foram alunos e estiveram muito próximos de mediadores culturais. Eles podem ter sido influenciados ou não por eles, visto que para as autoras Gomes e Hansen (2016, p.15) “[...] não há sujeito ou público passivo [...]. Todo leitor, ouvinte, espectador, aluno

⁷⁰ Alceu Salvi Souto é autor do livro “Rádio Viva: uma história de 50 anos”, e também é quem faz essa narrativa na obra, pois foi o orador da primeira turma de economistas do Campus Universitário de Bento Gonçalves.

etc. reelabora os significados dos bens culturais de que se apropria, em função de sua experiência de vida [...]”. É a partir daquilo que viveu e como deu sentido as suas vivências que cada estudante internaliza e age.

Pode-se observar no discurso do orador da turma algumas representações sobre aquele momento que estavam vivenciando. Em seu discurso, como orador, Souto (2001) pronunciou que a láurea acadêmica representava a alegria que sentiam por aquele momento, visto que tiveram que fazer esforços para conquistá-lo e “uma grande responsabilidade, da qual devemos estar conscientizados, pois na realidade nosso país, com uma fantástica extensão territorial, oferecerá ainda por largos anos, possibilidades enormes para todos nós...” (SOUTO, 2001, p.305-306). Nesse discurso, observa-se como o formando compreendia o Brasil, que tinha um grande território em desenvolvimento, e que, se usassem o conhecimento com responsabilidade, o país proporcionaria espaços e chances para o trabalho de cada um deles. Certamente esse discurso estava alicerçado em princípios vividos na família do orador, mas principalmente vividos na academia, como já foi apresentado através de registros das palestras proferidas naquele mesmo ano.

O professor Dal Sasso, paraninfo, destacou a alegria do momento para os formandos e o marco histórico que aquela formatura representou.

Paralelamente, o momento histórico é para o Campus Universitário de Bento Gonçalves, da nossa Universidade, a Universidade de Caxias do Sul, pois concretiza-se exitosamente, neste instante, o primeiro anel de realizações efetivas da Universidade em nosso meio no plano das conclusões curriculares [...]. (SOUTO, 2001, p.306).

O rito produz memória e materialidades (ESCOLANO BENITO, 2015). Dentre as materialidades que podem ser produzidas num rito de formatura estão as fotografias. A seguir apresentam-se duas figuras. A primeira foi capturada na Igreja Santo Antônio, provavelmente na Missa de Formatura, e a segunda, nas escadarias do Cine Aliança.

Figura 24: Missa de Formatura da primeira turma de economistas (1971)



Fonte: Fotografia Pavoni. Acervo Institucional da FERVI.

Na Figura 24, observa-se parte dos formandos, todos engravatados, próximos ao altar, provavelmente foi o padre quem os convidou para se aproximarem ou para fazerem uma oração juntos, sendo um momento na metade da celebração, ou para receberem a bênção, sendo assim o momento final desse rito. Nota-se que a maioria estava prestando a atenção no presidente da celebração, que provavelmente era o padre Oscar Bertholdo, visto que era o vigário interino da Paróquia Santo Antônio e estava presente na cerimônia da formatura posteriormente.

A figura a seguir representa as fotografias oficiais de formatura, na escadaria do Clube Aliança.

Figura 25: Formatura dos economistas (1971)



Fonte: Fotografia Pavoni. Acervo Institucional da FERVI.

A imagem revela todos enfileirados, usando a toga, os formandos com seu canudo na mão. É visível a representação da constituição de uma identidade grupal e social (CHARTIER, 2002), que pode representar uma hierarquia, status e responsabilidade para o grupo, mas também a chance de um projeto de classe que pode ser concretizado sem sair do seu município.

Depois desse momento da formatura, entendida pelo MEC como um dos passos que faltava para que uma de suas políticas de Ensino Superior, as Faculdades Isoladas se tornassem autônomas, começaram os esforços, por parte dos mediadores culturais, para criar uma mantenedora para manter os cursos existentes em Bento Gonçalves e outros que seriam reivindicados.

Os diretores precisavam da ajuda de toda comunidade. Segundo o professor Köche (2017), muitos estavam dispostos a auxiliar, “gente, às vezes, leiga, de diferentes profissões, que abraçaram a causa. Uns trabalhavam na faculdade, outros não”. Os professores passaram de porta em porta, conversaram com comerciantes, empresários, políticos, professores, colégios, servidores públicos, associações, dentre elas a CDL, que, no livro de sua história, relata que na reunião de fevereiro de 1972, o professor Loreno Dal Sasso expõe o projeto de criação da FERVI e a CDL opta por ajudar neste “novo empreendimento” (DE PARIS; ZARDO, 1997, p.175).

E esse empreendimento tinha possibilidades de crescimento. No Quadro 15, encontra-se a relação dos cursos e matrículas anuais de 1968 até 1972, ano de fundação da FERVI.

Quadro 15: Relação dos cursos e matrículas por ano

Ano	Número de Cursos	Curso	Matrículas ⁷¹
1968	01	Ciências Econômicas	54
1969	01	Ciências Econômicas	105
1970	03	Ciências Econômicas Ciências Letras	245
1971	03	Ciências Econômicas Ciências Letras	381
1972	03	Ciências Econômicas Ciências Letras	448

Fonte: Quadro elaborado a partir das fontes encontradas no Acervo Institucional da FERVI.

Esse quadro chama a atenção pela quantidade de matrículas existentes em 1968, as quais foram reduzidas para aproximadamente cinquenta e uma matrículas novas no ano seguinte, em média quarenta e seis matrículas novas para cada curso em 1970 e 1971, com a abertura dos Cursos de Ciências e Letras. Em 1972, descontaram-se as matrículas da turma que se formou, e, em termos de matrículas novas, os cursos tiveram em torno de quarenta estudantes por cada turma nova. Esses números foram favoráveis àqueles que queriam a independência do “Campus”. Também motivaram e sustentaram o projeto de uma mantenedora para os cursos superiores em Bento Gonçalves.

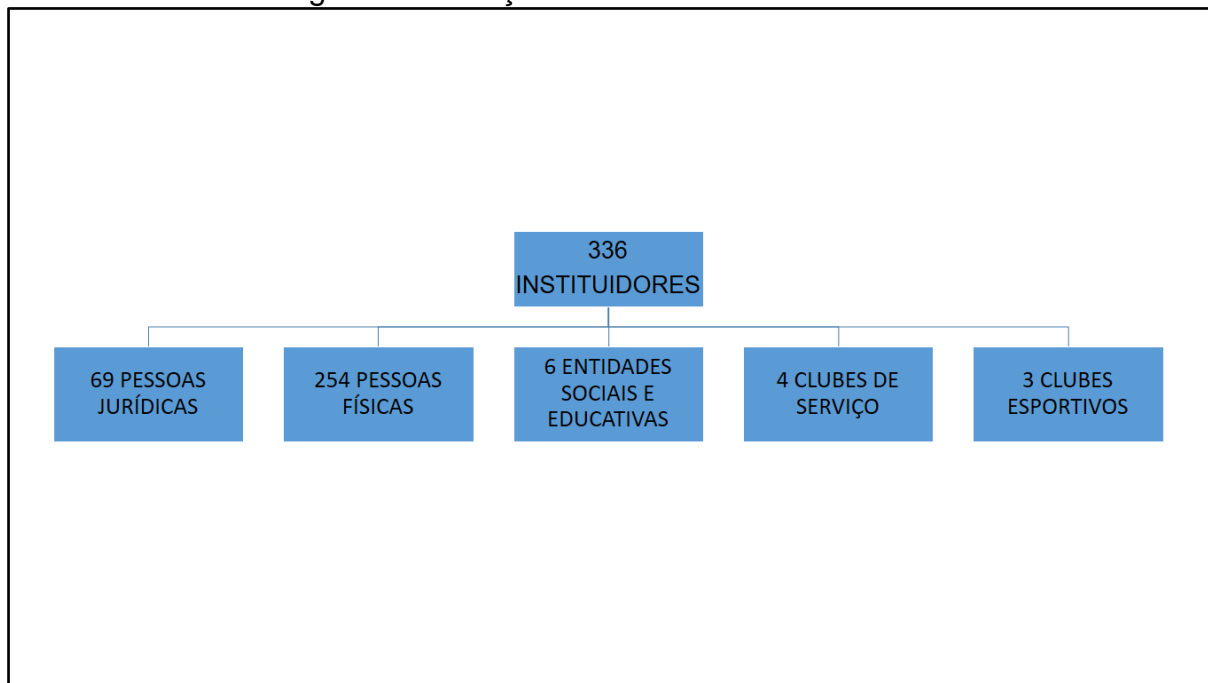
A representação de que a Fundação Educacional da Região dos Vinhedos era da comunidade fez com que a maioria abraçasse a ideia e a fizessem comunitária. Com 336 instituidores, a FERVI nasceu em 17 de junho de 1972. O logo da FERVI é uma folha de videira e dela saem cinco palavras-chave: educação, cultura, integração, profissionalização e comunidade. Possivelmente, os fundadores e instituidores almejavam a união desses fatores para o aperfeiçoamento da instituição. Esses fatores vinculados à FERVI poderão ser estudados futuramente.

Segundo seu Estatuto, a FERVI foi instituída para ser a Entidade Mantenedora das Faculdades de Ciências Econômicas e de Educação, Ciências e Letras da Região

⁷¹ Compreende-se que a partir de 1969, realizam a matrícula aqueles que já estavam no curso no ano anterior e também os novos estudantes.

dos Vinhedos, tendo como especificidade a educação e a comunidade. Foi composta por mais de 300 instituidores, como mostra a figura a seguir:

Figura 26: Relação dos instituidores da FERVI



Fonte: Esquema elaborado pela autora, 2017.

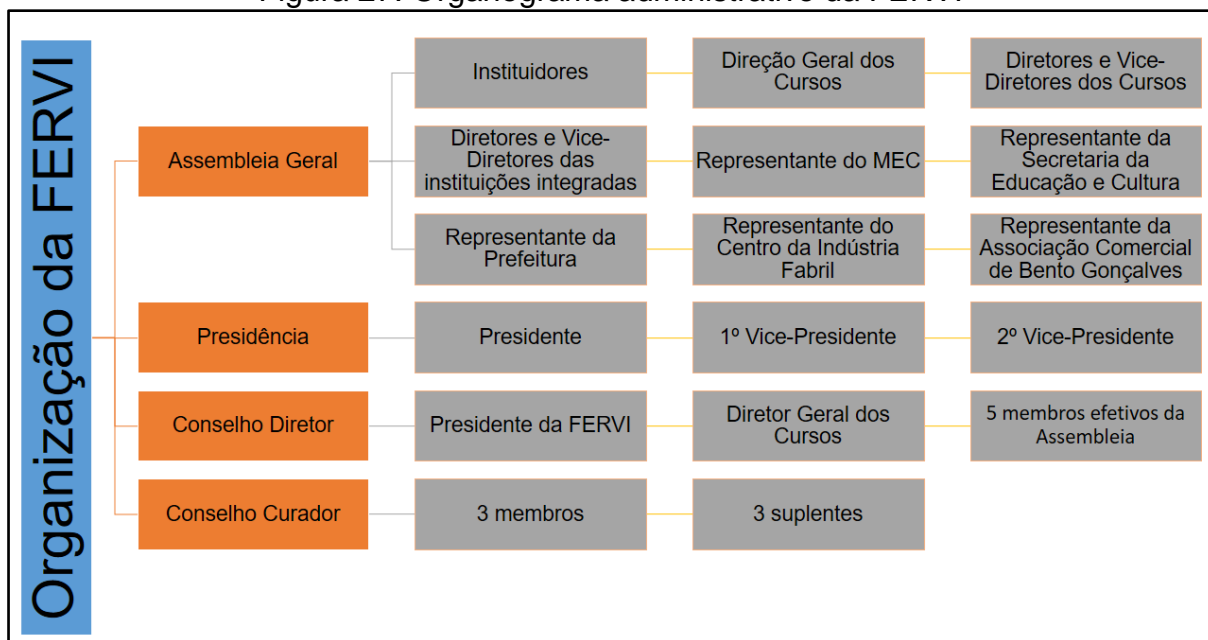
Desses 336 instituidores, 37 já haviam ajudado e apoiado o projeto do EMPFF na década de 1950, alguns que lá eram pessoas físicas, aqui puderam também colaborar como pessoa jurídica. Em meio a esse número, está o próprio Colégio Nossa Senhora Aparecida, que recebeu o apoio da comunidade no passado. Dentre esses instituidores, ainda podem-se encontrar professores e estudantes dos cursos de Ciências Econômicas e Administrativas, Ciências e Letras: Português-Inglês.

A FERVI foi escriturada publicamente em 30 de agosto de 1972 e tinha como objetivos sustentar e aumentar os cursos de Ensino Superior no município, para que no futuro se tornasse uma Universidade; no desenvolvimento do ensino atentar para a realidade regional e nacional; proporcionar e instigar a pesquisa e a formação de profissionais; auxiliar a comunidade para que crescesse nas dimensões culturais, socioeconômicas e esportivas; articular-se com os demais níveis de ensino; favorecer o intercâmbio de seus alunos e professores na região, no país e no mundo; construir estrutura física própria para os cursos projetando a sede da Universidade futura e “manter uma porcentagem global mínima de 15% (quinze por cento) de atendimento gratuito, através de ensino e assistência a alunos carentes de recursos sem distinção

de sexo, classe, idade, cor, profissão, credo ou nacionalidade;”(ESTATUTO DA FERVI, s/d, p.4).

Quanto à organização da FERVI foi estabelecido que ela seria composta por Assembleia Geral, Presidência, Conselho Diretor e Conselho Curador, como apresentado no organograma a seguir.

Figura 27: Organograma administrativo da FERVI



Fonte: Organograma elaborado pela autora, 2017.

Na Figura 27, atenta-se para as funções de cada um dos órgãos. A Assembleia Geral era responsável por conhecer o Balanço Geral e o Relatório de cada ano, podendo deliberar sobre eles, aprovar orçamentos, escolher a cada dois anos o Presidente e Vice-Presidente da FERVI e os membros do Conselho Diretor, e a cada três anos os membros do Conselho Curador. A Assembleia, ainda, tinha o poder de votar alteração do Estatuto e destituir membros da Administração. A Presidência era eleita pela Assembleia e tinha a função de representar a Fundação, bem como geri-la de acordo com as deliberações acordadas pelo Conselho Diretor.

O Conselho Diretor foi constituído pelo Presidente e pelo Diretor Geral dos Cursos, e ainda havia cinco sujeitos da Assembleia que eram eleitos por ela. Além disso, eram escolhidos cinco suplentes da Assembleia, que assumiriam em caso de vaga ou ausência por tempo determinado pelos membros titulares. Esse Conselho tinha o poder de administrar a FERVI, gerindo os bens da Fundação, aprovando planos de trabalho, deliberando sobre os créditos adicionais, quadro do pessoal e sua

remuneração, encargos educacionais, e criando e executando planos de bolsas de estudo, além de outras atividades.

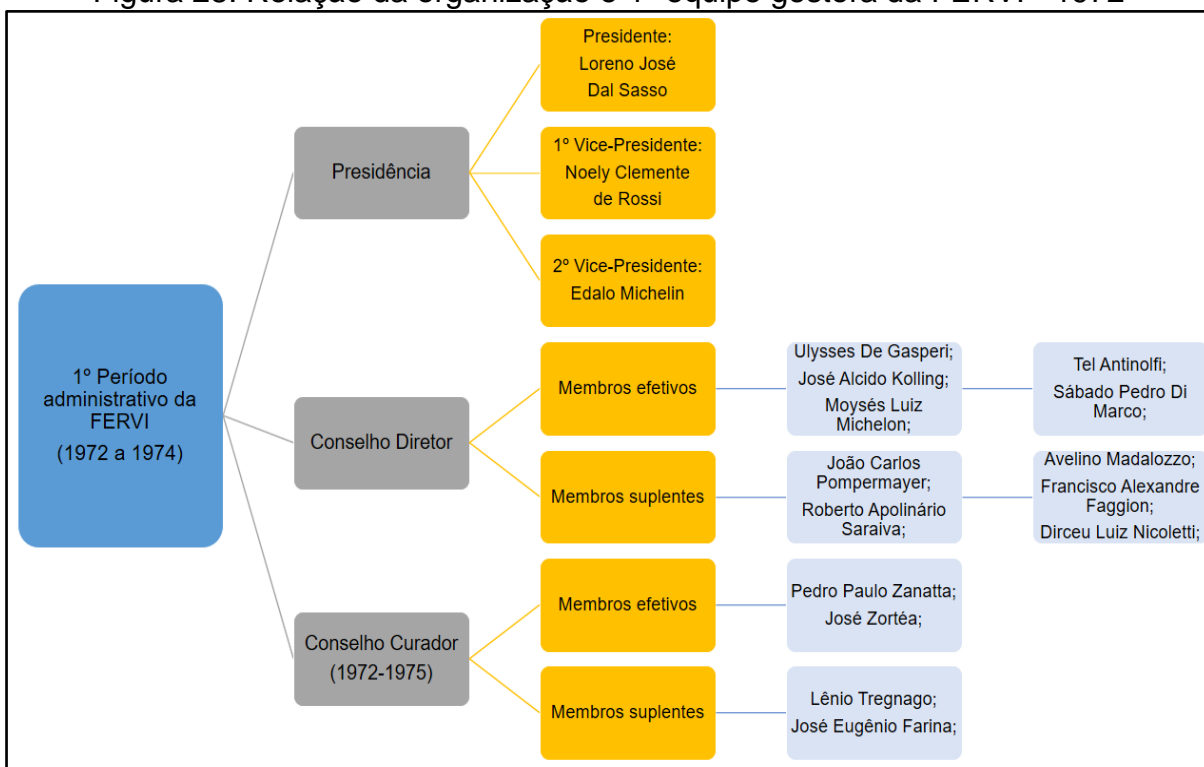
Há indícios em documentos da FERVI da existência da Bolsa de Estudos, ainda no ano de 1972, entretanto, especialmente desse período não se tem mais informações⁷², se essas Bolsas de Estudos eram dadas aos professores, ou aos estudantes, se estavam ou não vinculadas à UCS (BALANÇO DE RESULTADOS DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BENTO GONÇALVES, 1972).

Posteriormente, Loreno Dal Sasso trata de uma forma de poder oferecer Bolsas de Estudos aos alunos com menos condições financeiras, em um artigo publicado na Revista ENFOQUE, revista acadêmica organizada e publicada pela FERVI. Esses são mais dois aspectos que podem ser abordados em estudos futuros, a dinâmica de Bolsas de Estudos que acontecia naquela época vinculada com a proposta da FERVI e os discursos existentes na Revista ENFOQUE.

Com relação ao Conselho Curador, seus membros e suplentes poderiam ou não serem participantes da Assembleia, e sua função se caracterizava por orientar e fiscalizar o Conselho Diretor, além de apresentar seus pareceres quanto à administração do Conselho Diretor. O primeiro período de gestão da FERVI deu-se de 17 de junho de 1972 a 16 de junho de 1974, e ficou estabelecido de acordo com o organograma da Figura 28.

⁷² É difícil afirmar, a partir dos documentos encontrados, em que ano os estudantes começaram a ser beneficiados com bolsas de estudos. Contudo, essa questão poderá ser analisada em estudos futuros.

Figura 28: Relação da organização e 1ª equipe gestora da FERVI - 1972



Fonte: Organograma elaborado pela autora, 2017.

Alguns membros da primeira administração da FERVI exerciam a função de professores, diretores de Colégios, como é o caso do suplente do Conselho Diretor, Avelino Madalozzo, diretor do CNSA, outros estavam relacionados com o CIC, outros eram professores da EVE; observa-se o envolvimento da comunidade e também a força que os setores empresarial e industrial tinham na educação superior do município, uma vez que apoiavam e faziam parte, bem como tinham voz na 1ª Gestão da FERVI. As redes de sociabilidade, formadas para a constituição do Ensino Superior, aperfeiçoaram-se e estiveram presentes na sua consolidação. Assim, nasceu uma instituição sem fins lucrativos para uma única pessoa, além do objetivo de manter e fazer crescer a própria instituição com o discurso de que a FERVI é da comunidade para a comunidade.

No ano em que foi criada, a FERVI continuou seu trabalho na Escola de Viticultura e Enologia do município. Houve a renovação do convênio entre a UCS e o MEC, no início daquele ano. Esse acordo afirmava a utilização por parte da UCS, das instalações e equipamentos do CVE, sob os critérios de que a UCS os utilizasse para atividades de ensino, desde que não atrapalhasse o funcionamento do Colégio. E a Universidade de Caxias do Sul se comprometeu a manter e continuar pagando o pessoal que já estava trabalhando no CVE, sob seus gastos, além de fazer a

manutenção dos espaços e equipamentos utilizados. Esse convênio foi renovado por cinco anos (UCS-EVE, 1972). Com a criação da mantenedora, quem assumiu o convênio foi a FERVI.

Mesmo ciente de que não diz respeito ao recorte temporal da pesquisa, é válido ressaltar que em 1973 a FERVI já estava melhor organizada e estabelecida, os documentos apontando o timbrado somente da instituição, desvinculada da UCS.

Um dos exemplos de que a FERVI estava se desenvolvendo é a hipótese que se tem sobre o plano de bolsas de estudo, que Dal Sasso (1973) expõe no artigo intitulado “A Gratuidade do Ensino Superior (?)”, publicado na Revista ENFOQUE. Ele afirma, em seu artigo, que teve a oportunidade de dar como sugestão ao Presidente da República a criação do Banco Nacional da Educação (BNE). Um dos papéis desempenhados por esse banco seria o financiamento do ensino superior, por meio de bolsas de estudo “do tipo rotativo, de valor corrigido” (DAL SASSO, p.11), já criado pela FERVI, em Bento Gonçalves. Segundo o autor, o Governo do país, caso aceitasse a proposta, poderia

estimular doações da área privada – pessoas físicas e jurídicas – dedutíveis da renda bruta para fins de imposto de renda, destinadas ao Banco Nacional da Educação, mediante a concessão de títulos honoríficos ou/e mediante a conversão desses recursos em bolsas de estudo do tipo rotativo. (DAL SASSO, 1973, p.11-12).

Além disso, ele explica no artigo que os nomes daqueles que patrocinarão a bolsa de estudo deveriam ser expostos, para que pudessem ser identificados permanentemente, assim sendo homenageados constantemente quando oportuno (DAL SASSO, 1973).

A finalidade das bolsas é beneficiar estudantes carentes financeiramente, “de preferência de bom passado escolar” (DAL SASSO, 1973, p.12), porém, depois de graduados, fariam a devolução do valor recebido parceladamente para que outro estudante fosse beneficiado.

Na FERVI, a bolsa foi representada por um certificado, impresso em três vias, em que uma fica com o Instituidor da Bolsa, outra com a FERVI e outra para o estudante. Os critérios da seleção se baseiam em dois, as condições econômicas e financeiras do requerente, e aproveitamento e assiduidade escolar.

Em 1973, a FERVI já contava com dez bolsas de estudo. O que chama a atenção é que foram oferecidas por cinco pessoas jurídicas do município, uma bolsa

era de pessoa jurídica de Porto Alegre e quatro eram de pessoas civis do município. Entre as pessoas jurídicas estavam indústrias de móveis, couro, vinho, ferragens, metalúrgica e da capital do Estado o Grêmio Foot Ball Porto Alegrense (TOSO, 1973). E sobre as pessoas físicas pode-se afirmar que seus sobrenomes indicam que aquelas famílias tinham grande poder aquisitivo, social e cultural. Além disso, outro aspecto que chama a atenção é que, nos documentos analisados, não houve indícios de quem foram os estudantes beneficiados. Entretanto, no artigo de Dal Sasso, quando ele argumenta os pontos positivos para quem pode oferecer/doar a bolsa é que o Instituidor poderia indicar o primeiro estudante a ser beneficiado, podendo este ser seu próprio filho. Não há como afirmar quem foi beneficiado. Contudo, observando o contexto de quem proporcionou as bolsas, é possível entender que os objetivos vão além de proporcionar a continuação de estudo de seus familiares, objetiva-se também proporcionar condições de qualificação de mão de obra para futuramente trabalharem nas indústrias, empresas e comércio do município.

Entre as atividades do cronograma do ano de 1973, realizou-se a entrega oficial de novas instalações da Biblioteca, laboratório de Línguas, salas para cada Departamento e, ainda, Laboratório de Psicologia, que estaria junto ao Departamento de Educação. Na entrega, oportunamente, seria oferecido um coquetel para os líderes de classe, presidentes dos departamentos, professores e convidados especiais (LOVERA, 1973).

Por meio de informações do Deputado Daniel Faraco, a FERVI soube, e divulgou na Revista Enfoque, que iniciaram o processo de reconhecimento do curso de Ciências Econômicas pelo Ministério da Educação e Cultura, no período já haviam designado o relator do processo nº CFE/2960/73⁷³.

Nesse ano, também começam a se dar os passos para que a FERVI tivesse sua sede própria, um terreno de aproximadamente 14 hectares foi doado pela Imobiliária Planalto Ltda., com o auxílio da Prefeitura Municipal, e a escritura já estava em poder da FERVI. Nos anos seguintes, a FERVI iniciou a construção do prédio. No processo de doação desse terreno, muitos conflitos, tensionamentos e negociações aconteceram. As relações de poder tiveram o seu espaço nesse processo, o que poderá ser objeto de novos estudos.

⁷³ O documento não cita autoria.

Ainda tratando das ações educativas oferecidas pela FERVI, sobressaem-se três cursos: a) Curso de Matemática Moderna; b) Curso de Atualização em Linguística e Teoria da Comunicação; c) XI Ciclo de estudos sobre a Doutrina de Segurança Nacional. O primeiro, chama a atenção por ser um curso gratuito, direcionado aos pais de estudantes do primário, e objetivou dar subsídios para que a família acompanhasse a aprendizagem em matemática na escola. O segundo, contou com três professores vinculados ao curso de Pós-Graduação em Linguística e Letras da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, juntamente com o professor José A. Kolling do “Campus” Universitário de Bento Gonçalves. É interessante essa parceria com outras instituições, especialmente com a PUC, visto todo o histórico de constituição da FERVI. E o terceiro, chama a atenção por ser da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, solicitado e promovido pelo “Campus” Universitário de Bento Gonçalves e Sesi (TOSO, 1973).

Em 1974, estabeleceu-se o Regimento da Faculdade de Ciências Econômicas da Região dos Vinhedos, mesmo ano em que a Faculdade foi reconhecida. Ao analisar o Regimento, pode-se observar que a estrutura administrativa dizia respeito à Direção, Congregação, Conselho Departamental e Órgãos de Apoio Administrativos. A Congregação é relacionada à administração pedagógica e didática e é composta pelo Diretor e Vice-Diretor da Faculdade, professores titulares, representantes dos professores adjuntos e assistentes. Além disso, na Congregação havia a presença de representantes dos estudantes e de representantes da comunidade. No Artigo 12 do Regimento, consta que “o Conselho Departamental visava a integrar as atividades didático-pedagógicas e de pesquisa”, e, entre outras atividades, o Conselho Departamental foi responsável por “elaborar currículos, carga horária e número de créditos das disciplinas da Faculdade” (REGIMENTO DA FERVI, 1974, p.13). E os órgãos suplementares, no ano do Regimento, eram a Biblioteca, Comissão responsável por planejar e desenvolver Ações Comunitárias, Comissão de Desenvolvimento de Pesquisa e uma Comissão responsável por estabelecer Convênios, promover atividades culturais e inclusive “executar planos de bolsas de estudos para alunos e professores” (REGIMENTO DA FERVI, 1974, p.14).

O Regimento também apresenta que a Faculdade estava mantendo, além de cursos de graduação, também “especialização, aperfeiçoamento, atualização e extensão” (REGIMENTO, 1974, p.15). Nos programas e planos de ensino foi possível ressaltar que os programas de Educação Moral e Cívica foram desenvolvidos pela

Faculdade, com o título de Estudos de Problemas Brasileiros e o Regimento (1974, p. 19), o qual justifica-se atentando para “o importante papel que a Faculdade desempenha por estar inserida em uma região geo-política-educacional de zona de imigração e de colonização e sua proximidade com outros municípios congêneres”.

Outro aspecto que é possível ressaltar foi quanto ao Regime Disciplinar, que poderia estar ligado ao contexto político do país. É o que consta no Art. 83, inciso III e IV, que a falta disciplinar é cometida por qualquer professor, funcionário ou aluno que realize “atos atentatórios à ordem nacional constituída” e “Conduza ou realize, confeccione ou imprima, tenha em seu poder, em depósito ou distribua, sob qualquer forma, material que atente contra a estrutura política e social vigente no País” (REGIMENTO, 1974, p.31).

Após 1972, pode-se afirmar que os mediadores culturais, imbuídos da ideia e discurso de instituição comunitária, articularam-se e mediaram processos que visavam à qualificação de profissionais com “valores democráticos e detentores de conhecimentos técnico adequados ao projeto de país que tais lideranças defendiam” (XAVIER, 2016, p. 468). Além disso, ressalta-se a forma como foi moldando-se o percurso daquele projeto compartilhado com o coletivo.

Em 1974 a FERVI implantou cursos de férias em convênio com a UCS, que foram realizados no período de 1974 a 1978, conforme aponta o Relatório dos Cursos de Férias. As turmas e cursos ofertados no período atendiam à demanda da área das Ciências Humanas como observado no Quadro 16:

Quadro 16: Relação dos Cursos de Férias (1974-1978)

Ano	Turmas abertas
1974	1 turma de Pedagogia com habilitação em Administração Escolar 1 turma de Estudos Sociais
1975	1 turma de Estudos Sociais
1976 ⁷⁴	-
1977	1 turma de Estudos Sociais
1978	1 turma de Pedagogia com habilitação em Administração Escolar 1 turma de Estudos Sociais

Fonte: Acervo da FERVI, Relatório dos Cursos de Férias, 1974-1978.

Em 1974, ofereceram os Cursos de Férias, de Pedagogia com habilitação em Administração Escolar e o curso de Estudos Sociais, nos meses de janeiro, fevereiro

⁷⁴ No Relatório de Férias não são descritas atividades de cursos novos no ano de 1976.

e julho. Entre as programações do ano estavam previstas a Aula Inaugural, com o objetivo de recepcionar os calouros, Churrasco de Confraternização dos Acadêmicos, Formatura dos cursos de Economia, Letras e Ciências, Baile de Formatura, Promoções Culturais do Diretório Acadêmico, no mês de junho foi programado uma Fogueira de São João no terreno da FERVI e homenagem especial aos doadores do terreno.

A pedra fundamental foi lançada no terreno da FERVI, “em que deverão se instalar os Cursos Superiores de BG e constituírem-se, no seu devido tempo, na Universidade desta região” (CALENDÁRIO ESCOLAR FERVI – UCS, 1974, s/p), e foi previsto o início da construção do prédio.

No Edital para o Concurso Vestibular Unificado de 1977 chama a atenção que o candidato deveria fazer, no ato de sua inscrição para o vestibular, duas escolhas de curso de sua preferência, pois, caso não conseguisse estudar no primeiro curso escolhido e sobrassem vagas no segundo curso, ele poderia cursar a sua segunda opção (RELATÓRIO DA FERVI – parte I, 1976).

O ano seguinte pode ser caracterizado pela finalização das primeiras obras da sede. Foi planejado com dois blocos, “um de dois pavimentos e outro de um, de 6.360m² de área, constituído de mais de 40 dependências distintas das quais 26 são salas de aula” (RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA FERVI, 1978, s/p). Uma das alas será ocupada, temporariamente, pela direção, administração e serviços vinculados a ela, e a outra ala foi destinado a salas de aula. “O custo total, incluída a estimativa da desvalorização da moeda, [...], está estimado em 37 milhões de cruzeiros, a serem dotados, como o estão sendo, pelo Governo Federal” (RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA FERVI, 1978, s/p).

Dez anos após o primeiro curso ter sido instalado no município, o projeto de construção de um prédio próprio da FERVI começou a se concretizar. A base e sustentação do prédio já havia sido construída e foi celebrada uma missa no local, em 1978, onde um pequeno grupo participou.

A década de 1980 foi marcada pela finalização da construção do bloco. Em 1982, a obra já estava em vias de finalização, como pode se observar na imagem a seguir.

Figura 29: Construção do primeiro prédio da FERVI (1982)



Fonte: Acervo Fotográfico da FERVI, 2017.

Através da Figura 29, pode-se ter uma impressão da extensão do bloco que estava sendo construído e também do terreno da FERVI. Era um espaço afastado na zona urbana do município, onde próximo ao prédio não há vegetação, porém pouco mais adiante ele é rodeado pela natureza. Nota-se próximo ao canto inferior direito da imagem duas construções, possivelmente duas moradias. A situação geográfica e tamanho do terreno pertencentes à FERVI sugerem que a estrutura física desta instituição poderia aumentar, e juntamente com novos cursos fazer crescer o ensino superior em Bento Gonçalves e dar à Instituição e ao município mais visibilidade.

A FERVI foi transferida em 1983 para as próprias dependências, na Alameda João Dal Sasso, nº 800. O presidente da FERVI no ano de 2001, Jair Baruffi, em artigo para o Jornal da FERVI, trata das dificuldades encontradas pela FERVI ao longo dos anos, e considera que as dificuldade que a FERVI superou para construir o patrimônio,

citando a obtenção da área de 60 hectares⁷⁵ e a construção do primeiro bloco (bloco A), “foram relativamente fáceis de superar, graças ao empenho de seus dirigentes e da situação política favorável de que se desfrutava na época, considerando-se o fato de que o Presidente da República era nascido em BG” (BARUFFI, 2001, p. 2), o que sugere que houve influência das redes de sociabilidade e relações de poder para que a FERVI pudesse adquirir seu patrimônio. Essa é uma abordagem que poderá ser realizada em novos estudos.

No ano de 1984, a sede estava toda concluída e em funcionamento (JORNAL DA FERVI, 2001), como se observa na figura a seguir.

Figura 30: Sede da FERVI (1984)



Fonte: Acervo Fotográfico da FERVI, 2017.

⁷⁵ Nos documentos pesquisados, encontram-se indícios que o terreno da FERVI estaria entre 14 e 16 hectares de terra doados pela Imobiliária Planalto Ltda com o auxílio da Prefeitura de Bento Gonçalves, na afirmação de Baruffi ele altera o montante de terras para 60 hectares (ainda no período em que a sede da FERVI foi construída) e traz a influência do Presidente da República. Este é um assunto a ser pesquisado com mais profundidade, para tentar compreender que relações existiram e que vínculos foram criados para que o patrimônio da FERVI fosse de 14 a 60 hectares em alguns anos.

Além de se perceber que o prédio está concluído, em comparação com a Figura 30, nota-se que foi construída uma estrada, além de ter sido plantada grama e vegetação mais próximo do prédio. Imagina-se que, naquela época, como já havia sido citado anteriormente, em se tratando da estrutura do prédio, a parte administrativa ficou no bloco da frente, e as salas de aula no bloco que aparenta ser maior. Por meio da imagem não dá para compreender. Porém, visitando o espaço atualmente, pode-se observar que o bloco que foi destinado às salas de aula também tem mais um piso abaixo desse visível na Figura 30. Também se observa uma inclinação no terreno que está na frente do hall de entrada, indicando um pequeno morro, e, ao focar no trajeto entre a estrada e o hall de entrada, pode-se perceber que foram construídas escadas de concreto, o que viabiliza a afirmação de que havia uma inclinação no terreno onde foi construído o prédio, necessitando, então, das escadas para se chegar a ele.

Nas figuras a seguir, pode-se observar um pouco da estrutura interna do prédio, especialmente o Laboratório de Letras (Figura 31) e o Laboratório de Química (Figura 32).

Figura 31: Laboratório de Letras (1983)



Fonte: Acervo Fotográfico da FERVI, 2017.

Figura 32: Laboratório de Química (1983)



Fonte: Acervo Fotográfico da FERVI, 2017.

Por meio das Figuras 31 e 32, é possível observar que o que o fotógrafo quis retratar eram salas de aula amplas, com boa iluminação. No Laboratório de Letras, o ângulo escolhido apresenta janelas pequenas na parte superior da parede, mas a claridade que pode se observar do lado direito da Figura 31 indica a existência de luminosidade, possivelmente janelas como as que estão ao lado esquerdo da Figura 32. Ainda sobre o Laboratório de Letras, observa-se que as classes, ao mesmo tempo que estão postas em trios, também são individuais, visto que há partes de madeira em cada lado que se elevam, impossibilitando a visão para as laterais. Já sobre o Laboratório de Química pode-se afirmar que foi composto por equipamentos atualizados para aquele período e por conter duas bancadas grandes. Pode-se imaginar que em cada lado da bancada fosse possível colocar dez estudantes, esse Laboratório conseguiria funcionar com uma turma de até quarenta estudantes, onde o professor poderia dar sua aula, atender seus estudantes e fazer seus experimentos.

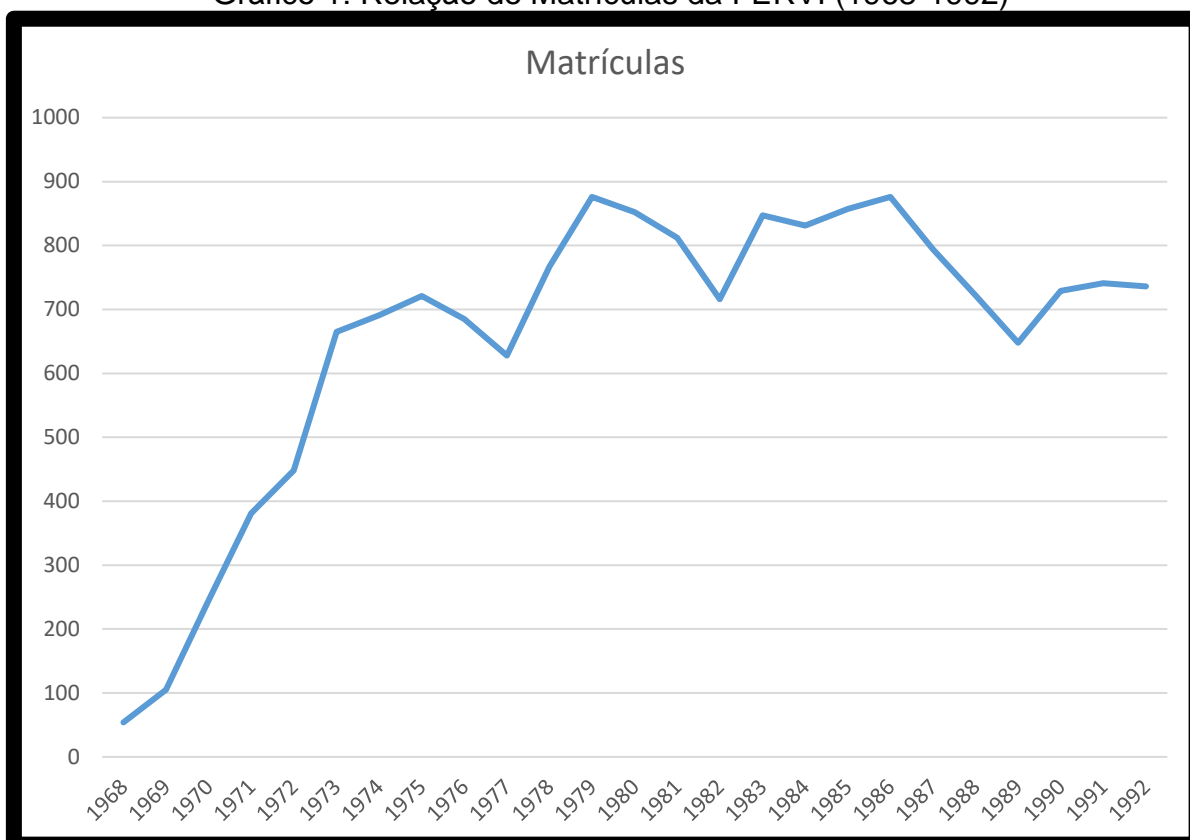
Em se tratando de cursos, a partir de 1970, quando foram acrescentados os cursos de Letras e Ciências, até 1984 a FERVI ofereceu esses dois cursos e mais Ciências Econômicas, que foi oferecido desde 1968. A partir de 1985, a FERVI passou a ofertar o curso de Matemática aos estudantes de Bento Gonçalves e região. Passados cinco anos, em 1990, foi acrescido o curso de Ciências Contábeis. O número de matrículas desses anos pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 17: Relação de cursos e matrículas (1968 - 1992)

Cursos oferecidos	Ano	Número total de matrículas
Ciências Econômicas	1968	54
	1969	105
Ciências Econômicas Ciências Letras	1970	245
	1971	381
	1972	448
	1973	665
	1974	691
	1975	721
	1976	685
	1977	628
	1978	767
	1979	876
	1980	852
	1981	812
	1982	716
	1983	847
1984	831	
Ciências Econômicas Ciências Letras Matemática	1985	857
	1986	876
	1987	794
	1988	722
	1989	648
Ciências Econômicas Ciências Letras Matemática Ciências Contábeis	1990	729
	1991	741
	1992	736

Fonte: Acervo da FERVI, 2017.

Gráfico 1: Relação de Matrículas da FERVI (1968-1992)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados do Quadro 17 desta dissertação, p. 178, 2017.

Através do Quadro 17 e do Gráfico 1 é possível observar que em 24 anos da Instituição houve muitos altos e baixos. Até 1975, as matrículas aumentaram a cada ano. Nos dois anos seguintes, houve redução no número de matrículas, e, em 1978, talvez pela divulgação do início das obras da sede própria da Fundação Educacional da Região dos Vinhedos, o número de matrículas voltou a crescer, chegando à faixa das 800 matrículas nos três anos seguintes. Em 1982, o número diminuiu em 100 matrículas, chegando a 716. Em 1983, o número cresce, ultrapassando o número reduzido no ano anterior, 131 matrículas a mais.

Em 1985, a FERVI passou a oferecer o curso de Matemática. Mesmo com o curso novo, em 1987 o número de matrículas começa a reduzir, e vai decrescendo até 648 matrículas em 1989. Mesmo abrindo novo curso, de Ciências Contábeis, em 1990, nos anos seguintes o número de matrículas não passou da faixa dos 700.

É possível vincular essa diminuição do número de matrículas à maior dificuldade apontada por Baruffi (2001):

[...] uma dificuldade persistiu insuperável durante muitos anos: a de ampliar a oferta de cursos superiores, por ser a FERVI uma Instituição de Ensino

Superior Isolada. A política vigente para o ES privilegiava a ação de novos cursos em universidades, e não em instituições isoladas como a FERVI. Por isso, mesmo com todos os esforços e pleitos, pouco crescia. Os quatro mesmos cursos superiores oferecidos já não atendiam à demanda da cidade e Região. (BARUFFI, 2001, p.2).

Principalmente por esse motivo é que um grupo de Instituidores foram favoráveis à realização do comodato firmado entre a FERVI e a FUCS, visto que a Universidade de Caxias do Sul havia começado em 1990 um processo de regionalização apoiado por municípios da região. O objetivo do comodato era o crescimento e consolidação de uma Universidade Regional, em que ficou acordado que a parte acadêmica e administrativa ficava sob responsabilidade da UCS, enquanto a Fundação Educacional da Região dos Vinhedos cedia e administrava o seu patrimônio.

Para chegarem ao ponto de os Instituidores firmarem o comodato, o processo foi lento, tumultuado e de muitos tensionamentos e discussões. A história da FERVI é marcada por essas relações de poder em que ora um grupo, ora outro exerce o poder.

A Fundação Educacional da Região dos Vinhedos formou-se como uma Instituição Comunitária, foi criada com o auxílio de representantes de instituições da maioria do município. Na sua gestão também foi assim, segundo a representação de Köche (2017), “paga quem trabalha, o resto não distribui para ninguém, ninguém recebe dividendos”, ou seja, ninguém lucra com o que é de todos.

O projeto comunitário se concretizou porque uma elite intelectual urbana do município acreditou na possibilidade de que Bento Gonçalves seria capaz de ter e manter o seu Ensino Superior, sem que os jovens precisassem deslocar-se para outras cidades e depender de outras instituições de ensino. O plano se desenvolveu devido às representações mediadas por sujeitos que tiveram presença significativa nos processos de articulação e desenvolvimento educacional no município. Foram sujeitos ou grupos que, em meio a conflitos de interesses e relações de poder, lutavam pela implantação do ensino superior no município, visando àquilo que convinha a cada grupo.

Ao mobilizarem-se para a concretização do projeto, trouxeram expectativas à comunidade bento-gonçalvense, que adotou a proposta. Esses processos estiveram cheios de tensionamentos e negociações, ora um grupo dava um passo para o objetivo, ora outro. As ideias, especialmente na escolha de cursos, divergiram. No momento máximo de concretização do projeto, que foi o ensino superior no município,

alguns grupos tiveram mais força, e assim foi aceita a proposta pela UCS, outros grupos acabaram de certa forma fracassando em termos de implantação de curso, porém pode-se afirmar que houve um ganho para ambos os grupos que foi a consolidação do Ensino Superior com a criação da FERVI.

A Fundação Educacional da Região dos Vinhedos foi a primeira Instituição de Ensino Superior do município e muito representou para ele e região. Pelos relatos apresentados na História Oral, muitos são os sentidos conferidos à FERVI. Participar da constituição do Ensino Superior, fundação ou mesmo trabalhar na Fundação Educacional da Região dos Vinhedos foi, resumidamente, nas palavras de Franzolosso (2017), “altamente gratificante”, com o sentido de vitória do e para o município (PERIZZOLO, 2017). Já Wünsch (2016) estabeleceu uma forte relação da criação da FERVI e constituição do ensino superior com “um projeto nacional”, no sentido da conjuntura que se vivia no período e das relações políticas que se estabeleciam, inclusive na região, para a concretização do ensino superior.

Dos relatos de Zanatta (2017) e Köche (2017) puderam-se criar relações, vislumbrando a representação do comunitário. Zanatta (2017), no sentido prático, afirmou que, por ter experiência na gestão da Faculdade de Ciências Econômicas em Caxias do Sul, no momento da criação da FERVI, “dei a minha colaboraçãozinha modesta [...], lecionei também muitos anos aqui, nem recorde quantos”. Ele falou em colaboração no diminutivo, como se fosse simples, mas conseguiu deixar pensar que essa colaboração dele e dos outros três professores fizeram grande diferença para os munícipes bento-gonçalvenses. Para Köche (2017), a Fundação Educacional da Região dos Vinhedos é acima de tudo comunitária, construída com a movimentação e união de muitas pessoas, algumas que, por vezes, podiam não compreender a dimensão dos seus atos, mas que abraçavam as ideias dos mediadores culturais.

Outra representação, especialmente trazida nos relatos de Köche (2017), foi o papel que a FERVI teve no município a longo prazo. Essa instituição formou muitos economistas, muitas lideranças, que ainda hoje ocupam cargos significativos voltados ao crescimento da região, com forte liderança, através da realização de projetos e gerando desenvolvimento. Além da formação dos economistas, a Fundação Educacional da Região dos Vinhedos possui a responsabilidade da formação de muitos professores. Segundo Köche (2017), a preocupação com a educação é uma das características das Instituições de Ensino Superior Comunitárias do Estado.

Para a conclusão deste capítulo, elenca-se alguns pontos que se verificou com sua escrita. O primeiro tópico é sobre o conceito de poder que pode ser observado em aspectos como o perfil da primeira turma de Ciências Econômicas. Foi uma turma heterogênea no que diz respeito à idade dos estudantes e também à sua procedência. Contudo, notou-se que, mesmo contando com alguns alunos oriundos de outros municípios, a maioria era de Bento Gonçalves e, destes, grande parte estudou no Colégio Nossa Senhora Aparecida, cursando Técnico em Contabilidade, aspecto este que novamente corrobora com a escolha do primeiro curso superior do município, fazendo detonar o poder às vezes implícito, às vezes explícito, pertencente àquele educandário e àqueles que nele estavam envolvidos.

O segundo tópico diz respeito às redes de sociabilidade identificadas na integração dos docentes e discentes do “Campus” Universitário Bento Gonçalves ao projeto de educação superior articulado pelo primeiro grupo de mediadores culturais, as lideranças educacionais, e nesta relação de integração e conhecimento do projeto, esses novos discentes e docentes vão se tornando novos mediadores culturais a favor do Ensino Superior no município. Além disso, pode-se observar a dinâmica existente nas redes de sociabilidade quando relacionadas, por exemplo, aos instituidores da FERVI, quando esta foi criada, em 1972, e à escolha da equipe de gestão. Um dos 336 instituidores, enquanto pessoa jurídica, foi o Colégio Nossa Senhora Aparecida, e não haveria de ser diferente, pois o grupo de professores considerados mediadores culturais iniciou seu projeto junto ao Colégio, em 1955. Esses mediadores continuaram vinculados enquanto docentes, depois tiveram um valor significativo enquanto instituição, visto que foi escolhido um curso que desse continuidade aos estudos que iniciaram no CNSA. O que verifica-se, além desses aspectos, é que o Colégio também teve uma representação na gestão da FERVI, já que o diretor dessa instituição ocupou uma cadeira no conselho diretor, mesmo que como membro suplente. O que ocorreu com o CNSA ocorreu também com a comunidade empresarial, que apoiou a vinda do Ensino Superior ao município e teve voz, posteriormente, com representação na equipe da primeira gestão da FERVI. Aqui, as relações de força permeiam as redes de sociabilidade, característica observada em todo processo de constituição do Ensino Superior do município.

As representações estabelecidas na consolidação do Ensino Superior com a criação da FERVI são o terceiro aspecto escolhido. Nesse capítulo, constatam-se algumas representações marcadas mais fortemente. E os questionamentos que

tentaram ser respondidos foram: O que representou o rito de formatura da primeira turma de economista do município? Por que a ampliação dos cursos, em 1970, aconteceu relacionada às licenciaturas e o que isso representa? E como pode ser entendido o “Campus” Universitário, no contexto de consolidação do Ensino Superior?

O que conseguiu verificar-se através da análise documental e História Oral foi que a formatura pode ser compreendida como a afirmação concreta da aliança da Escola de Viticultura e Enologia, do Ministério de Educação e Cultura, da Universidade de Caxias do Sul e dos mediadores culturais que articularam e ajudaram a construir este processo. A ampliação dos cursos foi estabelecida pelos cursos de Letras e Ciências por diversos motivos, devido à falta de professores para lecionar no Ensino Primário e Ginásial, imagina-se que o baixo custo para a implantação desses cursos também foi um fator importante, e atender o público feminino do município e Região motivou para que esses cursos fossem instalados em Bento Gonçalves. Sugere-se que, implicitamente, havia a necessidade de que os valores locais e regionais continuassem a ser vivenciados e passados para as crianças do município e região, o que seria dificultado caso as estudantes fossem continuar seus estudos em Porto Alegre, por exemplo. Os cursos superiores aconteciam no chamado “Campus” Universitário, que estabelecendo relações com as redes de sociabilidade e os mediadores culturais, afirma-se ser um espaço que proporcionou condições de pensar diferente e de novas manifestações, especialmente para o novo projeto de classe, que era criar uma Instituição de Ensino Superior da Região dos Vinhedos e dar condições para que ela se tornasse uma Universidade.

O quarto tópico elencado refere-se aos mediadores culturais, que neste capítulo se diferenciam, porque o grupo do Movimento Pró-Faculdade de Bento Gonçalves enfraqueceu, mas o grupo dos primeiros professores ampliou-se. O sentimento de pertencimento a um grupo e a troca de experiência fez com que novos professores e também estudantes fossem reconhecidos como mediadores culturais com suas práticas diluídas nas ações acadêmicas. Já os mediadores culturais que ocupavam espaço na gestão do “Campus” Universitário precisaram adotar uma nova postura, talvez com alguma relação de poder, mas muito mais sutil. O antigo discurso muito utilizado pelo MPFBG de um ensino superior comunitário voltou com mais ênfase na voz desses outros mediadores culturais que almejavam criar a FERVI e, posteriormente, construir sua sede própria.

O penúltimo item que se pretende relacionar neste capítulo são as práticas de mediação cultural que existiram no processo de consolidação do Ensino Superior de Bento Gonçalves. Das inúmeras práticas de mediação, elenca-se três que sobressaem neste capítulo: a ideia de mediadores culturais estarem relacionados aos jovens (GOMES; HANSEN, 2016), sendo esta ação com os jovens uma forma de testemunharem, vivenciarem, ensinarem seus próprios valores e ideologias, mas como contraponto há a ideia de que o estudante, em sua subjetividade, não aceita todas as coisas como são ensinadas e, a partir de suas experiências de vida, esses ensinamentos são ressignificados pelo sujeito. Além disso, chama a atenção as formações, palestras e seminários aos discentes, mas especialmente aos docentes, a partir do pensamento de formação continuada de professores, que pode ser estudada futuramente. E por fim, a Fundação da FERVI, enquanto uma grande prática de mediação cultural, formada por práticas menores que compõem o todo. Pode-se assim afirmar que a FERVI se constituiu de práticas de mediação cultural que tinham como propósito transformar o “Campus” Universitário em Faculdade Isolada e, no futuro, uma Universidade.

Por fim, o último item é sobre alguns achados que podem servir para estudos futuros, visto que boa parte deste capítulo foi dedicado a isso. Pode-se começar a pensar numa pesquisa de maior fôlego, mais ampla, com o estudo sobre a história da Fundação Educacional da Região dos Vinhedos. Indica-se pensar sobre as bolsas de estudos concedidas por esta instituição, ou a relação delas a nível superior e as instituições da região da Serra Gaúcha. Também seria interessante ter como objeto de estudo a Revista Enfoque, a construção da sede da FERVI, os Cursos de Férias, a História do Curso de Ciências Econômicas da FERVI/CARVI e a história dos cursos de licenciaturas. Além disso, pode-se abordar as culturas acadêmicas e também as práticas relacionadas à comunidade de Bento Gonçalves, previstas no Regimento da FERVI.

Acredita-se na importância de entrar em contato novamente com a pessoa de Lorenzo José Dal Sasso, por reconhecê-lo em sua figura e papel desempenhado ao longo de sua vida como o mediador cultural, pois esteve à frente de boa parte dos processos da FERVI.

Há uma reflexão ou constatação que se sugere ser feita, que ultrapassa quem foi, quando, como, onde e por quê. É uma observação que pressupõe a constituição do Ensino Superior e a criação da FERVI como marcos históricos, econômicos e

sociais, bem como é a representação daquilo que aconteceu antes e depois do Ensino Superior em Bento Gonçalves. São brechas ou grandes espaços de pesquisa histórica que pesquisadores poderão encontrar nesse município, e que se considera importante para a comunidade acadêmica e científica, mas também para a comunidade bento-gonçalvese.

Constatou-se, nas entrevistas significativas, representações sobre a continuação da história da Fundação Educacional da Região dos Vinhedos, especialmente quando ela estabeleceu novos laços com a UCS, na forma de um Comodato feito em 1992, e que, por ter sido renovado, ainda é válido nos dias de hoje. Esse conjunto de representações citado, mas que não foi utilizado nesta dissertação para análise, diz respeito a uma outra história que poderá ser contada, a história da FERVI, com outras relações de poder, outras abordagens de pesquisa, a partir de estudos futuros e novas investigações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, ponderou-se sobre o processo de constituição do ES em Bento Gonçalves, que se encaminhou para a institucionalização da Fundação Educacional da Região dos Vinhedos, e teve como recorte temporal desde 1955, ano este em que os vestígios levaram a crer que aconteceram as primeiras articulações relacionadas a um projeto de educação superior para o município, até 1972, quando a FERVI foi criada.

O período que antecede a constituição do Ensino Superior em Bento Gonçalves foi marcado, no cenário brasileiro, pelo desenvolvimento das indústrias e o crescimento da necessidade de mão de obra, o que fez com que muitas pessoas deixassem o meio rural e fossem se alojar nas cidades propulsoras da industrialização. A paisagem começou a mudar, a urbanização adentrou os municípios, a população ficou mais exigente em termos de consumo e as empresas sentiram a necessidade de contratar profissionais mais qualificados. Estes demandaram mais escolas e espaços para a continuação de seus estudos. Entende-se que o maior acesso e a melhor qualidade do ensino ficavam para as famílias mais abastadas da sociedade, que utilizavam o ensino superior para atender as suas necessidades.

O movimento do Ensino Superior brasileiro foi influenciado pela política de desenvolvimento, que apoiou a expansão e interiorização de uma educação superior privada, consolidada na década de 1960. Essa expansão e interiorização também aconteceram no sul do país e, por não haver interesse do governo brasileiro em assumir o Ensino Superior, muitos municípios foram se organizando para terem seus cursos superiores.

Com o Regime Militar, a educação de nível superior passou a ser severamente controlada e punida se não atendesse ou se subvertesse àquilo que demandava o governo. Além disso, estava a favor do tecnicismo, e com a Reforma Universitária de 1968, a privatização e a fragmentação tornaram-se seus pontos fortes. Nas entrelinhas, procurou-se distribuir os estudantes, para que realizassem os estudos em diferentes instituições e, para isso, houve o apoio à criação de faculdades isoladas no interior do país.

Em Bento Gonçalves, a indústria moveleira ganhava cada vez mais espaço, e a agricultura, no cultivo da uva e fabricação de vinho, juntamente com o comércio,

dava dinamismo ao mercado. O município cresceu e iniciou-se um processo de urbanização e verticalização. Era um município em desenvolvimento permanente. Devido a sua demanda de trabalho, acolheu muitos imigrantes, vindos de outros municípios do estado, em busca de melhores condições de vida. Saíam do interior para trabalhar nas empresas e uma de suas necessidades era a educação.

A realidade dos estudantes do município, quando terminavam o 2º grau, era de desamparo. Aqueles que não tinham condições de pagar seus estudos precisavam trabalhar e, por isso, adentravam o mercado de trabalho, muitas vezes antes ainda de concluí-los. Entretanto, havia aqueles que tinham condições de pagar os estudos, mas encontravam-se em um dilema, pois para a continuação da instrução, precisavam ir morar na capital ou deslocar-se diariamente para Caxias do Sul, enfrentando os perigos de um trajeto sinuoso. Foi a necessidade de proporcionar aos estudantes de Bento Gonçalves e da região a continuação de seus estudos no município uma das motivações para que lideranças buscassem o Ensino Superior. Além disso, os filhos da classe média alta permanecendo no município dariam andamento aos negócios e empresas familiares e continuariam sendo educados na concepção a qual estavam acostumados.

Com a pesquisa sobre a constituição do ES em Bento Gonçalves, foi inevitável entrar em conflito com a perda, pois como é característica do estudo historiográfico, muitas fontes se perdem, indícios são encontrados em partes que a um olhar superficial não se conectam. Ficam sinais, vestígios que, como num quebra-cabeça, vão sendo montados, aproximados, afastados, às vezes encaixados, às vezes não, ora deixados de lado para que nesse processo a narrativa vá sendo construída. Trabalhando com as fontes, percebe-se a importância que o ES teve e ainda tem para o município de Bento Gonçalves. Em sua trajetória inicial, os indícios expuseram as articulações de um grupo de mediadores culturais relacionados à política, mas no decorrer da pesquisa, principalmente através da História Cultural, apresentou-se outro grupo que muito antes do primeiro já tinha iniciativas em favor da implantação do ES no município.

A educação de nível superior na região começou na década de 1950, quando, em Caxias do Sul, foram criados cursos superiores. Com um intuito parecido, em Bento Gonçalves, um grupo de professores que trabalhavam no Curso Técnico em Contabilidade do CNSA, juntamente com os Irmãos Maristas, criaram o Escritório Modelo. A proposta que envolvia o Escritório Modelo repercutiu em lugares por todo

o Brasil e América Latina. Os professores e sua proposta começaram a tornar-se conhecidos, inclusive por lideranças do MEC.

Com o surgimento do Escritório Modelo, o município de Bento Gonçalves começou a receber novos projetos educacionais. Os professores, que possivelmente tinham maiores oportunidades e que compreendiam, na educação, a fundamentação para que o município e a região pudessem crescer, são reconhecidos como mediadores culturais por suas ações frente à educação do município. Eles aceitaram o convite de ajudar na constituição da Faculdade de Ciências Econômicas de Caxias do Sul, com a condição de que as lideranças daquele município auxiliassem na instalação de uma faculdade em Bento Gonçalves, o que não aconteceu com a rapidez que imaginavam. A partir desse fato, os estudantes e os professores precisavam deslocar-se para Caxias do Sul, uns para continuarem seus estudos e outros para lecionarem.

Os mediadores culturais, neste estudo, foram considerados aqueles sujeitos que em algum momento da vida tiveram acesso ao conhecimento, com possibilidades de aprofundar e desenvolver aspectos culturais, sociais e econômicos, o que proporcionou a eles uma nova visão sobre o mundo, e neste caso específico, sobre a educação. Além disso, projetaram um empreendimento para o município, tiveram iniciativa e se mobilizaram para que a implantação do ensino superior se concretizasse. Foram aqueles que tiveram práticas de mediação cultural, e pode-se afirmar que a constituição e consolidação do ensino superior de Bento Gonçalves foi composto por inúmeras dessas práticas.

Nesse contexto, no início da década de 1960, outro grupo de mediadores culturais constituiu-se, com um maior envolvimento nas lideranças políticas do município. O grupo criou o MPFA, que buscou instalar o curso de Agronomia no município, sem êxito.

As relações que os grupos de mediadores culturais vivenciaram foram repletas de jogos de poder, atrelados às redes de sociabilidade de cada grupo. Contudo, deve-se levar em consideração que mesmo sendo grupos diferentes, ambos tinham um objetivo comum: o Ensino Superior para Bento Gonçalves, percebendo na educação o alicerce para o progresso do município e da região.

Os caminhos e as articulações de cada grupo de mediadores culturais foram próprios e específicos, de acordo com suas redes de sociabilidade. Nesse processo, as representações sobre o Ensino Superior e as relações de poder exercidas foram

fundamentais para que, em 1967, ocorressem movimentos de cunho educacional no município. O MPFA buscou o Ensino Superior através de lideranças políticas e, posteriormente, articulou-se com a UCS. As lideranças educacionais buscaram o curso superior através de instituições de ensino, diretamente como seus reitores, num primeiro momento da PUCRS, e após da UCS. A Universidade de Caxias do Sul levou os dois grupos a caminhos comuns.

A visita do reitor da UCS ao município trouxe expectativas à comunidade educacional, legislativa, empresarial, entre outras organizações que de forma mais branda também queriam um curso que atendesse às suas necessidades. No processo de escolha do primeiro curso, pode-se perceber as representações sobre o que seria de maior importância para o município e o tensionamento existente entre diversos grupos, especialmente entre estudantes da EVE e defensores do setor rural da sociedade, com a escolha de Agronomia, e estudantes do Curso de Contabilidade do CNSA e apoiadores do setor empresarial, com a opção de Ciências Econômicas e Administrativas.

Pode-se afirmar que, num primeiro momento, o MPFA estava vinculado ao primeiro grupo e que o grupo de professores estava relacionado à segunda opção. A disputa desses dois fortes grupos pode ser entendida pelo momento em que o Brasil e, especialmente, o município de Bento Gonçalves estavam vivendo: um crescente desenvolvimento industrial, particularmente no setor moveleiro, e o reconhecimento e aperfeiçoamento do setor vitivinicultor do município, inclusive ocorrido no ano de 1967, momento em que aconteceu a primeira FENAVINHO.

No processo de escolha do primeiro curso, o MPFA optou por mudar a nomenclatura, por se conscientizar de que o curso de Agronomia não seria viável naquele momento para o município, entretanto, continuaram almejando um curso superior, deixando de lado suas primeiras convicções, e passaram a se chamar Movimento Pró-Faculdade de Bento Gonçalves.

Por sugestão dos estudantes do CNSA, local em que o grupo de mediadores culturais educacionais também trabalhava, o MPFBG elaborou um levantamento para que os estudantes pudessem manifestar o seu gosto pelo curso superior. Nesse levantamento, pensa-se ser crucial a escolha do reitor, que não levou em consideração a escolha da comunidade educativa apresentada pelo MPFBG, mas sim aquilo que convinha para a UCS e que estava de acordo com o que o grupo de professores estava disposto e apto a lecionar. Acredita-se que as relações de força

que foram exercidas nesse momento demonstraram os esforços dos mediadores culturais pertencentes ao MPFBG e a influência dos mediadores culturais pertencentes ao grupo dos professores. Pode-se pensar que o que aconteceu no levantamento aproxima-se de uma demagogia, pois empreendeu-se consulta popular, onde na prática pouco ou nada acontece. Uma relação que é possível fazer é que o levantamento é como uma pesquisa de mercado, na qual a população escolhe aquilo que precisa ou que acredita ser melhor, mas na realidade quem faz o empreendimento é que tem o poder de decisão e o faz de acordo com o que convém.

Além disso, é importante lembrar que não foi toda a população ou todos os estudantes que votaram que frequentariam o Ensino Superior, quem frequentaria eram aqueles que conseguiriam pagar. Talvez, por esse motivo, a sugestão dos estudantes do Colégio Nossa Senhora Aparecida, que é um colégio particular, e seus professores, tiveram tanta força junto à UCS.

Os mediadores culturais, tanto de um grupo quanto de outro, foram sujeitos que mais do que influenciar decisões, promoveram negociações, tensionamentos e trocas de processos para alcançar o objetivo comum, e apresentaram argumentos à UCS e ao MEC de que Bento Gonçalves estava apto a receber um curso superior. A questão da influência desses mediadores culturais está relacionada a suas redes de sociabilidade. Cada grupo vai ter maior ou menor influência na tomada de posicionamentos e decisões de acordo com a proximidade dessas redes ou não. Talvez esteja aí o trunfo do grupo dos professores, uma vez reconhecidos pelo MEC por conta de seus trabalhos no passado, presença no ensino superior de Caxias do Sul e próximos ao reitor da UCS, era viável que a proposta aceita pelo grupo que administrava a UCS, na figura do reitor, escolheria um curso que fosse viável a eles e que respondesse às necessidades do grupo de lideranças educacionais, necessidades que estavam intimamente vinculadas àquilo que o setor empresarial do município precisava.

A UCS representou a instituição que acreditou nos setores bento-gonçalvenses que tinham poder para dar sustentação ao projeto e, através dela, o curso superior se concretizou.

Os ritos do Vestibular e o Ato de Instalação do curso superior representaram a passagem, tanto dos jovens que ingressaram no Ensino Superior, quanto do município. A instalação oficial do curso de Ciências Econômicas, curso diferente do primeiro escolhido na mobilização do MPFBG e diferente, até mesmo, do curso

anunciado pelo reitor (mesmo sendo na mesma linha do curso escolhido por ele), simbolizou o primeiro passo para uma nova fase na educação do município, ou seja, representou a esperança da instalação de novos cursos. Foi a celebração de uma aliança entre os mediadores culturais, representando a comunidade bento-gonçalvese, a UCS e a Escola de Viticultura e Enologia, que representou o MEC. O primeiro curso contribuiu significativamente para a qualificação da área empresarial, industrial e comercial do município.

O processo de consolidação do Ensino Superior teve a participação de docentes e discentes, que foram agregando-se de uma forma ou outra ao projeto de ensino superior do município e, com os mediadores culturais, compunham uma ampla rede de sociabilidade. Suas práticas eram de transmissão e construção do conhecimento, num contexto marcado pelo Regime Militar, que teve muita influência na educação, como percebeu-se nos registros de palestras oferecidas aos estudantes. O “Campus” Universitário foi constituído como um espaço de concretização dos ideais acadêmicos dos estudantes, mas também de fomentação da esperança de novos cursos para Bento Gonçalves.

A instalação do curso de Ciências e Letras para atender o público feminino foi vista como representação de uma sociedade conservadora e com espaço para mulher no âmbito educacional. O início da década de 1970, para a consolidação do Ensino Superior em Bento Gonçalves, foi marcado com ideias e partilha sobre um novo projeto: a gênese de uma mantenedora para os cursos superiores de Bento Gonçalves, para serem desvinculados da UCS e constituírem uma Instituição de Ensino Superior bento-gonçalvese, denominada Fundação Educacional da Região dos Vinhedos.

A mantenedora dos cursos foi formada a partir da concepção de que devia ser uma instituição comunitária, com a presença de pessoas físicas e jurídicas, as quais contribuíram para constituí-la. Foram 336 sujeitos que acreditaram numa proposta de transformar, melhorar e ampliar a educação do município. Transformar o ensino primário e secundário a partir da formação de professores; melhorar, podendo ser autônoma sem depender da UCS, auxiliando a comunidade empresarial, comercial e educacional, com profissionais qualificados para o mercado de trabalho e, por fim, com propósito de ampliar o ensino a fim de consolidar-se numa possível Universidade da Região dos Vinhedos.

Compreende-se, com este estudo, que os objetivos de ter no município uma IES, entre as décadas de 1950 e 1970, inicialmente, perpassaram pelo contexto histórico brasileiro, estadual e regional, já citados, mas principalmente pela necessidade dos jovens de qualificação profissional para o mercado de trabalho e pela dificuldade de deslocamento até municípios vizinhos. Além disso, depois de instalado o primeiro curso, houve uma representação negativa da dependência que precisou existir com a UCS. Ainda, percebe-se que as representações advindas do pertencimento a um espaço e comunidade criaram uma identidade no grupo dos que ali viviam, e essa representação está arraigada em Bento Gonçalves.

Os processos de articulação e constituição do Ensino Superior em Bento Gonçalves foram, inicialmente, relações do grupo de professores do EMPFF com o reitor da PUCRS, que após obterem o reconhecimento em nível latino-americano do projeto do EMPFF, auxiliaram na fundação da Faculdade de Ciências Econômicas de Caxias do Sul, na sua organização e na mobilização do MPFA. Posteriormente, contribuíram para relações de vínculos dos professores com o reitor da UCS, através do encaminhamento do memorial assinado por representantes bento-gonçalvense ao MEC e ao reitor da UCS, por parte do MPFA. Também, houve o processo de escolha do primeiro curso, a sua instalação, a oferta de novos cursos e a institucionalização da FERVI. Todos esses processos tiveram iniciativa dos grupos de mediadores culturais do município, permeados pelas relações de força e vinculados às suas redes de sociabilidade.

Pode-se dizer que os processos de articulação e constituição do Ensino Superior do município foram uma realização de representantes da comunidade bento-gonçalvense, especialmente educacionais, empresariais e legislativa, primeiro, por terem pleiteado cursos superiores, e depois, por terem se mobilizado e encontrado parceiros que apoiaram o projeto de fundação da FERVI. Reconhece-se os méritos de algumas pessoas visionárias, lideranças preocupadas com o presente e o futuro do município e região, bem como de toda comunidade bento-gonçalvense que, de modo direto ou indireto, colaboraram para a conquista de condições de formação a nível superior, que garantissem o progresso e bem-estar de seus filhos e da comunidade. A constituição do ensino superior em Bento Gonçalves foi um grande projeto de classe que, por meio de práticas de mediações culturais, também planejou qualificar a mão de obra do município e região.

A consolidação do Ensino Superior, com a criação da FERVI, foi o resultado da ação do grupo de mediadores culturais, especialmente das lideranças educacionais, juntamente com a comunidade empresarial, comercial, clerical, educacional, servidores públicos, sujeitos vinculados à gestão do município, especialmente da zona urbana de Bento Gonçalves. A instituição não era apenas o administrativo. Enquanto práticas acadêmicas, constataram-se, além das aulas e atividades durante as aulas, conferências para estudantes, palestras com a participação de professores de outras instituições, ações vinculadas à biblioteca, desfile cívico, palestras dadas pelos professores, motivados a aprofundarem seus conhecimentos através de formações continuadas, e seus ritos, como formaturas, festas de integração dos Departamentos Acadêmicos e atividades desenvolvidas por eles. Posteriormente, a FERVI conseguiu doações de instituidores para poder construir sua sede, como da Imobiliária Planalto Ltda, Prefeitura Municipal e do Governo Federal.

Pode-se afirmar que existiram jogos de poder para a implementação do ensino superior, escolha do primeiro curso, formação da gestão do “Campus” Universitário e, posteriormente, da FERVI, juntamente com a obtenção do terreno e construção da sede da Fundação. Essas relações de força aconteceram num contexto em que as redes de sociabilidade dos mediadores culturais é que davam o “tom” das decisões, indicando como seria feito cada percurso para que a FERVI se tornasse uma Universidade.

Na consolidação do ensino superior, o grupo de mediadores culturais gestor do “Campus” de Bento Gonçalves precisou adotar nova postura para atingir o objetivo de ter condições financeiras de criar uma mantenedora para ser uma Faculdade Isolada. Os mediadores passaram a usar um discurso ainda maior de união, de conquista de todos e, pela influência que já tinham, além de muito esforço, conseguiram criar a FERVI. Ela foi construída a partir de um discurso de que era uma Instituição comunitária, de todos os bento-gonçalvenses e para todos. Em alguns aspectos, ela possivelmente era comunitária, no sentido mais amplo, entretanto, em outros aspectos, percebeu-se que ela era direcionada a uma parcela da comunidade que poderia pagar seu curso, ou àqueles que recebiam bolsa de estudos, mas, acima de tudo, a uma comunidade com interesses relacionados a empresas e indústrias, a fim de qualificar a produção e os seus processos. Ainda assim, a História Oral trouxe indícios de que a classe alta do município, mesmo depois de implantado o Ensino Superior, enviava seus filhos para as melhores universidades da capital do estado.

Já os cursos de licenciatura, que atendiam às demandas do público feminino, estavam vinculados a uma comunidade educacional que almejava dar continuidade à formação já recebida nas escolas do município, ensinando os mesmos princípios às crianças, por vezes compactuando com o contexto econômico-social e político da época. Além disso, o grupo de lideranças vinculado à política, tão ativo na constituição do ensino superior, esmaeceu, apenas defendendo seus interesses com alguns dos votos da Assembleia da FERVI, uma vez que alguns deles se tornaram instituidores da mesma.

Chama-se a atenção para as implicações que o contexto do Regime Militar teve na educação superior em Bento Gonçalves naquele período. A representação que se tem é que foi um governo de auxílio, talvez por esse motivo em todas as práticas culturais se reverenciava o Regime e seus governantes, engrandecendo todas as suas boas ações e generosidade. Pela cultura tradicional do município, sugere-se que as ações eram conscientes e consentidas, dando a impressão de orgulho e gratidão ao Governo Federal do período. Isso aconteceu a tal ponto que a Biblioteca do CARVI se chama Presidente General Ernesto Geisel, em homenagem ao “filho desta terra”.

Por fim, outra questão tratada neste estudo foi que nesse município ou região havia forte presença e atuação da Igreja Católica no campo educacional, pode-se perceber isso pela quantidade de escolas confeccionais que existiam para atender os alunos e jovens e também pelo processo de constituição da UCS, na década de 1960. Muitos dos que exerceram e ainda exercem uma função de liderança local e regional econômica, política e social tiveram sua formação em escolas ligadas à Igreja Católica de Bento Gonçalves e posteriormente à FERVI.

Ao concluir, indica-se que a análise da constituição do Ensino Superior com o posicionamento das lideranças educacionais seria mais aprofundada se houvesse, no Arquivo Institucional da FERVI, livros de Ata que se referissem à gênese do Ensino Superior.

Com a pesquisa “Constituição do Ensino Superior em Bento Gonçalves/RS: Fundação Educacional da Região dos Vinhedos (1955-1972), pode-se afirmar que se existisse a possibilidade de fazer o processo de construção desta escrita outra vez, os olhares e as abordagens seriam diferentes, assim como a narrativa. Muitos questionamentos estão relacionados a essa convicção, que podem apontar caminhos para novas pesquisas, seja sobre a FERVI, seja sobre a História do Ensino Superior oferecido no município ou o próprio ensino público do município.

Apresenta-se chaves de pesquisa que foram vislumbradas nesse estudo e que ficarão em aberto para futuras investigações, como: abordagens relacionadas com as culturas acadêmicas, pedagógicas, formação de professores, construção dos espaços institucionais, a história da FERVI com outras relações de poder, sua identidade, entre outros aspectos que foram apresentados no capítulo 4. Outra pesquisa interessante seria ter como objeto de estudo a Faculdade de Ciências Econômicas de Caxias do Sul/RS.

É apropriado ampliar o estudo sobre o cenário histórico de Bento Gonçalves/RS, em especial sua área educacional, que é campo fértil de pesquisas inéditas. Seria interessante, por exemplo, analisar, sob o viés da história comparada à gênese do Colégio Marista Aparecida, pertencente à Congregação dos Irmãos Maristas, e o Colégio Scalabriniano Medianeira, de responsabilidade das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas, até o período em que essas escolas passaram a acolher estudantes de ambos os sexos, uma vez que até então elas foram criadas para atender somente o público masculino (Maristas), e somente o público feminino (Scalabrinianas).

Pesquisas também poderiam surgir sobre o Escritório Modelo enquanto ensino técnico-profissional, com iniciativa da Congregação Marista e dos professores citados nesta dissertação, ou ainda a história do ensino técnico-profissional no município de Bento Gonçalves.

Seria pertinente visualizar pesquisas vinculadas à história sobre culturas acadêmicas na FERVI e em outras instituições de ensino superior do município, investigando estudantes e professores, construindo uma narrativa sobre como as práticas culturais tiveram impacto no município e região.

Outras brechas de pesquisa para futuras investigações encontradas nesta dissertação são relacionadas ao período da Ditadura Militar. Neste estudo, encontram-se temas como a pretensa neutralidade relacionada a esse período, as escolhas dos temas de vestibulares, entre outros aspectos que podem ser estudados no futuro. Ainda pode ser fruto de investigações a figura da mulher no Ensino Superior do município e região, seus papéis, representações e práticas.

Indica-se as inúmeras possibilidades de pesquisa do Arquivo Institucional da FERVI para explorar os aspectos já citados, e do Arquivo da 16ª Coordenadoria Regional de Educação com relação ao Ensino Primário e Ginásial da região.

Enfim, conclui-se que a construção desta narrativa contribuirá para os estudos da história da educação relacionados ao ensino superior e à história das instituições, porém, ainda assim, com outras fontes, em outro momento, a partir de outros questionamentos, sob o olhar de outro pesquisador, uma nova história será possível.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

_____. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p.155-202.

_____. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ÁLBUM COMEMORATIVO DO 75º ANIVERSÁRIO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Revista Globo S.A., 1950.

ALMEIDA, Edlaine Cristina Rodrigues de. **História da Escola de Enfermagem Madre Justina Inês**: Uma Instituição de Ensino Superior formando enfermeiras em Caxias do Sul/RS (1957-1967).2012. 244 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade De Caxias Do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Caxias do Sul. 2012.

AQUINO, Rubim Santos Leão de; et al. **Sociedade brasileira**: uma história através dos movimentos sociais – da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo. 4. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2005.

ARRUDA, Guilherme A. R. de; DAMIAN, Vera Mari. **Movelsul**: os 15 passos de uma epopéia. Bento Gonçalves, RS: s.n., 2006.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p.23-79.

BARUFFI, Jair. FERVI: 29 anos dedicados à educação. **Jornal da FERVI** (Encarte especial), 2001. Ano I - Nº I – Circulação Semestral, 2001, p.2.

BERTOCCHI, Carmen. **Bento, história e turismo**. Bento Gonçalves, RS: VSR Criação Gráfica e Assessoria, 1985.

BRASIL. Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. **O que é a história cultural?** Tradução de Sergio Goes de Paula. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

_____. **Variedades de história cultural.** Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

CAPRARA, Bernadete. Schiavo; LUCHESE, Terciane. Ângela . **Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves - 1875 a 1930.** Porto Alegre: CORAG, 2005.

CASAGRANDE, Amélio Leonardo. **Histórias de nossa história: Bento Gonçalves.** Bento Gonçalves, RS: ed. do autor, 1994.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean; et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis, Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no plural.** Tradução de Enid Abreu Dobránsky. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

_____. **A escrita da História.** – Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1975.

_____. **A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 2002.

_____. O Mundo como Representação. In: **Estudos Avançados**, v. 11, n. 5, p. 173-191. jan./abr. 1991.

COSTA, Liliâne Maria Vieiro. **A Escola Municipal De Belas Artes De Caxias Do Sul: Histórias e Memórias (1949 a 1967).** 2012. 302f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Caxias do Sul. 2012.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985.** 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na República populista.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S/A, 1983.

_____. **Qual universidade?** São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1989.

_____. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____; GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 1999.

DALBOSCO, Cláudio Almir. **Desafios postos pela modernidade à universidade**. In: BENINCÁ, Elli e MARCON, Telmo (Org). Revista Educação e Universidade: práxis e emancipação. Passo Fundo. 1998.

DE PARIS, Assunta. **Memórias: Bento Gonçalves – RS** Fundamentação Histórica. 2.ed.Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves: Arquivo Histórico Municipal.2006.

_____; ZARDO, Maria de Fátima Dill Silveira. **A trajetória de comércio de Bento Gonçalves**. Bento Gonçalves, RS: Sindilojas, 1997.

DURHAN. Eunice; SAMPAIO, Helena. **O Ensino Privado no Brasil**. São Paulo: USP - NUPES, Documento de Trabalho 3, 1995.

ESCOLANO BENITO, Augustin. *Arqueología y rituales de la escuela*. In: MOGARRO, Maria João (Org.). **Educação e Patrimônio Cultural: escolas, objetos e práticas**. Edições Colibri: Lisboa, 2015, p. 45-60.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2012.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Educação no Brasil anos 60: o pacto do silêncio**. São Paulo: Loyola, 1985.

FERNANDES, Cassiane C. **Uma história do Grupo Escolar Farroupilha: sujeitos e práticas escolares (Farroupilha/RS, 1927-1949)**. 2015. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação). – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Caxias do Sul, 2015.

FISCHER, Beatriz. Terezinha Daudt; SOUZA, José Edimar de. Memórias do ensino em Novo Hamburgo: documentos e acervos (1940-2009). **NH na Escola**, Novo Hamburgo, p. 2 - 2, 25 out. 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FRANCO, Maria E. (Org). **Universidade, pesquisa e inovação: o Rio Grande do Sul em perspectiva**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FRANTZ, Walter. “Universidade comunitária. Uma iniciativa pública não-estatal em construção”. In: SILVA, Enio Waldir. da; FRANTZ, Walter. **As funções sociais da**

universidade – o papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002, p.15-102.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território plural – A pesquisa em história da educação.** São Paulo: Ática, 2010.

GATTI JUNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia/MG: EDUFU, 2002. p.3-24.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação.** São Paulo: Cortez, 1990.

GOHN, Maria A. **História dos movimentos e lutas sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Apresentação. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela Maria de Castro.; HANSEN, Patrícia Santos (Org.). **Intelectuais mediadores:** práticas culturais e ação política. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recantos da memória:** reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.

HALL, Stuart. *The work of representation.* In: HALL, Stuart (Org.). *Representation Cultural representation and cultural signifying practices.* London/Thousand Oaks/New Delhi: Open University, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1989,** Rio de Janeiro, 1989. p. 76-77.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanesi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009. p.9-28.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval.** Lisboa: Editorial Estampa, 1994. [original: 1985].

_____. **História e Memória.** Tradução de Bernardo Leitão, et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LONGHI, Solange Maria. **A FACE COMUNITÁRIA DA UNIVERSIDADE**. 1998. 442f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

LOVERA, Dorvalino. Calidoscópio. **Enfoque**. FERVI. Bento Gonçalves/RS, v.1, n. 1, p. 28, mai./dez.1974.

LUCHESE, Terciane Ângela; TEDESCO, Cristine A. **Histórias de uma Instituição Escolar: Escola Estadual de Ensino Fundamental José Farina – 1961 a 2011: Meio século de história**. Bento Gonçalves: Gráfica e Editora Bento Gonçalves, 2011.

_____. Modos de fazer história da Educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **Revista História da Educação**, . Porto Alegre. v.18, n.43. p.145-161 mai./ago. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/heduc/v18n43/09.pdf>>. Acesso em: 01 out. de 2016.

MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

MAGALHÃES, Justino. História e Memória. Arquivos e Museus: desafios à prática educativa e à investigação histórica. In: NEPOMUCENO, Maria de A. e TIBALLI, Elianda F. A. (Org.). **A educação e seus sujeitos na história**. Belo Horizonte, M.G.:Argumentum, 2007. p. 181-189.

_____. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista/SP. Editora Universitária São Francisco, 2004.

_____. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUZA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara (Org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998, p. 51-68.

_____. Contributo para a História das Instituições Educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério e MAGALHÃES, Justino (Org.).**Para a História do Ensino Liceal em Portugal: Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895)**. Braga, Portugal: Universidade do Minho, 1999.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

_____; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A Universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 14, p.131-150, mai./ago. 2000.

MESTURINI, Janquiel. **CIC 100 anos: o espírito de uma sociedade**. Bento Gonçalves: CIC Bento Gonçalves, 2014.

MISSAGIA, Sandra. Bento e seus primeiros coletivos. In: COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ASSUNTOS HISTÓRICOS. **IV FESTA NACIONAL DO VINHO**. Bento Gonçalves: 1980.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Ensino Superior no Rio Grande do Sul: Interiorização e Modelos Regionais. In: MOROSINI Marília & LEITE, Denise (Org.) **Universidade e Integração no Cone Sul**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992, p. 95-112.

_____. O ensino superior no Rio Grande do Sul. In: MOROSINI, Marília Costa et al. **Enciclopédia de pedagogia universitária**. Porto Alegre: FAPERGS/RIES, 2003, p. 198-216.

_____. Educação Superior (1930-85). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson; GERTZ, René. **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. v.4. Passo Fundo: Méritos, 2007.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **ECCOS**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005.

PAVIANI, Jayme. O início do Ensino Superior em Caxias do Sul. In: LUCHESE, Terciane Ângela (Org.). **Horizontes no diálogo entre culturas e história da educação**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2013.

_____. Universidade Comunitária – um modelo alternativo de Universidade. **Enfoque**. Bento Gonçalves/RS. Ed. Fundação Educacional da Região dos Vinhedos, ano 13, 1985.

PESAVENTO, Sandra J. **História & História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PIMENTA, Aluísio. **Universidade: a destruição de uma experiência democrática**. Petrópolis: Vozes, 1984.

PINSKY, Carla Bassanesi (Org). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____; LUCA, Tania Regina de (Org). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15. 1989.

POLETTI, Julia Tomedi **Colégio Sagrado Coração de Jesus, Bento Gonçalves/RS (1956-1972):** processo identitário e cultura escolar compondo a história. 2014. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Caxias do Sul, 2014.

PORTELLI, Alessandro. Sobre os usos da memória: memória-monumento, memória involuntária, memória perturbadora. In: PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 45-58.

_____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes, São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 165-201.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. **O livro negro da USP – o controle ideológico na universidade**. São Paulo: Associação de Docentes da Universidade de São Paulo, 1978.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma História Cultural**. Tradução de Ana Moura. Editorial Estampa, Lda, Lisboa, 1998.

_____. Introdução um domínio e um olhar. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma História Cultural**. Tradução de Ana Moura. Editorial Estampa, Lda, Lisboa, 1998.

RODRIGUES, Maria Inês Tondello. **Faculdade de Filosofia de Caxias do Sul: memórias, representações e narrativas (1960 – 1967)**. 2015. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Caxias do Sul, 2015.

RODRIGUES, Nadir Bonini. **Colégio Marista Nossa Senhora Aparecida – 60 anos de educação**. Porto Alegre, 1999.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

ROSA-CASTRO, Raquel de Mendonça. **Universidades comunitárias: entre o público e o privado**. 2013. 146 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Sorocaba. Sorocaba. 2013.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade: nove séculos de história**. Passo Fundo: UPF, 2005.

_____; MAGDALENA, Beatriz Corso. **Universidades Gaúchas Impasses e Alternativas** (O Ensino Superior no Rio Grande do Sul). UFSM. Santa Maria: Editora Pallotti, 1995.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2010.

SANTAREM, Michelle Luiza Grezzana. **Faculdade de Direito de Caxias do Sul/RS: indícios da história e da cultura acadêmica (1959-1967)**. 2015.143 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Caxias do Sul, 2015.

SÉCULO XX: memórias de Bento Gonçalves. Bento Gonçalves, RS: Cinex, 2013.

SILVEIRA, Josiane Alves da. **faculdade católica de filosofia de Rio Grande: os primeiros anos da formação docente no ensino superior da cidade (1960-1969)**. 2012. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pelotas, 2012.

SIRINELLI, François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). **Por uma nova história política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SOARES, Magda. Palavras da laureada Magda Soares ao receber o Prêmio Almirante Álvaro Alberto para Ciência e Tecnologia – Área de Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes. 2015. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/PalavrasdalaureadaMagdaSoares.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2017.

SOUTO, Alceu S. **Uma história de 50 anos: Rádio Viva**. Bento Gonçalves/ RS: Gráfica e Editora Bento Gonçalves Ltda, 2001.

TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. **Escola de Engenharia Industrial: a gênese do ensino superior na cidade do Rio Grande (1953-1961)**. 2013. 234 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal De Pelotas, Capão do Leão, 2013.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Projeto História**. Revista do Programa de estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. PUC/SP: ética e História Oral. São Paulo: Educ, n. 15, p. 51-84, 1997.

TOSO, Elizabeth L. Calidoscópico. **Enfoque**. FERVI. Bento Gonçalves: FERVI, v. 1, n. 3, p. 22-24.1973.

VIDAL, Diana Gonçalves; ABDALA, Rachel Duarte. A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. **Educação**,

Santa Maria, RS, v. 30, n. 2, p. 177-194. 2005. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones*. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, SP, n. 0, p. 63-82, set./out./nov./dez. 1995. Disponível em:<http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0_06_ANTONIO%20VINA0_FRAGO.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2017.

XERRI, Eliana Gasparini. **Da Universidade da Serra à Universidade de Caxias do Sul/RS (1950-2002)** O Pensar e o Construir da Universidade da Serra Gaúcha. 2012. 315 f. Tese (Doutorado em EDUCAÇÃO) - Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2012.

XAVIER, Libânia Nacif. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. In: GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. (Org.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

WÜNSCH, Paulo. **Onde a FERVI entra na história – Os fatores sociais e políticos do período de 1963 – 1972 que possibilitaram o surgimento da Fundação Educacional da Região dos Vinhedos**. Bento Gonçalves: Grafite Editora LTDA, 1992.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção; reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Org.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: PD&A, 2003, p. 287-309.

SITES PESQUISADOS

Lei nº 4024 de 1961. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

Lei 5540 de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

MEMÓRIA BG. Página de rede social. Disponível em:<<https://www.facebook.com/MemoriaBG/photos/a.191948674302233.1073741828.191944400969327/695894420574320/?type=3&theater>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

História da FENAVINHO. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9zl8yhqLMD4&t=28s>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

ENTREVISTAS

DE GASPERI, Ulysses. **Entrevista concedida a Heloísa Bergamaschi**. 27 de setembro de 1989. IMHC, Fundo: UCS, n. 40-41. Entrevista.

FRANZOLOSSO, Vercino. **Entrevista concedida a Jéssica Storchi Ferreira**. Bento Gonçalves, 25 de janeiro de 2017. Entrevista.

KÖCHE, José Carlos. **Entrevista concedida a Jéssica Storchi Ferreira**. Bento Gonçalves, 21 de fevereiro de 2017. Entrevista 01.

KÖCHE, José Carlos. **Entrevista concedida a Jéssica Storchi Ferreira**. Bento Gonçalves, 30 de julho de 2017. Entrevista 02.

PERES, Omar Darci S. **Entrevista concedida a Jéssica Storchi Ferreira**. Bento Gonçalves, Bento Gonçalves, 26 de dezembro de 2016. Entrevista.

PERIZZOLO, Carlos José. **Entrevista concedida a Jéssica Storchi Ferreira**. Bento Gonçalves, 02 de janeiro de 2017. Entrevista.

WÜNSCH, Paulo Roberto. **Entrevista concedida da Jéssica Storchi Ferreira**. Bento Gonçalves, 26 de dezembro de 2016. Entrevista.

ZANATTA, Pedro Paulo. **Entrevista concedida a Jéssica Storchi Ferreira**. Bento Gonçalves, 27 de janeiro de 2017. Entrevista 01.

ZANATTA, Pedro Paulo. **Entrevista concedida a Jéssica Storchi Ferreira**. Bento Gonçalves, 29 de junho de 2017. Entrevista 02.

DOCUMENTOS

1. Documentos pesquisados no Arquivo da Fundação Educacional da Região dos Vinhedos – Bento Gonçalves/RS

Acervo Fotográfico.

Balanço de Resultados do Campus Universitário de Bento Gonçalves. In: Relatório das Atividades do “Campus” Universitário de BG, da UCS. 31/12/1972.

BARUFFI, Jair. FERVI: 29 anos dedicados à educação. **Jornal da FERVI** (Encarte especial), 2001 Ano I - Nº I – Circulação Semestral, 2001.

CALENDÁRIO ESCOLAR FERVI – UCS, 1974.

Edital para o Concurso de Habilitação à primeira série do Ciclo Básico da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da UCS. Dez. de 1967.

Edital nº10/69, referente à abertura das inscrições para o vestibular para os cursos de Licenciatura em Letras, com habilitação em Português e Inglês e em Ciências. In: Relatório do 1º semestre de 1970.

Estatuto da Fundação Educacional da Região dos Vinhedos. Bento Gonçalves.

Ofícios.

Portaria nº 07-A, de 15 de janeiro de 1968, emitida pelo Reitor Virvi Ramos, que estendeu o Curso de Economia da Faculdade de Economia e Administração da UCS ao município de Bento Gonçalves.

Registro de cursos e matrículas, 1968 a 1992.

Relatório Anual das Atividades dos Cursos Superiores de Letras e Ciências, da Universidade de Caxias do Sul, "Campus" Universitário de Bento Gonçalves. Ano Letivo de 1968.

Relatório Anual das Atividades dos Cursos Superiores de Letras e Ciências, da Universidade de Caxias do Sul, "Campus" Universitário de Bento Gonçalves. Ano Letivo de 1970.

Relatório Anual das Atividades dos Cursos Superiores de Ciências Econômicas, Letras e Ciências de 1971.

RELATÓRIO DA FERVI – parte I, 1976.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA FERVI, 1978.

Relatório do 1º Semestre. 1970.

Relatório dos Cursos de Férias, 1974-1978.

Relatório do Vestibular. 1968.

REGIMENTO DA FERVI, 1974.

2. Documentos pesquisados no Acervo pessoal de José Carlos Perizzolo – Bento Gonçalves/RS

Abaixo-assinados. 1967.

Acervo Fotográfico do Movimento Pro Faculdade de Bento Gonçalves. 1967.

ATA do MPFA, nº 4, 1967.

ATA do MPFA, nº 5, 1967.

ATA do MPFA, nº 7, 1967.

ATA do MPFA, nº 10, 1967.

C.J.P. Redação com o pedido de colaboração de todos para a escolha da faculdade, enviado à Rádio Difusora de Bento Gonçalves pela Câmara de Vereadores Municipal de Bento Gonçalves. 15 ago. de 1967.

Correspondência enviada ao Gabinete de Imprensa. 20 de outubro de 1967.

Correspondência enviada para o MPFA, pelo deputado Mandelli Filho. 1967.

Correspondências enviadas pelo Movimento Pro Faculdade de Agronomia. 1963.

Correspondências enviadas pelo Movimento Pro Faculdade de Bento Gonçalves. 1966-7.

Correspondência enviada pelo MPFBG, a respeito das matrículas escolares de 1967.

Correspondência enviada pelos estudantes do Colégio Aparecida para a Rádio Difusora, a respeito de seu posicionamento referente à escolha do curso. 18 de ago. de 1967.

Correspondência Nº 107-A/66.

Correspondências recebidas pela Rádio Difusora. 1967.

Documento emitido pela Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves. 1967.

Documento enviado pela Câmara de Vereadores de Caxias do Sul solicitando apoio para a Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves. Abr. 1966.

GIACOMELLO, Itacyr. Variedades. In: **Recorte do Jornal BG Notícias**. Bento Gonçalves. Ago. e set. de 1967.

LEMBI, Pedro. Opinião enviada à Rádio Difusora. In: Correspondências recebidas. 1967.

Livro de Atas do Movimento Pro Faculdade de Bento Gonçalves. 1967.

Memorial elaborado pelo MPFA. 1967.

Ofícios recebidos pelo Movimento Pro Faculdade de Bento Gonçalves. 1967.

OF. SCC – 734/64. Ofício recebido pelo presidente da Câmara de Vereadores, enviado pelo subchefe da Casa Civil.

OF. 47/67. Ofício enviado pela Reitoria da UCS para o MPFA.

Papel timbrado do MPFA. 1967.

Parecer da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social. 11 de mai. 1966.

O Povo já Escolheu: Faculdade de Agronomia. Bento Gonçalves. Ago. e set. 1967.

_____. **A VISITA DO REITOR DA UCS.** Bento Gonçalves. Ago. e set. de 1967.

Recorte do Jornal O Semanário. **Faculdade de Agronomia para BG.** Bento Gonçalves. Ago. 1967.

_____. **Faculdade de Agronomia poderá ser uma realidade. Leia na 3ª página.** Bento Gonçalves. 5 ago. de 1967.

_____. O Reitor da UCS visitou BG. Bento Gonçalves. 9 ago. de 1967.

3. Documentos pesquisados no Arquivo Histórico João Spadari Adami – Caxias do Sul/RS

Jornal Correio Riograndense. **Bento Gonçalves.** Agosto de 1945, p.4. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/Default.aspx?l=pesquisa&s=pesquisa&ReturnURL=App%2FIntegracao.aspx%3Ftipo%3D4%37c%3E78004%37q%4E6>. Acesso em: 5 jan. 2016.

Jornal Correio Riograndense. **A inauguração do EMPFF de Bento Gonçalves.** Caxias do Sul, 27 abr. 1955, p. 6. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/Default.aspx?l=pesquisa&s=pesquisa&ReturnURL=App%2FIntegracao.aspx%3Ftipo%3D4%26c%3D67093%26p%3D5>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

4. Documentos pesquisados no Arquivo do Colégio Marista Aparecida – Bento Gonçalves/RS

Quadro com a Relação das Entidades que contribuíram para a instalação do Escritório Modelo. Bento Gonçalves, 8 mai. 1955.

Recorte do Jornal do Povo. **O SENAC colabora com o Escritório Modelo.** Bento Gonçalves, 26 jun. 1953. p. 4.

5. Documentos pesquisados no Arquivo da 16ª Coordenadoria Regional de Educação – Bento Gonçalves/RS

Ficha informativa contendo o ano do Ato de autorização de funcionamento, com a denominação de Colégio São Carlos, do Colégio Nossa Senhora Medianeira. 1915.

Ficha informativa contendo o ano em que houve a denominação ao Colégio Elementar de Bento Gonçalves, criado em 1911. Atualmente é a Escola Estadual de Ensino Fundamental General Bento Gonçalves. 31 de agosto de 1936.

Ficha informativa contendo o ano da criação da Escola Estadual de Ensino Fundamental Pedro Vicente da Rosa. 27 de junho de 1937.

Ficha informativa contendo o ano de criação do Grupo Escolar, da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ângelo Chiamolera. 03 de julho de 1941.

Ficha informativa contendo o ano de fundação do Colégio Marista Aparecida e a data de reconhecimento do curso ginasial. 21 de julho de 1949.

Ficha informativa sobre a Escola Estadual de Ensino Fundamental General Amaro Bitencourt, contendo a data em que ela passa de escola isolada para Grupo Escolar. 27 de novembro de 1952.

Ficha informativa sobre o Instituto Estadual de Educação Cecília Meireles, contendo a data de criação dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas. 11 de dezembro de 1952.

Ficha informativa sobre o Colégio Estadual Visconde de Bom Retiro, contendo a data de criação dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas. 22 de fevereiro de 1954.

Ficha informativa sobre a Escola Estadual de Ensino Médio Mestre Santa Bárbara, contendo a data de criação do Ginásio de Bento Gonçalves. 27 de dezembro de 1956.

Ficha informativa sobre o Colégio Sagrado Coração de Jesus⁷⁶, contendo a data do Registro da Escola na Superintendência de Ensino Primário. 04 de fevereiro de 1957.

Ficha informativa sobre a Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria Goretti, contendo a data de criação do Grupo Escolar. 11 de fevereiro de 1958.

Ficha informativa sobre a Escola Estadual de Ensino Fundamental São Valentim, contendo a data em que a escola foi denominada Grupo Escolar. 18 de julho de 1958.

Ficha informativa sobre o Colégio Cenecista São Roque, contendo a data em que foi autorizado o seu funcionamento. 09 de março de 1961.

Ficha informativa sobre a Escola Estadual de Ensino Fundamental São Pedro, contendo a data em que foi criado o Grupo Escolar de São Pedro. 26 de setembro de 1961.

Ficha informativa sobre a Escola Estadual de Ensino Médio Imaculada Conceição, contendo a data de criação da escola. 28 de setembro de 1961.

Ficha informativa sobre a Escola Estadual de Ensino Fundamental Irmão Egídio Fabris, contendo a data em que é criado o estabelecimento de ensino. 25 de abril de 1962.

Ficha informativa sobre a Escola Estadual de Ensino Fundamental Ângelo Salton, contendo a data de criação da escola. 25 de abril de 1962.

Ficha informativa sobre a Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora da Salette, contendo a data de criação do Grupo Escolar. 04 de outubro de 1962.

Ficha informativa sobre o Colégio Estadual Dona Isabel, contendo a data de Criação do Ginásio Estadual de 1ª Entrância em Bento Gonçalves. 08 de novembro de 1968.

Ficha informativa sobre a Escola Estadual de Ensino Fundamental Carlos Dreher Neto, contendo a data de criação do Grupo Escola a Zona da Antena. 14 de abril de 1969.

Ficha informativa sobre o Colégio Estadual Landell de Moura, contendo a data de criação de escolas que ministrarão o ensino de 1º grau, a partir da 5ª série, cujos prédios foram construídos em virtude de convênio. 18 de julho de 1975.

⁷⁶ Ver dissertação de Poletto (2014).

Ficha informativa sobre o CTEC – UCS, contendo o ano de funcionamento. 1980.

6. Documentos pesquisados no Instituto de Memória e História Cultural da UCS – Caxias do Sul/RS

Convênio Especial celebrado entre MEC, por intermédio do Departamento do EM e a UCS. 1972. Fundo: Colégio de Viticultura e Enologia. Série: Organização e funcionamento. Subsérie: Acordos e convênios.

APÊNDICE A - IES PÚBLICAS E PRIVADAS NO RIO GRANDE DO SUL

Quadro das IES públicas e privadas no Rio Grande do Sul (1934 – 1969)

continua

Instituição de Ensino Superior	Ano de Criação	Como se originou/ou observações
Universidade de Porto Alegre em Porto Alegre.	1934	Pela integração das faculdades de Medicina, de Direito, da Escola de Agronomia e Veterinária, do Instituto de Belas Artes e atrelamento das faculdades que originaram a Universidade Técnica.
Faculdade de Ciências Econômicas em Pelotas.	1937	Iniciativa da diocese de Pelotas.
Universidade do Rio Grande do Sul – URGS em Porto Alegre.	1947	Transformação da UPA em URGS, integrando as faculdades de Direito e Odontologia de Pelotas e a faculdade de Farmácia de Santa Maria.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS em Porto Alegre.	1950	Processo de federalização da URGS.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS em Porto Alegre.	1948-1950	Projeto da Congregação Marista integrando suas faculdades de Ciências Políticas e Econômicas (1931), Filosofia Ciências e Letras (1940), Escola de Serviço Social (1945) e faculdade de Direito (1947), transformando em Universidade Católica do Rio Grande do Sul – UCRS (1948) e recebendo o título de Pontifícia dois anos depois.
Faculdade Católica de Filosofia em Pelotas.	1953	Iniciativa da Diocese de Pelotas.
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Cristo Rei em São Leopoldo.	1953	Iniciativa dos padres jesuítas.
Faculdade de Ciências Econômicas em Caxias do Sul.	1956	Iniciativa da Mitra Diocesana de Caxias do Sul.
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Ijuí.	1957	Influência da Ordem religiosa do Capuchinhos.
Universidade Católica de Pelotas – UCPEL	1960	Alicerçada na Faculdade de Ciências Econômicas e Faculdade Católica de Filosofia.
Universidade de Santa Maria – USM	1960	Integração das faculdades de Farmácia e Medicina e criação das faculdades de Odontologia, Politécnica, Agronomia, Veterinária, Belas Artes, Filosofia, Serviço Social e Escola Superior de Economia Doméstica.
Universidade de Caxias do Sul – UCS	1967	União de faculdades já existentes.
Universidade de Passo Fundo – UPF	1968	Com o primeiro curso instalado no ano de 1956.
Universidade Federal de Rio Grande	1969	Inicia com o objetivo de criar uma Escola de Engenharia em Rio Grande.
Universidade Federal de Pelotas – UFPEL	1969	União das faculdades de Agronomia, Ciências Domésticas, Direito, Odontologia, Veterinária e Instituto de Sociologia e Política.

conclusão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS em São Leopoldo.	1969	Iniciativa de padres jesuítas com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Cristo Rei.
---	------	---

FONTE: Quadro elaborado pela autora, a partir de dados encontrados em Neves (2007, p.335-354), 2017.

APÊNDICE B - RELAÇÃO DE PREFEITOS DO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES

Quadro da Relação de prefeitos do município de Bento Gonçalves no período de 07 de janeiro de 1947 a 28/02/1973

Nome	Período	Observação
Milton Rosa	7 de dezembro de 1947 a 2 de janeiro de 1952	Eleito
Arthur Ziegler	2 de janeiro de 1952 a 2 de janeiro de 1956	Eleito
José Mario Mônaco	2 de janeiro de 1956 a 2 de janeiro de 1960	Eleito
Dr. Achilles Mincarone	De 02/01/1960 a 07/02/1963	Eleito
Sr. Aristides Bertuol	De 07/02/1963 a 31/01/1964	Eleito
Sr. Milton Rosa	De 31/02/1964 a 31/01/1969	Eleito. No período de 06/11/1965 a 05/09/1966 assumiu a administração da prefeitura Dr. Ervalino Plácido Bozzetto
Engenheiro Sady Fialho Fagundes	De 31/01/1969 a 28/02/1973	Eleito

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir de pesquisas em PARIS (2006), 2016.

APÊNDICE C - PRESIDENTES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE BENTO GONÇALVES

Quadro de Presidentes da Associação Comercial de Bento Gonçalves nas décadas de 1960 e 1970

Presidentes	Período
Ezilio Michelin	1959 – 1961
Hilário Caetano Pozza	1961 – 1963
Ivo Borges Leite	1963 – 1965
Natalício Tramontini	1965 – 1969
Alcides Fetter	1969 – 1972
Édalo Michelin	1972 – 1983

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações de De Paris e Zardo (1997, p.127), 2017.